



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISSIONAL

IRENILDE DOS PASSOS RIBEIRO CASTRO

CONGADAS DE CATALÃO (GO): PROCESSO, MOBILIZAÇÕES E
DIÁLOGOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO EM CURSO

GOIÁS – GO

2025

IRENILDE DOS PASSOS RIBEIRO CASTRO

**CONGADAS DE CATALÃO (GO): PROCESSO, MOBILIZAÇÕES E
DIÁLOGOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO EM CURSO**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Orientadora Prof. Dra. Luana Nunes Martins de Lima.

GOIÁS – GO

2025



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro.

Email: ire.dospassos@gmail.com

Dados do trabalho

Título: Congadas de Catalão (GO): processo, mobilizações e diálogos da patrimonialização em curso

Tipo:

☐ Tese ☒ Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG).

Concorda com a liberação documento

☒ SIM ☐ NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 19 de abril de 2025.

Documento assinado digitalmente
IRENLIDE DOS PASSOS DE CASTRO RIBEIRO
Data: 14/05/2025 21:38:09-0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro

Documento assinado digitalmente
RICARDO OLIVEIRA ROTONDANO
Data: 14/05/2025 08:35:26-0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Profa. Dra. Luana Nunes Martins de Lima

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

C355c	Castro, Irenilde dos Passos Ribeiro. “Congadas de Catalão (GO) : processo, mobilizações e diálogos da patrimonialização em curso [manuscrito] / Irenilde dos Passos Ribeiro Castro. – Goiás, GO, 2025. 229 f. ; il. Orientadora: Profa. Dra. Luana Nunes Martins de Lima. Relatório técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2025. 1. Patrimônio cultural - Catalão, GO. 1.1. Cultura popular – festa. 1.1.1. Festa religiosa – Congada. 1.1.2. Patrimonialização. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina. CDU: 398(817.3)
-------	---

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

IRENILDE DOS PASSOS DE CASTRO RIBEIRO

**CONGADAS DE CATALÃO (GO): PROCESSO, MOBILIZAÇÕES E
DIÁLOGOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO EM CURSO**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de (Exame de Qualificação/Defesa) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Profa. Dra. Luana Nunes Martins de Lima (PROMEP / UEG)
Orientadora

Profa. Dra. Corina Maria Rodrigues Moreira (IPHAN / SP)
Membro Externo

Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Machado (PROMEP / UEG)
Membro Interno

Profa. Dra. Mary Anne Vieira da Silva (TECCER / UEG)
Suplente Externo

Prof. Dr. Marco Antônio Cunha Torres (PROMEP / UEG)
Suplente Interno

Goiás, _____ de _____.

“A cultura é histórica, no sentido que a atividade humana que cria a história é aquela que faz a cultura”.

Carlos Rodrigues Brandão.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha mais profunda gratidão a Deus, a Nossa Senhora do Rosário, cuja presença e força me sustentaram ao longo de toda essa jornada acadêmica. Aos meus pais, irmãos e familiares, cuja dedicação e apoio incondicional foram fundamentais para que eu pudesse alcançar este momento. A meus filhos, que com amor e paciência, me motivaram diariamente e fizeram cada desafio parecer mais leve e recompensador.

Agradeço de coração aos colegas e amigos que estiveram ao meu lado, desde a entrada no mestrado até a conclusão, enfrentando comigo as adversidades da vida e oferecendo palavras de encorajamento quando mais precisei. A cada professor e professora que compartilharam seus conhecimentos e guiou meu aprendizado, e à coordenação do PROMEP, que sempre esteve presente, orientando a todos com dedicação e cuidado.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Dra. Luana Nunes Martins de Lima, por sua orientação precisa, paciência e compromisso com meu desenvolvimento. Também sou grata aos leitores e arguidores desta pesquisa, cuja contribuição foi relevante para o aprimoramento do trabalho.

Por fim, a minha sincera e imensa gratidão aos congadeiros, congadeiras, Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Catalão, Reinado de Catalão, aos festeiros, aos comerciantes, moradores de Catalão, Goiás, que contribuíram de maneira inestimável para a realização desta pesquisa. aos fotógrafos, escritores de Catalão e de outros estados, bem como os da cidade de Inhumas, meu forte abraço e apreço. Cada um de vocês fez parte desta caminhada, e é com grande alegria que compartilho essa conquista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Recorte de jornal/99 que atribui ao Frei a escolha do nome da cidade.	29
Figura 2 - Estrada de Ferro Figura 3 - Estação Ferroviária de Catalão	28
Figura 4 - Autovia Catalão e Goiandira	29
Figura 5 - Mapa de Catalão e linha rodoviária	30
Figura 6 - Devoto, na Festa em Louvor à Nossa Senhora	36
Figura 7 - Congadas de Catalão.....	40
Figura 8 - Imagem de Nossa Senhora do Rosário restaurada.....	45
Figura 9 – Construção da Igreja do Rosário	46
Figura 10 – Igreja Velha Matriz	46
Figura 11- Entrega simbólica das chaves da Paróquia São Francisco de Assis	47
Figura 12 - Reis Congos	64
Figura 13 - Igreja do Rosário/Catalão.	88
Figura 14 - Capa do Livro "Congadas no Sudeste de Goiás"	114
Figura 15- 1º Encontro Estadual das Congadas de Goiás	115
Figura 16 - Exposição de fotos	115
Figura 17 - Dançadores do Terno Moçambique Mamãe do Rosário/Catalão	118
Figura 18 - Reza do terço na casa do mordomo das bandeiras	118
Figura 19 - Cortejo das Bandeiras.....	119
Figura 20 - Bandeiras hasteadas.....	119
Figura 21 - Coroação de Nossa Senhora	120
Figura 22 – “Tá caindo fulô”	122
Figura 23 - As Congadas de Catalão	123
Figura 24 – As Congadas de Catalão	123
Figura 25 - O Terno de Congo Mariarte	129
Figura 26 - Casal de Festeiros/2023	131
Figura 27 - Drone	158
Figura 28 - Câmera Canon	158
Figura 29 – Lente / Figura 30 - Lente	158
Figura 31 - Câmera Canon	158
Figura 32 - Tripé	158
Figura 33 - Câmera	159
Figura 34 - Tripé	159

LISTA DE QUADROS E SIGLAS

Tabela 1 - Coleta de dados com participantes da pesquisa – Catalão e Goiânia - GO – 2023	180
Tabela 2 - Coleta de dados com participantes da pesquisa – Catalão e Goiânia - GO – 024	182

LISTAS DE SIGLAS

CNPJ.	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONAMA.	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DPI.	Departamento de Patrimônio Imaterial
FUNAPE.	Fundação de Apoio à Pesquisas
IBGE.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRC.	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LTDA.	Sociedade de Responsabilidade Limitada
MEC.	Ministério da Educação
MINC.	Ministério da Cultura
PCI.	Patrimônio Cultural Imaterial
PIB.	Produto Interno Bruto
PNPI.	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PROMEP.	Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio
PUC.SP.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SECULT,	Secretaria de Estado da Cultura de Goiás
SECULT.	Secretaria de Estado da Cultura de Uberlândia
SEI.	Sistema Eletrônico de Informações
SENAC.	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI.	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SPHAN.	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUPHA.	Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico
UEG.	Universidade Estadual de Goiás
UFCAT.	Universidade Federal de Catalão
UFG.	Universidade Federal de Goiás
UFMG.	Universidade Estadual de Minas Gerais
UNESCO.	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

RESUMO

A pesquisa **“Congadas de Catalão (GO): processo, mobilizações e diálogos da patrimonialização em curso”** objetivou analisar sob quais motivações ocorre o recente processo de registro das Congadas de Catalão (GO), como este está sendo percebido pelos detentores dos saberes e fazeres que envolvem a manifestação cultural. A cultura afrodescendente brasileira, em especial as Congadas, merece reconhecimento por sua contribuição na construção da memória identitária do povo goiano, sendo uma expressão que resiste e celebra, desde seu início até os dias atuais, culturas historicamente marginalizadas no Brasil. As Congadas de Catalão são realizadas durante a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, na primeira quinzena de outubro, movimentando a cidade de Catalão ao longo de todo o ano. O presente trabalho se insere na Linha de Pesquisa, Cultura, Preservação e Identidades, empregando metodologias que incluem análises documentais e audiovisuais, 52 entrevistas semiestruturadas, observação participante e o exame de arquivos fotográficos locais. Como contribuição e retorno à comunidade, propôs-se a criação de um documentário intitulado *“Nos caminhos do Rosário aos Ritmos dos Tambores: as Congadas de Catalão como patrimônio cultural”* que registre e amplifique as vozes dos congadeiros e demais envolvidos, promovendo sua participação ativa no processo de patrimonialização em curso junto à SECULT de Goiânia – GO, em que os congadeiros discorreram: o que esperam e como atribuem o sentido de patrimônio a essa manifestação religiosa e cultural? Nesse contexto, religiosidade e cultura se entrelaçam de maneira profunda, fortalecendo a identidade e o patrimônio cultural da região.

Palavras-chave: Congadas de Catalão. Patrimonialização. Patrimônio Cultural. Identidade.

ABSTRACT

The research “Congadas of Catalão (GO): process, mobilizations and dialogues of the ongoing patrimonialization” aimed to analyse the motivations behind the recent process of registering the Congadas of Catalão (GO), and how this is being perceived by the holders of the knowledge and know-how surrounding the cultural manifestation. Brazil's Afro-descendant culture, especially the Congadas, deserves recognition for its contribution to the construction of the identity memory of the people of Goiás, being an expression that resists and celebrates, from its beginnings to the present day, historically marginalized cultures in Brazil. The Congadas of Catalão are held during the Festival in Praise of Our Lady of the Rosary, in the first half of October, moving the city of Catalão throughout the year. This work is part of the Culture, Preservation and Identities line of research, using methodologies that include documentary entitled “*In Paths of the Rosary to the Rhythms of the Drums: Congadas of Catalão as cultural heritage*” and audiovisual analysis, 52 semi-structured interviews, participant observation and the examination of local photographic archives. As a contribution and feedback to the community, we proposed the creation of a documentary that records and amplifies the voices of the congadeiros and others involved, promoting their active participation in the heritage process underway at SECULT in Goiânia - GO, in which the congadeiros discussed: what do they expect and how do they attribute the meaning of heritage to this religious and cultural manifestation? In this context, religiosity and culture are intertwined.

Keywords: Congadas of Catalão. Patrimonialization. Cultural Heritage. Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. RAÍZES, CONTEXTOS E TRAJETÓRIAS DA CONGADA DE CATALÃO (GO): UM ESTADO DA ARTE	27
1.1 Catalão em contexto: Traçando o cenário histórico da região	29
1.2 O mito, a fé e a devoção à Nossa Senhora do Rosário	35
1.3 Às sombras do catolicismo institucional: o sincretismo como estratégia de resistência cultural	41
1.4 Entre o racismo religioso e narrativas decoloniais: A Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e as Congadas como patrimônio afro-brasileiro	59
2. AS CONGADAS DE CATALÃO: ENTRE A PRESERVAÇÃO E O RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL	69
2.1 Pelo direito de festejar: o patrimônio cultural e as políticas de salvaguarda	77
2.2 A candidatura das Congadas de Catalão ao patrimônio cultural estadual: processo, mobilizações e diálogos	90
2.3 IPHAN e a ampliação da patrimonialização das Congadas de Minas Gerais: Foco em Catalão, Goiás	108
2.4 O patrimônio em movimento: o ciclo festivo e a perspectiva dos detentores do bem cultural	114
3. NOS CAMINHOS DO ROSÁRIO AO RITMO DOS TAMBORES: AS CONGADAS DE CATALÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	144
3.1. Organização do documentário e metodologia de captura de informações	147
3.2. Configuração e características técnicas do documentário	160
3.3. Público-alvo e estratégias de alcance	163
3.4. Organização do documentário: avaliação e contribuições	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	166
APÊNDICES	182
ANEXOS	186

INTRODUÇÃO

As Congadas são manifestações culturais, religiosas e devocionais afro-brasileiras que unem cortejos, cantos, danças e encenações em homenagem a santos católicos como Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito. Essa tradição reflete a mistura de influências africanas, indígenas e europeias, simbolizando a resistência cultural e a valorização da ancestralidade¹ negra, conferindo significativos valores na construção da identidade e da memória do povo goiano, que recebe por acréscimo cultural uma experiência performática que tem elementos que dialogam com a sedimentação da pluralidade cultural de Goiás, numa construção de identidade e memória de seu povo, com ênfase na comunidade congadeira de Catalão.

Mais do que expressar devoção religiosa, as Congadas fortalecem os laços comunitários e reafirmam identidades, destacando-se como símbolos de união e pertencimento. Com sua mistura de festividade e significado histórico, elas representam a reelaboração de práticas culturais em resposta às estruturas coloniais, preservando e transformando tradições. Longe de ser apenas celebrações, as Congadas são espaços de memória coletiva, onde o passado é celebrado e as raízes culturais são enaltecidas. Esse rico patrimônio mantém viva a conexão com a história, ao mesmo tempo em que promove a inclusão e a força das comunidades que o preservam. Segundo Adriane Álvaro Damascena (2012), as festas que deram origem as Congadas eram presentes no Brasil colônia, momento no qual procissões, cortejos e danças devidamente marcados pelo catolicismo institucional eram representados, mas com ênfases no sincretismo de elementos africanos, especialmente entre as irmandades² negras católicas. Deste modo é muito difícil precisar com exatidão o início delas em terras brasileiras.

O sincretismo religioso é a fusão de diferentes crenças, práticas e tradições religiosas. É o resultado de interações e conflitos históricos entre diferentes grupos, como colonização, migrações, imposições religiosas ou culturais, entre outros fatores. Não é algo que simplesmente surge de forma espontânea entre as pessoas, mas sim algo que é influenciado por

¹ Para Nei Lopes (2014), a ancestralidade refere-se aos antepassados mais antigos, a partir dos bisavôs, e é valorizada porque representa uma herança espiritual que deve ser preservada e cultuada. O culto aos ancestrais envolve práticas rituais de veneração aos espíritos, buscando a energia que deles emana. Dentro das tradições africanas, a crença na continuidade da alma após a morte sempre foi fundamental para assegurar a estabilidade social e a coesão familiar.

² Segundo Reis (1996) e Soares (2002), as irmandades religiosas, formadas por negros em torno da devoção católica, funcionavam como redes de apoio mútuo, oferecendo ajuda em situações de doença, prisão, fome ou morte. Além de garantir funerais dignos, eram espaços de autonomia e construção de identidade, promovendo solidariedade entre africanos deslocados, apesar de inicialmente idealizadas pelos brancos como instrumentos de controle social.

contextos específicos de poder, dominação, resistência e negociações. Pode envolver adaptações forçadas, ajustes pragmáticos ou até mesmo uma forma de preservação das crenças práticas originais, como uma maneira de contornar ou se proteger de pressões externas, segundo Paula Montero (2003).

Reconhecemos que o termo sincretismo é rejeitado por muitos pesquisadores da religião, porém, adotamos essa terminologia, porque o conceito de sincretismo continua sendo utilizado por pesquisadores de Congadas e se mostra útil no estudo da religião e de outros aspectos da realidade social. Entendemos que o conceito de hibridismo é considerado mais moderno e mais amplo, por abordar elementos da cultura não especificamente religiosos, porém a bibliografia consultada e o estado da arte empreendido foram os condutores de toda a análise aqui desenvolvida.

Na cidade de Catalão, localizada no sudeste de Goiás, as incursões das entradas e bandeiras começaram a ocorrer nas primeiras décadas do século XVIII, com a captura e o extermínio das populações indígenas da região, impulsionadas pela busca por minas de ouro. Em 1859, Catalão foi oficialmente reconhecida como cidade do estado. As Congadas, por sua vez, acontecem desde o povoamento da região, registros oficiais datam 148 anos, realizadas durante a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário.

O Reinado é composto por: rei, rainha, príncipes, princesas, generais, guarda-coroas e os ternos por: capitães, dançadores (soldados) e bandeirinhas³. Os ternos se dividem em: Catupé, Vilão, Marujeiro, Congo, Moçambique e Penacho. Cada terno tem seu ritmo e cores característicos, sendo comandados pelos capitães, que orientam os dançadores. As Congadas de Catalão, ao longo do tempo, se adaptaram ao contexto local, assumindo características próprias. Assim como em outras partes de Goiás, a festa das Congadas representa a resistência cultural dos afrodescendentes e a preservação das tradições que formaram a identidade local.

Para Carmem Lúcia Costa (2010), as Congadas inicialmente surgiram como uma celebração criada por afrodescendentes escravizados com o objetivo de preservar as tradições africanas no contexto da colonização. Com o passar do tempo, essas festividades superaram as tentativas de marginalização e continuam a celebrar a coroação de reis e rainhas africanos, contribuindo para a perpetuação da memória e identidade de um povo.

Carlos Rodrigues Brandão (1985) acentua que as Congadas locais requerem meses de preparação no que se referem à organização dos ritos, à preparação das danças, aos ensaios, à separação das músicas e diversos outros trabalhos como as confecções e ornamentações de

³ Dados fornecidos pelo 1º secretário da Diretoria da Irmandade e 2º Capitão do Terno Moçambique Coração de Maria, Vinicius Luis da Assunção Ribeiro, no ano de 2024, *via WhatsApp*.

bandeiras, que compõem toda a celebração. que compõe toda a celebração. Tais observações oram constatadas no decorrer da pesquisa por meio de acesso a fontes publicadas e relatos de participantes.

Este ritual é então, feito há mais de um século, o que segundo Cássio Ribeiro Manoel (2017), tem também uma função simbólica memorialística, pois o “mito do achamento permite que o passado seja conservado, perenemente, ano após ano, pois é por meio do refazer do ritual que a congada vem se perpetuando por séculos” (Manoel, 2017 p. 37). Durante os eventos agrega-se à fé com música, teatro e dança ao mesmo tempo em que se relembra a memória dos escravizados. As Congadas são intimamente perpassadas pela lógica da resistência cultural negra, uma vez que celebram culturas marginalizadas e subalternas desde o Brasil Colônia.

No entanto, como considera Costa (2010), na contemporaneidade as Congadas de Catalão é um festejo reelaborado para se manter até os dias atuais, a espetacularização mercantilizada e as mudanças na dinâmica da cidade pelo comércio em barracas geridas pela paróquia em parceria com a prefeitura da cidade, também fazem parte de sua composição, uma vez que há uma forte demanda mercadológica advinda do turismo no período da festa.

Em 27 de abril de 2022, durante a Expo Cavalhadas em Goiânia, o atual governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado, assinou o requerimento (solicitado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de Catalão), que consistia em patrimonializar as Congadas de Catalão, que acontece durante a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário.

Esses trâmites legais podem durar de dois a cinco anos, em média, podendo ser a mais ou a menos que esse prazo. Em Goiás, o registro de bens imateriais é realizado pela Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico (SUPHA) e pela Secretaria de Estado da Cultura de Goiás (SECULT), começando com a solicitação do registro pelos organizadores da festa ou do rito, depois de análises da documentação enviada à SECULT. Assim, ocorrerão visitas a cidade e às festividades, serão produzidos pesquisas, entrevistas, pareceres e dossiês. Após as coletas e análises da superintendência, o parecer é enviado ao Conselho Estadual de Cultura, responsável pela emissão final do processo. Assim, seguidos esses passos e aprovados os documentos, as Congadas de Catalão se tornariam patrimônio cultural imaterial do estado de Goiás.

O processo de patrimonialização destes festejos (como em basicamente todos) contempla interesses de ordem política e econômica, para além das intencionalidades voltadas às justificativas de preservação cultural. Neste sentido, é interessante notar que segundo dados apontados pelo Instituto Mauro Borges (IMB), em 2019, Catalão possuía o quinto maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Goiás, e uma vez tendo uma determinada

manifestação cultural devidamente reconhecida como patrimônio do estado e maior visibilidade midiática, há também uma tendência da ampliação de investimentos financeiros em infraestrutura urbana, da especulação imobiliária e de outros fenômenos acionados pela indústria cultural.

O reconhecimento de uma manifestação cultural como patrimônio pode ser uma ferramenta poderosa para transformar a realidade econômica e social de uma região, ao mesmo tempo em que coloca a cultura no centro de estratégias de desenvolvimento local ganhando possíveis créditos no âmbito econômico, cultural e político. É com esse olhar que se pretendeu conduzir esta pesquisa, ressaltando como os discursos políticos que abarcam distintas intencionalidades estão integrando o processo de reconhecimento das Congadas de Catalão.

Por outro lado, celebrações de cunho religioso, como a aqui analisada, também representam para muitos, modos de convivência que rememoram suas práticas de outrora, simbolizando um modo de vida tido como mais simples e mais desapegado do acelerado padrão de vida atual, pautado pela globalização midiática e pela necessidade de desempenho exigida pelo sistema econômico do capital. Deste modo, ocorre a necessidade de rememoração cultural para viver bem o presente e projetar melhor o futuro ajudando na construção da identidade e da memória coletiva Maurice Halbwachs (1990) mantendo suas tradições. Todos estes fatores (e muitos outros) estão envolvidos nas Congadas e justificam teoricamente a necessidade da abordagem referente à memória e à identidade cultural local, que fazem parte do conjunto de manifestações associadas às Congadas.

Ademais, ao abordar a referida festividade, estamos também acionando diversas temáticas ligadas ao debate das relações raciais no Brasil como o racismo religioso e estrutural, tema que para muitos é diminuído: de uma forma geral, o racismo se configura como um tabu, uma vez que boa parte da sociedade nega sua existência, ou prefere não o discutir abertamente. Para Milton Santos (2000), ser negro no Brasil atualmente significa, frequentemente, ser alvo de olhares preconceituosos. A chamada alta sociedade parece acreditar que os negros têm um lugar pré-determinado, na base da pirâmide social, e se comporta tranquilamente dessa maneira. Assim, tanto a permanência na base quanto a tentativa de ascensão social se tornam desafios diante desse olhar discriminatório. Nesse contexto, práticas culturais e religiosas de pessoas negras, como suas manifestações de fé, muitas vezes são vistas de forma preconceituosa e estigmatizada, reforçando ainda mais os obstáculos para que essas pessoas ascendam socialmente ou tenham suas práticas culturais reconhecidas.

A despeito dessa exclusão, Marcos Manoel Ferreira (2021) afirma que as contribuições dos povos africanos à cultura brasileira são de extrema importância, com influências históricas

e culturais que moldaram a identidade miscigenada do Brasil. Essas contribuições são evidentes na convivência com a diversidade étnica, religiosa e cultural, permeando aspectos do nosso vocabulário, culinária, música e dança. A religião com raízes africanas, o sincretismo e as religiões afro-brasileiras, como candomblé, vodu e umbanda, trazem uma contribuição inestimável, tornando-nos tanto africanos quanto brasileiros.

Enfim, a abordagem da cultura afrodescendente brasileira, nessa pesquisa, lançará o olhar sobre os ritos e hereditariedades apresentadas, especificamente nas Congadas, atribuindo reconhecimento e destaque por sua contribuição na construção da memória identitária do povo goiano. O debate acadêmico tem papel importante na disseminação de conhecimento, atuando aqui como uma ponte transitória para a educação escolar de jovens, rompendo paradigmas e promovendo discussões respeitosas sobre a diversidade cultural e religiosa.

O tema das Congadas de Catalão já foi debatido de maneira ampla e abrangente pelas ciências sociais, mas de acordo com nosso levantamento no *google* acadêmico, *Sciello* dos trabalhos de teses de doutoramento, dissertações de mestrados, artigos em revistas, periódicos e anais por meio de palavra-chave, aleatórias e indicações de literatura realizados pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Estadual de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP) existe uma lacuna sobre este tema no que se refere ao processo de reconhecimento oficial das Congadas de Catalão como patrimônio cultural. Houve a necessidade de empreender tal pesquisa, buscando com ela trazer mais domínio epistêmico sobre uma festa tradicional, que é de grande relevância social, religiosa e cultural.

Neste sentido, abordar as Congadas e seu processo de patrimonialização agrega ao tema do patrimônio cultural uma importante reflexão sobre as relações raciais. Essa abordagem crítica permite entender melhor as manifestações populares, destacando seus diversos papéis culturais como a preservação e construção da identidade e memória afrobrasileira, ao mesmo tempo em que revela esses processos como instrumentos de mercantilização, turismo e interesses políticos, conforme analisado por Izabela Maria Tamasso (2007) em seu estudo sobre a Cidade de Goiás.

Tendo em vista que os patrimônios representam os mais diversos interesses culturais, econômicos, religiosos e políticos, esta pesquisa objetivou, primordialmente, analisar em que circunstâncias e sob quais motivações o processo de registro das Congadas de Catalão⁴ está

⁴ O processo foi solicitado pela Irmandade Nossa Senhora do Rosário desde 2022 junto a SECULT de Goiás, e atualmente está em tramitação legal.

sendo conduzido, e como está sendo percebido pelos detentores dos saberes e fazeres que envolvem sua prática e experiências religiosas e culturais. Ainda como objetivo dessa investigação, propusemos empreender um debate acerca das Congadas e sua formação/composição marcada pelo sincretismo religioso e sua organização cultural diversa, avaliando as suas formas de inserção nas mais variadas pesquisas já realizadas. Com isso, também buscamos discutir sobre a cooptação política das Congadas e as questões de interesses que regem o processo em curso iniciado em 2022. Como último objetivo, pretendemos entender esse processo de patrimonialização a partir da visão dos detentores do bem cultural, analisando quais são suas expectativas; como compreendem os benefícios e possíveis impactos do registro como bem imaterial; assim como as fragilidades e potencialidades para o pleito do registro como bem imaterial a nível estadual e federal.

Como resultado do estudo, produzimos um registro audiovisual, na forma de documentário, com o intuito de incidir foco e oferecer mais um canal de visibilidade para as Congadas de Catalão, a fim de, inclusive, colaborar com o processo de patrimonialização das Congadas de Catalão, mediante a aprovação da comunidade congadeira catalana. Esse registro visa destacar as narrativas dos detentores desse bem cultural, cujas vozes foram historicamente silenciadas, mas que desempenham um papel central na preservação e salvaguarda da memória identitária congadeira, proporcionando visibilidade aos envolvidos. O documentário contribuirá para registrar e documentar as narrativas da comunidade congadeira catalana a respeito da patrimonialização em curso, porque consideram esta manifestação um patrimônio do estado e o que esperam com esse registro oficial em nível estadual. Os registros audiovisuais buscam por meio de imagens, sons e narrativas documentar o que levou a comunidade congadeira iniciar o processo de patrimonialização, quem os motivou a tal ação e o que almejam alcançar com o registro.

O presente relatório foi elaborado a partir de uma pesquisa exploratória e qualitativa, apoiando-se em amplo referencial teórico e bibliográfico. Para construção do estado da arte empreendemos um debate acerca das Congadas e sua formação/composição marcada pelo sincretismo religioso e sua organização cultural diversa, valendo-nos de pesquisas como a de doutoramento de Carmem Lúcia Costa (2010) “Cultura, Religiosidade, Comércio na cidade: Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão - Goiás”; a dissertação de mestrado defendida por Ana Paula Costa Rodrigues (2008), “Corporeidade, cultura e territorialidades negras”; a dissertação de mestrado de Odete de Araújo Costa (2016), “Entre a cozinha e a mesa, entre altares e rosários: alimentação e relações de gênero nas festas de reinado e congadas de Goiânia”; a tese de doutorado de Adriane Álvaro Damascena (2012), “Os jovens, a congada, e

a cidade: percursos e identidades de jovens congadeiros em Goiânia”; Jeremias da Silva Brasileiro (2020), a dissertação de mestrado “Congo, Congado, Congadas: tradição cultural afro-brasileira de resistência ao racismo e discriminação e os tempos de diásporas e escravidão”; tese de doutorado de Marise Vicente de Paula (2010), “Sob o manto azul de Nossa Senhora do Rosário: mulheres e identidade de gênero na congada de Catalão (GO)”, dissertação de mestrado de Sandra Inácio Silva (2016), “A Congada em Pires do Rio e Catalão: uma manifestação cultural”; e obras como as de Robson Antônio Macedo (2007), Brandão (1985, 2007, 2008, 2015), Marina de Mello Souza (2006) e Cairo Mohamad Ibrahim Katrib (2004).

No campo teórico, Françoise Choay (2011) oferece uma importante contribuição em "O patrimônio em questão: Antologia para um combate", no qual propõe uma reflexão crítica sobre o processo de patrimonialização, especialmente no que diz respeito aos monumentos e que podem ser estendidas aos bens imateriais. Choay (2011) observa como a seleção dos bens culturais a serem patrimonializados muitas vezes passa a ser dominada por interesses mercadológicos, tratando a cultura como uma forma de entretenimento. Ela alerta para a confusão entre políticas de preservação e turismo, destacando a necessidade de se repensar essas práticas. Convoca os cidadãos a tomarem consciência do apagamento das características da vida humana e a participarem ativamente nos processos de tombamento, registros e criação de planos de salvaguarda, defendendo a descentralização dessas decisões, que hoje estão concentradas nas mãos de estudiosos e instituições estatais.

Ademais, as reflexões sobre racismo e sincretismo religioso apoiaram-se nos estudos de Paul Gilroy (1992, 2001), Nilma Lino Gomes (2012); Ricardo Oliveira Rotondano (2020, 2022), Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Marian Ferrão Candau (2010), Talita Arianne da Silva Ferreira (2017), Marcos Manoel Ferreira (2020, 2021), Flávio Arcanjo (2003), Afonso Maria Ligório Soares (2002), Reginaldo Prandi (2004), Luis Nicolau Parés (2018); Daniel Alves (2024), Frantz Fanon (2008); Lélia de Almeida Gonzalez (2018), Kabengele Munanga (1999), Patrícia Hill Collins (2021) e Robin Diangelo (2018); contribuições teóricas-metodológicas do Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: Anibal Quijano (2005); Walter Dignolo (2017); Nelson Maldonado-Torres (2008); Catherine Walsh (2012) e estudos da historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva (2009, 2012, 2024) embasaram as possibilidades de se pensar a decolonidade da patrimonialização das Congadas de Catalão. Yussef Daibert Campos (2013, 2022) foi referência para as ações crítico-reflexivas sobre os procedimentos de natureza jurídica e do direito do patrimônio. A categoria “festa” foi analisada a partir de autores como Jean Duvignaud (1983), Brandão (1985), Mary Lucy Murray Del Priore (1994), Rita de Cassia de

Mello Peixoto Amaral (2004), Luana Moreira Marques e Brandão (2015), Jadir de Moraes Pessoa (2005) e José Henrique Rodrigues Machado (2020).

Realizamos uma pesquisa de registros documentais, incluindo a análise do processo nº 202217645001127SEI (Anexo A), atualmente em tramitação na (SUPHA) e (SECULT) em Goiânia, Goiás. Esta análise envolveu ofícios e correspondências eletrônicas relacionadas ao processo de registro das Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural Estadual, conforme solicitado pela SECULT para agendamentos de entrevistas semiestruturadas com a representante da SECULT e anuência do órgão público estadual em Goiânia presencialmente.

Também examinamos o processo nº 01450.0163481/2008-49 (ANEXO B), e dossiês que tratam do registro das Congadas de Minas Gerais em âmbito Nacional junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cujo escopo foi ampliado para incluir manifestações culturais no Sudeste e Centro-Oeste.

Adicionalmente, analisamos o Decreto Lei nº 8408/15 (ANEXO C), em particular a Instrução Normativa de nº 003 de 2019 aprimorada/atualizada em 2022 (ANEXO D); o Projeto de nº 562/24 (ANEXO E) e a Proposição de nº 11443/2024 (ANEXO F) que tramitava na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), que propôs a patrimonialização das Congadas de Catalão e sua inclusão no Calendário Festivo Estadual e Reconhecimento oficial da Festa do Rosário como Patrimônio Cultural Imaterial Goiano conforme requisitado pelo Legislativo; e a Lei Estadual nº 23.176/2024 (ANEXO G) que reconhece a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário como Patrimônio Cultural e Imaterial Goiano; a Lei nº 4269/2024 (ANEXO H) que autoriza o Município de Catalão a conceder auxílio financeiro a cada um dos representantes dos ternos das Congadas e Reinado de Catalão que participaram das festividades de Nossa Senhora do Rosário de 2024 e dá outras providências. Ademais, recorreremos aos noticiários jornalísticos, internet, conversas informais, recortes de jornais e fotografias (que se encontram no Arquivo Histórico Estadual de Goiás, SECULT em Goiânia – GO e do Museu Histórico Municipal Cornélio Ramos em Catalão - GO) de arquivos pessoais dos congadeiros coletando dados sobre a cidade de Catalão⁵, Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e as Congadas de Catalão.

Para compreendermos as circunstâncias e motivações do recente processo de registro das Congadas de Catalão – GO, bem como a percepção dos detentores dos saberes e fazeres

⁵ Na cidade de Catalão, a Lei nº 4269/2024 autoriza o Município de Catalão a conceder auxílio financeiro a cada um dos representantes dos ternos das Congadas e Reinado de Catalão que participaram das festividades de Nossa Senhora do Rosário de 2024, e dá outras providências. Auxílio de 208.000,00 reais divididos para 25 ternos de Congos e Reinado, durante o Governo Municipal de Adib Elias Júnior.

envolvidos nesta manifestação cultural, tornou-se indispensável a observação participante das práticas e movimentos dos sujeitos envolvidos e realização de entrevistas semiestruturadas, em pesquisa de campo nos anos de 2023 e 2024, seguindo orientações do Comitê de Ética em Pesquisa⁶, coletando anuência junto à comunidade congadeira.

Foram realizadas conversas com a presidente da Irmandade Ana Cristina via *WhatsApp*; com o capitão do Terno de Congo Moçambique Mamãe do Rosário; Antônio Machado do Nascimento; Cintia Emídio; Cleiber R. dos Santo; Durval Salviano do Nascimento, Edson Arruda da Costa Júnior; Hannayama Nogueira Pereira Aguiar; Jaci Serafim; Laudimir da Silva (Dimiro); Lucas Gomes Arruda; Luciana Coelho Barbosa; Mara Rúbia da Silva; Maria Aparecida de Melo Botelho; Thadeu Botêgo Aguiar; Terezinha Gonçalves dos Santos Duarte; Wesley Alves; Wesley Calisto do Nascimento; Yara Nunes dos Santos; Aldanice Moreira Reis; Ana Beatriz de Faria; Carlos do Rosário Alves; Cintia Emídeo; Denise do Rosário Alves; Eduardo Camilo; Eloá Ribeiro Rita; Elzon Arruda; Felipe Macedo da Silva; Hilda Alves; Isadora Gonçalves de Oliveira; Janaina Neves; João Victor A. Silva; José Carlos de Faria; Terno de Congo Santa Terezinha; Laudimir da Silva; Luciana Coelho Barbosa; Luzia Márcia Resende Silva; Marcos Guilherme Medeiros Pereira; Maria Cleusa Leandro Arruda; Nilmar dos Reis Pinto; Nilza Alves de Oliveira; Raquel Leandro Canudo; Vinicius Luis Assunção Ribeiro e Wesley Alves. Foram aplicados como referências para o direcionamento nas entrevistas, quatro modelos de roteiro de entrevistas semiestruturadas dirigidas: à presidente da Irmandade (via *WhatsApp*) aos congadeiros, moradores e organizadores da Festa; ao (s) padre (s), à secretária da SECULT e à coordenadora do Núcleo de Preservação do Patrimônio Material e Imaterial do Estado de Goiás.

Foram conduzidas, no total, 52 entrevistas semiestruturadas durante a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, nos dias de participação das Congadas, via *WhatsApp*, em Catalão – GO a partir do mês de outubro de 2023 e 2024, e no mês de novembro na SECULT em Goiânia nos anos de 2023 e 2024. As entrevistas foram realizadas por amostragem com grupos escolhidos aleatoriamente e com base em sua representatividade e disponibilidade, além de alguns indicados pelos participantes da Festa. Foram entrevistadas pessoas maiores de 18 anos, com preferência pelos mais idosos. No entanto, enfrentamos obstáculos, como o silenciamento dos mais idosos em se pronunciar, transferindo a responsabilidade para os mais jovens, ou a

⁶ A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás, com registro CAAE nº 70736223.3.0000.8113 na Plataforma Brasil.

dificuldades físicas significativas de alguns, respeitadas por tratarmos de questões sensíveis, entre outros desafios como a chuva, queda de eletricidade.

No ano de 2023 ocorreram 20 entrevistas sendo realizadas via *WhatsApp*, nas residências, no Largo do Rosário e no Centro do Folclore, com o general das Congadas, quatro capitães de ternos, três dançadores de congo, um casal de festeiros, duas pessoas da comissão da festa responsáveis pela organização do evento (incluindo alimentação e bandeiras), uma participante da Festa, dois moradores atuais e antigos de Catalão envolvidos com esse patrimônio cultural, e duas representantes da SECULT. O objetivo foi averiguar as etapas do processo e como os envolvidos nessa manifestação cultural percebem o pleito de patrimonialização das Congadas de Catalão.

No Apêndice A, a Tabela 1 - lista os nomes dos entrevistados durante o ano de 2023 nas cidades de Catalão e Goiânia - GO, bem como suas participações nas Congadas de Catalão e os representantes da SECULT. No Apêndice B, Tabela 2, por sua vez, apresenta os 32 entrevistados do ano de 2024, em que buscamos aprofundar ainda mais nas possíveis expectativas dos congadeiros e dos agentes envolvidos no processo de registro das Congadas de Catalão em curso; na compreensão da unanimidade dos congadeiros a respeito dos impactos positivos deste reconhecimento como patrimônio cultural e o que almejam alcançar com esses esforços empreendidos em patrimonializar as Congadas de Catalão. O que esperam e como atribuem o sentido de patrimônio a essa manifestação cultural?

Os entrevistados selecionados e indicados para as entrevistas nos anos de 2023 e 2024 ocorreram em locais previamente definidos pelos próprios participantes, em ambientes familiares, de trabalho e no local da Festa aleatoriamente ou indicados pelos congadeiros, e na SECULT - Goiânia. Os participantes foram convidados a integrar a pesquisa por abordagens orais e pelo envio de convites via correio eletrônico, ofício e telefonemas, direcionados aos interessados de Catalão que já moraram e moram na região e possuem vínculos com as Congadas. Além disso, a pesquisa buscou recomendações de congadeiros catalanos e observado algumas funções para atender a demanda da pesquisa como: representantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Catalão, capitães, congadeiros, gerais, rei ou rainha, organizadores (as) da Festa, artesões e artesãs, moradores catalanos, secretária da SECULT e outros envolvidos no processo de patrimonialização das Congadas de Catalão e partícipes da Festa. Durante o processo de convite, foram compartilhadas mensagens detalhando os objetivos da pesquisa e fornecendo informações específicas sobre o propósito do estudo. Foi garantida a confidencialidade das informações e obtido o consentimento informado dos participantes antes do início das entrevistas, incentivando-os a participar ativamente do estudo.

Nos meses de setembro e outubro do ano de 2024 continuamos as observações participantes, as entrevistas semiestruturadas e coleta de áudio e visuais em Catalão para compormos um item desse relatório, que é a produção de um videodocumentário. Comprometemos ao final do trabalho, a compartilhar os resultados com a comunidade catalana, em locais públicos, ou no Centro do Folclore em Catalão - GO, nas residências dos participantes catalanos, ou por vídeo chamadas (*online*) conforme a disponibilidade dos envolvidos.

A pesquisa participante para Brandão e Maristela Borges Correa (2008) deve ser pensada como um momento dinâmico de um processo de ação social comunitária, que importa “conhecer” para formar pessoas motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos. Aspirando a participação de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um ^{saber} abrangente, partilhado mais sensivelmente na formação do conhecimento popular.

Deste modo, o trabalho de campo conduziu os passos primordiais desta pesquisa, visando contemplar para além do ato científico, as vivências dos envolvidos, em que observamos o “estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento” (Brandão, 2007, p. 13).

As fontes visuais foram outra forma de apreensão das festividades, as quais foram registradas por meio de fotografias, áudios e vídeos com a população local e participantes, permitindo uma apreensão mais esmiuçada dos olhares e representações acerca das Congadas. Além da pesquisa exploratória, se fez necessário a pesquisa qualitativa em que se deu a oportunidade aos entrevistados e a liberdade em se expressarem sem intimidações ou desconfortos ao exporem suas opiniões e relatos. Para John Creswell (2021), a pesquisa qualitativa:

É uma abordagem voltada para a exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve a emergência de perguntas e procedimentos, a coleta de dados geralmente no ambiente do participante, a análise indutiva desses dados iniciadas nas particularidades e levada para temas gerais e as interpretações do pesquisador acerca do significado dos dados (Creswell, 2021, p. 22).

Creswell (2021) descreve a pesquisa qualitativa como um processo exploratório voltado para compreender os significados atribuídos por indivíduos ou grupos a questões sociais ou humanas. A abordagem se caracteriza pela flexibilidade metodológica, permitindo que perguntas e procedimentos sejam ajustados conforme a investigação avança. As coletas de

dados ocorreram no ambiente dos participantes, favorecendo uma compreensão mais contextualizada. A análise segue uma lógica indutiva, partindo de aspectos específicos para identificar temas mais amplos, enquanto o pesquisador interpreta os dados com base nas informações coletadas, reforçando o caráter interpretativo dessa metodologia. O presente relatório técnico foi dividido em 3 sessões, sendo que na primeira empreendemos um debate acerca das Congadas e sua formação/composição marcada pelo sincretismo religioso e sua organização cultural diversa, buscando avaliar as suas formas de inserção nas mais variadas pesquisas já realizadas. Na segunda sessão discutimos sobre a cooptação política das Congadas e o questionamento dos interesses que regem o processo de patrimonialização em curso desde 2022. Buscamos entender esse processo de patrimonialização e o que motivou a busca pelo registro oficial de patrimônio cultural, a partir da visão dos congadeiros e dos envolvidos com o bem cultural, analisando quais são suas expectativas; como compreendem os benefícios e possíveis impactos do registro como bem imaterial; assim como as fragilidades e potencialidades para o pleito do registro como bem imaterial a nível estadual na SECULT e federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Na terceira sessão do relatório técnico, que constitui parte integrante e pré-requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP, é apresentada a elaboração de um produto que visa a aplicação prática do conhecimento científico, oferecendo uma devolutiva de utilidade social à comunidade. Trata-se de um documentário de 37 minutos e 36 segundos que abre espaço para que os congadeiros e os envolvidos no processo de patrimonialização das Congadas de Catalão compartilhem suas aspirações acerca da possível oficialização estadual dessa manifestação cultural. A partir de observações participantes e entrevistas realizadas em 2023 e 2024, foram captadas percepções valiosas sobre os desafios e conquistas relacionados ao reconhecimento desse patrimônio. O documentário intitulado *“Nos caminhos do Rosário aos Ritmos dos Tambores: as Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural”* registra a riqueza da devoção, as histórias, os conflitos e as perspectivas da comunidade, combinando depoimentos orais e imagens cuidadosamente elaboradas, inspiradas nas abordagens de Alberto Manguel (2001) e Joly Martine (2007). A narrativa visual, influenciada por Manguel (2001), explora interpretações subjetivas dos participantes, enquanto as contribuições de Joly (2007), com sua análise semiótica, ressaltam símbolos religiosos, trajes tradicionais e outros elementos visuais, articulando texto e imagem de forma significativa. Mais do que um registro documental, o produto busca amplificar as vozes da comunidade e incentivar reflexões sobre o papel da fé e da devoção na superação de desafios como o racismo e a intolerância religiosa. Assim, o documentário se estabelece não

apenas como uma documentação do processo de patrimonialização, mas também como um convite à reflexão e à mobilização para a preservação desse rico e vivo patrimônio cultural, promovendo maior conscientização sobre a importância da memória e do legado das Congadas de Catalão.

1. RAÍZES, CONTEXTOS E TRAJETÓRIAS DAS CONGADAS DE CATALÃO (GO): UM ESTADO DA ARTE

Discutir as Congadas aciona, direta e indiretamente, o trabalho com temas ligados à formação do Brasil Colônia, onde o sincretismo é uma característica central no debate sobre a religiosidade. Como já argumentado aqui, tais festas de caráter religioso também suscitam um extenso debate sobre as relações raciais no Brasil, o que significa, por conseguinte que contribuem no debate sobre escravidão, racismo, preconceito e temáticas afins. A revisão bibliográfica demonstrou uma significativa produção sobre as Congadas de Catalão, já contemplando essa dimensão.

A dissertação de mestrado defendida por Rodrigues (2008) versa sobre as diferenças étnico-sociais reflexivas através das corporeidades presentes nas Congadas de Catalão. Em uma linha dialógica, a tese de doutorado em Geografia de Damascena (2012) propõe trabalhar com questões identitárias entre a juventude praticante das Congadas de Goiânia. Esta mesma autora publicou um artigo sobre práticas educativas dentro dos ternos. Ela argumenta que as festas religiosas em Goiás permeiam a constituição das identidades locais, sendo uma verdadeira forma de manutenção memorialística diante de uma realidade contemporânea onde fluidez da vida e as intensas transformações diárias fazem parte da vida dos indivíduos:

O compromisso com a comunidade congadeira muitas vezes é estabelecido por vínculos familiares que contribuem para a reedição da congada na cidade e na produção de um circuito de ternos existentes em Goiânia. A trajetória a ser seguida na pesquisa acompanha os jovens congadeiros mediados pela sua modernidade e sua inquietação. Os itinerários apontados pelos jovens são, na verdade, lugares de pertencimento dentro da cidade, constituídos majoritariamente pela população negra (na periferia de Goiânia), especialmente dos jovens congadeiros, por meio da prática da congada e das próprias culturas por eles vivenciadas (Damascena, 2012, p. 26).

A tese de doutoramento de Costa (2010) explora as práticas comerciais dentro da festa de Catalão como tema central. Esta autora ressalta que além de ser inicialmente conduzida por negros, a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário também foi sempre composta por dançadores pobres, passando depois de algum tempo para a comunidade catalana. Para ela, as Congadas envolvem um processo de espetacularização voltada mais a vieses mercadológicos, momento em que as intencionalidades comunitárias e relacionadas à religiosidade dos praticantes são apropriadas em um processo alienante conduzido por interesses do capital.

A tese de doutoramento de Paula (2010) trata sobre relações de gênero dentro dos reinados. Destacando as Congadas como uma das maiores e mais importantes representações

festivas da cultura negra no Brasil, a autora se propõe a notar que o espaço dessa celebração padece da invisibilidade das mulheres, denotando que mesmo quando estas são congadeiras, dançadoras de um terno ou capitãs, as restrições espaciais ainda se estruturam como hierárquicas, o que dá mote para a percepção do sexismo.

Em uma linha de análise que também perpassa o debate acerca do gênero feminino, a dissertação de mestrado de Costa (2016) se diferencia por tratar do tema da alimentação. A autora realizou sua pesquisa com a ajuda de etnografias com mulheres que estão dentro dos quadros da festa, mas que dedicam suas atuações ao ofício de cozinhar. Nota-se que ocorre uma naturalização por parte do feminino dentro deste ofício, mas a autora também destaca que a cozinha se torna um instrumento de sociabilidade, e mais importante, é um instrumento de poder feminino. O trabalho também destaca um sistema de dádivas, que envolve doações de alimentos e benção dos santos padroeiros, além de sobreposições entre catolicismo e religiões de matriz africana.

De maneira um tanto quanto distinta dos demais trabalhos citados, Manoel (2017) se dispôs a investigar as maneiras pelas quais o mito do achamento da Santa do Rosário estabeleceu-se como um dos pontos diacríticos das celebrações das Congadas em Catalão. Metodologicamente feito a partir de dez (10) entrevistas gravadas em campo de pesquisa, o autor se debruçou sobre a consolidação do referido mito, buscando evidenciar como tal evento simbolicamente reforça não apenas o evento local para práticas e festejos locais relacionando elementos linguísticos e culturais das religiões e da cultura popular goiana.

O artigo de Ferreira (2020) aborda o sincretismo nas Congadas de Catalão (GO), evidencia a fusão entre tradições afro-ibéricas, religiões afro-brasileiras e o catolicismo popular. A partir da perspectiva dos devotos, explora as dimensões simbólicas, culturais e religiosas dessas celebrações. A pesquisa ressalta a vivência subjetiva e coletiva dos participantes, destacando como as manifestações integram identidade, memória e transformações históricas em um contexto cultural plural e dinâmico.

Os trabalhos relatados acima são alguns de maior fôlego e mais densidade epistêmica que encontramos ao buscar referências sobre o tema para a tessitura dessa pesquisa. Mas de um modo geral, nossa proposta se diferencia do que já foi feito, pois é de nosso desejo analisar o debate cultural que se efetiva por meio de variadas estratégias empreendidas pelos mais diversos agentes do processo de patrimonialização como o Estado representado pela SECULT e mesmo pelos congadeiros e moradores de Catalão, notando como grupos e representações políticas e mercadológicas locais também se inserem neste processo cada um com sua perspectiva.

1.1 Catalão em contexto: traçando o cenário histórico da região

Segundo Idelvone Mendes Ferreira e Estevane de Paula Pontes Mendes (2009) acredita-se, entre várias suposições, que a ocupação e colonização de Goiás não foi movida apenas pela exploração do ouro, por volta de 1726 a 1770 iniciaram outras atividades agrícolas, criatórios e arregimentação e organização da mão de-obra indígena em sua região de origem. O desinteresse pela interiorização do Governo Imperial foi marcado pela dificuldade em demarcar legalmente as terras, dispersão e isolamento da população goiana, transportes precários e comunicação, entre outros fatores.

Neste interim, Flávio Arcanjo (2003) aborda que o povoamento de Catalão é iniciado com as entradas e bandeiras, organizadas em comitivas compostas por homens armados, que adentravam pelos sertões para a captura de mão-de-obra indígena a ser escravizada e em busca de riquezas minerais, datada no século XVIII. E assim, começou no território goiano o extermínio físico e cultural do grande povo indígena, em que se tinha notícia dos povos Guayaz.

A bandeira comandada por Bartolomeu Bueno da Silva, filho de bandeirante cognominado pelos indígenas de "Anhanguera", atravessou o Rio Paranaíba, onde abriu o Porto Velho, o atual Porto do Lalau, deixando um barco na margem direita do Ribeirão Ouvidor, assinalando sua passagem e continuando sua viagem pelos sertões goianos. Nas imediações de Catalão, permaneceu um dos capelãos da comitiva, Frei Antônio, espanhol natural da Catalunha apelidado de Catalão e que juntamente com três companheiros, resolveu criar um ponto de pouso nas proximidades do Córrego do Almoço, tendo em vista a qualidade do solo e a amenidade do clima e, principalmente, a necessidade de reabastecer a bandeira quando do retorno (Oliveira *et al.*, 2005). A figura 1 refere-se a uma matéria do Diário da Manhã sobre as histórias que repercutem na cidade, atribuindo ao Frei a escolha do nome da cidade.

Figura 1 - Recorte de jornal/99 que atribui ao Frei a escolha do nome da cidade.



Fonte: Acervo Arquivo Histórico Estadual de Goiás – SECULT.

Catalão, localizado no Sudeste de Goiás, era um centro de abastecimento para as bandeiras e para as pessoas que viriam ocupar Goiás. Assim, junto com Formosa (Arraial dos Couros - 1749), é um dos poucos municípios de Goiás cuja povoação começou antes de 1800 e não surgiu devido à existência de ouro. Em 1810, um fazendeiro chamado Antônio Manuel doou um lote de suas terras para a construção da Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus. Ele foi motivado não apenas pela devoção, mas também pelo desejo de atrair moradores para a região e valorizar suas terras. Ao redor dessa igreja, começaram a ser celebradas festas religiosas e surgiram armazéns e lojas, iniciando um comércio que deu origem a um povoado, que posteriormente se tornou um arraial, vila e, finalmente, uma cidade, em 20 de agosto de 1859 (Portal da Prefeitura de Catalão).

Por conseguinte, Pedro Ricardo Reis, Helena Angélica de Mesquita e Jaqueline Vaz da Silva (2005) afirmam que a inauguração da Estrada de Ferro em 1912 conectou Catalão a outros mercados. Promovendo o crescimento da economia regional, a Estrada de Ferro (figura 2) e a Estação Ferroviária de Catalão (figura 3) marcaram esse período do histórico da cidade. A construção de Brasília na década de 1950 também teve um impacto significativo, transformando o perfil econômico e social da região. O aumento da migração para as cidades, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, foi motivado pela modernização da agricultura e pela criação de empregos em empresas mineradoras, como a Mineração Catalão, Goiás-Fértil e Copebrás. A Estação Ferroviária de Catalão foi tombada como Patrimônio Histórico Municipal pela Lei nº 370 e pelo Decreto nº 376 de 01 de agosto de 2001.

Figura 2 - Estrada de Ferro / Figura 3 - Estação Ferroviária de Catalão.



Fonte: Foto da autora 2023. / Fonte: <https://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/catalao#images-1>

Para Luana Nunes Martins de Lima (2024), a construção de rodovias em Goiás segue um padrão semelhante ao das ferrovias, com o objetivo de criar uma rede que apoie e viabilize o modelo econômico predominante. Isso significa que tanto as rodovias quanto as ferrovias foram planejadas para facilitar o movimento de bens e pessoas, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região.

A implantação das rodovias em Goiás obedece, em seu traçado, à mesma lógica da ferrovia, ou seja, a criação de uma rede de sustentação e viabilidade social e econômica ao modo predominante de produção, confirmando a análise de Furtado (1976), de que a ideologia do progresso é um forte impulsionador da industrialização periférica. Os fatores que orientam a ocupação do espalho e a implantação das redes de articulação e interligação são variados, a começar pela urbanização acelerada, dado o esvaziamento também acelerado, do campo (Lima, 2024, p. 53).

Ao longo do século XX, Catalão passou por vários ciclos econômicos, como a produção de algodão, a implantação de indústrias têxteis e a expansão da pecuária. Nos tempos mais recentes, a cidade se destaca por sua economia diversificada, com ênfase nos setores de mineração, agronegócio, indústria e serviços. Em consonância com Lima (2024), essas transformações econômicas afetam significativamente o modo de vida da população, provocando mudanças nas áreas sociais, econômicas, na ocupação do espaço e nos saberes e fazeres da comunidade. Essas alterações refletem a lógica de desenvolvimento das rodovias em Goiás, que, assim como as ferrovias, buscam criar uma rede de sustentação econômica e social, onde a ideologia do progresso impulsiona a industrialização periférica.

A figura 4 registra a chegada do tão esperado progresso, encurtando distâncias e promovendo fluxos de pessoas e produtos.

Figura 4 - Autovia Catalão e Goiandira.



Fonte: acervo Arquivo Histórico Estadual de Goiás – SECULT / Caixa 16 - Catalão 1938-1981.

Conforme relatado por Reis Filho, Mesquita e Silva. (2005), Catalão, localizada no sudeste de Goiás, destaca-se por possuir o quinto maior PIB do Brasil. Ao longo dos anos, a cidade experimentou mudanças profundas, especialmente em relação à interação entre áreas urbanas e rurais. Desde os anos 1940, houve um aumento no êxodo rural, impulsionado pela modernização agrícola, um fenômeno generalizado no país. Na década anterior, ocorreu a construção de Goiânia, a nova capital do estado, o que levou a um reordenamento territorial em Goiás, com o eixo econômico se estabelecendo entre a capital e Anápolis, que emergia como um importante centro econômico. Cidades como Catalão, situadas ao sudeste, passaram por um período de declínio econômico.

A construção de Brasília nos anos 1950 marcou outro momento significativo para o município. Segundo Arcanjo (2003), graças à sua localização estratégica, Catalão não enfrentou grandes dificuldades decorrentes das transformações ao longo do século XX. Além disso, a construção da rodovia "Belém-Brasília" durante o governo de Juscelino Kubitschek (Lima, 2024, p. 54), juntamente com a rede rodoviária e ferroviária que atendeu a cidade, facilitou tanto o abastecimento local quanto a exportação de produtos, tanto de Catalão quanto de outras regiões do estado. Na figura 5 percebe-se que Catalão está entre duas importantes cidades, a capital Goiânia e Uberlândia/MG. Destaca-se a localização estratégica para o transporte de pessoas (juntamente com seus hábitos e costumes) e mercadorias beneficiando a economia do município. Esse fluxo de comércio é um dos principais pilares que sustentaram o desenvolvimento de Catalão.

Figura 5 - Mapa que destaca a posição de Catalão na rodovia que liga Goiás à região Sudeste.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/BR-050>.

A população negra desempenhou um papel crucial na formação de Catalão, tanto durante o período de escravidão forçados a trabalhar nas lavouras, na mineração e na construção de infraestrutura, quanto após a abolição. Após a abolição, muitos negros permaneceram na região, continuando a contribuir para o desenvolvimento cultural e social da cidade. Eles formaram comunidades e mantiveram tradições que ainda são presentes nos dias de hoje.

Segundo Arcanjo (2003), a comunidade negra que atualmente reside no município de Catalão e dança as Congadas é majoritariamente descendente de escravizados que foram trazidos para trabalhar nas minas e, posteriormente, nas plantações de cana-de-açúcar. Por muito tempo, esses descendentes foram destinados apenas aos trabalhos braçais. Ao longo do tempo, desenvolveram sua própria visão de mundo, refletida nas danças das Congadas, que estão profundamente entrelaçadas com a história e o surgimento da cidade.

Segundo Rodrigues (2008), o município de Catalão, Goiás, a partir de 1970 passou por transformações diversas com a modernização da agricultura, a instalação de indústrias mineradoras e, posteriormente, de indústrias automotivas. Essas mudanças resultaram em um aumento na oferta de emprego e na visibilidade da cidade em âmbito nacional. Esta cidade, que teve sua origem durante o segundo povoamento de Goiás no ano de 1736, no século XIX foi caracterizada por uma vida rural, e surgiu a partir de fazendas que generosamente doavam terras para a construção de capelas. Esses pontos iniciais serviram como centros ao redor dos quais pequenos comércios e as primeiras residências dos habitantes foram gradualmente estabelecidas.

Para Reis Filho, Mesquita e Silva. (2005), a revolução verde juntamente com o surgimento de mineradoras na década de 1970, atraiu trabalhadores de diversas regiões do Brasil para Catalão, impulsionando seu crescimento urbano. Contudo, o declínio dessas empresas nos anos 1990 trouxe desafios econômicos para a cidade, impactando sua população e desacelerando seu desenvolvimento.

A modernização agrícola na região, especialmente nas áreas de chapada, trouxe mudanças significativas nas relações sociais de produção e no uso do território. Nesses locais, as empresas rurais passaram a ser vistas como símbolos de progresso e modernidade, embora também enfrentassem críticas por contribuírem para a concentração de terras e exclusão social. O relevo das chapadas tornou-se um ponto de destaque para investimentos de capital, com a agricultura irrigada se beneficiando dos recursos hídricos disponíveis e do uso de tecnologias avançadas. A territorialização da agricultura moderna trouxe consigo impactos sociais e ambientais significativos, evidenciando a insustentabilidade desse modelo em longo prazo.

Apesar dos avanços econômicos, a destruição do Cerrado e a exclusão social são preocupações crescentes na região (Reis Filho; Mesquita; Silva, 2005).

Em meados da década de 2000, adequadamente servida por hospitais, escolas, universidades, transportes, telecomunicações e com uma das economias mais fortes do Estado de Goiás, estando entre os primeiros nos setores industrial, agropecuarista, comercial e de extração mineral, além de ter sua cultura e tradições nacionalmente reconhecidas, e políticas de integração social, cultural e tecnológica, Catalão se consolida como um dos mais importantes municípios goianos (Prefeitura Municipal de Catalão).

No campo da educação, o município de Catalão, que fora o primeiro do interior a contar com uma escola regular e o primeiro do Estado a ter uma escola pública, torna-se na década de 1980 o primeiro do interior a contar com um Campus da UFG; na mesma década, instala-se o ensino profissional, com unidades de ensino do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), corresponsáveis pelo alto índice de qualificação profissional do município.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2022), Catalão apresenta uma área territorial de 3.826,370 km², com população residencial de 114.427 pessoas, sendo que destas, 5 mil no ano de 2023, são dançadores de terno de congo, um número considerável para um milênio em que a tecnologia opera.

Culturalmente, recentemente o município também experimentou um renascimento com a valorização das Congadas por parte da mídia, a reforma de patrimônios históricos, como a Igreja de São João, a construção de museus, bibliotecas e de um centro cultural. Nesse contexto, Sandra Inácio Silva (2016) destaca que as Congadas emergem como elementos importantes da identidade cultural de Catalão, preservando tradições ancestrais e fortalecendo os laços comunitários. Essas manifestações culturais, de origem africana, são celebradas em festas religiosas e cívicas, destacando a diversidade cultural da cidade.

Em suma, a história de Catalão reflete não apenas os padrões de desenvolvimento econômico e migração do campo para a cidade observados em todo o Brasil, mas também as especificidades regionais e os desafios enfrentados durante esse processo de transformação (Reis Filho; Mesquita; Silva, 2005). A cidade continua a se adaptar e evoluir, equilibrando os avanços econômicos com a preservação de suas tradições culturais (Silva, 2016).

1.2 O mito, a fé e a devoção a Nossa Senhora do Rosário

Em Catalão, durante o domingo de Nossa Senhora do Rosário e nos dias ao seu redor, tanto turistas quanto pesquisadores podem vivenciar e observar uma série de manifestações culturais que vão desde desfiles e apresentações de dança e música dos diferentes ternos de congo, moçambique, catupé ou vilão, relacionados às Congadas. Essas expressões culturais se conectam ao Reinado, que, por sua vez, se integra à Festa de Nossa Senhora do Rosário. Essa celebração não apenas celebra a fé, mas também reflete a própria sociedade de Catalão, tecendo suas instituições religiosas e sociais, seus sistemas de troca e as interações entre diferentes grupos e classes. Como bem destaca Brandão (1985), trata-se de uma dinâmica que conduz do profano ao sagrado e do religioso-festivo ao folclórico, enriquecendo os espaços de convivência e tradição da comunidade.

As Congadas são uma forma de devoção aos santos católicos e entidades espirituais africanas, com cada grupo de Congadas reverenciando um santo específico. As danças⁷ e rituais executados durante as festividades têm o propósito de honrar essas entidades e agradecer pelas bênçãos concedidas, além de pedir proteção e prosperidade para a comunidade. As Congadas frequentemente incorporam elementos do catolicismo institucional e catolicismo popular.

Para Brandão (1985), as Congadas locais têm suas raízes em diversas versões mitológicas⁸ sobre a descoberta da imagem de Nossa Senhora do Rosário:

Uma santa apareceu na rocha, algumas pessoas conseguiam vê-la e outras não, o padre celebrava missa no local, levava grupo musical com o intuito de conduzir a santa para uma igreja, ela os acompanhava, mas no outro dia voltava para o rochedo. Foram várias tentativas da parte da igreja e da população, mas foi “Pai João” que visitou a santa e a reconheceu como mãe (mãe dos pretos), dali por diante ele arrebanhou um grupo de pessoas com alguns instrumentos retirados da mata, e reproduziram um ritual próprio em frente à santa, conseguiram retirá-la e colocaram-na numa igreja, onde permanece até hoje. (Brandão, 1985, p. 84).

Brandão (1985) analisa as Congadas como práticas culturais que articulam narrativas mitológicas, reforçando a conexão entre memória, identidade e religiosidade afro-brasileira,

⁷ Segundo Brandão (1985) e observações participantes da autora (2023 e 2024) a coreografia dos dançadores de um terno de congos é bastante simples, os passos executados por eles são sempre coordenados, com todos realizando os mesmos movimentos ao mesmo tempo, guiados pelo apito ou gesto do capitão. Os ternos mantêm a formação durante os desfiles ou marchas pelas ruas, com alterações apenas em situações específicas: ao cruzar a linha do trem, quando os dançadores viram as costas até ultrapassá-la; ao passar por um cruzamento, quando realizam evoluções, ajustando as frentes e colunas.

⁸ Segundo Brandão (1985) as diversas versões mitológicas incluem narrativas que descrevem outros lugares de aparição da imagem: no mar, no rio, na capoeira, no deserto, na gruta e que a narrativa da aparição na rocha é a mais comum em Catalão.

destacando o episódio simbólico da descoberta da imagem de Nossa Senhora do Rosário em um rochedo, cuja interpretação remete à ancestralidade negra e à resistência cultural. Nesse contexto, a figura de “Pai João” emerge como mediador central, atribuindo à santa o papel de “mãe dos pretos” e reelaborando práticas religiosas afro-brasileiras por meio de rituais criativos que mobilizam elementos naturais, expressões sonoras e corporais, evidenciando a reinvenção diante das estruturas coloniais. A recorrência da imagem ao rochedo, antes de sua incorporação definitiva às práticas afrodescendentes, reflete as tensões entre culturas hegemônicas e subalternas, enquanto as Congadas se consolidam como espaços de resistência e afirmação coletiva, fortalecendo o pertencimento, a resistência cultural e devocional, e o imaginário local como um campo de disputa e celebração identitária.

Segundo Northon Chapadense Pereira (2021), o mito desempenha um papel crucial ao ser elaborado e praticado com o propósito de elucidar a origem de tudo. Nesse contexto, surge a demanda por um *ethos*⁹ que confira sentido e significado a padrões de comportamento, hábitos e costumes, seja em práticas coletivas ou individuais. Essa construção mitológica não apenas molda, mas também exerce influência sobre os hábitos, costumes e caráter, representando um conjunto de comportamentos durante ritos de proteção ou devoção.

As contas do Rosário são elementos fundamentais nas Congadas de Catalão e são usadas pelos congadeiros como adorno e símbolo de devoção religiosa. As contas, geralmente feitas de madeira, são utilizadas para contar orações e representam a ligação deles com a espiritualidade e ancestralidade africana.

Além de sua função religiosa, as contas do Rosário também têm um papel importante na preservação do patrimônio cultural. Elas são transmitidas de geração em geração, juntamente com os conhecimentos, rituais e músicas das Congadas. Ao utilizar as contas, os congadeiros mantêm viva a memória dessa tradição secular, contribuindo para a preservação e valorização do patrimônio cultural da região. Para o capitão do Terno Moçambique Mamãe do Rosário:

O que tem sustentado as tradições das Congadas até os dias de hoje é a fé. A fé em Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e Santa Efigênia, [...] primordial para que a Festa, que a dança aconteça. A gente costuma falar que primeiro lugar é a fé depois vem as alegorias, depois vem as músicas, as coreografias, as cores, o folclore e tudo mais... e em primeiro lugar vem a fé em Nossa Senhora do Rosário (Diogo Gonçalves de Resende, 2023).

⁹ Segundo Pereira (2021), o conceito de *ethos*, no contexto da diáspora africana, refere-se à preservação das características culturais e espirituais dos povos africanos, mesmo em meio ao sofrimento e à escravidão. Apesar das condições adversas e das perdas, as práticas e crenças africanas foram mantidas e transmitidas de forma oral, sendo integradas às culturas europeias e indígenas, gerando uma rica mistura que fundamenta a cultura religiosa brasileira. Este *ethos* africano, impregnado nas práticas cotidianas e nos rituais religiosos, contribuiu para a formação de uma cultura religiosa única, caracterizada pela diversidade e pela continuidade das tradições.

A narrativa de Diogo Gonçalves de Resende (2023) reforça a centralidade da fé como elemento estruturante das tradições das Congadas, atribuindo a ela o papel de sustentáculo para que a Festa aconteça em sua plenitude. Nesse contexto, a devoção a figuras como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia transcende o aspecto religioso e torna-se também uma prática de resistência cultural. Diogo hierarquiza os elementos da celebração, destacando que, antes das alegorias, músicas, coreografias e cores componentes frequentemente associados ao folclore, está a dimensão espiritual. Essa distinção desafia a visão folclorizada, que tende a valorizar os aspectos estéticos e performáticos em detrimento da vivência devocional e comunitária. O folclore, embora seja uma categoria que identifica manifestações culturais populares, corre o risco de reduzir práticas como as Congadas a um conjunto de representações simbólicas descontextualizadas, desconsiderando a relação íntima entre fé, memória e identidade. Assim, ao reafirmar a primazia da fé, a narrativa evidencia que o coração da Festa não reside apenas em seus elementos visíveis, mas em sua dimensão espiritual, que une gerações e mantém viva as tradições afro-brasileiras.

A fé, o mito, a promessa para os detentores dos saberes e fazeres e participantes das Congadas de Catalão não só preserva o bem cultural, mas também dá sentido à Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e aos outros santos de devoção de cada terno. Em busca de milagres, as pessoas se dirigem aos santuários, onde bênçãos e proteção são compartilhadas oralmente, aumentando o número de novos seguidores. Relatar a proteção recebida em determinadas circunstâncias torna-se uma forma de pregar e propagar a vida dos santos.

Segundo Brandão (1985), o voto ou a promessa representam um acordo entre o devoto e a santa. Todos os devotos mantêm uma relação de fé com Nossa Senhora do Rosário, embora nem todos se juntem à Irmandade. Mesmo entre os membros da Irmandade, poucos participam ativamente como dançadores de um terno. A promessa remete ao mito de origem da Congada, onde se reconhece Nossa Senhora do Rosário como uma santa católica, especialmente venerada pelos negros desde os tempos da escravidão. A promessa envolve: um pedido de graça feito pelo devoto para si ou para outrem; o compromisso de cumprir o que foi prometido, muitas vezes antes mesmo de receber a graça; e o pagamento da promessa, geralmente realizado durante a Festa, encerrando o contrato espiritual com a santa e abrindo caminho para novos pedidos ou fortalecendo a devoção. Em um momento da Festa consegue-se capturar imagens como a da figura 6, que registra um momento de fé e devoção a Nossa Senhora do Rosário. Na gruta encontra-se uma imagem da Santa, remetendo-nos ao mito do achamento da Santa.

Figura 6 - Devoto, na Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário.



Foto da autora, 2023.

A figura 6 retrata um devoto expressando uma íntima conexão com a fé e a devoção. Esse momento, embora silencioso à primeira vista, está profundamente entrelaçado a um rico repertório simbólico que remonta às raízes da ancestralidade africana e ao catolicismo trazido no período colonial. O gesto do fiel diante do oratório transcende uma manifestação individual de fé; ele simboliza um elo profundo com tradições ancestrais, transmitidas de geração em geração. Essas práticas, além de fortalecerem o sentimento de pertencimento, reafirmam a identidade dos participantes — ou partícipes. Ao homenagear Nossa Senhora do Rosário, mantêm viva a resistência e a riqueza das culturas afro-brasileiras.

É na união entre os gestos individuais e os rituais coletivos que se revela a devoção e a tradição das Congadas. Esse legado devocional e cultural é essencial não apenas para preservar a memória, mas também para renovar os significados que mantêm a comunidade coesa em torno da fé e da celebração. Assim, a devoção se transforma em um ato de resistência e um testemunho vivo da riqueza cultural que une e fortalece a coletividade.

Segundo Macedo (2007), relatos orais foram transmitindo o “mito” de que a imagem de Nossa Senhora do Rosário teria sido encontrada dentro de uma gruta, presa a uma rocha. Os brancos tentaram removê-la para levá-la à igreja, mas todas as tentativas falharam. Então, chamaram os negros, que já celebravam a santa. Um catupé cacunda, com sua alegria e roupas coloridas, cantou e dançou, mas não conseguiu movê-la. Os congadeiros também foram chamados, tocaram seus tambores, cantaram e dançaram, mas a santa permaneceu no mesmo

lugar. Foi então que chamaram o Moçambique, um grupo menor e mais simples, com guizos nos tornozelos e lenços na cabeça, peito e cintura. Para surpresa de todos a Santa saiu da rocha e seguiu com o grupo.

A história varia quanto aos personagens, mas todos concordam que o Moçambique retirou a imagem de Nossa Senhora do Rosário da gruta. Por isso, em Catalão, esse terno participa de todos os rituais religiosos e é responsável por acompanhar a coroa de Nossa Senhora. Existem também várias versões para o surgimento do reinado. A mais contada faz referência às festas realizadas pelos negros nas senzalas, para as quais era coroado o rei negro, uma forma de manter o elo com a cultura africana. A família real, composta pelo rei e a rainha do congo, assim como alguns príncipes e princesas, são personagens importantes na celebração da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Sua presença é obrigatória no cortejo de domingo pela manhã e na Entrega da Coroa, realizada na segunda-feira, aborda Macedo (2007).

De acordo com Amaral (2004), as festas brasileiras podem ser classificadas em sacro-profanas, sagradas, profanas, festivais e festividades. A Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário é um exemplo clássico de uma festa sacro-profana, conforme a classificação da autora. Esta celebração em comunidades de origem afro-brasileira incorpora tanto elementos sagrados quanto profanos. A dimensão sacra é evidenciada pela devoção religiosa a Nossa Senhora do Rosário, com missas, procissões e rituais específicos que refletem a forte presença do conteúdo mítico-religioso. Ao mesmo tempo, a Festa também inclui elementos profanos, que no contexto das Congadas de Catalão se tornam sacras como danças, música, comida e outras formas de celebração popular que conferem grande relevância aos festejos seculares.

Conforme discutido por Pessoa (2005), mesmo em uma vida pobre marcada por dificuldades, ainda existem momentos de alegria. Durante as Festas, muitos devotos, cujos corpos são submetidos a privações diárias, acreditam que a penitência é necessária para purgar seus pecados, como andar descalço pelas ruas, tocar a caixa no cortejo das Congadas. Essas práticas, por vezes, não são vistas como um sofrimento, mas como uma obrigação a ser cumprida em favor do santo ao qual são devotados.

Para Silva (2016), o sagrado é compreendido como o componente religioso, manifestado em celebrações como procissões, novenas, alvoradas de música e missas. Cada uma dessas festividades e rituais possui suas características próprias. A ritualização do sagrado envolve a prática estruturada de valores que transcendem o indivíduo e são compartilhados em grupo. Essas ações repetitivas, inseridas em um conjunto de crenças, são fundamentais tanto no contexto sagrado quanto no profano. As festas religiosas, assim, incorporam a ritualização, abrangendo tanto o profano quanto o sagrado, refletindo valores e crenças coletivas e

perpetuando uma tradição e uma história que garantem a continuidade e a recriação dos ritos sacralizados.

Assim, a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário exemplifica a interseção entre o sagrado e o profano, evidenciando a riqueza cultural e a complexidade das festividades brasileiras. Ela reflete conteúdos sacro-profanos¹⁰, nos quais há uma coexistência e, frequentemente, uma fusão de práticas religiosas e culturais.

¹⁰ No contexto das Congadas de Catalão as práticas das danças em louvação aos santos de devoção são consideradas sagradas, assim como as comidas oferecidas as pessoas como forma de pagamento de votos e promessas, bem como as bebidas, especialmente a calunga (uma mistura de ervas e bebida destilada) utilizada por alguns para proteção espiritual, fazem parte dos rituais, sendo mais comuns entre os congadeiros mais antigos. Embora alguns grupos de ternos evitem o consumo da calunga por questões de saúde, eles ainda a utilizam simbolicamente, molhando o dedo e fazendo o sinal da cruz na testa, conforme observação participante, em entrevistas com o capitão João Victor (2024) e pesquisas bibliográficas de Brandão (1985) e Alves (2024).

1.3 Às sombras do catolicismo institucional: o sincretismo como estratégia de resistência cultural

O uso do conceito de sincretismo nas Congadas de Catalão, como apresentado neste relatório, surge como uma provocação para fomentar debates mais profundos sobre as complexas interações religiosas presentes nesse universo cultural. Nas narrativas dos congadeiros, o sincretismo é frequentemente utilizado para explicar as misturas e aceitações de diversas tradições religiosas, funcionando como uma estratégia de resistência, especialmente quando se considera o contexto da diáspora africana e a persistente intolerância religiosa.

O silêncio institucional da igreja em relação a essa temática reflete uma tentativa de marginalizar práticas sincréticas, que são vistas como ameaçadoras à hegemonia religiosa estabelecida. O uso do termo “sincretismo” aqui é justificado pela necessidade de iluminar essas práticas como formas de resistência cultural e preservação identitária, ressaltando como as Congadas operam como espaços de contestação e ressignificação simbólica. A escolha por pesquisadores decoloniais reforça esse enfoque, pois eles oferecem uma lente crítica para entender as Congadas não como meras fusões superficiais naturalizadas, mas como manifestações de hibridismo cultural, nas quais as tradições africanas, indígenas e europeias se entrelaçam em um processo dinâmico e contínuo de negociação e criação cultural.

Assim, o sincretismo nas Congadas de Catalão não é apenas uma evidência da fusão de tradições, mas também uma resposta resiliente às opressões históricas e contemporâneas, ampliando as possibilidades analíticas para a compreensão do hibridismo cultural em contextos pós-coloniais.

Para Ferreira (2021), a importância histórica, cultural e outras diversas contribuições no processo sincrético das tradições brasileiras dos povos de Angola, Mali, Congo, Benin e Togo é inegável. O contato direto entre europeus brancos e africanos negros, ocorrido no final do século XIV, intensificou o comércio escravista, uma prática já existente na África antes mesmo da chegada dos portugueses e seus interesses mercantilistas.

De acordo com Parés (2018), devido às rotas e portos complexos envolvidos no tráfico de escravos africanos, as ancestralidades, religiões e línguas dos indivíduos foram ignoradas ao serem classificados. A África Ocidental era multidimensional e estava articulada em diversos níveis (étnico, religioso, territorial, linguístico, político) baseados em sua ancestralidade em comum. Eles eram nomeados conforme os portos de embarque, reinos, etnias, ilhas ou cidades. Essa prática era utilizada por traficantes e senhores de escravos para atender aos seus interesses de classificação administrativa e controle. Em muitos casos, os portos ou áreas geográficas de

embarque, como Mina, Angola, Cabo Verde e São Tomé, eram critérios prioritários na elaboração dessas categorias.

Contudo, Parés (2018) destaca-se que na diáspora africana¹¹ a língua foi fundamental para que os africanos se comunicassem e se entendessem. No Brasil, isso resultou na absorção dessas denominações como formas de auto inscrição levando à criação de novas comunidades e ao desenvolvimento de sentimentos coletivos de pertença.

Segundo Nei Lopes (2014) entre a primeira metade do século XVI e meados do século XIX o tráfico de escravos africanos trouxe para o Brasil, provavelmente, mais de cinco milhões de indivíduos provenientes de diversos mercados africanos, uns mais movimentados que outros em determinados períodos, como de Cabinda, Luanda, Benguela, Moçambique São Jorge da Mina e Ajudá. Essa prática perversa baseava-se na compra e venda de seres humanos, um comércio lucrativo sustentado pela injustiça, violência e racismo. Milhares de africanos foram trazidos ao Brasil como escravos, carregando consigo a dor do exílio, a diáspora africana e a saudade de sua terra natal. Podemos interpretar a figura 7, como um tocador congadeiro expressa tanto a saudade da terra natal quanto a celebração do alívio que a festa proporciona, permitindo que ele se expresse através das cantorias. É um momento de liberdade na terra do "outro".

Figura 7 - Congadas de Catalão.



Instagram: @irmandadecat artista @Dacunha_Ariel

¹¹ A diáspora africana refere-se ao deslocamento forçado e involuntário de populações africanas para diferentes partes do mundo, especialmente durante o período da escravidão transatlântica. Esse movimento resultou na formação de comunidades negras que desenvolveram identidades culturais híbridas e interconectadas, influenciadas tanto por suas origens africanas quanto pelos contextos locais, segundo Paul Gilroy (2001), em O Atlântico Negro.

O Brasil no início do século XVII ostentava a posição de maior mercado consumidor de escravos negros nas Américas. No início do século XIX a Grã-Bretanha (Inglaterra) começou a forçar Portugal a inibir o tráfico, mas a ilegalidade ocorreu entre 1810 e 1830, só depois ser absolutamente ilícito. Mas não foi suficiente para encerrar a mão de obra escrava, fez surgir o tráfico interno, no entanto aos poucos foi se enfraquecendo, pois, as províncias empobrecidas iam com o tempo perdendo seus escravos e estes voltavam-se para o trabalho livres do centro-sul do país nas plantações de café.

Lopes (2014) destaca que o modelo de colonização implantado no Brasil, especialmente a Lei de Terras de 1850, junto com a abolição da escravatura que não foi acompanhada por políticas sociais para apoiar os ex-escravizados, foram os principais fatores que levaram à exclusão social presente na sociedade brasileira até hoje, afetando severamente os afrodescendentes.

Conforme aponta Kamilah Carriço Santos (2020), a cultura africana passou por processos de sincretismo desde o período colonial, o que resultou na formação de diversas manifestações religiosas. Entre as principais estão o Candomblé, que se originou do Calundu e desenvolveu-se a partir da forte relação entre elementos africanos e o catolicismo nas irmandades negras. A Umbanda é outra religião que surgiu da combinação de elementos africanos, espíritas, indígenas e católicos. No sul do Brasil, o Batuque destacou-se como um termo genérico para designar as religiões afro-brasileiras que cultuavam os orixás. Esses ajustes culturais eram usados pelos africanos como uma estratégia para preservar a ancestralidade de sua terra natal e como um meio de sociabilidade entre os escravizados. Devido às restrições nos espaços de trabalho em que viviam, os cultos se tornavam oportunidades para desenvolver aspectos sociais em seu cotidiano.

Segundo Pedro Bastos de Souza (2002), o hábito dos negros de se associarem a uma entidade religiosa começou em Portugal por volta da metade do século XV, inicialmente em conjunto com os brancos, e posteriormente se organizando em irmandades próprias no início do século XVI. Essa prática foi trazida para o outro lado do Atlântico, onde, ao construir novas instituições a partir da diáspora, a manutenção cultural africana se baseava principalmente na coroação de seus reis. Essa coroação estava diretamente associada às festividades, nas quais os elementos africanos ganhavam destaque. O rei representava uma herança cultural dos ancestrais, e a eleição de reis negros, mesmo dentro do contexto de dominação colonial, servia como um elo entre a comunidade negra e um passado idealizado, ligado a uma terra natal abstrata e desprovida de particularidades concretas, contrastando com as realidades diferenciadas de cada região.

Além disso, a coroação nas Congadas atua, como observou Duvignaud (1983) em seus estudos etnográficos sobre festas, como um fenômeno de inversão social. Para este autor, uma vez que as sociedades se tornaram mais complexas e as diferenças de classes se intensificaram, o caráter de representação se tornou mais evidente, ou seja, expressam suas características e reivindicações, utilizando-se de símbolos e rituais que desafiam as normas vigentes, pois uma classe muitas vezes se “representa” na outra. Essa inversão social se dá da seguinte forma: no passado, negros escravizados eram coroados como reis, rainhas ou príncipes, representando a alta nobreza; e na atualidade, homens e mulheres das classes populares e, por vezes, marginalizadas, representam os mesmos papéis ou desfilam nos cortejos enquanto são “assistidos” por aqueles que, na vida ordinária, situam-se em posições sociais privilegiadas.

Segundo Otair Fernandes de Oliveira (2019), tais festividades são um patrimônio cultural de origem diversificada:

(...) trata-se de um patrimônio com fundamento assentado nos valores civilizatórios de uma cultura de origem diversificada, formada por diferentes nações dos povos africanos (Bantos, Jejes, Hauças, Malés e Nagôs), portadores de tradições dos diferentes reinos africanos e etnias, fruto do processo histórico da diáspora. Dispersados pelo chamado “novo mundo” (continente americano: norte, central, sul) de forma forçada, os africanos chegaram na condição de escravizados, transformados em mercadorias e destituídos de tudo, de sua história e humanidade. Porém, trouxeram consigo suas tradições, crenças, valores, hábitos, modos de vida, culturas (divindades, visões do mundo, línguas, artes, músicas, etnias, diferentes formas religiosas e modos de simbolização do real) e diferentes formas de organização social (Oliveira, 2019, p. 1).

As festividades de raízes africanas constituem um patrimônio cultural multifacetado, resultado da fusão das práticas de diferentes povos africanos, como Bantos, Jejes, Hauças, Malés e Nagôs. Conforme Oliveira (2019), esses grupos, provenientes de diversas etnias e reinos, apesar de serem despojados de suas histórias e humanidades, preservaram e transmitiram suas tradições, crenças, modos de vida, línguas e formas de organização social, os quais, mesmo em um contexto de opressão, se reconfiguraram e se perpetuaram no novo continente. De acordo com o autor, essas culturas não foram meramente resgatadas, mas reformuladas na diáspora, expressando-se por meio das festividades, que se tornam não apenas celebrações, mas formas de resistência e afirmação cultural. Dessa maneira, as festividades afrodescendentes são importantes elementos de preservação da memória e da identidade dos povos que descendem desses grupos, refletindo a força de sua resistência e a continuidade de suas tradições.

Mesmo diante das adversidades como a desumanização, a discriminação e a falta de compreensão por parte de alguns setores das sociedades, os escravizados conseguiram preservar suas crenças, rituais e práticas culturais, estabelecendo uma fusão entre suas tradições africanas e a religião católica, que lhes foi imposta. Essa fusão cultural marcou profundamente as Congadas, incorporando elementos tanto da religião católica quanto das crenças africanas, tornando-se uma manifestação cultural excepcionalmente significativa. Na narrativa do general das Congadas de Catalão, Laudimir da Silva:

[...] existem várias religiões, é uma mistura, mas nós estamos voltados pela fé em Jesus Cristo e a Nossa Senhora do Rosário. Isso que é a grande importância que nós temos. Nós procuramos pessoas para lutar por nossa Irmandade. Procurar aquilo com dignidade que nós precisamos: o reconhecimento [...] (Laudimir da Silva, 2023).

A fala de Laudimir da Silva (2023), ao destacar a fé em Jesus Cristo e em Nossa Senhora do Rosário como eixo central da Irmandade e expressão de busca por reconhecimento e dignidade, dialoga diretamente com as reflexões presentes na dissertação de Machado (2020). A pesquisa contribui para o entendimento das tensões e relações entre o Catolicismo Popular e o Institucional, evidenciando como práticas como festas devocionais funcionam como formas de resistência cultural.

Nesse contexto, o sincretismo religioso deixa de ser apenas uma fusão de crenças e passa a ser uma estratégia de manutenção das tradições ancestrais em meio a pressões sociais, culturais e religiosas. Assim, tanto a entrevista quanto a dissertação revelam como a devoção popular atua como espaço de afirmação identitária, preservação, reelaboração das tradições ancestrais em um contexto do reconhecimento patrimonial.

Segundo Brandão (1985), a diretoria da Irmandade é a instância mais influente nas relações entre os negros e os agentes da Igreja e da Festa. Os membros da diretoria não se consideram subordinados a ninguém dentro da Irmandade, nem mesmo ao rei, mas o presidente tem autoridade sobre a família real e subordina-se ao padre e ao festeiro do ano. Essa estrutura evidencia o protagonismo negro na preservação e transmissão de saberes ancestrais.

A autoridade simbólica da diretoria, que se reconhece autônoma em relação à hierarquia interna e intermediações externas, reflete uma forma de agência coletiva diante de séculos de marginalização histórica. A narrativa de Laudimir reitera essa luta contínua por dignidade, reconhecimento e autonomia, o que se insere no contexto atual da busca por institucionalização e reconhecimento oficial junto à SECULT e ao IPHAN. Assim, as Congadas de Catalão reivindicam não apenas apoio logístico e financeiro, mas a legitimação enquanto patrimônio

cultural, em consonância com as políticas culturais, que valorizam a pluralidade e a justiça histórica.

Para Oliveira (2019) a cultura afro-brasileira se revela na sua riqueza e capacidade de reelaboração, equilibrando materialidade e imaterialidade para garantir sua permanência ao longo do tempo. Mais do que meros transmissores de conhecimento, os sujeitos culturais assumem um papel ativo na preservação de suas tradições, tomando consciência de que são eles as referências culturais¹² que transformam a memória em ferramenta de resistência. Laudimir da Silva (2023) ilustra essa dinâmica ao narrar a luta pela Irmandade, ressaltando que o patrimônio cultural vai além da herança: é um espaço de afirmação e reivindicação. Nesse contexto, a identidade afro-brasileira se fortalece não apenas como um legado, mas como um ato contínuo de re-existência, onde cada manifestação cultural se torna um símbolo da busca por reconhecimento e dignidade.

No relato do festeiro Thadeu Botero Aguiar e o capitão do Terno Mamãe do Rosário, Diogo Gonçalves destacam ações de reparação que abordaram eventos passados que impediam as Congadas de entrar na igreja conforme a tradição, mas que não foram obstáculos para continuarem:

[...] Neste ano fizemos o encontro das Congadas que há quatorze anos não fazíamos. Nesse encontro das Congadas doamos uma imagem de Nossa Senhora do Rosário. Reformamos todas as outras. Reformamos a gruta, o Centro Social da Cultura daqui. Reformamos a igreja como eu disse. E doamos também uma imagem para Igreja São Francisco. Conseguimos criar essa empatia junto com padre Joel [...] Colocamos as Congadas novamente dentro da Igreja São Francisco, que há mais de cem anos isso não acontecia. Fizemos simbolicamente a devolução da chave da igreja para a presidente da Irmandade em reparação a um ato que aconteceu em 1891, se eu não estou equivocado, aonde um padre que chegou aqui na época que a Festa acontecia na velha Matriz ele fechou a igreja, porque não gostava das Congadas e desde então foram obrigadas a construir essa outra igreja aqui [...] (Thadeu Botero Aguiar, 2023).

O relato do festeiro Thadeu Botero Aguiar em 2023 descreve um evento significativo relacionado às Congadas de Catalão. Ele menciona que após quatorze anos, foi realizado um encontro das Congadas, durante o qual várias ações importantes foram realizadas para preservar

¹² O termo "referência cultural" é empregado porque remete à ideia de pluralidade, à descentralização de critérios objetivos e à diversidade dos sujeitos que detêm o bem cultural. Essa expressão leva em conta os indivíduos para quem essas referências são significativas (referências para quem?) e reconhece a variedade presente tanto na produção material quanto nos significados e valores atribuídos aos bens e práticas sociais por diferentes grupos, conforme apontado por Fonseca (2012).

e valorizar essa tradição. Entre essas ações, Aguiar destaca a doação de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário (figura 8) e a reforma de outras imagens, bem como de locais simbólicos como a gruta, o Centro Social da Cultura, a inserção do Museu histórico para a Fundação Cultural e a pintura original da Igreja do Rosário. Ele também menciona a criação de uma aliança com o padre Joel, o que permitiu a reintegração das Congadas à Igreja São Francisco, algo que não acontecia há “algumas décadas”.

Figura 8 - Imagem de Nossa Senhora do Rosário restaurada.

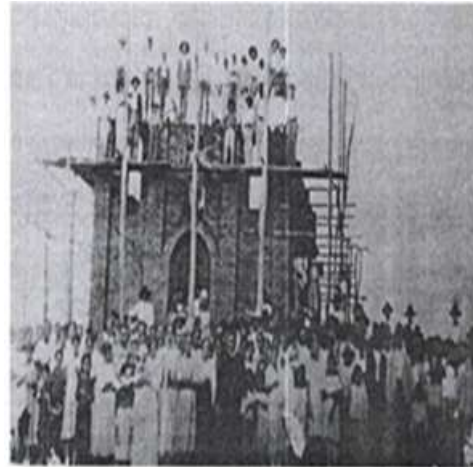


Fonte: Foto de @LucasMachadoFotógrafo

O ponto culminante do evento foi a devolução simbólica da chave da Igreja São Francisco à presidente da Irmandade, um gesto de reparação por um incidente ocorrido em 1891. Naquela época, um padre, descontente com as Congadas, fechou a igreja, forçando a comunidade a construir outra igreja para continuar suas celebrações.

Por conseguinte, Costa (2010) aponta que após um tempo excluídos da cidade e levados a celebrar suas Festas na “roça”, a pequena Igreja do Rosário foi construída com a ajuda da comunidade negra local e de acordo com as condições dos afrodescendentes, em um terreno doado por um fazendeiro devoto a Nossa Senhora do Rosário que também queria valorizar suas terras próximas à igreja. A construção está retratada na figura 9, na qual percebe-se que pessoas simples, operários, mulheres e jovens estavam envolvidos. Atualmente a Igreja do Rosário não consegue mais acomodar o número crescente de fiéis. Por isso, há alguns anos, todas as missas têm sido realizadas no Largo, onde um altar é montado.

Figura 9 - Construção da Igreja do Rosário na década de 1940.



Fonte: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Catalão.

A devolução da chave simbolizou a reconciliação e o reconhecimento da importância das Congadas no contexto religioso e cultural da comunidade. A figura 10 apresenta a Igreja Velha Matriz, que foi construída na metade do século XIX, nela acontecia as primeiras homenagens à Nossa Senhora do Rosário.

Figura 10 - Igreja Velha Matriz



Fonte: foto da autora, 2023.

Os relatos de proibição da entrada das Congadas na Igreja Matriz são também narrados pelo capitão Diogo (2023):

A simbologia da entrega da chave é para explicar, para redimir um acontecido no passado. Os negros chegaram na antiga igreja do Rosário que hoje é a velha matriz da cidade de Catalão para dançar e os padres e frades americanos os frades franciscanos americanos, por não conhecer a Festa, pensaram que era algo pagão, fechou as portas da igreja, não deixou a Congada entrar. Então,

para redimir e para corrigir esse erro do passado foi entregue as chaves da igreja como uma forma de abertura da igreja para acolher e envolver toda a Irmandade do Rosário junto com a Congada. (Diogo Gonçalves de Resende, 2023).

O relato de Resende (2023) evidencia os esforços para preservar e valorizar as Congadas, reconectando-as com suas raízes históricas e religiosas e corrigindo injustiças do passado, presente na memória do povo. Para corrigir essa injustiça e redimir a exclusão sofrida pelos membros das Congadas, foi realizada a entrega simbólica das chaves da Paróquia São Francisco de Assis. Esse gesto de dar as chaves representou a abertura da igreja para as Congadas, um sinal de aceitação e acolhimento da festa e das pessoas que a celebram. A entrega das chaves, figura 11, não só representa a inclusão dos praticantes das Congadas na Igreja, mas também a superação de uma barreira histórica, na qual uma manifestação cultural e religiosa foi rejeitada devido à “falta de conhecimento” sobre seus significados. Ao fazer isso, as autoridades da igreja reconhecem o erro cometido pelos frades, restabelecendo a conexão entre a Paróquia São Francisco de Assis e a Irmandade do Rosário e reconhecendo o valor cultural e religioso das Congadas.

Figura 11 - Entrega simbólica das chaves da Paróquia São Francisco de Assis.



Fonte: @irmandadedorosariocat

As Congadas têm conquistado mais espaço ao serem aceitas dentro da igreja. É interessante observar que, no caso das Congadas, existe um movimento de maior aceitação, o que levanta a seguinte questão: essa “aceitação” seria reflexo do processo de patrimonialização em curso? A autorização simbólica da igreja em 2023, ao permitir a entrada das Congadas de

Catalão na Paróquia São Francisco, com a entrega das chaves, representa um avanço contrário à intolerância religiosa, refletindo tendências progressistas que se opõem aos frequentes casos de intolerância e racismo religioso direcionado às religiões de matrizes africanas na atualidade. A preservação das Congadas está intimamente relacionada aos esforços dos detentores que, através de resistência e promoção do bem cultural, enfrentam conflitos e negociam interesses entre as partes envolvidas.

“Expressão teatral de uma organização social, a festa é também fato político, religioso ou simbólico”, afirmou Del Priore (1994, p. 10). Em diálogo com a autora, observa-se que as Congadas, como manifestação cultural advindas do Brasil Colonial, são repletas de sentidos religioso e simbólico, mas ultrapassam esses sentidos, ao dramatizarem a resistência da população negra e apresentar uma importante prerrogativa política de minorias por visibilidade como patrimônio cultural. As políticas de minorias podem ser compreendidas como estratégias e práticas que visam garantir visibilidade, reconhecimento e direitos a grupos historicamente marginalizados, como a população negra. Ao se considerar a afirmação de Del Priore (1994) de que a festa é também um fato político, entende-se que manifestações como as Congadas não se restringem ao campo do simbólico ou do religioso, mas operam como formas de afirmação identitária e resistência. Nesse sentido, as Congadas representam uma política de minorias ao ocuparem o espaço público com narrativas e memórias que desafiam a lógica dominante, exigindo reconhecimento enquanto patrimônio cultural e reivindicando o direito à existência plena, à memória e à participação social em condições equitativas. Trata-se, portanto, de uma forma de ação coletiva que transforma o cultural em político, reposicionando as vozes subalternizadas no centro do debate sobre pertencimento e cidadania.

De acordo com Ferreira (2021), o medo do sincretismo, visto como forma de desvalorizar a religião de alguns, representa para outros o orgulho, a sobrevivência e a resistência das vozes silenciadas e seus espaços de memória. Assim, reconhecer e admitir publicamente, mesmo que com certas reservas, o sincretismo religioso presente nas festas de Catalão também se configura como um ato de coragem e resistência.

Consoante a essas informações, Prandi (2004) também nos lembra que “desde o início as religiões afro-brasileiras se fizeram sincréticas, estabelecendo paralelismos entre divindades africanas e santos católicos, adotando o calendário de festas do catolicismo, valorizando a frequência aos ritos e sacramentos da Igreja católica” (Prandi, 2004, p.225). Mas o mesmo autor nos lembra que práticas de religiosidade do continente africano continuam sendo alvo de preconceito e de racismo religioso.

Neste ínterim, é importante observar que o racismo religioso pode afetar diferentes grupos religiosos, e não está limitado a uma única religião específica. A promoção da tolerância religiosa, respeito pelas crenças individuais e a compreensão da diversidade religiosa são elementos cruciais para combater o racismo religioso. Muitas sociedades buscam implementar leis e políticas que protejam os indivíduos contra a discriminação religiosa e promovam a liberdade religiosa como um direito fundamental.

Ademais, é importante ressaltar que a intolerância religiosa é considerada crime, conforme estabelecido na Lei nº 14.532/23, que prevê penalidades para aqueles que obstruem, impedem ou utilizam violência contra qualquer manifestação ou prática religiosa. Adicionalmente, o combate a tal prática é reconhecido nacionalmente, sendo designado o dia 21 de janeiro como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

Por último, vale destacar que muitas conquistas em relação aos direitos do povo afro-brasileiro resultam de longas trajetórias de resistência, iniciadas ainda durante o período da escravização, por meio de estratégias como a formação de quilombos, revoltas, fugas, sabotagens, manutenção de práticas culturais e religiosas africanas, e que se intensificaram e ganharam organização política ao longo do século XX.

Segundo Santos (2000), a Igreja foi uma força motriz na perseguição de condutas que fugiam da ortodoxia cristã, usando o discurso para demonizar outras religiões e desumanizar seus praticantes. Isso também justificava a escravidão, ao afirmar que africanos não possuíam almas. Mesmo vivendo em condições extremas após serem arrancados de suas terras e vendidos, os africanos mantiveram suas crenças e práticas religiosas, vistas depreciativamente como "feitiçarias". Essas práticas eram estratégias de resistência e sobrevivência em um contexto violento. Nesse ambiente de imposições cristãs, manifestações indígenas e tradições africanas, surgiu inevitavelmente um sincretismo cultural e religioso.

A ancestralidade, no contexto do sincretismo é celebrada e valorizada. Ela não apenas preserva tradições passadas, mas também as reelaboram e as transformam em expressões contemporâneas. Assim, o sincretismo religioso e a conexão com a ancestralidade desempenham um papel importante na compreensão da complexa teia cultural brasileira, evidenciando a resiliência das tradições e a constante evolução das práticas espirituais. O capitão do Terno do Prego, Lucas Gomes Arruda (2023) narra:

Eu tenho muita paixão por essa Festa, ela tem uma conexão muito grande com minha ancestralidade, a Festa do Rosário tem uma origem africana, principalmente no tempo da escravidão os escravizados utilizavam as cantigas, as músicas como forma de se conectarem com esse lado mais

espiritual para tentar amenizar o sofrimento dessa época e com o passar do tempo a Igreja Católica acabou abraçando essa festividade até hoje. A Festa do Rosário aqui em Catalão é uma Festa católica. A gente tem os ritos religiosos, hoje, por exemplo, a gente teve a missa da Congada que é uma missa voltada mais para os congadeiros e congadeiras. Temos o lado folclórico também, então nós temos hoje aqui na Festa do Rosário 26 ternos participantes, cada terno tem a sua particularidade têm a sua vestimenta, a sua cor, a sua cantiga os seus instrumentos e isso faz a Festa ficar tão bonita, essa mistura de cores, de cantigas, de ritmos, que fazem com que essa Festa seja uma festa tão tradicional. (Lucas Gomes Arruda, 2023).

Conforme evidenciado na narrativa do capitão Lucas, as Congadas de Catalão representam uma expressão cultural e religiosa que mantém viva as memórias da ancestralidade africana, ainda que tenha se conformado às influências do catolicismo e tenha sofrido as consequências do racismo, ficando explícito que em algum tempo ou ocasião foram excluídas do “espaço sagrado” da igreja. Segundo Ferreira (2021) as missas congas são evidências do sincretismo religioso, as quais são denominadas pelos párocos de “as misturadas”.

O relato do capitão Lucas (2023) explicita que a Festa tem um lado folclórico também, além do espiritual e em consonância com sua narrativa, o General das Congadas Eduardo Camilo (2024), em entrevista, explica os pilares que compõem a Festa do Rosário:

As Congadas é feita de 3 pilares: a religiosa que fica a cargo da Igreja Paróquia São Francisco, as missas, os terços, a parte comercial que são as barracas que vem... os camelôs que vem de fora, o pessoal daqui que vem e já tomou gosto e põe as coisas para vender... a população espera por isso; e a parte folclórica que somos nós – a Congada. Quanto a parte religiosa não fazemos alusão a questão religiosa, a Congada aceita qualquer tipo de pessoa independente da religião [...] (Eduardo Camilo, 2024).

Segundo Tatiane Pereira de Souza (2021), as Congadas, entendidas como manifestações culturais e devocionais, articulam por meio de sua ritualística uma complexa rede de sentidos que se expressa nos movimentos corporais, nos versos entoados ou improvisados, nas roupas utilizadas e na dimensão espiritual que permeia a prática. Esses elementos carregam e atualizam memórias coletivas da população negra, evocando desde as conexões com os ancestrais africanos até os registros do período de escravização no Brasil. Ao mesmo tempo, inserem essas experiências na realidade contemporânea, ainda marcada por desigualdades sociais intensificadas pelo racismo estrutural — um legado persistente da escravidão. Assim, as Congadas não apenas preservam tradições, mas também atuam como formas de narrar vidas e inscrever histórias negras em espaços públicos e simbólicos, reafirmando sua relevância política e cultural no presente.

A narrativa do General Eduardo Camilo sobre os pilares da Festa do Rosário em Catalão reflete um entendimento categórico, mas também ambíguo, sobre os significados atribuídos às dimensões religiosa, comercial e folclórica da celebração. Sua perspectiva lança luz sobre a complexidade das Congadas, mas também revela tensões no modo como essas dimensões se entrelaçam.

Ao mencionar a parte religiosa como sendo "a cargo da Igreja", Eduardo Camilo reconhece a importância do eixo espiritual oficializado pela Paróquia São Francisco, incluindo as missas e terços. No entanto, sua declaração de que as Congadas “não fazem alusão à questão religiosa” ao mesmo tempo em que admite que “muitos dançam pela fé” aponta para uma relação intrínseca e não hierarquizada entre a religiosidade formal e a espiritualidade vivenciada na prática das Congadas. Essa ambiguidade sugere que, para muitos participantes, as fronteiras entre o pilar religioso e o folclórico não são tão rígidas quanto as categorias científico-acadêmicas podem sugerir. As danças que ele define como a "parte folclórica" emergem não apenas como um ato cultural, mas também como uma forma de devoção, especialmente considerando sua origem ancestral nos rituais de escravizados africanos.

O General Eduardo Camilo percebe a parte folclórica como algo vinculado às danças, às variações de estilos e ao toque dos instrumentos, destacando a ancestralidade das práticas, “que veio lá dos nossos escravos”. Essa compreensão nos leva a retomar o argumento de Ferreira (2021), que critica o uso do termo "folclore" por seu sentido pejorativo ou redutor, destacando a necessidade de reelaborar sua aplicação para que englobe as profundidades históricas, culturais e espirituais dessas manifestações. Ao associar a dança à fé e à ancestralidade, Eduardo Camilo (2024) demonstra uma percepção que vai além do simples entretenimento; ele reconhece as Congadas como um espaço de memória e resistência, embora ainda adote o termo folclórico em seu sentido tradicional.

O pilar comercial, mencionado por Camilo (2024) como um elemento de integração econômica e social, apresenta um contraste interessante com os outros dois pilares. Ele evidencia como a festa transcende o espiritual e o cultural, assumindo também um papel de dinamização econômica para a população local e para os visitantes. Embora seja frequentemente tratado como um elemento à parte, ele é um reflexo do modo como a celebração envolve múltiplos atores e interesses, transformando a festa em um evento multifacetado e acessível.

A narrativa do General Eduardo Camilo demonstra a tentativa de balancear e viabilizar o acesso e o foco a diferentes aspectos da Festa do Rosário. No entanto, ao isolar as partes religiosa e folclórica, ele reproduz uma dicotomia que, na prática, é frequentemente superada

pelos participantes, como ele mesmo admite. Essa separação corre o risco de subestimar a dimensão holística das Congadas de Catalão, onde fé, cultura e memória histórica se fundem em uma única vivência.

Assim, sua narrativa, complementada pelas observações de Ferreira (2021), destaca a necessidade de reelaborar conceitos e narrativas associados às Congadas de Catalão. É importante que a parte folclórica seja reconhecida não apenas como um elemento performático, mas como um ato político, espiritual e cultural de resistência e preservação. Dessa forma, as Congadas de Catalão emergem como uma celebração multifacetada que articula passado e presente, religiosidade e ancestralidade, integrando todas essas dimensões em uma expressão única e profundamente significativa.

Segundo Lopes (2014), o culto aos santos presentes nas Congadas: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia tem suas origens na África, onde ocorreu a cristianização de alguns reis e reinos africanos. No Brasil, esses santos ganharam representações nos festejos religiosos, no catolicismo popular e nas religiões afro-brasileiras. São Benedito (1526 –1589), negro e africano, apesar de ter nascido na Itália, era filho de pais africanos que trabalhavam para uma família cristã. Santa Efigênia (século I), negra e africana, conhecida como Efigênia da Etiópia, e Nossa Senhora do Rosário foram adotadas pelos escravizados e libertos, que encontraram nas Irmandades do Rosário um vínculo entre suas tradições africanas e a nova fé. A devoção a esses santos remonta à Angola do século XVII, mesmo antes da canonização de São Benedito em 1807. De acordo com Prandi (2004):

[...] ao longo do processo de mudanças mais geral que orientou a constituição das religiões dos deuses africanos no Brasil, o culto aos orixás primeiro misturou-se ao culto dos santos católicos para ser brasileiro, forjando-se o sincretismo; depois apagou elementos negros para ser universal e se inserir na sociedade geral, gestando-se a umbanda; finalmente, retomou origens negras para transformar também o candomblé em religião para todos, iniciando um processo de africanização e dessincretização para alcançar sua autonomia em relação ao catolicismo.[...]. A maior parte dos atuais seguidores das religiões afro-brasileiras nasceu católica e adotou a religião que professa hoje em idade adulta. Não é diferente para evangélicos e membros de outros credos. (Prandi, 2004, p. 222).

Prandi (2004) delineia um processo histórico marcado por três fases distintas: sincretismo, universalização e uma posterior retomada das raízes africanas. Inicialmente, o culto aos orixás, ao se mesclar com o culto aos santos católicos, buscou uma estratégia de adaptação e sobrevivência em um ambiente predominantemente católico, evidenciando o sincretismo religioso como uma tática de resistência e integração. Em um segundo momento,

ao emergir a umbanda, houve um esforço de universalização, que, em parte, apagou elementos negros para alcançar maior aceitação social, refletindo uma tentativa de inserção mais ampla no tecido social brasileiro.

Finalmente, observa-se um movimento de reelaboração das tradições africanas e uma busca por autenticidade cultural no candomblé, revelando uma tensão constante entre a assimilação e a preservação identitária. Esse processo de africanização e dessincretização reflete uma busca por autonomia e revalorização das tradições africanas em uma sociedade marcada por profundas heranças coloniais e raciais. O fato de muitos seguidores das religiões afro-brasileiras terem nascido em famílias católicas e adotarem sua religião atual na vida adulta sublinha a fluidez das identidades religiosas e a complexidade do campo religioso brasileiro, onde trajetórias individuais e coletivas se entrelaçam com mudanças históricas e culturais. A análise de Prandi (2004) nos convida a refletir sobre como as religiões afro-brasileiras não apenas sobrevivem, mas se reelaboram constantemente, negociando espaços de legitimidade e expressão em um cenário sociocultural marcado por tensões e transformações.

O sincretismo nas Congadas pode ser visto tanto como uma estratégia de resistência quanto como um reflexo da dominação cultural. Ao mesmo tempo em que preserva e celebra tradições africanas, o sincretismo também pode diluir e transformar esses elementos, resultando em uma forma que, embora rica e multifacetada, nem sempre representa fielmente as origens culturais africanas. Assim, o sincretismo nas Congadas não deve ser apenas celebrado como uma expressão de diversidade cultural, mas também examinado histórico e criticamente quanto ao que pode ter sido perdido ou modificado no processo.

Outrossim, ao se tornarem uma parte intrínseca das tradições culturais locais, as Congadas também enfrentam o desafio de serem apropriadas e reinterpretadas sob uma ótica predominantemente folclórica, o que pode despolitizar suas origens e significados mais profundos. Esse processo de folclorização pode desviar o foco das questões de identidade, memória e resistência que essas manifestações carregam, reduzindo-as a meras expressões estéticas. Portanto, é essencial que, ao valorizar as Congadas de Catalão como um patrimônio cultural, também se reconheça e problematize as complexas camadas de significado e poder que esse sincretismo carrega.

Para Silva (2016), a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário de Catalão é uma manifestação do catolicismo popular, caracterizando-se por uma adaptação do catolicismo institucional realizada pelos negros, incorporando elementos simbólicos que evocam a memória e a identidade da cultura afro-brasileira pela diversidade étnica e pelo hibridismo cultural. Essa prática reflete a diversidade étnica e o hibridismo cultural, evidenciando como diferentes

tradições e influências se entrelaçam para formar uma identidade cultural única dentro do contexto afro-brasileiro. A reinterpretação do catolicismo pelos negros exemplifica a resistência cultural e a capacidade de transformação das tradições religiosas diante das realidades sociais e históricas do Brasil.

De acordo com Ferreira (2021), o hibridismo pode ser visto como uma alternativa ou possibilidade teórico-conceitual para o que buscamos no sincretismo, especialmente no que diz respeito às "misturas", combinações de elementos simbólicos, seus componentes ritualísticos e as relações pluriétnicas. “[...] hibridismo é um conceito recente, atual, muito aplicado aos aspectos culturais e, por extensão, à religião. [...]” (Ferreira, 2021, p. 71). Consequentemente, o hibridismo cultural brasileiro integra de maneira festiva códigos morais, permitindo um equilíbrio entre o tradicional e o “pós-moderno”. Segundo Renato Somberg Peffer (2013), isso possibilita a confiança e a tolerância entre culturas diferenciadas, e essa mestiçagem cultural pode ser um caminho para a construção de uma ética global, promovendo um diálogo intercultural.

É relevante destacar que o sincretismo do catolicismo popular vai além da cordialidade, implicando uma ordem dos desejos, ligações moleculares e desterritorialização que geram indiscernibilidade e abrem as forças do cosmo. Não se trata apenas da oposição entre forças terrestres e da imaginação, mas entre dois modelos de combinação de forças cósmicas. Assim, entre o catolicismo popular e o mais institucionalizado, o espaço de negociação se configura como uma cosmopolítica, como apontam PIEVE, Stella Mares Nunes, Ari Pedro Oro e José Carlos Gomes dos Anjos (2009).

Segundo Ferreira (2020), apesar de ser uma forma de resistência, o sincretismo nas Congadas também foi manipulado pelo poder colonial e religioso. A Igreja Católica, ao permitir (ou até promover) o sincretismo, conseguia criar uma fachada de “inclusão religiosa”, mas, ao mesmo tempo, buscava garantir que os africanos não abandonassem o cristianismo. Isso ajudava a manter a ordem e a hierarquia social, com os colonizadores e a Igreja controlando a cultura e as práticas religiosas, mesmo que em um formato híbrido.

Durante a entrevista com o General das Congadas de Catalão Eduardo Camilo (2024), ao abordarmos o assunto de perseguições e racismo ele narra:

[...] a Congada já passou por perseguições, preconceito, porque as pessoas que não entendiam ... a nossa Congada é lá do sincretismo o religioso, talvez é uma parte que quase ninguém gosta muito de falar, mas se você pegar lá no começo de onde ela saiu de como ela começou... isso aí há um tempo tinha um preconceito. Misturava a nossa Congada a “um bando de macumba” [...] Era visto dessa forma. Então, assim, com o passar do tempo eu vejo que esses

paradigmas foram quebrados [...] na Congada aceita qualquer tipo de pessoa independente da religião [...] tem católico, tem o pessoal espírita, tem o pessoal que é de candomblé, tem os umbandistas [...], de onde a gente vem sempre teve o sincretismo religioso. É uma parte que não tem como a gente sair disso e sempre vai ter. Uns aceitam outros não, uns são adeptos, outros não, mas isso aí é a cargo de cada um [...] (Eduardo Camilo, 2024).

O General Eduardo explica que um dos papéis dos generais é fazer cumprir as normas da igreja, de forma que objetos ritualísticos de outras religiões que não fazem parte da ritualística da Igreja Católica não podem ser usados explicitamente.

O sincretismo, então, não foi uma troca "igualitária", mas uma negociação entre a imposição e a resistência. As festas e celebrações religiosas como as Congadas se tornaram um espaço onde a resistência cultural e religiosa africana podia ser mantida, mas sempre sob os limites impostos pela dominação colonial e religiosa.

Ferreira (2021), a partir de sua pesquisa nos anos de 2019 e 2020, afirma que setenta por cento dos entrevistados nas Congadas de Catalão compreendem e percebem o sincretismo, embora nem todos falem abertamente sobre o tema. Isso revela aspectos históricos que afetaram negros, pardos e outras minorias marginalizadas, além das diversidades étnicas e culturais, que ainda não se traduziram em inclusão e respeito. As narrativas complexas dessas memórias sensíveis e vozes silenciadas, no contexto contemporâneo, envolvem negacionismo, intolerância religiosa, exclusão social, violência policial (necropolítica) e racismo estrutural.

O sincretismo religioso, frequentemente usado para descrever encontros e fusões entre tradições religiosas distintas, precisa ser analisado com mais profundidade, especialmente no que tange ao patrimônio cultural, à memória e à identidade. Longe de ser um processo naturalizado ou harmonioso, o sincretismo é marcado por tensões, conflitos e disputas de poder que refletem os contextos históricos e sociais em que ocorre. Para uma compreensão mais completa, é crucial relacioná-lo a teorias como o hibridismo cultural, que destaca negociações identitárias dinâmicas, e aos debates decoloniais, que desafiam narrativas hegemônicas e coloniais. Essas narrativas frequentemente deslegitimam as epistemologias dos povos envolvidos nesses encontros, invisibilizando as formas de resistência e reelaboração presentes nas práticas culturais e religiosas resultantes.

As Congadas de Catalão não devem ser vistas como meras fusões passivas, mas como expressões ativas de reelaboração e enfrentamento à opressão histórica. Nesse contexto, o sincretismo pode tanto perpetuar estruturas coloniais quanto subvertê-las, dependendo de como é interpretado e mobilizado. É importante considerar as relações assimétricas de poder que moldam os encontros culturais e o modo como os sujeitos reelaboram suas tradições em diálogo

ou confronto com outras. A abordagem que articula sincretismo e hibridismo permite escapar da visão reducionista de um caldeirão cultural homogêneo, reconhecendo a agência histórica dos atores sociais e a pluralidade das experiências religiosas.

Por outro lado, as perspectivas decoloniais iluminam como o sincretismo pode servir à resistência e à emancipação, conectando memória e identidade às vivências concretas de comunidades em contextos pós-coloniais. Dessa forma, superar uma visão simplista do conceito requer análises que valorizem a complexidade histórica e a profundidade das práticas culturais, reconhecendo-as como formas vivas de expressão e transformação social.

1.4 Entre o racismo religioso e narrativas decoloniais: A Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e as Congadas de Catalão como patrimônio afro-brasileiro

O debate sobre as Congadas e aqui sustentamos que o processo de patrimonialização das mesmas é importante, justamente por trazer à tona diversas questões como o racismo religioso e narrativas decoloniais aciona direta e indiretamente uma série de possibilidades, especialmente a necessidade de se trabalhar com as relações raciais e temas do racismo no Brasil a partir de um viés epistêmico e pragmático, uma vez que as Congadas têm a extensa participação popular possibilitando ações de maneira prática e com base em saberes que vêm dos próprios povos negros.

Ao longo da história brasileira, conforme apontado por Rotondano (2022), o tema racial foi abordado de maneiras diversas pela sociedade e pelas instituições públicas. As diversas perspectivas com as quais os conceitos de etnia e raça foram tratados refletem, sem dúvida, modelos de manipulação desses princípios de maneira alinhada aos interesses dos grupos hegemônicos. Da mesma forma que o colonizador branco destacou as diferenças étnico-raciais entre o indivíduo europeu e os povos subalternizados, a elite branca contemporânea busca atualmente dissimular a diversidade étnica e racial da população. Essa estratégia visa evitar o crescimento do debate e a formulação de políticas destinadas a reduzir o déficit histórico imposto a tais grupos.

Para alcançar uma sociedade igualitária, é essencial reconhecer e afirmar as identidades étnico-raciais. O racismo, historicamente construído, ainda perpetua desigualdades que precisam ser combatidas por meio de políticas antirracistas. Como ressalta Rotondano (2022), essas medidas são cruciais para a efetiva superação das desigualdades sociais:

Neste momento histórico, adotar uma perspectiva política não-racialista implica em corroborar para o esquecimento das mazelas produzida pelo conquistador branco sobre os corpos das minorias étnico-raciais do país, suprimindo a denúncia sobre as necessidades que tais grupos possuem na contemporaneidade de modo específico. Para fomentar uma sociedade efetivamente igualitária, é preciso desconstruir o racismo justamente a partir da afirmação do marcador étnico-racial que historicamente edificou – e que ainda perpetua [...]. (Rotondano, 2022, p. 164).

Rotondano (2022) destaca a importância de reconhecer o marcador étnico-racial como ferramenta imprescindível para a desconstrução do racismo e a construção de uma sociedade igualitária. Para o autor adotar uma postura não-racialista no atual contexto político significa ignorar as injustiças históricas impostas pelas estruturas coloniais e racistas, invisibilizando as

demandas específicas das minorias étnico-raciais. Dessa forma, o autor argumenta que a superação do racismo não ocorre por meio da negação das diferenças raciais, mas sim pelo reconhecimento dessas diferenças e da necessidade de políticas que promovam equidade. A afirmação identitária, portanto, não reforça a segregação, mas é uma estratégia de resistência e enfrentamento às desigualdades persistentes.

O acesso restrito das minorias étnico-raciais no Brasil a direitos como educação, saúde, moradia, cultura e lazer está diretamente ligado à memória, identidade e patrimônio, refletindo os impactos do racismo na exclusão desses grupos. Como aponta Rotondano (2022), ignorar a questão racial na estrutura das desigualdades é perpetuar o esquecimento das violências coloniais e dificultar medidas reparatórias eficazes. Nesse contexto, os estudos patrimoniais são consideráveis para preservar e valorizar as memórias coletivas dessas populações, garantindo o reconhecimento de seus saberes e modos de vida como patrimônio cultural. A luta pelo direito à cidade, à educação de qualidade e ao acesso à cultura e ao lazer deve considerar a dimensão racial como central. Somente assim é possível construir políticas públicas eficazes que enfrentem a exclusão histórica e promovam a justiça social, assegurando um futuro mais igualitário.

Enfrentamos, de forma crescente, um racismo que evita ser reconhecido como tal, porque é capaz de alinhar "raça" com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo. Um racismo que tomou uma distância necessária das grosseiras ideias de inferioridade e superioridade biológica busca, agora, apresentar uma definição imaginária da nação como uma comunidade cultural unificada. Ele constrói e defende uma imagem de cultura nacional - homogênea na sua branquidade embora precária e eternamente vulnerável ao ataque dos inimigos internos e externos. Este é um racismo que responde à turbulência social e política da crise e à administração da crise através da restauração da grandeza nacional na imaginação. Sua construção onírica de nossa ilha coroada como etnicamente purificada propicia um especial conforto contra as devastações do declínio nacional. (Gilroy, 1992, p.87).

Enfim, é relevante compreender o papel do racismo na configuração de uma estrutura social hierárquica, sustentada pela noção de "elemento raça", que historicamente tem promovido a opressão sistemática de etnias não brancas. A política de reconhecimento das expressões culturais afro-brasileiras, como no caso das Congadas de Catalão, contribui significativamente para fomentar a inclusão social e valorizar a diversidade cultural no Brasil. Essa abordagem desempenha um papel central na recuperação e preservação de elementos culturais que, ao longo da história, foram intencionalmente silenciados, suprimidos e

marginalizados, especialmente devido à influência dominante da cultura dos colonizadores europeus.

Debates sobre questões étnico-raciais, incluindo manifestações culturais afrodescendentes como as Congadas de Catalão, são relevantes e merecem consideração. "O Atlântico Negro", de Gilroy (2001), examina as interconexões culturais, históricas e políticas entre África, Europa e Américas, durante a era da escravidão. Gilroy (2001) propõe a ideia de uma diáspora africana que transcende fronteiras geográficas, influenciando e sendo influenciada por culturas negras em ambos os lados do Atlântico. A obra destaca como a diáspora negra moldou identidades afro-diaspóricas complexas e interconectadas, fundamentais para entender a história global e as lutas por justiça social.

É importante destacar que o racismo estrutural não é um fenômeno imutável. Muitos Movimentos Sociais têm trabalhado para desafiar e combater o racismo em suas diversas formas, promovendo a conscientização, pressionando por mudanças nas políticas públicas e na legislação e promovendo a igualdade racial em todas as esferas da sociedade.

Segundo Rotondano (2020) o racismo à brasileira refere-se a um fenômeno complexo e multifacetado, caracterizado pela presença de preconceitos, discriminação e desigualdades raciais enraizadas nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país. Diferente de formas mais explícitas de racismo, como o *apartheid*, o racismo à brasileira se manifesta de maneiras sutis, por meio de estereótipos, discriminação velada, acesso desigual a recursos e oportunidades, entre outros aspectos. Essa forma de racismo se perpetua e se fortalece pela negação de sua existência e pela manutenção de privilégios e hierarquias sociais.

Embora o racismo estrutural se manifeste de formas distintas em diferentes países e contextos, autores como Fanon (2008), Gonzalez (2018), Di Angelo (2018), Munanga (1999) e Collins (2021) destacam elementos centrais que explicam sua perpetuação: a herança histórica da colonização e da escravidão, que deixou cicatrizes profundas nas estruturas sociais e econômicas ao subjugar, explorar e desumanizar populações racializadas; a discriminação institucionalizada, evidente em sistemas como educação, justiça, mercado de trabalho e habitação, que reforçam desigualdades por meio de práticas como segregação residencial e perfilamento racial; os vieses implícitos e estereótipos inconscientes, que influenciam negativamente o tratamento dado a pessoas de diferentes raças; o privilégio branco, que assegura vantagens sociais automáticas a pessoas brancas, traduzindo-se em maior acesso a oportunidades e na predominância em posições de poder; a transmissão intergeracional de desigualdades, que perpetua um ciclo de desvantagens devido à dificuldade de acesso a recursos e oportunidades por parte das populações marginalizadas; e a insuficiência de conscientização

e diálogo, agravada pela negação do racismo, pela resistência em debater o tema e pela falta de esforços concretos para promover a igualdade racial. Elementos que, juntos, alimentam a manutenção do *status quo*.

A discussão sobre essa desigualdade na formação do estado-nação tem suas raízes, primeiramente, no mito das três raças e, posteriormente, em diversas teorias raciais do século XIX. Segundo Da Matta (1981), o mito das três raças é uma teoria desacreditada que propõe a existência de três raças principais: branca, negra e indígena. Desenvolvida nos séculos XVIII e XIX, essa teoria buscava classificar e hierarquizar os diferentes grupos humanos com base em características físicas e intelectuais percebidas. Ao longo da história, esse mito foi amplamente utilizado para justificar práticas racistas e discriminação racial. A teoria sustentava a ideia da superioridade da raça branca em relação às outras duas, estabelecendo uma hierarquia racial que colocava os brancos no topo. Tais ponderações emanavam também da produção acadêmica europeia que, segundo Renato da Silveira (1999), estabelecia a produção de ciência como marcador civilizatório o que por sua vez tinha ascendência direta no iluminismo europeu:

A Ciência tinha ganho contra a Igreja a dura guerra pela prerrogativa de falar a Verdade sobre a natureza e a sociedade, tinha se associado à técnica e à indústria, tinha criado instituições poderosas nas quais produzia-se um discurso que era sinônimo de pertinência e potência. Este discurso — com seu raciocínio abstrato, sua linguagem descritiva e argumentativa, suas quantificações, técnicas e métodos específicos — estabeleceu “objetivamente” a superioridade racial das elites europeias, o que conotava sua superioridade cultural, religiosa, moral, artística, política, técnica, militar e industrial. (Silveira, 1999, p. 90).

Por seu turno, a criação dessa estrutura hierárquica serviu como fundamento para a discriminação e a opressão estrutural que impactaram e continuam a afetar diversas sociedades de maneira continuada no decorrer do século XX, tema fortemente problematizado por Oliveira (2019), no que tange à política brasileira de preservação cultural:

O fato é que após 130 anos de pós-abolição, o país ainda não superou as mazelas provocadas pelo sistema escravista associado ao modelo capitalista de exploração-expropriação, cujas bases das instituições do Estado foram assentadas sob a lógica do racismo institucional. Desde a década de 1930, a política de preservação criada e institucionalizada opera de forma restrita, limitada e excludente numa sociedade formada pela pluralidade e multiculturalidade. Uma política construída sob a centralidade dos valores civilizatórios europeus e do mundo judaico-cristão em uma conjuntura marcada pela ideologia nacionalista, compartilhada por uma elite intelectual e política, em busca de uma identidade nacional única, a política de preservação cultural brasileira foi consolidada oficialmente sob a ausência das referências

culturais dos povos indígenas e africanos escravizados, formadores da sociedade brasileira. (Oliveira, 2019, p. 3).

De acordo com Mignolo (2017), o racismo moderno/colonial surgiu no século XVI com base em uma lógica de racialização que possui duas dimensões fundamentais: a ontológica e a epistêmica. Essa lógica tinha como propósito classificar todas as línguas que não fossem o grego, o latim ou as seis línguas europeias modernas como inferiores, excluindo-as do campo do conhecimento considerado legítimo. Essa hierarquização linguística e cultural visava resguardar o privilégio enunciativo das instituições, dos homens e das categorias de pensamento formadas durante o Renascimento e a Ilustração europeia. Aqueles que eram colocados fora dessa classificação eram obrigados a aceitar sua inferioridade, ou devia fazer um esforço por demonstrar que era um ser humano igual a quem o situava na segunda classe. Ou seja, em ambos os casos se tratava de aceitar a humilhação de ser inferior para quem decidia, que devia manter-se como inferior ou assimilar-se.

Segundo Mignolo (2017) a noção de (des)decolonialidades ganhou força em países periféricos, precisamente durante o surgimento de uma nova ordem mundial. Esse conceito emergiu com um impacto semelhante ao do conceito de "biopolítica", que se originou na Europa. A "biopolítica" é uma ideia central nas análises da modernidade tardia. Assim como seu equivalente europeu, a "colonialidade" tornou-se um tema central nos debates internacionais, especialmente no contexto não-europeu e na "antiga Europa do Leste". O pensamento decolonial para Mignolo (2017):

[...] está hoje comprometido com a igualdade global e a justiça econômica, mesmo afirmando que a ideia de democracia e de socialismo, originadas na Europa, não são os únicos dois modelos com os quais orientar nosso pensamento e nosso fazer. Os argumentos descoloniais promovem o comunal outra opção junto ao capitalismo e ao comunismo [...] (Mignolo, 2017, p. 15).

Os debates sobre igualdade global e justiça econômica estão intrinsecamente ligados aos estudos patrimoniais e às políticas de patrimonialização, especialmente ao desafiar modelos hegemônicos de organização social. Embora a democracia e o socialismo tenham sido historicamente formulados na Europa, eles não são as únicas referências possíveis para estruturar essas práticas. A perspectiva decolonial propõe o comunal como uma alternativa tanto ao capitalismo quanto ao comunismo, sugerindo novas formas de gestão do patrimônio que valorizem os saberes, as memórias e os modos de vida coletivos. Ao romper com estruturas

coloniais, essa abordagem amplia as possibilidades de reconhecimento e proteção de bens culturais, promovendo uma visão mais inclusiva e conectada às realidades locais.

João Paulo Pereira do Amaral (2015), ao analisar as obras de Quijano (2005) e Henrique Dussel (1998), conclui que o colonialismo pode ser entendido como o processo de criação de uma estrutura de poder que gerou novas relações sociais intersubjetivas, estabelecendo um novo tipo de poder colonial que fundamentou a sociedade latino-americana como a conhecemos. A colonialidade, assim, persiste além do colonialismo e se perpetua nas esferas do poder, do saber e do ser, formando uma parte inseparável da constituição da modernidade. Quijano (2005) aponta que a base do poder do colonialismo foi legitimada com a ideia de raça:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista [...]. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, [...], raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p. 118).

Quijano (2005) ainda salienta que a incorporação de diversas e heterogêneas histórias culturais em um mundo dominado pela Europa resultou em uma configuração cultural e intelectual global subordinada à hegemonia europeia, similar à articulação do trabalho em torno do capital no capitalismo mundial. Nesse processo, os colonizadores expropriaram os recursos culturais mais aptos ao desenvolvimento capitalista e reprimiram as formas de conhecimento e expressões culturais dos colonizados, especialmente na América Ibérica e na África. A Ásia, embora menos reprimida, foi instrumental na criação da categoria de "Oriente". Os colonizados foram forçados a assimilar parcialmente a cultura dos dominadores, útil para manter a dominação, inclusive no campo religioso. Esse processo resultou na colonização das perspectivas cognitivas e na forma de atribuir sentido às experiências, configurando uma nova ordem cultural global dominada pela Europa.

Para Costa e Grosfoguel (2016), a decolonialidade não se trata apenas de uma teoria acadêmica, mas também de uma prática de oposição e intervenção. A ideia central é que a decolonialidade surgiu como resposta aos desígnios imperiais que tiveram início em 1492, quando o primeiro sujeito colonial do sistema-mundo moderno/colonial reagiu contra essas imposições.

Além disso, a localização do início do sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu em 1492 é destacada como significativa

para os teóricos da decolonialidade. Isso contrasta com interpretações que veem a modernidade como um projeto interno à Europa, surgindo a partir da Reforma, do Iluminismo e da Revolução Industrial, com o colonialismo sendo adicionado posteriormente. A perspectiva apresentada argumenta que o colonialismo foi uma condição considerável para a formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade, apontam Costa e Grosfoguel (2016).

A “colonialidade do poder” vai além do controle do trabalho, abrangendo também o Estado e suas instituições. A diferenciação entre conquistadores e conquistados, baseada na ideia de raça, impactou não só a economia, mas também a política. O conceito é central na compreensão de que raça e racismo influenciam a organização do poder e a acumulação de capital globalmente, conforme articulado por Dussel (1998), Costa e Grosfoguel, (2016), e outros teóricos.

[...] o imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Com base nesse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. [...] Essas não somente descreveram um mundo, como o “inventaram” ao efetuarem as classificações moderno/coloniais. Ao lado desse sistema de classificações dos povos do mundo houve também um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades. (Costa e Grosfoguel, 2016, p. 3).

Durante o Período Colonial e pós-abolição, os africanos escravizados no Brasil enfrentaram inúmeras formas de opressão e proibições de suas práticas culturais, como parte de um sistema que buscava desumanizá-los e apagar suas identidades. No entanto, os africanos e seus descendentes conseguiram preservar e transmitir elementos fundamentais de sua herança cultural. Entre esses elementos, as Congadas de Catalão se destacam como um espaço significativo de resistência e resiliência.

A patrimonialização das Congadas de Catalão carrega um simbolismo importante de reparação histórica aos povos escravizados, que experimentou, na cidade de Catalão, o fechamento de igreja para sua manifestação ritual, cerceamentos diversos como a proibição da entrada das Congadas de Catalão na igreja, uso de objetos como répteis em bastões e uma série de problemáticas já citadas por outros autores que abarcam o estado da arte dessa pesquisa. No entanto, as questões raciais não podem ser ignoradas na política, pois o esquecimento dessas questões contribui para a perpetuação das injustiças históricas e não atende às necessidades atuais das minorias étnico-raciais.

A figura 12, postada na rede social (*Instagram*) no dia 20 de novembro de 2020, nos leva a refletir a necessidade de considerar as questões raciais ao discutir o patrimônio cultural no Brasil. Conforme ressaltado pelo autor Gilroy (1992), as políticas públicas devem incluir abordagens racialistas que reconheçam e reparem as diversas culturas, valorizando a pluriculturalidade do povo brasileiro. O autor também alerta para as novas formas de racismo que emergem quando as noções de nação são aplicadas ao conceito de patrimônio. Ele enfatiza a importância dessas discussões para entender os processos de formação de identidade. O racismo contemporâneo frequentemente se esconde, alinhando "raça" com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo. Este racismo, distanciado das antigas ideias de inferioridade e superioridade biológica, agora busca definir a nação como uma comunidade cultural unificada e homogênea, predominantemente branca, apesar de estar constantemente ameaçada por inimigos internos e externos.

Figura 12 - Reis Congos



Fonte: @irmandadecat

A legenda na figura 12 denuncia as dificuldades enfrentadas pelos afrodescendentes e seus reis coroados nas Congadas de Catalão que não exercem efetivamente seu reinado no país que necessita de um dia para reflexão do quanto o racismo é cruel e avassalador, que destrói o ser humano, comparando-o a uma guerra. Mas que apesar de todos os enfrentamentos, as denúncias, seja por redes sociais ou na Festa em que as Congadas são apresentadas, a resistência e a preservação de suas culturas são também formas de buscar visibilidade e oportunidade de

serem ouvidos. As tradições congadeiras, sob o som das caixas de congos, simbolizam resistência, luta e devoção.

No contexto da virada decolonial, a valorização e a preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro, como as Congadas de Catalão, tornam-se instrumentos cruciais para desafiar as narrativas hegemônicas e eurocêntricas que por muito tempo dominaram a história oficial. Ao reconhecer e celebrar essas expressões culturais, estamos promovendo uma visão mais inclusiva e justa da história do Brasil, reconhecendo as contribuições e a resiliência das comunidades afrodescendentes. “[...] o pensamento fronteiriço é a singularidade epistêmica de qualquer projeto decolonial [...] a des-colonialidade emerge da experiência da colonialidade, alheia a Descartes e invisível a Marx. [...]” (Mignolo, 2017, p. 16).

A virada decolonial, nesse contexto, implica não apenas na desconstrução das estruturas coloniais, mas também na valorização e promoção de narrativas diversas que reflitam a multiplicidade de experiências e perspectivas. Surge como uma nova abordagem destinada a desafiar e desconfigurar os padrões, conceitos e perspectivas que foram impostos às comunidades subalternizadas, e que manifestam insistência se considerarmos a maneira pela qual na contemporaneidade ainda somos levados a repetir algumas destas estruturas de pensamento. Essa abordagem representa uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo, buscando desentranhar as estruturas de poder persistentes e promover uma resistência contínua contra a influência eurocêntrica em nossas formas de compreender e viver no mundo.

De acordo com Torres-Maldonado (2008), o giro decolonial ocorrerá quando a consciência dos "escravizados" globalmente se opuser à “mentira e à hipocrisia” do mundo moderno/colonial, que é fundamentado em uma cultura de morte, violência e desumanização. Para que isso aconteça, são necessárias estratégias contestatórias que promovam mudanças radicais nas formas hegemônicas de poder, dominação do conhecimento, relações intersubjetivas e na configuração das instituições. É pertinente compreender como as estruturas de poder continuam a perpetuar a colonialidade para efetivamente desafiar e transformar essas dinâmicas opressivas.

[...] el giro des-colonial se trata pues de una reolución en la forma en que variados sujetos colonizados percibían su realidad y sus posibilidades tras la caída de Europa em la Segunda Guerra Mundial. Y alas bases del giro des-colonial, estaban pantedasde antemano em el trabajo de intelectulades racializados, em tradiciones oraes, em historias, canciones, etc., pero, gracias

a eventos históricos particulares, se globaliza a mitad del siglo XX. [...] (Torres-Maldonado, 2008, p. 70).¹³

O patrimônio cultural, como as Congadas de Catalão, torna-se, portanto, uma ferramenta poderosa para a efetivação do pensamento decolonial, permitindo que as comunidades afrodescendentes recontem e reafirmem suas histórias, construindo uma identidade que vai além das imposições coloniais. Na narrativa do General Laudimir da Silva (2023), também conhecido como General Dimiro, destaca-se a importância do reconhecimento das Congadas de Catalão como patrimônio cultural e as dificuldades enfrentadas para preservar suas tradições. Isso ecoa a crença de que ao oficializar o patrimônio cultural, ele será protegido e continuará existindo.

A gente vê as dificuldades que tem, a gente quer fazer uma coisa bonita, mas depende muito do poder público, nós dependemos muito das autoridades. É um povo que sofre, é despesa que a gente tem, a gente quer fazer o de melhor. Então, a gente busca um reconhecimento hoje pelo Estado vê a nossa luta, vê a nossa riqueza que nós temos dentro do Estado. Isso que eu falo para você que eu sei o quanto é difícil o dançador fazer sua farda, o capitão lutar aqui e colocar seu terno, ele tira dinheiro do bolso, ele fica em dívida, então eu gostaria que as autoridades vissem essa riqueza que nós temos, esse reconhecimento que nós temos e que tem que levar sabe, em seriedade. (Laudimir da Silva, 2023).

A perspectiva decolonial, segundo Mignolo (2017), propõe superar a imposição moderna que, ao longo da história, fragmentou a relação entre humanidade e natureza, consolidando uma lógica eurocêntrica de separação. Em vez de enxergar a modernização como único caminho possível, essa abordagem sugere a naturalização, ou seja, o reconhecimento de que não estamos à parte da natureza, mas sim integrados a ela. A partir de uma sensibilidade fronteiriça, a opção decolonial questiona as hierarquias e dicotomias construídas pelo pensamento ocidental, recuperando as formas de existência historicamente marginalizadas e promovendo uma visão mais ampla e interconectada das relações entre cultura e natureza. “[...] O Terceiro Mundo não foi inventado pelas pessoas que habitam o Terceiro Mundo, mas por homens e instituições, línguas e categorias de pensamento do Primeiro Mundo [...]. [...], é urgente desprender-se do devaneio segundo o qual se está fora da história se não se é moderno” (Mignolo, 2017, p. 19 e 25).

¹³ [...] a virada descolonial é, portanto, uma revolução na forma como vários sujeitos colonizados perceberam a sua realidade e as suas possibilidades após a queda da Europa na Segunda Guerra Mundial. E os fundamentos da virada descolonial foram lançados previamente no trabalho de intelectuais racializados, em tradições orais, em histórias, canções etc., mas, graças a acontecimentos históricos particulares, globalizou-se em meados do século XX (Traduzido com a versão gratuita do tradutor - DeepL.com).

A dimensão de luta por reconhecimento e por respeito à diversidade religiosa também está expressa em outra fala do General Laudimir (2023):

Essa luta não pode acabar. Nós imploramos para as autoridades olharem o nosso trabalho, valorizar o nosso trabalho e é a coisa que eu peço: respeito! Esse respeito cada um tem com sua devoção. É uma Irmandade que para falar a verdade, existe várias religiões misturadas, é uma mistura, mas nós estamos voltados pela fé em Jesus Cristo e a Nossa Senhora do Rosário. É a grande importância que nós temos, isso eu falo, nós procuramos pessoas para luta para nossa Irmandade, procurar aquilo com dignidade que nós precisamos, é o reconhecimento, é o que tenho que falar para você aqui é o que vamos lutar com certeza. (Laudimir da Silva, 2023).

As dificuldades enfrentadas por aqueles que se dedicam à preservação e promoção das manifestações culturais são evidentes. Apesar do desejo de realizar algo significativo e belo, a dependência do apoio do poder público e das autoridades é um desafio constante. A comunidade sofre com os custos associados a essas iniciativas e luta para oferecer o melhor de si. Atualmente, busca-se o reconhecimento do Estado pela riqueza cultural que possui e pela dedicação envolvida na manutenção dessas tradições. Laudimir da Silva (2023) destaca a complexidade da situação, apontando o esforço pessoal dos participantes, como os dançadores que financiam suas próprias fardas e os capitães que custeiam seus trajes, frequentemente incorrendo em dívidas. Ele apela para que as autoridades reconheçam e valorizem seriamente essa riqueza cultural, entendendo a profundidade da luta e a importância do reconhecimento e apoio adequados. Apela para as autoridades competentes que os congadeiros são pessoas com corpo e alma que necessitam de cuidados básicos para realizarem a Festa.

Mignolo (2017) em seus estudos decoloniais convida à reflexão sobre os desafios impostos pela patrimonialização quando e em contextos nos quais o Estado exerce controle não apenas sobre os modos de ser e de conhecer, mas, sobretudo, sobre as práticas e expressões daqueles corpos historicamente silenciados, subalternizados e excluídos dos registros oficiais da história. Nesse sentido, o reconhecimento das Congadas de Catalão como patrimônio demanda não apenas ações institucionais formais, mas também a construção de olhares atentos e abertos ao diálogo, capazes de compreender a complexidade e a potência política, cultural e simbólica dessa manifestação. É relevante considerar a alternativa do questionamento dos mecanismos que apagam e regulam essas existências, para que o processo de patrimonialização não reproduza as lógicas coloniais que justamente essas expressões buscam subverter.

No contexto da análise das Congadas de Catalão, a obtenção de um título e o reconhecimento como patrimônio cultural não marca o fim dessas batalhas. Pelo contrário,

diversos interesses de ordem econômica, política, religiosa, cultural, tensões e contradições em relação aos valores atribuídos às Congadas continuaram a desafiar uma visão unificada do que se constitui como patrimônio. A discussão sobre patrimônio, nesse sentido, envolve o direito à preservação da memória e aborda a situação de sujeitos que historicamente foram silenciados, que necessitam de reparações em todos os âmbitos sociais, econômicos, educacionais, culturais, ou seja, de condições de viverem com equidade e qualidade de vida.

As Congadas, ao serem reconhecidas como patrimônio cultural, contribuem para a construção de uma narrativa histórica inclusiva e representativa. Este reconhecimento legal não apenas legitima as práticas culturais, mas também oportuniza visibilidade as comunidades envolvidas, fortalecendo sua identidade cultural frente às influências coloniais persistentes. Na narrativa do capitão do terno do Prego Lucas Gomes Arruda, as Congadas de Catalão já fazem parte da identidade e reconhecimento do povo goiano catalano:

As pessoas respeitam, saem para fazer as visitas nas ruas, os ternos, os carros param, as pessoas saem nas portas para receber a nossa bandeira, então as pessoas daqui tem um carinho muito grande pela Congada e com certeza é uma das maiores festas daqui da região Centro-Oeste e do Brasil do ponto de vista do folclore, do ponto de vista da religiosidade, então eu acho muito importante esse reconhecimento por parte das autoridades. (Lucas Gomes Arruda, 2023).

Lucas Gomes Arruda menciona à importância cultural e religiosa das Congadas, uma festa tradicional que possui grande significado no Centro-Oeste e no Brasil, especialmente no que se refere ao folclore e à religiosidade. Ele descreve como as pessoas demonstram respeito e carinho pela Congadas, mencionando que, durante as visitas nas ruas, as pessoas param seus carros, saem de suas casas e se posicionam nas portas para saudar a bandeira que representa a Festa. Isso indica o profundo apreço que a comunidade local tem por essa manifestação cultural. Enfatiza a importância do reconhecimento da Congada pelas autoridades, sugerindo que a festa merece ser valorizada oficialmente, tanto em termos culturais quanto religiosos, dado seu impacto na identidade e na história da região.

Stuart Hall (2006) enfatiza que as identidades culturais são múltiplas e fluidas, moldando-se conforme os sistemas de significação e representação se transformam. Essa ideia encontra eco na narrativa de Lucas Gomes Arruda (2023) sobre as Congadas, que, ao ser reconhecida e valorizada tanto pela comunidade quanto pelas autoridades, revela a dinâmica das identidades coletivas. Como manifestação cultural e religiosa, as Congadas não

permanecem fixas no tempo, mas são reelaboradas continuamente, fortalecendo laços sociais e expressando diferentes formas de pertencimento.

Conforme Gonçalves (2015), os portadores dos saberes e práticas das manifestações culturais estão constantemente reinterpretando-os, atribuindo-lhes significados imbuídos de memórias coletivas e individuais. Tais expressões culturais podem ser consumidas pelos turistas como produtos ou espetáculos, desvinculando-as muitas vezes de seus contextos tradicionais e devocionais. A interseção entre questões patrimoniais tangíveis e intangíveis, especialmente no contexto das Congadas de Catalão, reflete desafios contemporâneos na preservação cultural.

O diálogo entre legislativo e executivo é crucial para superar obstáculos burocráticos e promover uma abordagem mais holística que valorize saberes e fazeres imateriais, além de agilizar processos de registro e tombamento. Para Mariana Ramos de Moraes (2019):

A patrimonialização também é um recurso mobilizado por essas comunidades na luta contra os crescentes casos de intolerância religiosa dos quais são vítimas. Dessa maneira, a patrimonialização torna-se, assim, um instrumento para garantir a manutenção de suas práticas (Moraes, 2019, p. 443).

A incorporação do pensamento decolonial no processo de registro abre diálogos, promovendo novas narrativas e buscando combater o racismo e intolerância religiosa, valorizando a pluralidade cultural. Então, impulsionar a patrimonialização requer gestão e salvaguarda responsáveis, assegurando a preservação das práticas culturais e estabelecendo políticas públicas não raciais e apoio governamental. As disparidades entre o patrimônio material e imaterial destacam questões essenciais, exigindo maior valorização do patrimônio intangível, muitas vezes subvalorizado.

Enfim, os congadeiros em Catalão enfrentam numerosos desafios, exigindo reflexões que incorporem o pensamento decolonial na elaboração e implementação de políticas públicas para combater a desigualdade racial sobre o patrimônio cultural. Eles buscam melhorias, na estrutura da festa, no deslocamento das pessoas de um bairro a outro, vestimentas, alimentação, manutenção dos instrumentos e fabricação de novos, necessitam registrar e serem percebidos e escutados como pessoas que fizeram e fazem parte da história brasileira, que infelizmente foram apagadas, forjadas e silenciadas, como observado nas Congadas de Catalão, tentando inverter a pirâmide colonial descrita por Walsh (2012) abordadas em suas pesquisas. Esta pirâmide eurocêntrica o branco se encontra no topo persistindo a colonialidade do poder, do ser e do saber faz com que se perpetuem a inferiorização e marginalização dos negros e

afrodescendentes na sociedade sem reconhecimento e reparos necessários para viverem bem, continuam sendo “não-corpos” para manutenção da ideia de “modernidade”.

De acordo com os estudos de Spivak (2010), a questão central levantada é: "O subalterno pode falar?". Ela aponta que a fala do subalterno e do colonizado é sempre mediada pela voz de outros, que se colocam na posição de reivindicar algo em nome de outrem. Embora o subalterno tenha voz, ele necessita de intermediários para se fazer ouvir. No contexto das Congadas de Catalão, em diálogo com essa autora, a patrimonialização dessa manifestação oportuniza as narrativas dos congadeiros e da comunidade local, desde que haja intermediários abertos ao diálogo e às mediações necessárias para valorizar esses detentores do bem cultural.

Continua Spivak (2010) afirmando que a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços onde o sujeito subalterno possa falar e ser ouvido. Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas é possível trabalhar "contra a subalternidade", criando oportunidades onde o subalterno possa se articular e, conseqüentemente, ser ouvido. Assim, a valorização da voz subalterna passa pela criação de espaços de articulação e escuta para a inclusão e o reconhecimento das narrativas dessas comunidades.

Assim, ao lidar com o patrimônio cultural que diretamente envolve as unidades ligadas a essas expressões, como no caso das Congadas de Catalão, é crucial que o processo ocorra de maneira democrática, levando em consideração os próprios participantes, que desempenham papel fundamental na preservação desse bem cultural. Iniciativas governamentais que reconheçam e apoiem tais expressões culturais, juntamente com o fortalecimento da colaboração entre comunidades e entidades governamentais, são fundamentais para garantir a continuidade não apenas das Congadas de Catalão, mas também de diversas outras manifestações culturais em todo o Brasil.

2. AS CONGADAS DE CATALÃO: ENTRE A PRESERVAÇÃO E O RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

O patrimônio, entendido como um conjunto de bens materiais e imateriais transmitidos ao longo do tempo é uma expressão cultural que reflete a identidade de um grupo ou comunidade. Pode ser entendido como o legado de uma sociedade, expresso em sua arquitetura, arte, costumes, tradições, linguagem e outros elementos que são transmitidos de geração em geração. Ele representa a memória coletiva de um povo e reflete a sua história, valores e identidade (Sandra Inácio Pelegrini, 2006).

Ao preservar e valorizar o patrimônio cultural, uma comunidade está reafirmando a importância desses elementos para a sua identidade. Através da conservação de monumentos históricos, por exemplo, as pessoas se conectam com o passado e reconhecem a sua ligação com aqueles que vieram antes delas. Esses monumentos se tornam símbolos de orgulho e respeito, fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade.

Além disso, o patrimônio cultural também desempenha um papel importante na construção da identidade cultural de um país ou região, assumindo várias formas, como monumentos históricos, obras de arte, tradições orais, práticas religiosas, danças, festivais e muito mais. Esses elementos patrimoniais contribuem para a diversidade cultural e enriquecem a identidade de um grupo, permitindo que ele se diferencie e se reconheça como único, afirmando a sua identidade em meio a um mundo cada vez mais globalizado. Isso contribui para a valorização da diversidade cultural e para o enriquecimento do diálogo intercultural.

Através dos objetos e registros transmitidos ao longo das gerações, podemos acessar e compreender nosso passado, bem como projetar um futuro. Museus, arquivos e sítios arqueológicos preservam evidências tangíveis das experiências passadas, fornecendo uma conexão direta com as histórias e as narrativas que moldaram a nossa sociedade, assim como os bens intangíveis com o registro de suas práticas festivas, celebrações e saberes e fazeres transmitidas de geração a geração (a exemplo as Congadas de Catalão, Goiás). Apesar de que “... não há que se falar em patrimônio material e imaterial como bens isolados, mas sim como formadores de um patrimônio cultural; [...]” (Campos, 2013, p. 5).

Outro aspecto fundamental é o senso de pertencimento proporcionado pelo patrimônio, o que o torna um elemento que une uma comunidade, proporcionando uma sensação de continuidade e identificação com aqueles que vieram antes de nós. Ele cria um senso de pertencimento e vínculo emocional com um local, uma cultura ou uma tradição. Através do

patrimônio, as pessoas encontram raízes e uma base sólida para sua identidade coletiva, reforçando a coesão social e o senso de comunidade.

No entanto, a modernidade líquida, conceito cunhado por Zygmunt Bauman (2001) traz desafios significativos para essa conexão entre patrimônio e identidade. A modernidade líquida é caracterizada pela fluidez, pela mudança constante e pela fragmentação das identidades. Nessa era de rápida transformação social, cultural e tecnológica, as identidades individuais e coletivas se tornam cada vez mais fluidas e difíceis de definir.

A modernidade líquida desafia a conexão entre patrimônio e identidade ao questionar a importância do passado em um mundo voltado para o presente e o futuro. A ênfase na inovação, no consumo imediato e no descarte rápido muitas vezes leva a uma desvalorização do patrimônio como algo relevante para a construção da identidade. A busca incessante por novidades e a efemeridade das experiências na sociedade líquida põem em risco a conexão das pessoas com seu patrimônio cultural e histórico.

Assim, somos constantemente advertidos, numa lógica marcada pela “retórica da perda” (Gonçalves, 1996), de que as referências culturais podem perder seu valor patrimonial ou sua “essência”. Para Lima (2024), isso reflete uma forma pouco ou nada dialética de encarar a realidade, posto que a identidade se reproduz nas mais diversas escalas espaciais, e o patrimônio, que por vezes é local, comunitário ou mesmo familiar, se retroalimenta ante a ameaça da modernidade, da globalização e das transformações socioespaciais. A autora dialoga com Vicent Berdoulay e J. Nicholas Entrikin (2014), os quais levantam questionamentos importantes que nos permitem refletir sobre o papel das festas populares em garantir um sentimento de estabilidade e enraizamento em um mundo cada vez mais instável e desenraizado.

Insiste-se então no desaparecimento da vida local ou, ao menos, sobre sua falta de autenticidade e sobre a perda de sentido trazida pela hegemonia da modernidade e de seus avatares recentes, que são a pós-modernidade ou a sobremodernidade, responsáveis pela multiplicação de “não-lugares”. Mas não se pode conceber, ao contrário, que o lugar adquira nesse contexto uma importância renovada, que procederia do sentimento de insegurança ontológica característica da modernidade? Em um ambiente instável, as pessoas não devem constantemente revisar e reorganizar a trama narrativa sobre a qual elas fundam seu pertencimento ao lugar na esperança de conseguir um maior reconhecimento? (Berdoulay; Entrikin, 2014, p. 106).

Assim, mesmo em um contexto de modernidade líquida, a preservação do patrimônio e a valorização de sua importância para a construção das identidades dos lugares e grupos são essenciais. Ao reconhecer a riqueza cultural e histórica que o patrimônio representa, podemos manter viva a memória coletiva, fortalecer os laços comunitários e promover um senso de

pertencimento. É necessário buscar um equilíbrio entre a fluidez das identidades contemporâneas e a preservação do patrimônio como uma âncora para a nossa herança cultural. Dessa forma, podemos enfrentar os desafios da modernidade líquida e garantir que o patrimônio continue a ativar a construção da identidade individual e coletiva. No contexto das Congadas de Catalão essa temática ganha ainda mais fôlego, uma vez que a tradição representa uma expressão cultural rica e diversa que atravessa gerações e é transmitida ao longo do tempo.

Segundo Veloso (2006), “o patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas a que diversos atores comparecem construindo um discurso que seleciona, se apropria de práticas e objetos e as expropria” (Veloso, 2016, p. 438). A ideia de identidade cultural funciona como um constructo muito utilizado pelo discurso político para legitimar diversas ações ou discursos voltados por vezes a interesses nacionalistas ou mesmo a prática da patrimonialização.

O patrimônio cultural mobiliza todas as partes envolvidas, que buscam se beneficiar com o bem cultural tangível ou intangível, seja pela exibição e consumo do bem mercantilizado, pelo turismo ou pela apropriação cultural dos objetos, vestimentas, cantos, seja pela visibilidade que ele pode oportunizar às comunidades silenciadas e marginalizadas da sociedade, marcadas pelo legado do colonialismo e pelos ideais eurocêntricos.

Promover vozes silenciadas é um aspecto fundamental das Congadas de Catalão. Essa manifestação cultural permite que grupos historicamente excluídos e marginalizados, como a comunidade afrodescendente, possam expressar suas identidades, resistir à opressão e reivindicar seu lugar na sociedade. As Congadas fornecem um espaço de fortalecimento, onde essas vozes podem ser ouvidas e valorizadas.

Ao ampliar o debate sobre as Congadas de Catalão, abordando questões de identidade, patrimônio cultural e poder, é possível gerar uma reflexão profunda sobre as desigualdades e injustiças presentes na sociedade. Isso pode estimular a conscientização, a mudança de perspectivas e a promoção da igualdade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Dessa forma, as Congadas de Catalão têm o potencial de não apenas preservar e valorizar tradições culturais, mas também de promover a voz e a representatividade daqueles que foram historicamente silenciados, fortalecendo a identidade coletiva e promovendo a diversidade cultural em toda a sociedade.

A decisão sobre o que é reconhecido como patrimônio cultural geralmente recai sobre instituições governamentais, como o IPHAN, que atua em âmbito federal, ou através de secretarias de cultura em níveis estaduais e municipais. Essas instituições são responsáveis por

identificar, registrar e proteger bens culturais que consideram relevantes para a memória e a identidade do país ou região. Contudo, essa prerrogativa confere a essas instituições um papel de arbitrariedade, uma vez que suas escolhas moldam as narrativas culturais e influenciam a forma como a história é contada.

2.1. Pelo direito de festejar: o patrimônio cultural e as políticas de salvaguarda

Como visto, o reconhecimento e registro dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural contribui para a preservação e valorização da identidade coletiva de uma comunidade. As Congadas de Catalão, em Goiás, é um exemplo desse processo, pois possuem elementos tangíveis e intangíveis que são transmitidos de geração em geração, enraizando-se na formação identitária do povo catalano.

No entanto, é importante destacar que, muitas vezes, a valorização desses bens culturais ocorre de forma lenta e tardia. A visão política brasileira, ao longo das décadas, tem gradualmente reconhecido a importância dessas manifestações culturais e a necessidade de seu registro junto aos órgãos responsáveis.

O processo de registro oficial desses bens culturais contribui para sua salvaguarda, promovendo a conscientização e valorização tanto por parte da comunidade local quanto da sociedade em geral. Além disso, o reconhecimento do patrimônio cultural pode viabilizar a implementação de políticas públicas e medidas de proteção, apoiando a continuidade dessas expressões culturais e seu impacto positivo na formação identitária da população. Portanto, a inclusão das Congadas de Catalão como patrimônio cultural, através de seu registro oficial, é uma das possibilidades de apoio aos congadeiros catalanos, que são os verdadeiros responsáveis por sua salvaguarda.

O patrimônio cultural abrange uma ampla variedade de elementos que representam a história, tradições e identidade de uma comunidade. Esses elementos foram agrupados em duas categorias principais: patrimônio material e imaterial, cada uma com características distintas e desafios específicos para sua preservação.

Para reverter a supervalorização dos bens materiais em detrimento dos bens imateriais é importante que se promova uma mudança de mentalidade e a valorização equitativa do patrimônio material e imaterial. Políticas públicas que reconheçam e apoiem essas manifestações culturais, bem como o fortalecimento do trabalho conjunto entre comunidades e órgãos governamentais contribuem para garantir a continuidade das Congadas de Catalão e de outras expressões culturais pelo Brasil afora.

O patrimônio material seria constituído por bens tangíveis, ou seja, objetos físicos e estruturas construídas que possuem relevância histórica, artística, arquitetônica ou cultural. Exemplos comuns de patrimônio material incluem monumentos, edifícios históricos, esculturas, pinturas, sítios arqueológicos e objetos de arte. A preservação do patrimônio material geralmente requer cuidados específicos, como conservação, restauração e medidas de

segurança para evitar danos causados pelo tempo, clima ou atividades humanas. A manutenção desses bens é frequentemente custosa e exige a adoção de tecnologias e métodos especializados.

Entretanto, para Chuva (2012) e outros teóricos do patrimônio, sua divisão nas categorias material e imaterial é um equívoco conceitual:

No Brasil, as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial. Não há, hoje, vozes dissonantes em torno do consenso de que se trata de uma falsa divisão, numa aparente unanimidade sobre o assunto (Chuva, 2012, p. 147).

As reflexões de Chuva sobre a dicotomia entre patrimônio material e imaterial permitem compreender que as Congadas de Catalão também incluem elementos materiais, pois envolvem o uso de instrumentos musicais, objetos sagrados e vestimentas, que são bens tangíveis.

As políticas de preservação do patrimônio material costumam ser mais visíveis e receber maior apoio público, pois a preservação desses bens tangíveis é facilmente compreendida por todos através de sua visualidade palpável. Museus, sítios históricos e igrejas são frequentemente reconhecidos e valorizados como elementos essenciais para a identidade cultural de uma comunidade ou nação.

Segundo Chuva (2020), o debate no campo do patrimônio cultural tem se deslocado de uma preocupação com a natureza material ou imaterial dos bens para uma discussão sobre a essência¹⁴ do patrimônio. Esse patrimônio pode ser (re) velado tanto por especialistas quanto pelos próprios detentores, que agora são vistos como novos sujeitos na identificação de valores patrimoniais. Contudo, esses detentores muitas vezes também operam com noções essencializadas de patrimônio e identidade, independentemente da natureza material ou imaterial do bem. Em contraste, uma outra visão entende o patrimônio como resultado de saberes e valores atribuídos, sem levar em conta sua natureza material ou imaterial. Aqui, reconhece-se a dinâmica histórica desses valores e suas transformações em função das identidades móveis. Assim, o patrimônio é visto como uma conquista, um direito. De acordo com Chuva (2020), os valores são históricos, transformam-se e devem ser considerados num contexto de lutas por direito, seja através do patrimônio ou por direito ao patrimônio. Ela argumenta que essa concepção envolve mudanças estruturais que rompem com a colonialidade do saber, promovendo uma virada decolonial.

¹⁴ Chuva (2020) traz uma reflexão para as discussões que antes eram voltadas para a natureza material ou imaterial dos bens registrado para a preocupação em essencializar o patrimônio, sendo que os detentores são os que promovem a salvaguarda do bem cultural.

No que se refere à categoria de Patrimônio Cultural, as Congadas de Catalão englobam as expressões culturais e tradições que são transmitidas de geração em geração, baseadas em práticas, conhecimentos, rituais, festas, músicas, danças, entre outros elementos intangíveis. Essas manifestações refletem o modo de vida e a cosmovisão de comunidades e grupos sociais, contribuindo para a diversidade cultural e a coesão social.

Segundo Lima (2024), a relação entre patrimônio, memória e lugar gera uma forma de patrimonialidade que foge à construção institucional de um patrimônio ou à preservação dos já existentes. Dessa maneira, o patrimônio resiste de forma única em cada cidade, como uma afirmação do patrimônio historicamente negado.

A preservação do patrimônio imaterial é mais complexa, pois não se trata de objetos físicos que possam ser protegidos em um espaço específico. Em vez disso, a ênfase recai sobre a continuidade das práticas e a transmissão do conhecimento de uma geração para outra. O dançador congadeiro, ao rememorar como a tradição foi passada de geração a geração, aborda o “caráter pedagógico” dentro das Congadas ao repetir os ritos. “[...] Essa tradição é passada de pai para o filho, geralmente dos avós passa para os pais, pai para os netos e assim vai postergando essa cultura nossa e não podemos deixar ela acabar” Cleiber R. dos Santo (2023).

As comunidades e grupos aos quais pertencem determinado “patrimônio imaterial” têm um papel fundamental em sua preservação, como no caso das Congadas catalanas, os congadeiros. A transmissão do conhecimento tradicional de mestres para aprendizes é o que garante a continuidade dessas práticas. Contudo, como foi dito, os modos de vida contemporâneos, a urbanização, a globalização e outros fatores podem desafiar a manutenção dessas tradições.

As disparidades entre a preservação do patrimônio material e imaterial são notáveis e refletem algumas questões-chave. No caso do patrimônio material, a visibilidade e a natureza tangível desses bens facilitam sua valorização e apoio público. O investimento em conservação e restauro é mais facilmente justificado quando se trata de monumentos históricos ou edifícios icônicos.

Por outro lado, o patrimônio imaterial muitas vezes enfrenta o desafio de ser considerado menos palpável ou tangível para algumas pessoas, o que pode levar à subvalorização de sua importância. As expressões culturais imateriais podem ser vistas como menos práticas ou menos relevantes em um mundo em constante mudança e influenciado pela tecnologia.

Além disso, a transmissão do patrimônio imaterial é fortemente baseada na tradição oral e no conhecimento transmitido por pessoas e comunidades, o que torna esse processo mais

vulnerável a interrupções e perdas. As mudanças nas dinâmicas sociais, os processos migratórios e a falta de interesse das gerações mais jovens podem levar ao enfraquecimento ou desaparecimento de tradições valiosas. Mas ao mesmo tempo, Gonçalves (2015) nos alerta sobre a retórica da perda, em que os intelectuais no passado, assim como os do presente, adotam uma perspectiva que enfatiza a ideia da existência de um "objeto de desejo". Esse objeto pode ser o "passado nacional", a "cultura popular" ou mesmo o folclore, e acreditam que ao buscá-lo, seria possível revelar a essência genuína do Brasil. Para o autor, essa visão é equivocada porque essencializa o patrimônio e lega às agências de preservação a função de resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento.

Nas considerações de Amaral (2015), a orientação da política sobre os patrimônios culturais baseada na Constituição Federal de 1988 possibilita novas práticas de gestão participativa, promovendo autonomia e sustentabilidade. Isso favorece uma reflexão sobre a aproximação com uma nova relação epistemológica e de poder, envolvendo os detentores das manifestações culturais na formulação e gestão de políticas públicas, bem como na construção do conhecimento sobre suas práticas e saberes.

A Carta Magna Brasileira, de 1988, por meio de seus artigos 215 e 216, expandiu o conceito de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais tanto materiais quanto imateriais. O patrimônio imaterial, exemplificado pelas Congadas de Catalão e outras celebrações e festividades, é constantemente reinventado pelas comunidades e grupos, influenciado por seu ambiente, interação com a natureza e história. Esse processo se gera um senso de identidade e continuidade, promovendo o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Para Chuva (2012) é imprescindível considerar a patrimonialização, reavaliando o patrimônio como parte do tempo presente, não apenas do tempo passado, uma vez que ele pertence à nossa época. O bem patrimonializado tem a função de desconstruir as histórias revelando narrativas forjadas, selecionando e observando qualidades e não apenas quantidades, dando sentido a essas escolhas, sejam de bens tangíveis ou intangíveis.

É importante reconhecer a relevância e a interdependência entre o patrimônio material e imaterial na preservação da cultura e da identidade de uma sociedade. Ambos os aspectos contribuem para uma visão mais ampla e rica da história e da diversidade cultural de um povo, permitindo uma compreensão mais complexa e plural das suas manifestações e vivências.

As ações em torno do patrimônio imaterial devem envolver o fortalecimento do papel das comunidades e grupos detentores dessas tradições, incentivando a transmissão do conhecimento entre gerações e promovendo a valorização dessas práticas no contexto

contemporâneo. A criação de políticas de salvaguarda, a documentação etnográfica e o apoio institucional são igualmente pertinentes para proteger o patrimônio imaterial.

No caso do patrimônio material, é fundamental manter o equilíbrio entre a preservação das estruturas históricas e sua adaptação às necessidades “modernas”. Além disso, é preciso garantir que os processos de preservação sejam conduzidos com sensibilidade cultural e social, respeitando o significado e o valor atribuído pelos grupos e comunidades afetadas. Conforme Pelegrini (2006) ressalta:

Não obstante, sabe-se que as ações voltadas à proteção do patrimônio implicam atitudes muitas vezes silenciosas e de pouca visibilidade em curto prazo. Os mecanismos de informação, inventário, registro e catalogação dos bens culturais constituem um passo importante para a preservação. Todavia, essas estratégias prescindem do envolvimento da coletividade, de identificação das comunidades locais com os bens acautelados por meio de cursos de educação patrimonial, oficinas de restauro [...] (Pelegrini, 2006, p.72).

Conforme argumenta Pelegrini (2006), a proteção do patrimônio cultural muitas vezes acontece nos bastidores, com impactos que nem sempre são perceptíveis de imediato. Os processos de inventário, registro e catalogação desempenham um papel relevante na preservação, mas sua eficácia depende diretamente do envolvimento ativo das comunidades locais. Sem a identificação e participação dessas comunidades, os bens culturais correm o risco de se tornarem apenas itens em registros técnicos, desvinculados de seu contexto social e cultural. Por isso, iniciativas como cursos de educação patrimonial e oficinas de restauro são relevantes para fortalecer a ligação entre as comunidades e seus patrimônios. Essas atividades ajudam a transformar a preservação em um esforço coletivo e dinâmico, em vez de uma tarefa restrita a instituições formais.

As políticas voltadas para a área cultural no Brasil, incluindo aquelas relacionadas à proteção patrimonial, têm experimentado variações significativas ao longo do tempo, refletindo as diferentes concepções de identidade nacional dos governos que se sucederam. Essas mudanças políticas influenciaram diretamente a forma como o patrimônio cultural tem sido preservado e valorizado no país.

Ao longo da história brasileira, as políticas de proteção patrimonial passaram por diferentes abordagens, e percebemos que os bens imateriais não foram considerados no âmbito da discussão ou postos no esquecimento ou no apagamento das memórias coletivas. Durante o período colonial, a ênfase era colocada nos bens culturais de origem europeia, enquanto os elementos culturais indígenas e africanos foram marginalizados. A valorização do patrimônio

cultural brasileiro como um todo só começou a ganhar força a partir do século XX, com a criação de instituições como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹⁵ em 1937.

As políticas culturais no Brasil estiveram sujeitas a um controle autoritário, com uma ênfase na exaltação de uma identidade nacional homogênea e conservadora. O patrimônio cultural ainda é utilizado como uma ferramenta política, servindo a propósitos de propaganda e manipulação da identidade nacional e no período da Ditadura Militar ficou mais evidente.

A redemocratização do país na década de 1980 trouxe mudanças significativas no campo cultural. A Constituição de 1988 reconheceu a diversidade cultural como um valor fundamental e estabeleceu a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade civil na proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Houve um aumento do reconhecimento e valorização dos elementos culturais indígenas, afro-brasileiros e de outras comunidades tradicionais.

No entanto, é importante destacar que as políticas culturais no Brasil continuaram a oscilar ao longo das últimas décadas, refletindo as diferentes visões políticas e ideológicas dos governos em cada período. Algumas administrações adotaram abordagens mais voltadas para a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento das políticas de proteção patrimonial, enquanto outras priorizaram aspectos mais econômicos e turísticos, muitas vezes negligenciando a dimensão social e simbólica do patrimônio cultural. Além disso, os desafios enfrentados na área da proteção patrimonial no Brasil incluem a falta de recursos adequados, a falta de conscientização sobre a importância do patrimônio cultural e a falta de integração entre os órgãos governamentais e a sociedade civil.

Em suma, as políticas voltadas à proteção patrimonial no Brasil têm sido influenciadas pelas diferentes concepções de identidade nacional dos governos que se sucederam, refletindo uma oscilação entre abordagens mais inclusivas e valorizadoras da diversidade cultural e abordagens mais restritivas ou utilitárias. A busca por uma política cultural consistente, que valorize e proteja adequadamente o patrimônio cultural brasileiro em toda a sua diversidade, continua sendo um grande desafio para o país.

No contexto da preservação e do patrimônio, as políticas públicas estabelecem diretrizes, normas e ações que visam proteger e promover o patrimônio cultural, além de assegurar a sua transmissão às gerações futuras. Essas políticas são respaldadas por leis e instrumentos jurídicos

¹⁵ Atual IPHAN.

específicos, que conferem respaldo legal e institucional às ações de preservação, segundo Inês Virginia Prado Soares (2009):

[...] Com a Constituição, a visão de meio ambiente como patrimônio uno, composto de bens naturais e culturais foi para os bens autonomamente considerados [...] A dificuldade maior, que ainda persiste, é na tutela dos bens imateriais como bens ambientais (Soares, 2009, p. 87).

A Constituição oferece proteção aos patrimônios intangíveis ao considerá-los como bens ambientais, tornando-os elegíveis para medidas de preservação. De acordo com Soares (2009), esses bens possuem características complexas e vulneráveis, comparáveis ou até mais delicadas do que os bens materiais e naturais. Quando afetados, eles sofrem silenciosamente com os danos causados ao meio ambiente. A autora ilustra essa situação com exemplos concretos:

A destruição de ruínas históricas para a abertura de uma rodovia; a alteração dos modos de vida tradicionais e das relações socioculturais em decorrência do reassentamento de uma comunidade inteira para a construção de uma hidrelétrica; os impactos paisagísticos e a perda de referências geográficas e de memória da cultura popular provocados em uma montanha por atividades minerárias;[...] são alguns casos concretos em que restam evidentes danos em detrimento do chamado meio ambiente cultural (Soares, 2009, p. 21).

É indispensável que o progresso econômico leve em conta as consequências para o patrimônio cultural, e isso deve ser feito por meio de análises anteriores para evitar danos culturais. No caso específico do Brasil, a avaliação do Impacto Ambiental está definida na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, nº 01/1986). No entanto, conforme mencionado por Soares (2009), muitas vezes os impactos negativos sobre o patrimônio cultural são negligenciados e não recebem a devida prioridade.

Dentre os principais instrumentos legais utilizados na preservação do patrimônio cultural, destacam-se as leis de proteção do patrimônio histórico e cultural. No Brasil, por exemplo, o principal marco legal é o Decreto-Lei nº 25/1937 o IPHAN que estabeleceu as bases para a preservação do patrimônio cultural no país. Ademias há legislações específicas voltadas para a proteção de bens culturais, como prédios históricos, sítios arqueológicos, manifestações culturais, entre outros.

Além das leis, existem também as cartas patrimoniais que são documentos de grande importância que contêm diretrizes e recomendações sobre a proteção e preservação do Patrimônio Cultural. Elas são elaboradas em conferências e encontros internacionais realizados

em diversas épocas e locais no mundo, servindo como referências globais para práticas de conservação e valorização do patrimônio. A carta de Fortaleza, por exemplo:

aconselhava que a preservação do patrimônio cultural fosse abordada de maneira global, buscando valorizar as formas de produção simbólica e cognitiva; que fosse constituído um banco de dados acerca das manifestações culturais passíveis de proteção, tornando a difusão e o intercâmbio das informações ágil e acessível; que fossem realizadas parcerias com entidades públicas e privadas com o objetivo de conhecer as manifestações culturais de natureza imaterial sobre as quais já existam informações disponíveis. (Pelegri, 2006, p. 71).

A Carta de Fortaleza, como evidenciado na citação de Pelegri (2006), reflete uma abordagem abrangente para a preservação do patrimônio cultural, destacando a relevância de considerar as dimensões simbólicas e cognitivas das manifestações culturais. Essa perspectiva reconhece que a salvaguarda do patrimônio imaterial não se limita à sua documentação, mas envolve também a valorização dos processos que o sustentam. A proposta de criar um banco de dados para reunir informações sobre manifestações culturais passíveis de proteção é especialmente significativa, pois facilita a disseminação do conhecimento e o intercâmbio entre comunidades, especialistas e instituições. A recomendação de estabelecer parcerias entre entidades públicas e privadas enfatiza a importância de esforços colaborativos para identificar e compreender expressões culturais já mapeadas. Assim, a Carta de Fortaleza reforça a relevância de estratégias integradas e colaborativas que respeitem a diversidade cultural, promovendo sua continuidade e visibilidade em contextos globais.

Em 1999, com base em uma visão integradora da noção de patrimônio cultural, buscando superar a tradicional e limitadora divisão entre os patrimônios material e imaterial, o IPHAN desenvolveu a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Essa metodologia visa catalogar bens de qualquer tipo, sejam eles materiais ou imateriais, com o objetivo principal de identificar elementos que são referências de identidade para diferentes grupos sociais. No entanto, essa abordagem tem sido amplamente utilizada em inventários focados no patrimônio imaterial, conforme destaca Chuva (2012).

Segundo Fonseca (2006), conhecer as referências dos bens patrimoniais é o primeiro passo para proteção desse bem, mas que deve ir além, porque antes de conhecer vem o vivenciar, ou seja, o primeiro depende do segundo, e muitas vezes não é levado em consideração. Para a autora:

Preservar traços de sua cultura é também, hoje sabemos, uma demonstração de poder. Pois são os poderosos que não só conseguem preservar as marcas de sua identidade como, muitas vezes, chegam até a se apropriar de referências de outros grupos [...], ressemantizando-as na sua interpretação. Isso quando não recorrem simplesmente à destruição dos vestígios da cultura daqueles que desejam submeter. É do lugar da hegemonia cultural que se constroem representações de uma *identidade nacional* (Fonseca, 2006, p. 114).

Para promover uma valorização patrimonial mais justa e inclusiva, é necessário repensar a forma como os bens culturais são classificados e hierarquizados. No caso das Congadas, o diálogo e a participação dos congadeiros e demais envolvidos são fundamentais para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas perspectivas respeitadas. As instituições governamentais devem considerar critérios mais amplos e representativos para avaliar e proteger o patrimônio cultural. Conforme Tamaso (2012), os processos de patrimonialização são sempre acompanhados por conflitos de interesses

[...] que os processos de patrimonialização são sempre acompanhados de dissensos, conflitos e lutas materiais e simbólicas, seja pelo poder de nomear o passado e, por consequência, o patrimônio, seja disputa pelos recursos materiais ou simbólicos dos bens patrimonializados; [...] devem ser sempre observadas como processos de produção social que envolvem relações de poder (Tamaso, 2012, p. 40).

Assim como muitas outras expressões culturais ao redor do mundo, as Congadas de Catalão podem enfrentar desafios em um contexto de globalização e mudanças sociais. Segundo Choay (2011), a *museificação* e a *disneylândiização* referem-se a processos nos quais as manifestações culturais são transformadas em espetáculos comerciais ou são preservadas apenas em espaços institucionais, perdendo parte de sua autenticidade e significado original.

Conforme a autora, a *museificação* ocorre quando as manifestações culturais são colocadas em museus, exibidas como objetos estáticos e desconectadas de seu contexto vivo e dinâmico. Embora isso possa ajudar a preservar certos aspectos da cultura, também pode levar à perda de sua vitalidade e da interação com a comunidade em que ela se originou. Já a *disneylândiização* refere-se à transformação das manifestações culturais em espetáculos comerciais voltados para o entretenimento e o turismo. Nesse processo, elas podem ser simplificadas, estereotipadas e adaptadas para atender aos gostos e expectativas do público em geral, perdendo sua autenticidade e significado ontológico.

Segundo Costa (2010), atualmente a festa popular é muito mais do que um espetáculo para ser visto e apreciado pelos outros; tornou-se uma grande indústria que movimenta milhões de reais no Brasil. A concentração de pessoas, dinheiro e mercadorias gerada por essas festas é

essencial para a circulação de capital. A mercantilização das festas, um processo crucial para o consumo na e da cidade, ocorre de maneira acelerada. Práticas festivas populares, antes vistas como obsoletas e como parte de uma cultura que deveria ser substituída no processo de modernização, agora são apropriadas como mercadorias que atraem tanto pessoas quanto dinheiro. Costa (2010) salienta que na Festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão cada vez mais cresce a espetacularização:

Antes o branco patrocinava a Festa porque gostava, achava bonito e/ou tinha fé. Hoje as necessidades do capital estabelecido na cidade são outras: o marketing social, a empresa que se preocupa com a comunidade local e sua cultura. O retorno para a empresa é grande: nomes estampados em camisetas de dançadores durante a alvorada, durante os dias em que os ternos estão fardados, os acompanhantes usam as camisetas, há ainda outros produtos com a marca das empresas patrocinadoras espalhadas pelo Lago do Rosário. A visibilidade no espetáculo é grande e assim a Festa vai espetacularizando-se cada vez mais (Costa, 2010, p. 211).

Costa (2010) aborda que as Congadas passaram a ser praticadas também pelos brancos, que inicialmente apenas patrocinavam os eventos, organizavam as festas ou participavam de alguma forma. A presença dos brancos como dançarinos e membros da Irmandade do Rosário evidencia as transformações na prática e a incorporação de novos elementos à cultura negra, caracterizando um “hibridismo cultural”. A autora ainda afirma que a participação dos brancos nas Congadas de Catalão vai além do hibridismo. Em tempos de globalização e espetacularização da cultura negra exposta, por vezes, como folclore, muitos desejam ser parte ativa do espetáculo, não apenas como espectadores, mas como participantes da prática cultural. O aumento no número de dançadores torna o evento mais atraente e visível, conferindo certo *status* social aos participantes. Muitos dos brancos dançadores compartilham condições socioeconômicas semelhantes às dos afrodescendentes congadeiros, destaca a autora.

O General das Congadas de Catalão, Eduardo Camilo (2024), destaca que às vezes fica assustado com o número crescente de brancos na Festa, estimando que apenas 10 por cento sejam negros e 90 por cento sejam brancos. Se surpreende em saber que as Congadas estão sendo mais aceita na sociedade catalana, uma vez que, por muito tempo, foi uma manifestação cultural só de pretos. No entanto, não atribui isso a uma forma de espetacularização da cultura negra, mas a uma ruptura da segregação racial dentro da manifestação.

Uma coisa, assim, também que é bom relatar, é que anos atrás, até quando eu era menor, a chamava Festa dos pretos. O que a nossa Festa ela era outra coisa, de 90 por cento era nós, família, tio, prima. Todo mundo ali hoje tomou

proporção tão grande que, às vezes, eu como general, a gente fica assim, observando os ternos. Às vezes até brinco com o Capitão, falo: Nossa mãe! Não estou entendendo, é 10 por cento, 10 por cento negros, 90 por cento, 80 por cento de pessoas brancas. Isso nos dá uma alegria muito grande! Sinal que nós estamos conseguindo quebrar paradigmas. Sinal que a Festa é para todos, não tem cor, não tem alma, não tem distinção, [...] é mais uma conquista que eu não poderia deixar de falar, que a observação que sempre eu faço, eu vejo um terno assim, quando eu vejo que ali não tem mais distinção, não é mais só família, não é mais. Aliás, os ternos se tornaram uma família por si só. (Eduardo Camilo, 2024).

A inclusão racial e a diversidade são vistas como uma conquista significativa, um reflexo de uma sociedade que caminha para a pluralidade e para a aceitação de diferentes culturas. No entanto, é importante lembrar que, ao abrir as portas para novos públicos, é pertinente preservar as raízes culturais que dão à Festa sua identidade única. O desafio agora é encontrar o equilíbrio: expandir e continuar a ser um espaço de união, sem deixar de lado a riqueza de suas tradições.

Outro ponto relevante a se destacar são os processos de *museificação* ou a *disneylândiação* podem levar à “perda” da identidade cultural mais humanizada das Congadas de Catalão, porque seriam descaracterizadas, diluídas ou transformadas em produtos turísticos superficiais. A comercialização excessiva e a perda de conexão com a comunidade e as tradições locais podem levar a uma representação distorcida da cultura e à redução das manifestações a meros espetáculos de consumo. Contudo, com o envolvimento ativo da comunidade e o reconhecimento da importância dessas expressões, é possível buscar um equilíbrio entre a preservação da tradição e a necessidade de adaptação às mudanças sociais.

A patrimonialização das Congadas de Catalão deve ir muito além de um simples reconhecimento formal, tornando-se um compromisso genuíno com a preservação dinâmica dessa manifestação cultural, sem que isso signifique engessá-la ou esvaziá-la de seu profundo significado. Para que esse processo aconteça de forma respeitosa e efetiva, é fundamental que haja um diálogo constante com os congadeiros, garantindo que as formas tradicionais de transmissão dos saberes sejam mantidas e que a autonomia das comunidades na definição dos rumos dessa expressão seja preservada. Mais do que um atrativo turístico ou um ativo econômico, as Congadas carregam uma história viva de resistência, fé e identidade negra, que precisa ser valorizada em sua plenitude, sem reduzi-las a meras encenações para o consumo externo. No entanto, isso não significa que a patrimonialização deva estar em oposição ao desenvolvimento econômico e turístico pelo contrário, ela pode caminhar lado a lado com essas frentes, desde que seja conduzida de maneira sensível e respeitosa, garantindo que as comunidades sejam as protagonistas desse processo. Se bem estruturadas, as políticas de

valorização cultural podem fortalecer as condições para que os próprios congadeiros sigam vivenciando e reelaborando suas práticas, ao mesmo tempo em que potencializam oportunidades de geração de renda e visibilidade, sem comprometer a sua tradição cultural e devocional.

Ademais, patrimonializar a dimensão devocional das Congadas de Catalão em um Estado laico exige um equilíbrio entre o reconhecimento da importância histórica e cultural das manifestações religiosas e o respeito ao princípio da separação entre Igreja e Estado. Para que esse processo ocorra de maneira coerente, é relevantemente tratar as práticas devocionais como expressões do patrimônio cultural, destacando seu valor social e histórico sem vinculá-las à promoção de uma fé específica. Isso envolve tanto a preservação de bens materiais, como igrejas, imagens e documentos históricos, quanto a valorização dos elementos imateriais, como festividades, cantos e rezas, sempre com um olhar voltado para a diversidade e a inclusão. Além disso, é fundamental promover um diálogo interreligioso que contemple diferentes tradições, garantindo que nenhuma crença seja favorecida ou marginalizada no processo de patrimonialização. O incentivo a pesquisas acadêmicas e projetos educativos também pode contribuir para a documentação e disseminação dessas práticas como parte do patrimônio cultural coletivo, sem comprometer a neutralidade do Estado. A patrimonialização da dimensão devocional pode acontecer de forma respeitosa e equilibrada, reconhecendo sua relevância para a identidade e a memória de diversas comunidades, sem ferir os princípios da laicidade, mas sim reforçando o compromisso com a valorização da cultura em sua pluralidade.

Assim, preservar as Congadas de Catalão não deve ser apenas reconhecer seu valor histórico, mas sim assegurar que elas continuem vivas, vibrantes e pertencentes a quem as mantém, garantindo que sua continuidade ocorra de maneira orgânica e respeitosa, sem que o selo de patrimônio se torne um entrave, mas sim um impulso para que essa expressão cultural floresça em todas as suas dimensões.

Em suma, a preservação do patrimônio imaterial na sociedade capitalista é um desafio, mas é possível conciliar o desenvolvimento econômico com a valorização das expressões culturais tradicionais. Ao considerar as Congadas de Catalão como um todo integrado, torna-se possível estabelecer estratégias mais efetivas de salvaguarda e promoção desse patrimônio. É importante envolver a comunidade local, respeitando seus conhecimentos tradicionais e estimulando a transmissão desses saberes e tradições devocionais às gerações futuras. Além disso, a criação de políticas públicas de preservação cultural e o incentivo à realização de eventos culturais podem contribuir para a continuidade e valorização das Congadas, bem como

para o fortalecimento das relações comunitárias entre os praticantes e membros da comunidade, que podem se unir em torno de um objetivo comum, a preservação de sua herança cultural.

2.2 A candidatura das Congadas de Catalão ao patrimônio cultural estadual: processo, mobilizações e diálogos

O processo atual para a solicitação de registro das Congadas de Catalão como patrimônio cultural imaterial ocorre institucionalmente no âmbito estadual e está em curso na SECULT. No entanto, essa dicotomia entre salvaguarda do patrimônio material/imaterial, como observado por Chuva (2020), apenas perpetua a distância da patrimonialização de manifestações que enaltecem o indivíduo. A autora argumenta que essa divisão é anacrônica, já que “todo e qualquer patrimônio é fruto da imaterialidade dos valores a ele atribuídos, bem como se realiza em alguma materialidade” (Chuva, 2020, p.25).

A imaterialidade e materialidade nas Congadas de Catalão estão intrinsicamente interligadas aos instrumentos, as cantorias, as comidas, os sabores, o espaço da Capela do Rosário, os terços, as orações, as bandeiras e o pagamento de promessas entre outros, que se citados a lista seria extensa, como se separa algo que inexiste sem o outro e que tem significados complexos e interdependentes? Essa divisão do tangível do intangível vem apenas para dificultar a patrimonialização de bens afrobrasileiros como afirmado também por Oliveira (2009) e Chuva (2020).

Ao enfatizar essa divisão nas prioridades de patrimônio institucional, somente em 2022 ocorreu um efetivo processo em andamento para o reconhecimento das Congadas de Catalão - GO, consideradas um bem imaterial. Isso contrasta com a patrimonialização da Igreja de Nossa Senhora do Rosário tombada pelo Estado de Goiás, Lei nº 12.926/1996, apresentada na figura 13, um bem material, no qual as pessoas que se identificam com essa expressão cultural foram excluídas.

Figura 13 - Igreja do Rosário/Catalão



Fonte: foto da autora (2023).

No ano de 2023, segundo relato do festeiro Thadeu Aguiar, houve uma mobilização para reformar a igreja que é patrimônio estadual desde 1996. As cores foram mudadas para outras diferentes do original, e outras ações foram desenvolvidas em prol da realização da festa. Alguns fatos marcantes ocorreram em 2023, como a indicação dos mesmos festeiros para o ano de 2024, ocorrendo alguns estranhamentos por parte dos devotos e participantes da Festa. Em conversas informais alguns participantes da Festa relataram que foram surpreendidos com a anúncio da repetição dos casais de festeiros para o ano de 2024, principalmente para os que ainda tentam guardar as tradições: “Isso nunca ocorreu na Festa! Quando a política entra na Festa sempre vem mudando a tradição!” Entre outros relatos obtidos, “tem-se que patrimonializar para não perder a tradição, é preciso mais autonomia e independência econômica para não dependerem tanto da política”.

Retomando a discussão sobre o casal de festeiro para o ano de 2024, após renúncia dos cargos de festeiros, foi escolhido um novo casal de festeiros: a presidente da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, Ana Cristina e o padre Joel da Paróquia São Francisco, os quais deram continuidade à reforma estrutural da Igreja (reforma do telhado) e organizaram a 148ª Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário de Catalão.

O capitão Diogo (2023), em seu relato, cita os recursos obtidos por meio do Programa Goyazes de Incentivo à Cultura (art. 11. I da Lei nº 13.613 de 11/05/2000, que dispõe o art. 2º, IV do Decreto nº 5.362 de 21/02/2001, normativa 01/2022). O projeto submetido ao pleito “Congadas de Catalão 2022” teve como proponente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Catalão, foi enviado à SECULT e aprovado em 2022 pelo mérito, relevância e oportunidade com um valor de R\$ 249.900,00 (duzentos e quarenta e nove mil e novecentos reais), conforme dados obtidos no Diário Oficial, ano 185 de 2022 (ANEXO I). Em entrevista com a secretária da SECULT, Yara Nunes (2023), obtivemos a seguinte informação:

[...] Em relação as Congadas de Catalão nós no ano de 2022 fizemos um primeiro apoio, um apoio de duzentos mil reais (R\$ 200.000), para manutenção e para realização dos festejos daquele ano todos os nossos apoios financeiros aqui da Secretaria, sejam de bens materiais, bens imateriais, patrimônio tombado, patrimônio não tombado, todos eles funcionam e se realizam através de leis de incentivo e através de leis de fomento. Então, o apoio que foi realizado no ano de 2022 foi através do Programa Goyazes [...] e a partir do próximo ano e todos os anos subsequentes eles tem a possibilidade de apresentarem os projetos aqui para a Secretaria, não somente através do Programa Goyazes, mas também através de outras Leis e editais abertos aqui na Secretaria para poderem fazer cooptação desse recurso (Yara Nunes dos Santos, 2023).

Yara Nunes dos Santos (2023) faz uma abordagem de apoio financeiro às Congadas de Catalão, destacando o uso de leis de incentivo e fomento como instrumentos de viabilização dos festejos culturais. No entanto, ao problematizar essa questão, surgem reflexões sobre a sustentabilidade e a continuidade desses apoios. Embora o aporte de R\$ 200.000,00 no ano de 2022 tenha sido um avanço significativo, a dependência de editais e programas específicos, como o Programa Goyazes, pode implicar em incertezas quanto à continuidade e regularidade do financiamento. Além disso, a concorrência por recursos em editais abertos pode criar uma dinâmica de competição entre diferentes manifestações culturais, o que pode afetar a equidade na distribuição de recursos. A questão que emerge é como garantir uma política de apoio que seja não apenas reativa e pontual, mas estruturante e de longo prazo, assegurando que as práticas culturais, especialmente aquelas de menor visibilidade ou inserção econômica, tenham um apoio efetivo e contínuo.

A historiadora da SECULT e coordenadora do Núcleo de Preservação do Patrimônio Material e Imaterial da SUPHA, Luciana Coelho Barbosa (2024), destaca que os congadeiros podem estar solicitando outras iniciativas ao Estado, como editais de fomento, já que o registro junto à SECULT não está diretamente vinculado a financiamentos.

[...] podem ser constituídos editais para o patrimônio material para festas específicas, mas assim, o registro em si, não tem uma vinculação direta com algum tipo de orçamento, com algum tipo de verba. Não necessariamente. Então, por isso, que eu falo: tudo tem que ser é construído mesmo. Então, assim, a gente está discutindo agora aqui na SECULT, por exemplo, editais voltados para mestres e mestras do saber, [...] que a gente considera que essa é uma medida importante. Porque o registro é um dos instrumentos de proteção, mas a gente tem outros instrumentos de proteção, então, mapear é superimportante, fomentar e aí pode ser um fomento por meio de editais, é superimportante também. Então, eu acho que essa questão dos recursos pode mudar, então a gente está trabalhando agora, por exemplo, na regulamentação de um Programa no Patrimônio Imaterial. Esse programa vai ter recursos específicos e vai ter só editais e com linhas diferentes. Aí vai englobar o patrimônio imaterial, material os mestres e mestras de saber, que tem estados, por exemplo, que focam bastante nisso. [...] tem um, não me lembro agora se é o Ceará, mas que o Mestre de saber tem uma remuneração vitalícia. É uma forma, mas eles passaram pela assembleia. Então, eu acho que sempre quando a gente fala de patrimônio, a gente tem que pensar num campo de disputa no bom sentido, mesmo assim, são disputas políticas, disputas com relação a narrativas da história [...] (Luciana Coelho Barbosa, 2024).

A historiadora Luciana Coelho Barbosa lança luz sobre a complexidade envolvida na preservação do patrimônio cultural, com foco especial nas Congadas de Catalão. Ela enfatiza que o registro junto à SECULT é, sem dúvida, uma ferramenta valiosa para proteção, mas alerta

que ele não vem acompanhado de recursos financeiros automáticos. Por isso, há a necessidade de iniciativas adicionais, como editais de fomento destinados que estão em processo de implementação, por exemplo, o de “mestres e mestras do saber” (ANEXO M). A historiadora ressalta a importância de regulamentar programas específicos voltados ao patrimônio imaterial, destacando que políticas públicas sólidas são pertinentes para apoiar a continuidade dessas práticas culturais. Segundo a entrevistada, o reconhecimento e a valorização das práticas culturais são processos que dependem de um diálogo constante entre diversos atores sociais e institucionais. Como exemplo, ela menciona estados como o Ceará, que adotaram políticas de remuneração vitalícia para mestres do saber, mostrando que há uma variedade de estratégias possíveis para fortalecer e preservar o patrimônio cultural.

Na entrevista cedida pelo 2º Capitão do Terno Santa Terezinha e que também faz parte da Irmandade como 1º secretário, João Victor A. Silva (2024), aborda seus anseios e dificuldades que atualmente se encontram no quesito financeiro, bem como as complexidades e burocracias dos programas culturais de fomento:

[...] a necessidade financeira, hoje, dentro da Irmandade, é muito grande. O subsídio dos ternos, porque não tem apoio do poder público, deveria ser uma preocupação deles, mas porque também, assim, se for pegar na época do meu avô, onde o acesso aos estudos, enfim, ao conhecimento mesmo, era muito limitado, eles não tinham essa consciência daquilo que era de direito deles. Então, muitas vezes, eles buscavam esse tipo de recurso, essas coisas, eles ganhavam doação e, como se diz, para eles estava tudo bem. Só que com o crescimento disso, da Congada, também passando de geração para geração, querendo ou não, a gente conseguiu ter acesso à informação, conhecimento, a gente buscou ter conhecimento, projeto, essas coisas, mas também é muito difícil, porque é tudo voluntário. Igual esse projeto mesmo da Goyazes quem organizou fui eu e o Vinícius, que é um outro Capitão também do Moçambique. A gente montou o projeto, estruturou do zero, nunca tinha feito isso sem assessoria, mas deu certo. Só que o projeto, quando chegou esse na Goyazes, no conselho da Goyazes, ele voltou umas 3 vezes para gente mudar algumas coisas que estavam erradas, mas a gente conseguiu. Mas também precisa estruturar a Irmandade nesse sentido financeiro para a gente ter esse tipo de suporte. Hoje a maior preocupação nesta cidade é esse mesmo, de estruturar para fins de recurso [...] (João Victor A. Silva, 2024).

As dificuldades enfrentadas pela Irmandade no contexto das Congadas de Catalão revelam uma tensão entre tradição e Modernidade, marcada pela busca de reconhecimento e apoio institucional, que nunca foi plenamente concedido. Historicamente, como destacado no depoimento de João Victor (2024), os antepassados lidavam com a precariedade de recursos e o limitado acesso à educação, sem questionar sua condição, acomodando-se às doações que, embora façam parte da tradição da festa, reforçavam a dependência e a ausência de políticas

públicas voltadas ao patrimônio cultural. Com o passar do tempo, a transmissão intergeracional da prática cultural não apenas garantiu sua continuidade, mas também trouxe consigo um maior acesso à informação e à consciência de direitos, permitindo que lideranças locais desenvolvessem projetos como o da Lei Goyazes.

No entanto, mesmo com avanços, o processo revelou a complexidade de atuar sem apoio técnico ou financeiro adequado, exigindo esforços voluntários que, apesar de exitosos, não suprem a necessidade de uma estrutura institucional consolidada. Essa lacuna no suporte público reflete a negligência com o patrimônio imaterial, evidenciando a urgência de políticas culturais que reconheçam a importância de expressões como as Congadas, não apenas como um elo com o passado, mas como um motor de identidade e memória para o futuro.

Para que as Congadas pudessem integrar os projetos de fomento à Cultura, foi imprescindível a obtenção de um cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), além de posteriormente ser exigida a prestação de contas à SECULT. O projeto proporciona uma participação ativa dos congadeiros, que assumem a responsabilidade pela alocação, gestão dos recursos financeiros recebidos e prestação de contas para futuras participações nos Programas de Cultura junto ao estado.

Nesse interim, durante o ano de 2023 várias ações foram realizadas para a que a Festa acontecesse, tais como: exposições de obras de arte, bingos, sorteios de prêmios, festivais de comidas (Ceia Síria em homenagem aos descendentes libaneses que residem em Catalão) no Centro do Folclore e entre outras parcerias com empresas e a Prefeitura Municipal de Catalão. A integrante da equipe da Comissão da Festa em 2023 que já foi festeira em 2019, Cintia Emídio, descreve que:

Essa Festa é um ano! Ela começa quando você a pega. Você já tem os eventos, que você faz. Depois tem Festa da Amizade, todas as festas que têm na cidade você também conta com uma barraca da Irmandade da Festa do Rosário para divulgar essa Festa e acompanhar o desenrolar dessa Festa (Cintia Emídio, 2023).

Nessa narrativa de Cintia percebe-se que a preparação da Festa demanda uma variedade de esforços para sua continuidade, não apenas por parte do poder público, que é importante, mas também através do engajamento da comunidade. A gestão da Festa recai sobre aqueles que se identificam profundamente com ela ou por aqueles que pretendem se beneficiar com ela. Em outros relatos, congadeiros expressam que, independentemente de onde estejam, sempre marcam presença no dia da Festa, pois essa celebração é parte fundamental de suas vidas.

Para Marques e Brandão (2015) a festa é marcada pela formação de redes e seu dinamismo depende desta estrutura flutuante. Os sujeitos que a realizam se misturam temporariamente às instituições, organizações privadas, entre outras corporações e juntos atuam na festa, cada um a seu modo, realizando suas funções e defendendo interesses próprios. Assim, a produção deste evento passa a não ser mais de domínio exclusivo da comunidade e o popular se envereda por caminhos antes não percorridos, ganhando novas influências. Contudo, a cultura é maleável e por isso as transformações alcançadas pelas festas populares são, teoricamente, previsíveis e devem ser encaradas com cautela e parcimônia.

Parafraseando Gonçalves (2015), as políticas de patrimônio cultural são vistas como performances alegóricas, que dramatizam a busca por uma identidade que está em perigo. Dialogando com Gonçalves no contexto em que se encontra as Congadas de Catalão, em relação a solicitação de registro no âmbito das políticas públicas culturais, cabe ao Estado dar suporte junto à comunidade em que o bem cultural se encontra. Planos de salvaguarda devem ser elaborados em conjunto com a comunidade detentora e em permanente evolução e aprimoramento.

O procedimento de solicitação para a patrimonialização das Congadas de Catalão identificado sob o número 202217645001127 SEI, em andamento, foi iniciado pela Irmandade Nossa Senhora do Rosário das Congadas de Catalão em 2022. O processo foi protocolado pela Sr.^a Wanderlene da Silva Mourão em 27 de abril de 2022. Além disso, é importante destacar que a legislação que guia o registro de elementos de natureza imaterial neste estado é o Decreto Lei de nº 8.408/015, no governo de Marconi Perillo (no mandato de 2015 a 2018), um processo administrativo que foi padronizado em 2019 pela normativa nº 003, aprimorada/atualizada em 2022. Nessa época quem representava a SECULT era o s.r. Marcelo Eugênio Carneiro, já no governo atual, de Ronaldo Caiado. Essa regulamentação permite que o Estado desenvolva políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio imaterial, que é muito recente, e sua redação se assemelha à do IPHAN.

Durante pesquisas exploratórias verificamos que a criação do Decreto Lei de 2015 aconteceu aparentemente mais para cumprimento da Agenda 2030 ao analisarmos as declarações da Ministra da Cultura Margareth Menezes, 2024:

Desde 2015, quando foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável pelas Nações Unidas e a Resolução sobre Cultura e Desenvolvimento Sustentável, esse tema ganhou ainda mais relevância no cenário internacional. “Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) podem ser alcançados de maneira mais efetiva ao se aproveitar o potencial criativo das diversas culturas existentes no mundo, bem como

envolver em um diálogo contínuo para garantir que todos os membros da sociedade se beneficiem do desenvolvimento sustentável”, destaca a nota da Unesco publicada neste ano para marcar o dia 21 de maio (Margareth Menezes, MEC, 2024).

Outrossim, o processo de patrimonialização das Congadas de Catalão ainda está em fase de instrução técnica, envolvendo a conclusão de várias etapas. No ano de 2023 quando averiguada a equipe técnica do “Núcleo de Preservação do Patrimônio Material e Imaterial, da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico” já havia realizado uma avaliação da solicitação do registro e um levantamento preliminar das fontes documentais e bibliográficas.

Em 17 de outubro de 2022 foi enviado pela SECULT à proponente do processo um ofício de nº 1918/2022 indicando que os documento enviados à Secretaria estavam incompletos e que em breve marcaria uma reunião com a solicitante para adequarem os documentos necessários para continuidade do requerido, mas que também deveria atender a uma “ordem de espera” para que iniciassem essa fase do processo. Em contato via *WhatsApp* com a presidente da Irmandade, Ana Cristina de Oliveira Pires, ela afirmou que durante os anos de 2022 e até fevereiro de 2024 só teve contato por telefone com a SECULT por duas vezes e se aconteceram outros contatos com a referida Secretaria foram com outros membros que compõem a Festa, mas não foi informada sobre o agendamento de nenhuma reunião. Observamos na narrativa da senhora Ana Cristina uma certa dificuldade de comunicação com a SECULT e até mesmo a falta de informações de como acontece um processo de registro de patrimonialização, sendo relevante o envolvimento de várias instâncias da sociedade para melhor promovê-lo.

O Ofício dirigido a Sr.^a. Ana Cristina no ano de 2022, assinado por Tânia Maria Quinta Aguiar de Mendonça, especifica que nessa primeira análise com base nas documentações enviadas foi constatado que a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário é importante para os moradores da cidade de Catalão. E que também foram identificadas fontes de pesquisa como a tese de doutorado de Carmem Lúcia Costa: Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário em Catalão - Goiás (2010) e a dissertação de mestrado de Cléber Carvalho: Tradições em movimento no Terno de Congo Verde e Preto (2016), trabalhos de referência para a análise do pedido.

Durante entrevista realizada em 2023, a representante da SECULT abordou que as pesquisas realizadas eram insuficientes e que necessitava que a solicitante do processo do registro de Patrimônio Cultural agregasse mais informações junto à documentação: fotos, termo de anuência da comunidade, documentos que comprovem a existência do bem cultural levando em consideração a ocorrência da tradição.

No Decreto-Lei que estabelece o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria-se o Programa de Patrimônio Cultural Imaterial de Goiás, a Normativa / 2022 em seu Artigo 4º orienta que o pedido para a instauração do processo administrativo de registro deve ser apresentado em documento original, datado e assinado, acompanhado de informações, entre outros documentos que totalizam nove itens. É importante destacar que este processo, em nível estadual, apesar de democrático (por permitir que qualquer pessoa solicite a abertura de um processo de registro) é bastante complexo, burocrático e moroso.

O ofício encaminhado à Ana Cristina pela Superintendente de Patrimônio Histórico, Cultural Artístico enfatiza as fases que o processo administrativo percorrerá: análise da Comissão Consultiva do Patrimônio Imaterial da SECULT, GO; depois a fase de instrução técnica da Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico; passará pela deliberação do Conselho Estadual de Cultura, se a decisão for favorável, o Registro do Bem Imaterial será publicado a decisão do Conselho, no Diário Oficial do Estado de Goiás e, finalmente, a inscrição do bem em um (ou mais de um) dos quatro Livros de Registro, a saber: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro de Lugares. E se não for favorável o Registro do Bem Cultural pode se tornar uma referência cultural e se for oficialmente patrimonializado, a cada dez anos será novamente analisado para manutenção ou não do registro em questão.

A solicitação de registro do bem cultural realizado pela presidente da Irmandade Ana Cristina está sob o eixo Festas e Celebrações, mas somente após as pesquisas será definido qual ou quais livros registrarão as Congadas de Catalão que estão integradas à Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário.

Enfim, na fase que compõe o processo de patrimonialização de bens imateriais no estado de Goiás é feito o envio de um relatório técnico para análise da Comissão Consultiva do Patrimônio Imaterial da SECULT Goiás. Esta Comissão é composta por membros da sociedade civil, com conhecimento comprovado na área de patrimônio, e tem como objetivo democratizar o processo. Mas para chegar nessa fase não há uma data prevista devido às demandas de processos que antecedem o das Congadas de Catalão. E no mês de fevereiro de 2024 a coordenadora do Núcleo de Coordenação do Patrimônio, em conversa via rede social (*WhatsApp*), reportou que o processo ainda se encontrava em aberto e estagnado, que ainda não havia acontecido a reunião com a Irmandade (solicitante do processo), justificando que estão seguindo a ordem cronológica para o devido processamento de acordo com o Art. 2º da Lei Estadual de Cultura. Segue sem a previsão para início de análises.

Segundo Fonseca (2015), o registro é a parte mais visível da Política Federal de Patrimônio Cultural voltada para o Patrimônio Cultural Imaterial (PCI). No entanto, etapas essenciais dessa política incluem os inventários, que devem fornecer as informações necessárias para o processo de registro, e os planos e ações de salvaguarda. Todas essas etapas precisam ser realizadas com a participação dos detentores e de instituições e organizações, tanto públicas quanto privadas, que possam contribuir para essa finalidade. A autora ainda ressalta que a salvaguarda é o objetivo central das políticas de PCI, distinguindo do tombamento tradicional pedra e cal, no qual se utilizam de coletas seletivas de objetos e documentação. Em suma, o PCI perdeu seu caráter elitista que era próprio das concepções de patrimônio, isto foi possível devido a intenção do legislador redator do artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com o Art. 17 do Decreto-Lei que rege a Política Pública Cultural de Goiás, além do inventário, registro e salvaguarda na Lista de Bens Imateriais do Estado de Goiás, cabe à Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico a comunicação e divulgação dos bens imateriais registrados. Isso deve ser feito através da elaboração de materiais gráficos, como catálogos, folders, materiais educativos e outros produtos físicos e digitais considerados pertinentes, conforme o artigo 10, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 7.955/2013.

No Decreto Lei 8.408/2015 em seu Art. 14 dispõe que a cada dez anos o bem cultural registrado será reavaliado pelo Conselho Estadual de Cultura:

Art. 14 – A Secretaria de Estado da Cultura fará a reavaliação dos bens culturais registrados pelo menos a cada dez anos tendo o registro como referência histórica do bem e sua relevância para a memória local e regional, a identidade e formação cultural das comunidades goianas, e a encaminhará ao Conselho Estadual de Cultura, para decidir sobre a manutenção do título de “Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás” (Diário Oficial, 2022, p. 305).

Ao analisarmos a intitulação do processo de patrimonialização das Congadas de Catalão: “Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, Catalão”, somos levados a refletir: por que não incluíram no título referências sobre as Congadas? Ou então, não seria uma estratégia a ocultação nas escolhas das palavras para a composição do título do referido processo de pedido de patrimonialização? Nesse contexto, as Congadas de Catalão, que estão em processo de reconhecimento legal, ocorrem durante a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, uma festa católica. Esse fato exemplifica como o patrimônio cultural e religioso no Brasil está profundamente entrelaçado com a influência histórica e social da Igreja Católica, bem como as influências da colonialidade do poder e do saber. Campos (2022) levanta as questões:

[...]. Qual é o candidato ou candidata a um cargo eletivo que se promove dizendo que irá destruir essa ou aquela edificação? Que vai proibir essa ou aquela manifestação cultural? Ao mesmo tempo, qual deles ou delas é eleito se disser que preservará os templos religiosos do candomblé, da umbanda, das religiões de matriz africana? [...] (Campos, 2022, p. 186).

A abordagem de Campos (2022) sugere não ser uma coincidência que mais da metade dos bens materiais do Brasil estejam vinculados ao catolicismo e sejam de propriedade da Igreja Católica. Seria essa uma tática de preservar os ideais de cunho nacionalista?

É importante lembrar que em 2023 mais de cinco mil congadeiros, compostos por dançadores¹⁶ residentes de Catalão, desfilaram pelas ruas da cidade, ganhando destaque nas mídias televisivas e sociais, “hoje nós temos o que você está vendo aqui, nós temos 5 800 (cinco mil e oitocentos) dançadores e cada ano e só vai aumentando mais” (Laudimir Silva, 2023). As Congadas de Catalão podem ser vistas como um reino dentro da cidade, mobilizando pessoas em torno da retórica da preservação da tradição. Esse evento é um momento singular para destacar a presença do povo afrodescendente em Goiás, que continua a fazer história.

Apesar dos processos de patrimonialização serem uma atribuição do poder executivo, no dia 27 de maio de 2024, partiu da Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO) um Projeto de nº 562/24 com a proposição de nº 1144/2024 assinada pelo deputado Jamil Calife, o qual propunha o reconhecimento da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Catalão - Goiás como Patrimônio Cultural Goiano e sua inclusão no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do estado de Goiás. Noticiado em meios de comunicação, fazendo-se entender que o bem em questão já tem o registro de patrimônio cultural do estado, é imperativo questionar os interesses políticos envolvidos no referido processo.

Em entrevista, a secretária da SECULT, Sr.^a. Yara Nunes dos Santos, relatou que muitos detentores do bem, ao exigirem ações da Secretaria de Cultura, alegam que já são patrimônios oficiais, devido a ações como essas que partem do poder legislativo:

[...] muitas vezes causa confusão nos próprios ali interessados, porque eles acham que se foi aprovado ali na ALEGO, [...] automaticamente ele já tem o tombamento daquele patrimônio. Então, hoje, causa muita confusão e muita

¹⁶ Os 5 mil dançadores mencionados não incluem os demais membros do Reinado e dos ternos das Congadas de Catalão, como bandeirinhas, capitães e outros participantes. A função de "dançador" refere-se especificamente aos indivíduos responsáveis pela execução da dança dentro dos ternos, sendo uma função essencial na dinâmica ritualística das Congadas. Essa distinção é importante para compreender a estrutura organizacional das celebrações, onde os dançadores desempenham um papel central, mas são parte de um grupo mais amplo de participantes, cada qual com sua responsabilidade dentro do contexto festivo e religioso.

estranheza isso, às vezes nós recebemos pessoas aqui, que chegam com a Lei: “_ [...] nós já somos tombados aqui!” [...], buscando recurso financeiro por conta da Lei. Só que a Lei, por si só, não é suficiente para que a gente possa dizer que aquele bem é tombado, seja a nível estadual, seja nível federal. Então, é importante até deixar isso registrado, porque, às vezes, você vai encontrar alguém que vai dizer que já é tombado porque: olha aqui a Lei. Mas não é porque tem a Lei que automaticamente se está tombado, é o que a Luciana (Coordenadora do Núcleo de Patrimônio Histórico-cultural) falou, que o processo de tombamento ele é muito mais minucioso [...] (Yara Nunes dos Santos, 2023).

Os rumores do poder legislativo referente ao processo de patrimonialização repercutiu entre os participantes, levando-os a questionar a Irmandade de Catalão a respeito do apoio financeiro do Estado, por ser a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário de Catalão, um Patrimônio Cultural Estadual, algo que, de fato, ainda não ocorreu. Como podemos confirmar com a abordagem da secretária Yara Nunes, “a Lei, por si só, não é suficiente para fomento estadual, isso só ocorre com o registro”.

Diante das especulações, em 2024, na rede social *Instagram* (ANEXO J), a presidente/festeira Ana Cristina argumentou aos envolvidos na Festa que ainda precisavam prosseguir com os eventos sociais para angariar fundos, porque ainda não tiveram reconhecimento oficial junto à SECULT de Goiás e ao IPHAN.

[...] agora, é hora de agir e trabalhar para que nossa troca de todo o telhado da capela seja feita. Contamos com a colaboração de todos os devotos filhos de Nossa Senhora do Rosário para podermos juntos contribuir com a casa da nossa mãe padroeira da nossa cidade. Muitos questionamentos serão feitos, de antemão a instituição não tem o reconhecimento do estado de Goiás e nem do IPHAN, não podemos ficar parados esperando [...] (Ana Cristina de Oliveira Pires, 2024).

Segundo Campos (2022), o patrimônio cultural que é ignorado, silenciado ou usado de maneira indiscriminada, distorcida e sem reflexão, pode resultar em situações de opressão, racismo, desigualdade social e até genocídios. Ações e omissões que, para alguns podem parecer meramente imprudentes por parte dos gestores e agentes do patrimônio, frequentemente escondem conveniências político-partidárias que se manifestam por meio da valorização de bens culturais. O autor questiona se podemos encontrar um meio de conciliação entre o exercício religioso e a fruição cultural, ou se seriam reciprocamente excludentes.

O Capitão João Victor A Silva (2024) comenta sobre que essa provocação em encontrar o equilíbrio das/nas Congadas nas políticas públicas culturais sem perder o caráter festivo-religioso e o porquê da busca desse registro oficial em trâmites junto a SECULT:

[...] a gente sabe que tem um ônus, mas para nós é interessantíssimo você ser subsidiado. Também a gente quer dar uma segurada, porque o que acontece, a Congada hoje, para mim e para várias outras pessoas, é uma questão familiar, onde, por exemplo, aqui no terno mesmo ela nasceu em Três Ranchos, no sentido de fé e espiritualidade [...] a nossa família tem origem de Minas e tinha um contato lá e era divisa de um estado para outro, Três Ranchos com Minas com Grupiara, Monte Carmelo. Essas cidades aí eles vieram para Três Ranchos. Não tinham um padre. Eles tinham esse costume de se juntar para rezar um terço, era uma questão de fé mesmo, espiritualidade, levantar uma bandeira. Sempre foi uma questão muito familiar: um tio, meu avô, um irmão, um primo, tudo envolvido. Para nós, hoje, é uma questão de fé, sempre foi. A maioria dos ternos, a história é essa, uma questão familiar, onde as pessoas se unem para festejar Nossa Senhora. É uma questão de fé envolvida. Hoje tudo isso mudou bastante, muita gente leva pelo lado da cultura, da diversão, do entretenimento, menos a fé, mas é uma festa religiosa! Então, assim, é contraditório buscar isso, um patrimônio imaterial nesse sentido, porque está ligado à cultura, mas é para preservar esse lado religioso mesmo que, às vezes, a gente nota que se perde, então, assim, já se perdeu bastante a questão de instrumento [...] (João Victor A. Silva, 2024).

A reflexão do Capitão João Victor A. Silva (2024) traz à tona um dilema relevante entre as manifestações culturais tradicionais e as políticas públicas voltadas para sua preservação. Ao abordar a tentativa de reconhecimento das Congadas como patrimônio imaterial pela SECULT (Secretaria de Cultura), ele destaca as tensões que emergem entre o caráter espiritual e festivo-religioso dessas práticas e sua adaptação às políticas culturais, que frequentemente priorizam o entretenimento ou o turismo. Esse contraste revela desafios para a valorização das manifestações sem descaracterizá-las.

João Victor sublinha que as Congadas, em sua vivência, estão profundamente enraizadas na espiritualidade e nos laços familiares, ao atribuir sentido a uma questão de tradição familiar e de religiosidade popular (implícita pela menção à ausência de um padre).

Essa perspectiva na espiritualidade e nos laços familiares evidencia como essas práticas transcendem o âmbito cultural e se apresentam como um elo entre gerações e comunidades, com a devoção a Nossa Senhora como elemento central. A fé, nesse contexto, não é apenas uma motivação, mas a base para a continuidade dessas tradições. Por outro lado, a observação de João Victor de que “muita gente leva pelo lado da cultura, da diversão, do entretenimento menos a fé” reflete as mudanças decorrentes do contexto urbano e da ampliação das políticas culturais. Essa transformação pode ser interpretada de duas formas: como ameaça à estrutura espiritual das Congadas ou como uma adaptação inevitável aos tempos contemporâneos.

O registro das Congadas como patrimônio cultural, embora busque proteger e valorizar a prática, traz consigo um paradoxo: a patrimonialização, ao inserir essas tradições em um

sistema institucional e burocrático, pode comprometer aspectos importantes, como sua espontaneidade e sacralidade. Como ele próprio pontua: “[...] é contraditório buscar isso, um patrimônio imaterial nesse sentido, porque está ligado à cultura, mas é para preservar esse lado religioso mesmo que, às vezes, a gente nota que se perde [...]” (João Victor A. Silva, 2024). Mesmo assim, com a expressão “a gente quer dar uma segurada”, subentende-se que existe uma preocupação e a tomada de algumas atitudes por parte de líderes das Congadas, demonstrando consciência e cautela sobre esse aspecto paradoxal.

O depoimento de João Victor A. Silva (2024) reflete a tensão central abordada por Rafael Barros Gomes (2015) em “Minha fé não é cultura: a eficácia da magia e as amarras do Estado”, ao destacar a contradição entre a busca pelo reconhecimento de certas práticas religiosas como patrimônio imaterial e a possível perda de sua identidade espiritual nesse processo.

Gomes (2015) argumenta que o Estado e suas instituições frequentemente impõem limites à aceitação de crenças mágicas, deslegitimando-as como superstição ou folclore, enquanto outras formas de fé são enquadradas dentro de uma lógica cultural aceita. O depoimento sugere que, ao institucionalizar determinadas manifestações religiosas sob a categoria de patrimônio imaterial, corre-se o risco de transformar experiências espirituais genuínas em meros símbolos culturais, esvaziando sua eficácia simbólica e social. Assim, ambos os discursos apontam para o dilema entre reconhecimento estatal e preservação da legitimidade religiosa, revelando as complexas relações entre fé, cultura e poder.

Por fim, o caso das Congadas demonstra a necessidade de uma abordagem mais sensível e equilibrada nas políticas de patrimônio cultural. Para que o processo de patrimonialização seja significativo, é indispensável que os valores simbólicos e espirituais das práticas sejam priorizados, além dos aspectos materiais. As políticas públicas devem ser elaboradas em diálogo com os próprios agentes culturais, garantindo que o reconhecimento institucional não descaracterize os significados que as comunidades atribuem às suas tradições. A fala de João Victor, ao propor uma reflexão crítica sobre o tema, reforça que o verdadeiro objetivo da patrimonialização deve ser o de preservar as identidades locais e a espiritualidade, porque envolve experiências e trocas de saberes e fazeres dessas práticas, assegurando que os praticantes se sintam representados e respeitados.

Segundo Souza (2016), elementos culturais como religião, língua e sistema econômico influenciam profundamente a identidade de um povo e a criação das normas jurídicas. Essas normas, por sua vez, precisam estar em sintonia com esses elementos culturais. Caso contrário, pode haver uma falta de legitimidade do Estado e um sentimento de alienação entre os cidadãos.

Trazendo novamente a narrativa da secretária da SECULT de Goiânia, que enfatiza sobre o rigor ao atestar no Executivo o registro de uma manifestação cultural, ainda mais um bem imaterial, ressalta-se a dicotomia que ainda regem tais processos, uma complexidade intrínseca ao patrimônio cultural. A secretária Yara Nunes (2023) enfatiza:

A elaboração do dossiê é muito complexa. Nós temos dossiês aqui que estão sendo realizados há mais de cinco anos [...] Então, é muito complexo ainda mais o patrimônio imaterial. Eu entendo que o patrimônio imaterial ainda é mais complexo que o material. Que o material você chegou ali, olhou, entendeu a relevância histórica daquilo arquitetonicamente, o que aquilo representa e pronto. Mas o imaterial não, envolve entrevistas, envolve uma pesquisa mais profunda e muito mais intensa, [...] é bem mais complexo, às vezes. (Yara Nunes dos Santos, 2023).

O processo da patrimonialização das Congadas de Catalão está em andamento e deverá cumprir as etapas previstas da legislação, ainda se encontra em fase de organização interna uma primeira reunião com os detentores, sem previsão para o início das reuniões, da pesquisa documental, visitas técnicas, entrevistas e outras ações que formarão o Dossiê Técnico de Registro, que será submetido ao Conselho para deliberação final.

Para instigar uma apreciação patrimonial mais equitativa e inclusiva, é imprescindível reconsiderar a maneira como os bens culturais são categorizados e colocados em hierarquias. O engajamento e a participação ativa das comunidades envolvidas são cruciais para assegurar que suas vozes sejam ouvidas e levadas em consideração e suas perspectivas sejam respeitadas. Além disso, as instituições governamentais devem adotar critérios mais abrangentes e representativos ao avaliar e salvaguardar o patrimônio cultural.

A carta Magna, no parágrafo 1º do artigo 216, afirma ser de responsabilidade do poder público, em colaboração com a comunidade, a promoção e a proteção do patrimônio cultural. Assim, é fundamental entender o sistema político e democrático como um ambiente permeado por tensões e negociações entre a coesão do Estado e a diversidade de atores sociais. Nessa perspectiva, a pluralidade democrática emerge como a modalidade de governo nas quais distintas correntes ideológicas, econômicas e culturais devem coexistir, ainda que permeadas por conflitos e discordâncias.

Após 7 meses de tramitação, no dia 27 de dezembro de 2024 o Projeto 562/24 foi sancionado pelo governador Ronaldo Caiado e está no Diário Oficial do Estado/GO nº 24.440, a Lei Estadual nº 23.176/24, que reconhece a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário como Patrimônio Cultural e Imaterial Goiano substituído a redação: “Dispõe sobre o reconhecimento da Festa da Nossa Senhora do Rosário, como Patrimônio Cultural e Imaterial Goiano e Inclui no Calendário

Cívico, Cultural e Turístico do Estado de Goiás, realizada no município de Catalão - GO.” Para: “Dispõe sobre o reconhecimento do bem que especifica como patrimônio cultural imaterial goiano e dá outras providências”. A primeira expressão desde o início deixa claro qual bem foi reconhecido e a ação subsequente, enquanto a segunda deixa isso em aberto para detalhamento posterior, Diário Oficial/GO (2024)¹⁷:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
 Art. 1º A Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada, anualmente, no mês de outubro, no Município de Catalão/GO:
 I - fica reconhecida como patrimônio cultural imaterial goiano;
 II - fica incluída no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de Goiás.
 Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação Diário Oficial/GO (2024).

Essas legislações não detalham obrigações específicas em termos de ações e responsabilidades do Executivo no que diz respeito aos bens intangíveis, nem definem claramente as fontes de recursos financeiros e humanos necessários para a implementação de políticas de salvaguarda. Além disso, diferentemente dos procedimentos administrativos de identificação, como o inventário, que pode ser realizado antes ou durante o registro ou reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro, essas normas não asseguram a participação dos detentores dos saberes e práticas culturais vinculados a esses bens. Isso prejudica a criação, o fortalecimento e a continuidade de políticas culturais sólidas e duradouras, bem como a transmissão intergeracional desses patrimônios imateriais.

Podemos verificar a falta da participação dos interessados que salvaguardam a Festa a partir do relato do Capitão Vinicius Luís (2024): “Aqui em Catalão está o maior alvoroço [...] como se diz, nós, os mais interessados pela situação, não estamos sabendo de nada” - abordou quando ficou sabendo da notícia por meio da mídia social *Instagram* que a proposição da Lei que tramitava na ALEGO tinha sido sancionada.

Segundo conversas informais, os congadeiros teriam sido “pegos de surpresa” com o Decreto Lei nº 23.176 de 27 de dezembro de 2024. Se sentiram excluídos do processo e almejam procedimentos de registro da festa: histórico com as narrativas dos congadeiros e das histórias orais passadas pelos seus antepassados, oportunizando registrar as contribuições dos escravizados na construção da identidade do povo goiano e brasileiro.

¹⁷ Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/diario_oficial_2024-12-27_suplemento_completo.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

A coordenadora da SUPHA, Luciana Coelho Barbosa, expressou que apesar dos processos de patrimonialização ser uma atribuição do Executivo, ainda que não haja uma vedação expressa aos demais poderes, há um lado positivo quando deputados e vereadores levam projetos como esses a Assembleias Legislativas e às Câmaras Municipais.

[...] esses projetos de lei muitos são sancionados. Então, a gente chegou até pedir um parecer da Procuradoria Geral do Estado. E o que a Procuradoria disse? Que essas medidas podem conviver de forma harmoniosa, o que são processos diferentes. Então, é claro, muitas vezes quando um deputado ou um vereador no caso do município coloca esse bem como patrimônio, ele está reconhecendo, às vezes tem essa questão dele se aproximar da sua base eleitoral, mas muitas vezes também tem uma perspectiva de colocar a importância desse patrimônio para a sociedade. Então, hoje, eu vejo dessa forma [...] (Luciana Coelho Barbosa, 2024).

A coordenadora Luciana Coelho Barbosa (2024) traz uma narrativa que expõe a complexidade das relações entre o Legislativo e a preservação do patrimônio cultural, ressaltando como processos distintos, ainda que permeados por interesses políticos e eleitorais, podem culminar no reconhecimento e na valorização de bens culturais. Sua abordagem adota uma visão conciliadora, apontando que, mesmo diante de possíveis instrumentalizações políticas, os atos legislativos frequentemente cumprem um papel relevante ao reafirmar a importância dos patrimônios para a sociedade. Essa perspectiva evidencia como a legislação, mais do que um instrumento de burocratização, funciona na prática como um meio de diálogo entre memória, identidade e representatividade social, fortalecendo os vínculos entre os bens culturais e as comunidades que os mantêm vivos.

No entanto, a morosidade em se patrimonializar um bem cultural imaterial, permitindo seu mapeamento e registros escritos da história oral, dependendo da situação de espetacularização e descaracterização desse bem, pode tornar o processo tardio e pouco efetivo. O capitão Elzon Arruda (2024) aborda que no caso das Congadas de Catalão, os congadeiros mais antigos estão morrendo, os mais novos não conhecem a história da Festa e das Congadas de Catalão e muitas vezes não procuram conhecer. Em entrevista cedida no mesmo ano, ele enfatizou a necessidade urgente de se ampliar os registros escritos sobre as narrativas, os saberes e as práticas dos mais velhos. Ele destacou que há participantes das Congadas que não pertencem às famílias tradicionais, responsáveis historicamente por preservar e transmitir essa manifestação religiosa e cultural através das gerações, evidenciando um cenário que demanda atenção para a continuidade dessa rica herança:

O povo cada vez que vai indo, vai mudando a cabeça, não teve um exemplo, porque os que tiveram o exemplo vão morrendo tudo e os novos você não sabe como vão agir. A experiência vale muito e deixou passar muita coisa, pois o pessoal mais velho já morreu sem deixar uma história. Tinha gente e esse pessoal mais velho tinha que ter deixado uma história num local para que as pessoas fossem indo [...], mas onde deixou passar e o povo de hoje não sabe [...] vem entrando gente sem ter uma noção do que era para trás. Entra porque acha que é bonito e tal e não tem aquela base. Então, é onde que a história vai ficando parada no ar [...]. As tradições são as que vão seguindo agora, eles e o pessoal tem que acompanhar, mas tem que saber o que pode ser feito, porque lá vi mudando de cabeça, de qualquer jeito. (Elzon Arruda, 2024).

A narrativa de Elzon Arruda (2024) manifesta uma profunda inquietação diante da perda das tradições e da memória histórica, ressaltando como as transformações culturais e geracionais têm fragilizado a transmissão de saberes. Ele sublinha a importância da experiência dos mais velhos, que, com seus conhecimentos e exemplos, poderiam servir como alicerces para as novas gerações, mas que, ao partirem sem deixar registros estruturados, contribuíram para um cenário de desconexão com o passado. Essa lacuna, segundo Elzon (2024) fomenta uma mudança superficial e desorientada, na qual as tradições se tornam vulneráveis ao enfraquecimento. Ele critica, ainda, a entrada de novos agentes culturais que, sem compreensão ou respeito pelo legado anterior, aceleram esse processo de fragmentação. Para ele, a continuidade cultural não depende apenas da adaptação ao novo, mas de um vínculo sólido com o que veio antes, sem o qual as histórias e os valores correm o risco de se dissiparem, ficando suspensos no ar em meio à modernidade. Elzon (2024) defende, assim, um esforço coletivo e consciente que permita a reelaboração e preservação desses legados, garantindo que a memória seja o alicerce de qualquer transformação.

Segundo Vieira (2023), é notório nos últimos anos, em diversos níveis de governo municipal, estadual e nacional, como no Brasil tem-se promulgado leis ou apresentado projetos legislativos, muitas vezes oriundos de parlamentares, para declarar expressões, manifestações e produtos como bens culturais imateriais. Embora algumas dessas manifestações já integrem o patrimônio cultural do país antes do reconhecimento oficial, muitas declarações carecem de respaldo nos valores comunitários ou são feitas com objetivos que se desviam da salvaguarda do patrimônio cultural.

A prática de legislar sobre o reconhecimento de bens culturais, sem seguir os procedimentos adequados, enfraquece as políticas culturais e marginaliza as instituições responsáveis, como o IPHAN, e as comunidades detentoras desses bens. Leis meramente simbólicas, sem definição de responsabilidades ou recursos para salvaguarda, transformam o reconhecimento cultural em um ato vazio, prejudicando a preservação e a transmissão

intergeracional do patrimônio imaterial. Fortalecer as instituições e promover a participação comunitária nos processos de proteção é crucial para garantir políticas culturais eficazes e duradouras.

2.3 IPHAN e a ampliação da patrimonialização das Congadas de Minas Gerais: Foco em Catalão, Goiás

Segundo o Decreto 3.551/2000, com o reconhecimento de um bem cultural junto ao IPHAN como Patrimônio Cultural do Brasil, o Ministério da Cultura (MINC) é responsável por sua salvaguarda, pela promoção dos bens culturais e ao mesmo tempo, pela valorização de seus detentores. O decreto supracitado objetiva aumento da participação democrática dos detentores na formulação, no planejamento, na execução, no acompanhamento e na avaliação da política de preservação do patrimônio cultural. Com isso, espera-se os seguintes resultados: a autonomia dos detentores na gestão de seu patrimônio; a articulação interinstitucional em prol do bem registrado; a ampliação da sustentabilidade cultural dos Patrimônios Culturais do Brasil.

Igualmente, tendo como diretrizes o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 2003, utiliza-se os seguintes eixos de ação na gestão dos bens registrados: a mobilização social e alcance da política fomentando a autogestão do patrimônio pelos próprios detentores; a gestão participativa no processo de salvaguarda; difusão e valorização; produção e reprodução cultural relacionados ao bem cultural registrado. Esses eixos se desdobram em quinze ações de salvaguarda a partir de decisões reflexões sobre a realidade do bem registrado. O Plano de Salvaguarda são as ações articuladas em torno de objetivos previamente definidos, com ações a curto, médio e longo prazos, podendo incluir ações de competência de outros órgãos, como as relacionadas a questões educacionais, de saúde, trabalhistas, dentre outras.

Os recursos financeiros disponibilizados pelo IPHAN para realização de ações de salvaguarda seguem a lógica do Governo Federal para o acesso ao recurso público, de acordo com as seguintes quatro etapas: o Governo Federal autoriza um limite de recurso financeiro para o IPHAN, que analisa todas as propostas recebidas para a realização das ações; os valores das propostas podem ser adequados de acordo como recurso autorizado pelo Governo para o atendimento do Patrimônio Cultural em geral; as propostas são aprovadas ou reprovadas pela Presidência do Instituto de acordo com os limites orçamentários e adequação das ações às diretrizes da política de salvaguarda; e caso aprovado, o recurso é repassado para a Superintendência Estadual realizar ação seguindo os procedimentos da legislação vigente (IPHAN, 2017).

A análise do processo de patrimonialização de uma manifestação cultural, tanto em nível estadual quanto nacional, exige uma compreensão detalhada das etapas e critérios necessários para a oficialização e reconhecimento desse bem cultural. No caso das Congadas de Catalão,

dois processos de patrimonialização estão em andamento. Uma solicitação do registro a nível estadual que tramita na SECULT de Goiânia, por iniciativa dos detentores do bem cultural, sendo a representante a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Catalão; e outra junto ao IPHAN solicitado pelo prefeito municipal de Uberlândia, Minas Gerais.

A diferença desses processos também se encontra na abrangência da pesquisa-investigação e em outros procedimentos que compõem um processo de patrimonialização: o primeiro envolve a cidade de Catalão, em Goiás, com enfoque na religiosidade, e se patrimonializada, terá seu registro oficial a nível estadual. Enquanto o segundo abrange várias cidades de Minas Gerais e inclusão de mais dois estados, para que as Congadas sejam nacionalmente reconhecidas como Patrimônio Nacional Imaterial na categoria proposta em análise pelo parecer técnico é Saberes.

Desde 2008, autoridades municipais de Minas Gerais têm buscado, por meio do Processo nº 01450.016348/2008-49, o registro das Congadas de Minas como patrimônio cultural junto ao IPHAN. Em 26 de fevereiro de 2010, a Câmara do Patrimônio Imaterial do Conselho Consultivo do IPHAN reconheceu a relevância do pedido, destacando a necessidade de ampliar¹⁸ o estudo para abranger também as manifestações nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do estado. A tramitação do processo seguiu de forma detalhada e criteriosa, com uma análise técnica realizada na mesma data que confirmou o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Resolução 001/2006. Posteriormente, uma nova reunião foi convocada para discutir a instrução do processo, considerando a expansão das áreas envolvidas conforme sugerido pela Câmara.

Em 26 de fevereiro de 2011, o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) retomou as discussões sobre o início do processo de Registro das Congadas de Minas Gerais. A pesquisa começou em Minas Gerais, pois foi desse estado que partiu o processo de patrimonialização. Os proponentes precisavam indicar a instituição responsável pela pesquisa e as possíveis fontes de investimento. Após essas definições, agendaram uma reunião para elaborar o plano de trabalho. No mesmo ano, em 28 de fevereiro, a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) Municipal de Uberlândia indicou duas instituições com experiência na elaboração de inventários: Miguilim Cultura Arquitetura Projeto Turismo e Ecologia da Sociedade de Responsabilidade Limitada (LTDA) e o Instituto de História da Universidade Federal de

¹⁸ Antes de 2008, em 2006, foi conduzido o Levantamento Documental para Registro das Festas do Rosário no Brasil. Este levantamento sugeriu uma abordagem mais restrita, focando no Reinado de Nossa Senhora do Rosário/Congado, limitando inicialmente a pesquisa a algumas festas representativas localizadas nos estados de Minas Gerais e Goiás (SEI 01450.016348/2008-49).

Uberlândia, além de mencionar a possibilidade de custear as despesas relacionadas às pesquisas realizadas no Município de Uberlândia, especificamente sobre as Congadas do Município.

Das demarcações fronteiriças das Congadas de Minas Gerais, a diversidade da expressão territorial foi verificada, apresentando algumas marcas de unidade, uma preponderância significativa de sua manifestação na região Centro-oeste e Sul do estado, próximas às fronteiras com Goiás e São Paulo, e uma baixa incidência nas regiões Norte e Leste de Minas Gerais. Esse padrão territorial é uma questão importante para investigações futuras, que devem considerar as motivações sócio-históricas dessa distribuição, essas foram abordagens segundo o “Relatório INRC Congadas de Minas - Etapa 1 (4771047) - SEI 01450.016348/2008-49 / p. 576.

Com a ampliação da área de ocorrência das Congadas para o Centro-Oeste, no plano de ação de 2011 foram encaminhadas à Sra. Corina Maria Moreira¹⁹ cópias dos materiais relacionados ao Inventário das Festas do Rosário e Congadas em Goiás, realizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa/Universidade Federal de Goiás (FUNARPE/UFG) sob a coordenação do Professor Dr. Sebastião Rios. Esses materiais incluíam um vídeo das Congadas de Catalão e de Goiânia em dezembro de 2008, um DVD com fotos das Congadas de Catalão e de Goiânia, um *CD-ROM* contendo o relatório do INRC e fotos da Congada de Santa Efigênia de Niquelândia.

Para Ferreira (2021), o Estado de Minas Gerais possui uma forte tradição cultural nos festejos religiosos congadeiros, que influenciou significativamente Goiás, resultado do contato colonizador durante o processo de interiorização do país. A presença dos afrodescendentes, introduzidos na mineração em Goiás, com suas raízes culturais e religiosas, junto às tradições cristãs de mineiros e paulistas, também merece destaque. Assim como em Minas Gerais, as Congadas se tornaram manifestações populares em Goiás devido à atividade mineradora e à presença dos escravizados afrodescendentes.

De acordo com Ferreira (2021), as visões conceituais e os registros de suas influências provenientes do outro lado do Atlântico tornaram-se patrimônio cultural em algumas regiões do Brasil, servindo como memória e resistência, com novos contornos, especialmente em Minas Gerais e Goiás.

Para Bhabha (1998), as fronteiras não são apenas limites físicos ou geográficos, mas também espaços simbólicos e culturais onde identidades são constantemente negociadas e transformadas. Ele argumenta que as fronteiras são zonas de contato e conflito, onde as culturas

¹⁹ Técnica em Ciências Sociais do IPHAN lotada na Superintendência do IPHAN em Minas Gerais no ano de 2011. E atualmente (2025) lotada na Superintendência do IPHAN em São Paulo.

se encontram e se misturam, gerando novas formas de significado e identidade. Esse processo cria um espaço híbrido que desafia as noções fixas de identidade e pertencimento, promovendo uma visão mais dinâmica e complexa das relações culturais e sociais. Ainda segundo Bhabha (1998), é indispensável ir além das narrativas que tratam de subjetividades iniciais e originárias, concentrando-se, em vez disso, nos momentos ou processos que surgem na articulação das diferenças culturais, o que é teoricamente inovador e politicamente pertinente.

Comparando-se a abrangência dos dois processos, o reconhecimento das Congadas de Minas Gerais pelo IPHAN ocorre em uma escala maior. Além do apoio inicial dos seguintes municípios mineiro de Uberaba, Campos Altos, Ibiá, Frutal e Monte Alegre de Minas, além da Associação dos Congos e Moçambique, Nossa Senhora do Rosário de Ibiá, que reiteraram a importância da manifestação religiosa e cultural no estado, envolve também mais dois estados brasileiros (Goiás e São Paulo).

No dossiê²⁰ referente ao processo de patrimonialização das Congadas de Minas Gerais, está incluso o Relatório de Inventário e Documentação das Festas do Rosário e Congadas de Goiás. Esse relatório foi apresentado por Sebastião Rios, com a colaboração de Carolina Santos, Talita Viana, Alex Ratss e Adriane Damascena. O documento foi encaminhado para a técnica Corina Maria Moreira, no momento acompanhando o processo como técnica em Ciências Sociais do IPHAN, lotada na Superintendência de São Paulo, em 26 de outubro de 2023, através do Ofício Despacho nº 01450.016348/2008-49 SEI (872).

Para a elaboração do Inventário das Festas e Congadas de Goiás foi utilizada a metodologia prescrita pelo INRC, em que o foco da investigação e documentação recaiu sobre as manifestações que consideraram mais significativas do estado, em relação a sua maior visibilidade nos cenários nacional e estadual, além do maior número de participantes. Dentre elas, destacou-se a Festa de Catalão (como assim foi chamada), a de Goiânia por ocorrer na capital, e a de Niquelândia por ser a mais antiga do estado. No relatório, foi registrado que as Congadas ocorrem em aproximadamente vinte municípios de Goiás, incluindo Cumari, Goiandira, Ipameri, Ouvidor, Pires do Rio, Três Ranchos (no sul do estado), Pirenópolis e Santa Cruz (no centro), e Cidade de Goiás, além das já mencionadas. A pesquisa partiu de um conhecimento prévio acerca da Festa em algumas localidades, e notadamente Catalão e Goiânia, por parte de alguns integrantes da equipe da FUNAPE – UFG. Dadas as limitações de tempo e de recurso, o inventário tratou destas duas festas, acrescentando ainda a de Niquelândia, destacaram os peritos envolvidos.

²⁰ Dossiê denominado: Saberes do Rosário: Reinados, Congados e Congadas do Brasil. SEI 01450.016348/2008-49.

Todavia, nessa etapa do processo os obstáculos foram surgindo, como relatado no INRC, como a grande quantidade de celebrações do Reinado/Congado em uma área ampla (aproximadamente 200 festas em Minas Gerais e 20 em Goiás), o que torna o processo de levantamento preliminar, identificação e documentação para fins de inventário e registro uma tarefa de médio a longo prazo, que demanda um investimento significativo de recursos financeiros. Por conta disso, o DPI considerou a possibilidade de realizar o inventário e o levantamento preliminar de algumas festas em três sub-regiões: Sudoeste de Minas Gerais, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Alto Jequitinhonha, Centro-Sul de Goiás e Triângulo Mineiro. No entanto, essa proposta, que envolvia a criação de um convênio a longo prazo, enfrentou obstáculos devido a restrições orçamentárias e jurídicas do IPHAN.

No final de 2007 o IPHAN publicou o Edital/Convite nº 10/2007 com o objetivo de realizar o inventário e a documentação das Festas do Rosário e Congados no Estado de Goiás, limitando, mais uma vez, o alcance do inventário devido a questões práticas e à disponibilidade de recursos orçamentários. É importante destacar que, conforme os relatores do bem Inventariado de Goiás em estudo, os objetivos foram em geral cumpridos, apesar das limitações de tempo e recursos para a realização mais abrangente da pesquisa.

Como cada uma das manifestações de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, ligadas às irmandades do Rosário, representa uma referência cultural específica para seu respectivo grupo, com particularidades distintas, os inventários deveriam ser igualmente individualizados. O relatório também propõe ações de salvaguarda para as Congadas de Catalão.

Assim, levando em consideração o processo e não os produtos, ou seja, a busca pela valorização dos sujeitos em relação às suas especificidades no Relatório Inventário Festas Rosário Congados Estado de Goiás (2006), foram sugeridas diversas ações para a salvaguarda das Congadas de Nossa Senhora do Rosário em Catalão, abrangendo tanto um curto quanto um médio prazo. Inicialmente, recomendou-se a criação de instrumentos que facilitem a transmissão dos saberes tradicionais dos congadeiros mais velhos, além da preservação do acervo cultural dessas manifestações e o estabelecimento de um canal de diálogo com as autoridades para a formulação de políticas de proteção.

Em um período de médio prazo, propôs-se a elaboração de material educativo para sensibilizar os jovens sobre a relevância das Congadas, a promoção da festividade em Catalão e o combate à sua espetacularização. Outras sugestões de ações de salvaguarda incluíram as Congadas de Goiânia e Niquelândia, mas optamos por dar mais enfoque ao recorte das Congadas de Catalão, neste momento. Também foi sugerido a inclusão dessas Festas no processo de registro solicitado pela Prefeitura de Uberlândia e de outros municípios e entidades,

o aprofundamento de estudos sobre o repertório musical, os ofícios ligados ao evento e sua documentação histórica. Essas medidas têm como objetivo preservar e fortalecer essa importante tradição cultural religiosa para as próximas gerações.

Considerando que tratar do patrimônio é tratar do direito à memória e de sujeitos silenciados, é imprescindível refletirmos que as guerras de narrativas não se resolvem com a conquista do título e do reconhecimento como patrimônio estadual ou nacional, embora seja essa possibilidade que produz efeitos importantes, ressalta Chuva (2020). Memória e patrimônio são trabalhos do presente, e a dimensão superlativa alcançada pelo campo é a maior evidência disso.

Chuva (2020) argumenta que uma abordagem decolonial no campo do patrimônio deve ser capaz de gerar desconforto e questionamento, tanto em relação a si mesmo quanto ao que está ao redor, em qualquer direção. Isso implica desafiar os agentes que têm a autoridade para definir o valor do patrimônio, assim como os valores e significados de identidades individualizadas que ocultam os processos vividos. Também é importante analisar como esses valores estão relacionados à gestão da proteção e salvaguarda do patrimônio, além de identificar as contradições inerentes a essa gestão. Para isso, é pertinente sair da zona de conforto, suportar e provocar desconforto, desconstruir temporalidades fixas, identificar anacronismos, trazer o passado ao presente, criar espaço para que múltiplas narrativas coexistam e se confrontem, e reconhecer sujeitos onde antes se viam apenas objetos.

2.4 O patrimônio em movimento: o ciclo festivo e a perspectiva dos detentores do bem cultural

No decorrer do processo de reconhecimento patrimonial é fundamental considerarmos o papel ativo que os detentores do bem cultural desempenham na construção e manutenção de suas tradições. Essas pessoas e comunidades não são apenas receptores passivos do reconhecimento patrimonial, mas também agentes que moldam e redefinem suas práticas culturais à luz das transformações sociais, políticas e econômicas.

Oliveira e Candau (2010) ressaltam em seus estudos sobre "Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil" que um projeto de emancipação epistêmica deve levar em conta a convivência de diferentes formas de conhecimento, tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos sociais. Eles apontam a geopolítica do conhecimento como uma estratégia da modernidade europeia que estabeleceu suas teorias e paradigmas como verdades universais, ao mesmo tempo em que ocultou e silenciou os sujeitos produtores de outros saberes. Esse processo foi fundamental para a constituição da Modernidade, que não pode ser compreendida sem considerar sua conexão com a herança Colonial e as diferenças étnicas geradas pelo poder Moderno/Colonial.

Além disso, o reconhecimento patrimonial deve ser entendido como um processo dinâmico, ou seja, que implica em um movimento constante de valorização das culturas, de modo que essas tradições não sejam apenas preservadas, mas também transmitidas, renovadas, adaptadas e reelaboradas ao longo do tempo, indo além da mera catalogação de práticas culturais e inclusão de grupos étnicos. O patrimônio cultural não deve ser visto como um legado estático, mas como algo vivo, que deve ser cuidado e incentivado a se manter relevante para as novas gerações. Isso exige ações mais complexas e estruturadas, como a criação de políticas públicas específicas para a proteção e promoção dessas tradições culturais. Essas políticas podem abranger diversas áreas, como educação, turismo, economia e direitos humanos. Envolve a necessidade de criação de política pública de caráter cultural e antirracista que garantam a sustentabilidade dessas tradições, promovendo o intercâmbio cultural e a valorização do saber local.

Na tentativa de convencer as autoridades políticas a prestigiarem as Congadas de Catalão, organizadores da Festa buscaram mostrar a renovação das Congadas anunciando que estão envolvidos participantes mais jovens, durante a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário. Em 2023 as apresentações das Congadas contaram com a participação de mais de 400 escolas do ensino público que se envolveram no espetáculo da Festa, com divulgação midiática,

com a presença de autoridades públicas e políticas em busca de visibilidade, para viabilizarem de uma forma mais rápida a patrimonialização do bem cultural (uma ideia um tanto equivocada, já debatida em sessões anteriores). Essa informação do número de escolas participantes foi coletada no folder (ANEXO K) e no Ofício nº 124/2023, um convite ao Governador de Goiás (ANEXO L) ressaltando que naquele ano (2023) ocorreriam muitas ações em prol da patrimonialização em curso (2024). Além disso, durante o ano os congadeiros realizam visitas de divulgação em instituições escolares, universidades e em outras cidades próximas à Catalão e fora do estado de Goiás, como no 54º Festival do Folclore em Olímpia – SP, no ano de 2024.

Ao longo dessa discussão, é retomado o item 2.3 deste trabalho, onde são mencionadas as ações de salvaguarda das Congadas de Catalão, conforme descrito no Relatório de Inventário do processo de patrimonialização nacional junto ao IPHAN (em andamento desde 2008). Nesse relatório, propõe-se a elaboração de material educativo, em um período de médio prazo, para sensibilizar os jovens sobre a importância das Congadas. No entanto, se essa ação for implementada apenas para cumprir uma formalidade, sem a participação efetiva da sociedade, do ambiente escolar e sem um enfoque crítico intercultural, não haverá mudanças significativas na aceitação de conhecimentos que já existem, apenas se perpetuará a perspectiva colonizadora do saber.

Ademais, entre outras informações no kit-mídia (2023) de divulgação da Festa em Catalão, destaca-se que seriam distribuídos gratuitamente em todo o Estado de Goiás um livro impresso e digital sobre as Congadas, não deixando explícito quem o produziria. No decorrer do ano de 2023 e início de 2024 não obtivemos dados mesmo, apenas na entrevista com o festeiro Thadeu Aguiar (2023) houve uma menção sobre a atualização e publicação de um livro de autoria do escritor catalano Macedo, que se comprometeu em fazê-la.

[...] a gente está tentando é incentivar muito o livro que chama “Congadas, o Congado”. E esse congado é do Robson Macedo, que inclusive é um escritor catalano, que já esteve na Secretaria de Cultura lá na gestão do Marconi, e a gente está incentivando-o atualizar esse livro, que é um livro rico em fotografias. Pedimos também, que ele comprometeu comigo que ele vai me passar esse acervo, que é o estudo de cada terno [...] (Thadeu Aguiar, 2023).

O relato de Thadeu Aguiar destaca uma iniciativa voltada à valorização e preservação das manifestações culturais relacionadas ao Congado, com foco no trabalho do escritor Robson Macedo. Ao mencionar o incentivo à atualização do livro "Congadas, o Congado", que contém um acervo rico em fotografias e estudos sobre cada terno, o seu relato sublinha a importância

dos registros documentais na preservação do patrimônio imaterial. Esse tipo de documentação contribuirá significativamente para a memória coletiva, pois permite que as futuras gerações tenham acesso a informações detalhadas sobre práticas culturais que são centrais à identidade de uma comunidade. Além disso, o compromisso de Macedo em compartilhar seu acervo com Thadeu Aguiar demonstra um esforço colaborativo para garantir que o conhecimento e a história do Congado sejam mantidos vivos e acessíveis. Este ato refletirá a intersecção entre memória, identidade e patrimônio, onde a preservação não se limita apenas ao ato de documentar, mas se estende à disseminação do conhecimento, assegurando que as tradições culturais continuem a ser reconhecidas e celebradas dentro e fora da comunidade.

Contudo, até o final do ano de 2024 não foi divulgada a atualização do livro de Macedo, mencionado anteriormente. Mas em novembro de 2024, durante o 1º Encontro Estadual das Congadas de Goiás²¹ foram distribuídos exemplares de um livro (figura 14) às crianças, intitulado: “Congadas no Sudeste de Goiás”, de autoria de José Luiz Vaz e ilustrado por Yuro:

Figura 14 - Capa do Livro “Congadas no Sudeste de Goiás”



Fonte: *Instagram: @secretariadeeducacaodecatalao*

A figura 15 apresenta o cartaz de divulgação do 1º Encontro Estadual das Congadas de Goiás (2024). O encontro contou com a participação de Ternos das cidades de Ouvidor, Catalão, Três Ranchos, Goiandira, Goiânia, Nova Aurora e Cumari. Os participantes descreveram o

²¹ O evento aconteceu na cidade de Ouvidor no dia 23 de novembro de 2024. Com uma programação cultural de exposição fotográfica, o cortejo e apresentação dos Ternos de Congadas, o evento ainda contou com ações de formação para professores do ensino infantil das escolas públicas das cidades de Catalão, Ouvidor e Três Ranchos e a realização da entrega do livro “Congadas no Sudeste de Goiás”, distribuídos para as crianças do ensino fundamental I. Disponível em: <https://goias.gov.br/turismo/wp-content/uploads/sites/4/2024/06/RELATORIO-1%C2%B0-ENCONTRO-DE-CONGADAS-.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

encontro como uma experiência única, destacando tanto a excelente organização quanto a intensa troca cultural proporcionada pela ocasião. Paralelamente, nos meses de outubro e novembro, Goiânia sediava uma exposição fotográfica itinerante “As Congadas de Goiás” (figura 16), que retratava as Congadas de Catalão, Três Ranchos e Ouvidor. Essa exposição também percorreu os municípios citados, ampliando ainda mais a visibilidade e a valorização da cultura congadeira da região, reforçando o orgulho local e celebrando a riqueza dessas tradições.

Figura 15- 1º Encontro Estadual das Congadas de Goiás
Figura 16 - Exposição de fotos



Fontes: Acervo pessoal de Nilmar / Foto: Lucas Machado.

Pesquisas realizadas por Araújo, Manoel e Carrijo (2020) com quatro professores ligados ao congado já destacavam a dificuldade de se cumprir a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Essa dificuldade está relacionada tanto ao ocultamento quanto à falta de valorização das Congadas de Catalão no currículo escolar. Os professores participantes da pesquisa não se sentiam preparados para incluir o ensino sobre as Congadas em sala de aula, por falta de apoio da equipe gestora, falta de maiores conhecimentos acadêmicos sobre questões raciais, preconceitos e intolerância religiosa.

Em 2019 as legislações que promovem a divulgação da cultura afro-brasileira perderam força, de acordo com Juliana Pereira Araújo *et al.* (2020), devido ao contexto político em que o país se encontrava. Além disso, a demanda por transmissão de conteúdo e a preparação para o mercado de trabalho afastam cada vez mais as Congadas do currículo escolar. Infelizmente, a cultura eurocêntrica ainda prevalece entre as pessoas "aculturadas", garantindo a manutenção da ordem social. A autora ainda ressalta que pelo fato de as Congadas serem manifestações religiosas, muitos pais se opunham à participação de seus filhos nas aulas, o que restringia o ensino de apenas algumas músicas congadeiras nas aulas dos professores entrevistados, sem

instrumentos, acompanhadas apenas de palmas. Dentro de suas limitações, outras atividades eram realizadas para evitar que o tema das Congadas fosse completamente excluído do ambiente escolar.

Oliveira e Candau (2010) concluem que, além das questões de poder e conhecimento, a colonialidade do ser é crucial para os afrodescendentes nas disputas educacionais, e, conforme Walsh (2009), a Lei 10.639/03 que dispõe que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” representa não apenas uma disputa epistemológica e política, mas também um projeto de existência e sobrevivência, apesar que segundo a autora na prática não mudou em quase nada a realidade da população do Sul, porque a diversidade cultural assim empregada para ser trabalhada nas escolas não proporciona mudanças sociais, fortalece as ideias coloniais. Necessita-se de uma interculturalidade crítica em que seja reconhecida as outras formas de conhecimento, oportunizando narrativas dos subalternos que também são sujeitos ativos na sociedade, são criadores de conhecimento e de cultura.

Munanga (1999), argumenta que os negros são pressionados a almejar a "embranquecimento", suprimindo suas raízes africanas para se integrar à cultura branca. Essa pressão psicológica se intensifica à medida que percebem sua invisibilidade crescente devido à cor da pele.

A maior parte das populações afro-brasileiras vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o "*passing*" que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletiva (Munanga, 1999, p. 88).

Além disso, esse desejo de embranquecimento por parte da sociedade catalana pode ser observado em fotos publicadas nas redes sociais, contribuindo para a perpetuação do racismo e o apagamento dos negros na festa. Nota-se também a empatia de alguns brancos, que se solidarizam com os negros, enquanto outros chegam a se apropriar da cultura afro-brasileira. Esse processo reflete a mesma alienação mencionada anteriormente, em que o desejo de assimilação aos valores brancos e dominantes acaba por enfraquecer a solidariedade dentro das próprias comunidades afro-brasileiras. Assim, a busca pela aceitação social pode comprometer a formação de uma identidade coletiva afrodescendente forte e coesa.

Todavia, nesses contextos conflituosos e de lutas simbólicas, as Congadas continuam se manifestando, garantindo seu espaço e em busca de reconhecimento junto ao poder público, almejando o título oficial a nível estadual. Seus participantes de uma forma ou de outra buscam dialogar com diversas instâncias para que suas festas persistam, apropriando-se, por vezes, do discurso da “retórica da perda”, “patrimonializar para não acabar”.

Para compreendermos melhor como os detentores do bem cultural estão percebendo o processo de patrimonialização da Congadas de Catalão tivemos um primeiro contato com a presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Catalão, Ana Cristina e com o capitão do Terno Moçambique Mamãe do Rosário, Diogo Gonçalves, via aplicativo de mensagens *WhatsApp*, no ano de 2023 e ainda mantemos esse contato no ano de 2024. As conversas iniciais foram para apresentar a pesquisa, como ela seria realizada e a necessidade do termo de anuência da comunidade congadeira.

Nesse interim, outras conversas foram realizadas, com o morador de Catalão sr. Antônio, durante a Festa, onde nos conhecemos pessoalmente e conversas posteriores via *WhatsApp*. O convite para a entrevista foi feito, primeiramente, pelo critério da idade, mas de forma aleatória, após a conversa ele relatou a sua participação no local.

O sr. Antônio teve um papel importantíssimo nos dias de pesquisa de campo em Catalão no ano de 2023, pois intermediou muitas outras entrevistas, nos apresentando aos capitães do Terno do Prego e ao General das Congadas. Após o retorno a nossa cidade de origem, sr. Antônio buscou nos ajudar a entrevistar o padre Joel, nos colocando em contato com o secretário da Paróquia São Francisco para agendarmos uma entrevista *online*, enviamos *e-mail*, mas após conversa por telefone foi decidido a realização da entrevista pessoalmente.

A Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário no ano de 2023 teve início no dia 29 de setembro, data móvel, mas sempre próxima da data do Dia da Padroeira do Brasil – Nossa Senhora Aparecida. A Festa começa com a alvorada iniciada meia noite com o apito realizado pelo General das Congadas, marcando o início da esperada Festa pelos devotos de Nossa Senhora do Rosário, pelos turistas, estudiosos, comerciantes e outros. Depois da alvorada, as Congadas só tornam a se apresentar nos últimos três dias da Festa.

O capitão do Terno de Congo Moçambique Mamãe do Rosário, Diogo Gonçalves de Resende, 36 anos de idade, catalano, ensino superior completo, foi-nos apresentado via *WhatsApp* pela presidente da Irmandade Ana Cristina. Em Catalão, ele foi o primeiro a nos acolher, conhecemos o local onde o capitão se reúne com os outros membros que compõe o terno, um espaço em sua própria residência que fica próxima à praça da Igreja Velha Matriz,

com altar repleto de imagens, o que foi observado no dia 7 de outubro de 2023. Os congadeiros já estavam se organizando para a saída para “arrastarem” as bandeiras a serem hasteadas.

O mordomo é o responsável por cuidar, expor e guardar as bandeiras da Festa. O percurso até a casa do mordomo, sr. Duarte (*in memoriam*), que fica na Rua Saturnino de Castro nº 95, foi realizado de ônibus. Na ausência do mordomo ficaram responsáveis sua esposa Terezinha Duarte e seu neto Lucas. Na casa do mordomo, como evidenciadas nas figuras 17 e 18 são realizadas cantigas de louvação a Nossa Senhora e rezas do terço, são oferecidos lanches aos participantes, na rua organizam-se um altar com a imagem dos santos devotados e as bandeiras de São Benedito, Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário, local onde ocorrem a reunião de todos os ternos e o último terno de congo a passar e o que “arrasta” as bandeiras é o de Moçambique Coração de Maria.

Figura 17 - Dançadores do Terno Moçambique Mamãe do Rosário/Catalão.

Figura 18 - Reza do terço na casa do mordomo das bandeiras.



Fonte: Fotos da autora, 2023

No dia 7 de outubro de 2023 foi o primeiro contato presencial com a comunidade congadeira, momento muito marcante. Nesse dia todos os ternos passaram em frente à casa do mordomo para o cortejo das bandeiras representado na figura 19, momento em que se reúnem familiares dos congadeiros, crianças, jovens, adolescentes dançando ou só prestigiando o momento. A rua e as calçadas ficaram repletas de pessoas em meios aos dançadores com seus instrumentos e danças homenageando seus santos de devoção. Alguns em busca de registrar o momento por meio da memória, outros com câmeras de celulares e profissionais.

O hasteamento das bandeiras, registrado na figura 20, ocorreu conforme o dia planejado, mas para alguns partícipes não foram colocadas no local certo. Outros, no entanto, expressavam alegria e sentimento de realização por terem segurado nas fitas envoltas nos mastros, realizando o pagamento de promessas. Para os devotos foi um milagre ter encostado no mastro durante seu levantamento, devido a quantidade de pessoas envolvidas.

Figura 19 - Cortejo das Bandeiras. / Figura 20 - Bandeiras hasteadas.



Fonte: Fotos da autora, 2023.

No mesmo dia deveria acontecer a coroação da imagem de Nossa Senhora, contudo, devido a algumas alterações nos rituais de 2023, as Congadas passaram antes da coroação, se apresentaram durante o rito da missa. Uma chuva inesperada dispersou as pessoas presentes, o que resultou na transferência da coroação para o dia seguinte.

Ainda na noite do dia 7 de outubro também tivemos a oportunidade de entrevistar o capitão Wesley que prontamente se dispôs à entrevista, mas que devido à chuva e os ventos foi interrompida. O grupo teve que guardar os instrumentos para não se molharem. Outro problema observado nesse dia foi a queda da energia elétrica, deixando os participantes no escuro e os comerciantes também.

Durante a coroação de Nossa Senhora, ocorrida no dia 8 de outubro, observa-se as expressões dos partícipes da Festa, olhares de fé, devoção, súplicas e admiração voltados para o altar, que fica no alto (figura 21). Altar composto pela Irmandade, generais, festeiros, autoridades eclesiais. E do lado do altar um palanque para as lideranças políticas da cidade, deputados, policiais, equipe da mídia local, entre outros. A festa, tanto no passado quanto atualmente, proporcionava aos grupos sociais uma oportunidade para exibir prestígio e rivalidades, além de destacar posições, valores, privilégios e poderes. Isso era acentuado pela exibição de luxo e pela prática da generosidade. A participação nas festas públicas permite ao

indivíduo e ao grupo familiar afirmar seu status na cidade e na esfera política, conforme Amaral (2001).

Figura 21 - Coroação de Nossa Senhora.



Fonte: @festadosariocatalaooficial

Na figura 21 observa-se a participação de muitas pessoas, de congadeiros e congadeiras, dançadores dos ternos, idosos, jovens e crianças, ao fundo da figura a Igreja do Rosário, pequena e lotada, assim como o Largo do Rosário e suas ruas adjacentes.

Ainda sobre as observações no dia 8 dia de outubro de 2023, presenciamos as rezas, as missas, sons, cores, sabores. Fomos convidados, por intermédio do sr. Antônio, conhecido na região como seu Tonim e pelo General Laudimir a participar do banquete real, no Centro do Folclore, recebidos com um “Salve o Rosário! O Rosário Salve!”

Na mesa real, o General nos explicou como funciona o Reinado, que durante um ano os reis recebem ofícios para serem convidados a participar do banquete e serem convidados por eles, com exceção do nosso caso, que fomos convidados diretamente por ele. Explicamos o motivo da nossa presença na Festa e o convidamos a nos ceder entrevista, após averiguações e conversas de cunho religioso, o General nos concedeu entrevista. Observamos que os generais, durante o banquete, ficam orientando e conduzindo o ambiente, mantendo a ordem entre eles e comandando os capitães que são responsáveis pelos dançadores de seus ternos.

No dia 09 de outubro, em conversas informais²², moradores expressaram que quando a política entra nas celebrações e na festa, há interferência na tradição. Na opinião de alguns, não era adequado realizar a coroação de Nossa Senhora em outro dia, apesar da chuva. Para alguns congadeiros mais idosos, segundo a tradição, na ocorrência de algum impedimento, como o

²² Alguns não quiseram ser entrevistados por medo de possíveis represálias que pudessem prejudicar aqueles que mantêm esse patrimônio cultural ou o processo de registro.

ocorrido, a coroação da Santa do Rosário deveria ser no dia posterior ao marcado, mas as opiniões se divergem no meio congadeiro.

Com base nas análises dos depoimentos dos narradores e o contexto da Festa, um dos possíveis motivos para as mudanças nos rituais da Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário foi a sua espetacularização, visando atrair a atenção e registrar o valor cultural do evento. Havia grandes expectativas em torno da presença da Sra. Margareth Menezes, então Ministra de Estado da Cultura, em Catalão para prestigiar a festa, o que fazia parte de uma estratégia para destacar a manifestação cultural, que está em processo de patrimonialização. O festeiro Thadeu Aguiar (2023) expressa:

[...] no planejamento da festa eu tinha colocado até a necessidade de reconhecimento até pela UNESCO, então é minha via de busca de trabalho seria pra que eu conseguisse o reconhecimento junto ao Ministério da Cultura pra que eu pudesse ter então a chancela da UNESCO [...] Uberlândia chancelou agora no Moçambique de lá, inclusive hoje a irmã Siana estava aqui, que é do Moçambique de Uberlândia, então lá já chancelou o Ministério da Cultura, inclusive estava lá na festa hoje por isso que não estiveram aqui (respiração profunda...), mas eles vão passar aqui amanhã; acredito que vão passar aqui e a ideia é que a gente mostre a igreja, mostre a Congada e que eles também sintam né dessa energia, dessa vontade que a gente quer (Thadeu Botero Aguiar, 2023).

O contexto em que encontramos a Festa e as Congadas de Catalão era de expectativa, para os mais envolvidos diretamente na organização, de promover “agilidade” no processo de registro a nível estadual e junto à UNESCO, demonstrando desconhecimento e ideias equivocadas em relação ao processo administrativo. Mas nos dias esperados a presença da Ministra da Cultura não ocorreu. Foi transmitido em um telão o agradecimento pelo convite, apoiando e parabenizando verbalmente a continuidade da Festa e envolvimento da sociedade catalana pela preservação da manifestação cultural realizada há mais de um século. No entanto, no dia 28 de agosto de 2024, a presidente da Irmandade e uma pequena comitiva de congadeiros e apoiadores políticos estiveram em Brasília em busca de apoio formal do Ministério da Cultura.

As Congadas movimentam a cidade de Catalão o ano todo até chegar o dia da Festa, quando se apresentam louvando, agradecendo e pagando promessas a Nossa Senhora do Rosário pelas graças alcançadas. Para Katrib (2004), a Festa se concretiza como um espaço onde os indivíduos podem tanto utilizá-la como uma plataforma estrategicamente desenvolvida para promover táticas de projeção e visibilidade social e política, quanto vê-la como um cenário para manifestar sua fé. Nesse contexto, eles expressam seus desejos e seus sentimentos mais profundos de pertencimento, revivendo suas raízes ancestrais e celebrando a vida. No entanto,

essas manifestações não se restringem apenas ao local oficialmente designado para as festividades.

O ambiente da Festa é contagiante e rico de saberes e fazeres. No final da Festa todos querem levar consigo flores abençoadas que ornamentaram o andor de Nossa Senhora do Rosário, momento registrado na figura 22. Há um sentimento de renovação da fé, da esperança de (re) viver cada momento com novas experiências e agradecimentos pela vida no próximo ano.

Figura 22 – “Tá caindo fulô”



Fonte: Foto da autora, 2023

Segundo Brandão (2015), as celebrações rituais têm a capacidade de se desenrolar em diversos espaços simultaneamente, transcendendo as rotinas do dia a dia. Elas extrapolam os limites de locais convencionais, adentrando igrejas, tomando conta de seus adros, ocupando praças, desfilando pelas ruas e até mesmo visitando residências, como acontece na Festa de Nossa Senhora do Rosário em Catalão.

Contudo, há de se ponderar sobre as contribuições de Costa (2012), de que é evidente que a Festa em Catalão passou por um processo significativo de espetacularização. Nesse contexto, a interação social e a estética são projetadas, por vezes, com maior relevância do que a religiosa. A festa é organizada com o objetivo de ser exibida aos outros, o que cria dimensões no espaço e no tempo da cidade, promovendo a valorização do capital e o "consumo da/na Festa".

Nas declarações dos congadeiros e festeiros, a ênfase em “querer fazer o de melhor na Festa” ecoa. As figuras 23 e 24 aludem a essas performances e estéticas que saltam aos olhos de quem está na plateia consumindo o espetáculo de cores, movimentos e cantorias, muitas delas parodiadas, já discutidas por outros pesquisadores.

Figura 23 - As Congadas de Catalão.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?=e9v4tdoO-IU> - 2023

Figura 24 - As Congadas de Catalão.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?=e9v4tdoO-IU> – 2023

O capitão Diogo afirmou em uma entrevista em 2023 que, enquanto muitas pessoas aguardam ansiosamente o Natal e outras celebrações, o povo de Catalão espera com entusiasmo a Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário. Para eles, essa festa é uma parte essencial da cultura catalana, refletindo a importância e o significado profundo dessa tradição na vida da comunidade. Ele relata:

A Congada de Catalão para a comunidade de Catalão, ela tem uma importância, uma importância tamanha, porque é a cultura do nosso povo, às vezes a gente tem aquele sentido de esperar o Natal de esperar outras festas. O catalano parece que espera é a Festa do Rosário, espera é a Congada é aquilo que move o nosso povo. [...] a nossa Festa, a nossa devoção, foi trazida pelos negros, pelos afrodescendentes filhos de escravos, netos e essa população

negra da cidade é que de fato instituiu a Congada como parte devocional e cultural da cidade de Catalão passando para todos nós, me incluo no meio, que não sou um negro, mas a gente herdou essa tradição essa ancestralidade de louvação e dar seguimento para perpetuar (Diogo Gonçalves de Resende, 2023).

A narrativa de Diogo Gonçalves de Resende revela a profunda importância das Congadas para a comunidade de Catalão, destacando-a como um elemento central na cultura local. E que o sentimento de espera relatado por ele, reflete a importância das Congadas como um motor cultural e espiritual que unifica e mobiliza a população, também enfatiza que as Congadas, e por extensão a Festa do Rosário estão profundamente enraizadas na história e na devoção dos negros e afrodescendentes de Catalão, especialmente daqueles que são descendentes de escravos, responsáveis pela transmissão dos saberes e fazeres de geração a geração

Além disso, Resende destaca um aspecto de herança cultural que transcende as barreiras raciais. Embora ele próprio não se identifique como negro, reconhece que a comunidade mais ampla de Catalão herdou essa tradição e sente-se parte da responsabilidade de manter e perpetuar essa ancestralidade de louvação. Esse depoimento sublinha a forma como as Congadas se tornou um patrimônio compartilhado, integrando a identidade coletiva da cidade, independentemente da origem étnica de seus habitantes.

Durante as entrevistas sobre os impactos positivos e negativos que podem ocorrer com o possível registro das Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural Imaterial de Goiás, os entrevistados destacaram que os impactos positivos incluiriam maior divulgação da Festa, maior chance de reconhecimento pela UNESCO, apoio governamental, e a possibilidade de independência financeira para os ternos de congos, garantindo a perpetuação da Festa e das Congadas. Em relação aos impactos negativos, muitos não percebem essa possibilidade, abordaram que as Congadas já resistem há mais de um século e são parte integrante da identidade dos catalanos. Para outros, as Congadas de Catalão já é um patrimônio nos níveis municipal, estadual e nacional, e devem ser reconhecidas mundialmente como um bem cultural da humanidade, em reparação pelas injustiças sofridas pelos ancestrais escravizados.

O capitão do Terno de Congo Wesley relata sobre a importância das Congadas de Catalão se tornar Patrimônio Cultural:

Então, a importância do registro das Congadas é que ela vai nos proporcionar um reconhecimento que hoje poucas pessoas têm. É uma festa secular. Nós já temos aí 147 (cento e quarenta e sete) anos e nós temos algumas situações que nos favorece pela tradição, mas com o passar do tempo esse reconhecimento

desse registro faz com que a gente volte ao passado até porque quando eu vou falar de Congada, geralmente eu não falo do futuro, eu falo do passado. Porque o que me sustenta é esse passado e esse reconhecimento vai registrar esse momento de transição (Wesley Alves, 2023).

Para o capitão Wesley Alves, as Congadas estão profundamente conectadas a ele por meio de memórias de um passado que permanece presente, vivido a cada instante. Ele destaca em sua narrativa que o registro oficial ajudará a garantir a preservação dessas memórias. No entanto, é importante lembrar que a continuidade desse bem cultural depende dos esforços da comunidade em que ele está inserido, com o poder público atuando apenas como apoio às demandas que estejam incluídas nos planos de ação de salvaguarda. Portanto, a preservação do patrimônio cultural exige não apenas a proteção das práticas culturais em si, mas também o fortalecimento das condições sociais e econômicas que permitem a continuidade e a recriação dessas tradições pelas futuras gerações.

Ao ser indagado sobre a importância das Congadas se tornar Patrimônio Cultural Imaterial de Goiás, o dançador do Terno de Congo do Prego, Cleiber ainda não sabia que estava ocorrendo, mas concordou em dar sua opinião, sintetizando sua resposta com entusiasmo: “Ôh! A importância grande, envolve muita coisa, muita fé, muita religiosidade! Então, assim, tem uma grandiosidade essa Festa para nossa cidade de Catalão. É assim, Goiás até alcançando o Brasil” (Cleiber R. Santo, 2023).

Outra entrevistada que não quis se identificar (denominada aqui como entrevistada A) contribuiu com a pesquisa relatando que apoia a iniciativa da abertura desse processo junto ao estado:

[...] eu não sabia que tem um registro em aberto para que a nossa Festa se torne um patrimônio do estado, então se isso vier acontecer tenho certeza de que para nossa cidade será muito bom. Catalão ela vai ser conhecida ainda mais e será um destaque muito grande nessa parte histórica, e religiosa da nossa cidade que vem acontecendo a tantos anos e talvez muitas pessoas não sabem e não conhecem a partir daí vão ter conhecimento de tudo que acontece aqui (Entrevistada A, 2023).

A narrativa apresentada pela Entrevistada A reflete um sentimento de orgulho e valorização da tradição local, com a expectativa de que o reconhecimento oficial da Festa como patrimônio do estado traga visibilidade e benefícios para a cidade de Catalão. No entanto, esse relato também pode ser analisado sob uma perspectiva crítica, especialmente considerando o contexto do bairrismo, que é o apego exagerado ou a valorização excessiva da terra natal ou da comunidade local. Ela destaca que, caso o evento seja reconhecido oficialmente, isso ajudará a

cidade a ser mais conhecida, ampliando sua relevância histórica e religiosa. Esse tipo de pensamento pode ser visto como um reflexo de uma visão de identidade territorial que, embora seja positiva em um primeiro momento, também pode carregar um componente de bairrismo. O bairrismo, nesse contexto, se manifesta na ideia de que a cidade e suas tradições precisam ser reconhecidas e valorizadas para que possam alcançar *status* e visibilidade, muitas vezes em detrimento de outras realidades ou culturas regionais. Além disso, a entrevistada sugere que muitas pessoas "não sabem e não conhecem" o que ocorre na cidade, o que revela um certo orgulho pelo que é local e uma percepção de que a cidade merece um lugar de destaque. Essa narrativa reflete uma possível visão de que as tradições de Catalão, sendo únicas ou especiais, deveriam ser mais amplamente reconhecidas, talvez como uma forma de superar uma percepção de marginalização ou invisibilidade, mas também pode implicar uma certa visão excludente sobre outras culturas ou festas que não sejam aquelas locais.

O bairrismo pode limitar a capacidade de dialogar com outras tradições, culturas e eventos de diferentes localidades, criando uma mentalidade fechada ou demasiadamente competitiva. A busca por reconhecimento pode ser positiva, mas é importante que ela não se transforme em um obstáculo para o reconhecimento e valorização de outras realidades regionais ou nacionais, promovendo uma visão mais inclusiva da diversidade cultural.

Por fim, o bairrismo também pode ser problematizado sob o prisma da própria ideia de "patrimônio". A busca pelo título de patrimônio de estado pode trazer benefícios, mas também impõe uma pressão sobre a tradição local para que ela se mantenha intacta ou conforme a uma certa visão oficial do que é considerado importante ou digno de preservação. Isso pode gerar um paradoxo em que as tradições locais se veem forçadas a se adaptar a uma expectativa externa, podendo desconfigurar a tradição.

O contexto em que realizamos as entrevistas semiestruturadas era de desinformação e falta de divulgação do processo de patrimonialização que tramita na SECULT, mesmo assim os entrevistados não deixaram de abordar suas opiniões sobre essa questão. Sobre isso, Oliveira e Candau (2010) reforçam que a perspectiva da diferença colonial requer um olhar sobre enfoques epistemológicos e sobre as subjetividades subalternizadas e excluídas.

Diogo G. Resende aponta sobre os possíveis impactos do registro da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e respectivamente as Congadas de Catalão, e a necessidade do envolvimento de todas as esferas públicas para continuidade do bem cultural. Para ele:

Ah! Com certeza os benefícios serão muitos porque para manter mais de cinco a oito mil dançadores é preciso ajuda, é preciso apoio, é preciso patrocínio do

poder público, em todas as esferas, seja municipal, seja estadual, seja federal [...] um tempo para cá temos conseguido algum apoio na esfera municipal. O ano passado tivemos ajuda da esfera estadual pela SECULT, e estamos buscando pontes com o Governo Federal para que essa viabilização aconteça, de forma maior. Sobre a questão a nível estadual [...] talvez é preciso estreitar mais esses laços, estreitar esse contato, comunicação com esses registros nossas expectativas em relação ao processo de patrimonialização como eu já disse são os melhores possíveis, porque eu tenho certeza que quando nós temos registro como esse. Nós temos a certeza de melhorias, conquistas do melhor para nossa Congada, para nossa entidade[...] (Diogo Gonçalves de Resende, 2023).

Trata-se de uma expectativa otimista em relação ao processo de patrimonialização da cultura congadeira. Diogo Gonçalves de Resende destaca a importância do apoio institucional em suas várias esferas – municipal, estadual e federal – para a manutenção de uma tradição tão extensa e complexa como as Congadas, que envolve milhares de dançadores. A patrimonialização, segundo o entrevistado, não é apenas um reconhecimento formal, mas uma ferramenta que pode viabilizar recursos e suporte necessário para a continuidade e fortalecimento da cultura. Ele acredita que o registro oficial trará melhorias substanciais para as Congadas, transformando esse reconhecimento em conquistas concretas que beneficiarão diretamente a comunidade e a entidade. Essa visão reflete a esperança de que a patrimonialização não seja apenas simbólica, mas efetiva, proporcionando condições reais para a preservação e continuidade da tradição. Sobre as possíveis alterações na cultura congadeira, caso o bem cultural seja registrado, afirmou que:

As mudanças eu acredito, que não serão tantas até porque nós já temos um processo de história, temos um processo de dança, processo de cultura, de tradição e acredito que a patrimonialização ela vem somar, ela vem ajudar a garantir essa cultura, a garantir essa tradição, e não a modificar (Diogo Gonçalves de Resende, 2023).

O processo de patrimonialização das Congadas de Catalão está apenas no início, envolvendo diversos interesses e exigindo um novo conjunto de conhecimentos para ser efetivado. Essa tarefa inédita só poderá ser bem-sucedida se houver uma escuta atenta dos congadeiros e da comunidade catalana. As Congadas de Catalão abrem espaço para diálogos decoloniais e para decisões que devem ser tomadas conjuntamente com os próprios detentores da tradição, e não de forma “unilateral”, pelo poder público ou outros interesses externos, ou seja, a responsabilidade de decidir o que será registrado recai àqueles que detêm o saber-fazer. É fundamental que a comunidade mantenha o controle e a autonomia sobre a festa, pois, do

contrário, ela poderá enfrentar os efeitos da modernização desordenada, resultando em descaracterização e perda de identidade (Marques e Brandão, 2015, p. 17).

A Festa se manifesta através da oralidade, dos rituais e das doações, formando um ciclo que transcende o tempo e o espaço. Ela é dinâmica, se reinventa e se adapta ao contexto global, incorporando novos símbolos e se transformando constantemente. Assim, surge uma nova expressão, com elementos renovados, mas baseados nas tradições, incluindo aromas, crenças, cores e valores, conforme as contribuições de Marques e Brandão (2015).

Na dinâmica de reelaboração da Festa, no dia 8 de outubro conhecemos o terno de Congo Mariarte. A capitã²³ do Mariarte é a terceira geração de congadeiros da família, seu irmão congadeiro Altair Moreira Quirino (*in memoriam*) fez faculdade e estudou sobre as Congadas. Sob influência do histórico familiar e com a morte de seu irmão sentiu a necessidade de formar um terno de mulheres. Para pedir uma assembleia com a presidente da Irmandade, diretoria e capitães foram necessários por 3 anos “trabalhar” com os ternos de congo, passaram por votação para formalização do terno e obtiveram 24 votos a favor e 4 votos contra.

Já estou na terceira geração de congadeiros. E trabalhando na igreja do Rosário há 50 anos com as novenas. Então, quando eu fui para lá, fui para trabalhar com as novenas de nossa senhora do Rosário levando assim a tradição da Festa para dentro da igreja, porque na época que eu entrei era só rezar o terço comum, não tinha mais nada. Então, eu passei a frequentar os ensaios dos ternos de Congo e pegar as músicas que falava de Nossa Senhora para levar para dentro da igreja. E nisso o povo se sentiu bem cantando as músicas de Nossa Senhora do Rosário. E de lá para cá mudou bastante, foi mudando cada vez mais e eu me senti assim, realizada. [...] E depois de 3 anos, eu pedi uma assembleia com a diretoria e os capitães, e aí eles me deram oportunidade, eu falei sobre a fundação do terno na época eu já levei foi em 2005, eu já levei 5 integrantes que estão comigo até hoje, levei para a gente fazer a apresentação nossa, então eles entraram assim, que nós não podíamos ter o mesmo batido dos ternos que já tinham. Então eles fizeram bastante coisa para atrapalhar, não podiam ser a mesma. A farda não podia ser a mesma cor, nada podia ser parecido com eles. Então, eu já entrei mesmo com força total falando que nosso batido é diferente nossa farda ia ser diferente e que nós não íamos trabalhar igual eles que fazem visitas nas casas no domingo e na segunda-feira. Nosso intuito era a formação do terno para trabalhar a parte religiosa da Festa. Então, com isso nós fomos aprovadas, fizemos a lá uma eleição e a gente ganhou, para poder formar o terno. E graças a Deus, a gente está aí já há 20 anos (Aldanice Moreira dos Reis, 2024).

²³ Como a nossa estadia na cidade foi breve no ano de 2023, a entrevista com a capitã Aldanice Moreira ficou para 2024. Entretanto, desde o dia que a conheci, mantivemos contato com conversas informais (via *WhatsApp*), nas quais revelou que a primeira bandeirinha a dançar nas Congadas foi sua mãe, na época que só havia 3 ternos de Congo na cidade.

O relato da capitã Aldanice (2024) expressa a dedicação e o orgulho de alguém que carrega, com firmeza, a responsabilidade de preservar e transformar uma tradição centenária. Pertencente à terceira geração de congadeiros e com cinco décadas de trabalho na igreja do Rosário, ela destaca seu papel na integração das músicas tradicionais da Festa de Nossa Senhora do Rosário às celebrações religiosas, marcando uma mudança significativa na dinâmica da comunidade. A fundação de um novo terno, em 2005, simbolizou não apenas inovação, mas também um compromisso com a identidade congadeira cumprindo as exigências e diferenciações nos trajes, nos ritmos e no propósito do grupo, que foca na espiritualidade e na conexão com a Festa. Esse percurso de 20 anos é descrito como uma trajetória de superação e realização, que reflete a força transformadora da fé e da tradição.

O terno Mariarte (figura 25), segundo a capitã Aldanice, foi fundado em 2005 com apenas 5 integrantes, mas somente em 2006 foram integradas à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Para a fabricação dos instrumentos, trajes e outros itens necessários para saírem as ruas, receberam ajuda por membros da comunidade catalana em forma de doações. O terno Mariarte foi criado para trabalhar a parte religiosa e devocional da Festa e divulgação das Congadas de Catalão, não fazem visitas nas casas como os outros ternos, com ressalva no abrigo de idosos, em escolas, faculdades, locais públicos em outras cidades quando convidadas para divulgarem a devoção a Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e a São Benedito.

Figura 25 - O Terno de Congo Mariarte



Fonte: @ternodecongomariarte.

A tradição dos ternos de Congadas tem raízes profundas na história, remontando ao período da escravidão, quando as senzalas eram separadas por gênero, com os homens desempenhando papéis de capitães, dançadores e tocadores, enquanto as mulheres se dedicavam às atividades como cozinhar, costurar e bordar. Mas essa divisão perpetuou-se ao longo do tempo, consolidando a exclusividade masculina nos ternos e relegando às mulheres a papéis tidos como secundários, como o de bandeirinhas ou responsáveis por confeccionar e adornar os trajes dos congadeiros. Aldanice Moreira dos Reis, em seu relato de 2024, evidencia a luta para romper com essa tradição excludente.

E queria também formar um terno de mulheres, porque toda a vida, só terno de homens, a tradição era só homens, não podia entrar mulheres, aí as mulheres é só bandeirinhas. Ou se não ficar só por trás para poder fazer as roupas dos congadeiros, bordar, fazer os capacetes essa coisa toda assim, só ficavam por trás. A gente os enfeitava e ficava prevenida para ver dançar. Então, eu quis formar um terno de mulheres e trabalhei para isso. Levei 3 anos trabalhando para conscientizar os homens para poder formar o terno de mulheres. E foi difícil, não tinha muita aceitação. (Aldanice Moreira dos Reis, 2024).

Desejando formar um terno exclusivamente feminino, ela enfrentou três anos de resistência e conscientização entre os homens para alcançar esse objetivo. Aldanice narra os desafios de superar a resistência à inclusão feminina nos ternos, uma tarefa árdua que envolveu quebrar barreiras históricas e culturais para construir um espaço de igualdade. Ela destaca que, ao longo do tempo, foi necessário enfrentar a mentalidade conservadora que ainda impregna a prática da Congada, onde as funções femininas eram limitadas ao "trabalho de bastidores" e sua participação ativa era vista como transgressão.

A formação do terno feminino, apesar de difícil, foi uma conquista simbólica e prática, mostrando que as mulheres também podem ocupar espaços de protagonismo em uma tradição que historicamente lhes negava essa possibilidade. Assim, a experiência de Aldanice ilustra como a Congada continua sendo um espaço de negociação e resistência cultural, onde a tradição dialoga com os desafios contemporâneos de inclusão e representatividade, reforçando a importância da luta por igualdade dentro de contextos marcados por hierarquias de gênero. Portanto, essas narrativas denunciam e desafiam a desigualdade, celebrando os avanços das mulheres nesse espaço tradicionalmente dominado pelos homens e não tira o privilégio e a importância das mulheres em suas várias funções nas Congadas. Isso reforça o papel ativo das mulheres na transformação dessa cultura, ao invés de perpetuar uma visão passiva ou secundária.

De acordo com Paula (2010), as mulheres que desempenham vários papéis como capitães ou dançadoras, além de outras atividades como costurar, bordar, ornamentar a Festa e preparar alimentos, tanto nas Congadas quanto em outros contextos sociais, continuam a ser alvo de muitas críticas por parte dos mais conservadores, devido ao sexismo, herança da colonialidade. As mulheres, no entanto, atuam em diversos espaços antes, durante e após a Festa na fabricação de chapéus, fardas, ornamentações, na produção de músicas, instrumentos musicais, no comando dos ternos como capitães, na ornamentação de objetos e lugares onde ocorrem a Festa são guardiãs de diferentes modos de saber-fazer, mas infelizmente ainda são vigiadas com muito rigor nos quesitos da “moral e do bom costume”.

O capitão do Terno do Prego o senhor Elzon Arruda (2024) com sua narrativa e anos de experiências nas Congadas enriquece os diálogos:

Se a mulher não apoiar o Capitão não toca o terno, porque é muito trabalho, então ela tem que dar um apoio dela lá dentro de casa para o marido tocar o terno. Toda vida foi assim. [...]antigamente no Congo dos ternos era só homem. Mas os homens mais velhos foram morrendo, foram morrendo. E as mulheres hoje, eles foram vendo Uberlândia. Uberlândia o número de mulher é muito grande nos ternos, então eles viam que ia apresentar, aí eles viram aquilo, aí hoje. Aqui em Catalão se brincar vai chegar ao ponto que as mulheres vão tomar frente e vão para frente [...] vai ter uma capitã só de terno de homens. Antes não tinha não [...] foi aumentando a mulher hoje tem mulher batendo caixa, não tinha antes. O Moçambique enorme tem muitas mulheres, tem o terno das mulheres da Mariarte, e assim lá vai escambando. Então, a gente não sabe até onde vai essas mudanças. O que dá na cabeça vai e muda. E o que antigamente o pessoal antigo era muito rígido. O primeiro general que tinha aqui era tio da minha mãe Basílio e até não falava general, falava Capitão geral [...] (Elzon Arruda, 2024).

A narrativa de Elzon Arruda, capitão do Terno do Prego, reflete tanto a transformação histórica das Congadas de Catalão quanto as tensões entre tradição e mudança, evidenciando como a participação das mulheres evoluiu ao longo do tempo. Segundo ele, o papel das mulheres sempre foi importante, mesmo que, inicialmente, estivesse restrito ao apoio nos bastidores, como nas tarefas domésticas que permitiam aos homens dedicarem-se aos ternos. Essa divisão, típica de uma visão tradicional, começou a mudar gradualmente, especialmente com a introdução de mulheres em atividades que antes eram exclusivamente masculinas, como tocar caixa e liderar grupos. O capitão do Terno do Prego Elzon Arruda observa que a presença feminina nas Congadas cresceu em locais como Uberlândia, influenciando também cidades como Catalão, onde hoje as mulheres não apenas participam, mas começam a assumir papéis de protagonismo. Ele menciona com admiração o surgimento de capitãs e ternos femininos,

como o Terno das Mulheres da Mariarte, demonstrando que essa inclusão representa uma evolução que desafia a rigidez do passado. Apesar de reconhecer essas mudanças, Elzon mantém um olhar cauteloso, refletindo a incerteza sobre até onde essas transformações podem ir e como impactarão a estrutura tradicional das Congadas. Seu relato ressalta a importância do equilíbrio entre inovação e preservação cultural, destacando que, embora as Congadas sejam marcadas por profundas raízes históricas, elas também são espaços dinâmicos, capazes de incorporar novas formas de participação e representatividade.

Segundo Marise Vicente de Paula e Alex Ratts (2009) o espaço geográfico é uma construção social e histórica em constante transformação, influenciada pelas dinâmicas da sociedade. No entanto, essa construção não ocorre de forma homogênea, especialmente quando analisamos a participação de homens e mulheres sob uma perspectiva de gênero. A ocupação e a apropriação dos espaços público e privado são moldadas por critérios históricos e culturais que, por muito tempo, limitaram a presença feminina em determinados contextos. Esse cenário se reflete nas Congadas de Catalão, como aponta o depoimento de Elzon Arruda, capitão do Terno do Prego. Tradicionalmente, as mulheres ocupavam um papel de suporte nos bastidores, garantindo que os homens pudessem se dedicar à celebração. Com o tempo, essa realidade começou a mudar, permitindo que elas assumissem funções antes restritas aos homens, como tocar caixa e liderar grupos. Esse processo, impulsionado por transformações sociais mais amplas, revela que a construção do espaço nas Congadas também é marcada por relações de gênero, demonstrando como as mulheres vêm conquistando maior protagonismo dentro dessa manifestação cultural, desafiando as normas tradicionais e ampliando os horizontes da festividade.

Por conseguinte, o encerramento da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário marca e evidencia o papel ativo que os congadeiros e a comunidade catalana têm como guardiões do patrimônio, com a ritualística da entrega da coroa para novos festeiros, por meio do reinado, dando continuidade e renovando a tradição que é construída por pessoas, envolvendo experiências e vivências.

Como no ano de 2023 os festeiros seriam os mesmos, alguns guardiões da tradição estavam na expectativa de quem seria o casal escolhido para o próximo ano. Mas essa renovação no dia da Festa não aconteceu, a notícia foi recebida com muito espanto e especulações e outros receberam com alegria. Mas no mesmo ano, foi noticiado nas redes sociais que o casal de festeiros escolhido entregou a Festa, que ficou na responsabilidade da Irmandade e da Igreja, na pessoa do pároco Joel.

De acordo com Brandão (2015), o exercício do reinado implica uma envolvimento nos rituais simbólicos mais complexos, como a inauguração do domínio e as cerimônias litúrgicas correspondentes. Embora os ternos de congo desempenhem um papel significativo no acompanhamento do cortejo real, encarregando-se da busca e entrega da coroa, eles não têm uma participação direta na coroação. Essa função, de maneira tradicional, é reservada ao terno de Moçambique conhecido como Mamãe do Rosário. Fato também evidenciado na figura 26, na qual observa-se ao fundo, em meio a procissão, o rei (que tem a função de dar início aos ensaios dos ternos, que vão do mês de agosto até o dia próximo à Festa), os ternos de Congo e as pessoas nas calçadas acompanhando ou apenas observando-os.

Figura 26 - Casal de Festeiros/2023.



Fonte: @festadorosariodecatalaooficial

Diante do possível registro de Patrimônio Cultural, as Congadas de Catalão são marcadas por diversas experiências, vivências, identidades e memórias. O reconhecimento oficial não deve ser limitado apenas aos livros de registro; é fundamental que os congadeiros e demais participantes da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário estejam envolvidos ativamente nas políticas públicas de preservação do patrimônio, contribuindo com suas opiniões e decisões sobre o bem cultural. O poder público não deve impor nenhum tipo de espetacularização desse bem cultural e de nenhum outro. As leis devem servir à sociedade, e não o contrário, os planos de salvaguarda devem ser elaborados em conjunto e em permanente aprimoramento.

Em busca de novos diálogos sobre as narrativas e movimentações da comunidade congadeira catalana a respeito do processo de registro em 2024 foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação participante durante os dias 04 e 14 de outubro de 2024, nos dias

que antecedem a Festa aconteceram em vários pontos da cidade os ensaios das Congadas de Catalão, após permissão do Reinado (ANEXO P). Ademais, participei desde a alvorada até o último dia da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, acompanhando a programação pelo folder (ANEXO N), pela ata da reunião da Festa do Rosário 2024 (ANEXO O) e pelo mapa de trajetos das Congadas (ANEXO Q), o que foi muito pertinente para o deslocamento das filmagens e entrevistas. Estive na Festa fotografando, filmando, entrevistando, acompanhando terços, missas, visitas em residências com o Terno do Prego e Moçambique Coração de Maria, realizando trajetos das Congadas (ANEXO), visitando Museu, Centro do Folclore, Fundação Cultural Maria das Dores, Morrinho de São João, igrejas e paróquias, procissões, cortejos dos mastros festando e conhecendo pessoas e um pouco da cidade catalana. Além de participar de cafés e almoços servidos pelos festeiros e pessoas que oferecem alimentação aos participantes da Festa, pagando promessas de graças recebidas pela intercessão de seus santos de devoção.

Neste interim, durante as entrevistas semiestruturadas, as problemáticas que ainda necessitavam de aprofundamento foram dialogadas com os congadeiros e demais envolvidos com a Festa. Buscamos identificar o porquê da abertura do processo de registro junto à SECULT e o que querem alcançar com esse registro oficial das Congadas de Catalão, com o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás?

Em conversas informais com dirigentes da Festa percebemos que um ponto negativo do processo de registro junto ao Estado e que a comunidade deve se atentar é o risco de patrimonializar a Festa separando a parte cultural da religiosa, desconsiderando a dimensão de totalidade das Congadas de Catalão, que abriga tanto uma manifestação cultural quanto um sentido devocional.

Para a jovem de 20 anos de idade, bandeirinha do Terno Santa Terezinha, Ana Beatriz (2024), a patrimonialização das Congadas pode acelerar ainda mais o processo de espetacularização da Festa:

[...], mas obviamente, também para alguns seria malefícios. Porque pessoas confundem e levam para o lado mais meio político essas coisas. E entraria para dentro do terno, não para fazer bonito, mas sim para ficar colocando adesivo, essas coisas, para ficar estragando mais aquela boniteza que é o padrão do terno, essas coisas [...] muitas pessoas confundem essa tradição, não levam pela fé, dançam, não pela fé e sim por modinha, só por vestir farda [...] ter conflitos de interesses só por benefício próprio (Ana Beatriz de Faria, 2024).

A patrimonialização de práticas culturais, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário em Catalão, é um processo que, apesar de suas intenções preservacionistas, pode gerar implicações complexas e até contraditórias. Dirigentes da Festa alertam para o risco de fragmentar dimensões que são vivenciadas como integradas pela comunidade: a religiosidade e a cultura. Essa preocupação ressoa com análises críticas sobre o patrimônio imaterial, que apontam como os registros formais tendem a institucionalizar práticas, impondo divisões externas à realidade vivida. Em Catalão, a Festa é uma manifestação cultural-devocional, onde o ato de celebrar e expressar fé não pode ser reduzido a categorias estanques sem comprometer seus significados comunitários.

Ana Beatriz, bandeirinha do Terno Santa Terezinha, complementa essa análise ao observar que a patrimonialização também pode intensificar a espetacularização das Congadas, deslocando o foco da devoção para a performance visual ou interesses políticos. Segundo ela, há um risco de que pessoas passem a se envolver com a Festa não por fé ou compromisso com a tradição, mas por modismos ou vantagens pessoais, transformando o evento em um palco de conflitos de interesses. Essa crítica reforça como o processo de patrimonialização, ao tentar fixar ou "preservar" uma tradição, pode inadvertidamente abrir espaço para práticas que desvirtuam seu significado. "Adesivos", alterações nos padrões dos ternos e a superficialidade de algumas participações refletem uma desconexão com os valores que fundamentam a Congada como uma experiência coletiva de fé e pertencimento. A análise crítica dos dirigentes e de Ana Beatriz sublinha a importância de manter a autonomia da comunidade como guardiã de sua prática. Patrimonializar sem dialogar com a comunidade pode resultar na falta de vivacidade e a relevância da Festa enquanto prática cultural e devocional viva.

Nas reflexões de Marques e Brandão (2015), a festa se transforma em espetáculo quando a comunidade perde sua autonomia. A partir desse momento, a manifestação cultural passa a ser organizada por outros agentes e instituições, que associam o evento a seus próprios interesses, sejam eles políticos, sociais, religiosos ou de outra natureza.

A patrimonialização, enquanto prática institucional, coloca em evidência tensões entre a preservação cultural e a mercantilização, destacadas por Marques e Brandão (2015). No capitalismo cultural, expressões culturais frequentemente são apropriadas como simulacros, ou representações descontextualizadas que satisfazem demandas de mercado. Essa transformação reflete não apenas um processo de esvaziamento simbólico, mas também a reconfiguração de identidades culturais em produtos consumíveis. Ao reconhecer práticas como patrimônio imaterial, há o risco de que sua vitalidade seja comprometida, favorecendo narrativas homogêneas que reforçam estruturas de poder econômico e simbólico. Nesse sentido, torna-se

urgente problematizar as condições sob as quais o patrimônio é apropriado, buscando práticas que reconheçam a cultura como uma força contestadora e participativa, em vez de confiná-la a representações estáticas e descontextualizadas.

A seguir, segue o relato de um jovem congadeiro sobre a impressão de ser e participar na Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário de Catalão, em entrevista realizada em 2024 durante as apresentações das Congadas de Catalão.

Então, meu nome é Felipe Macedo da Silva, tenho 22 anos, sou do Moçambique, na Senhora do Rosário de Catalão, Goiás, e eu acho tudo sobre a importância desse terno aqui para a juventude, sobre as coisas que estão tipo, é a única coisa que a gente tem aqui, que eu acho por mim que só resta isso para mim, que me importa é o congo. Que eu não faço mais nada a não ser isso. Então, acho que para juventude também. Sobre a fé, devoção que a gente tem, não é só em Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia é em Nossa Senhora Aparecida também. Eu acho que sua importância para a gente vir. Não é só sobre a Congada, e sim a fé que a gente tem. E sobre o nosso terno também. Ele foi criado há 7 anos atrás e desde que ele foi criado eu estou aqui representando. E tenho muita fé, devoção. Gosto muito de estar junto com o pessoal aqui do terno, gosto muito desse terno, são todo mundo bem, bem, fui bem tratado quando eu vim para cá, que eu já dançava em outro terno e passei para cá. E gosto muito de estar aqui junto com esse pessoal (Felipe Macedo da Silva, 2024).

A narrativa de Felipe Macedo da Silva reflete um profundo senso de pertencimento, devoção e identidade cultural que ele encontra na tradição das Congadas, especialmente no terno que representa. Aos 22 anos, ele compartilha o significado do congo como uma herança cultural e espiritual vital para sua vida e para a juventude de sua comunidade em Nossa Senhora do Rosário de Catalão, Goiás. Ele valoriza o papel do terno, criado há sete anos, como um símbolo de fé e união, ressaltando que sua devoção não se limita apenas a figuras como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, mas também abrange Nossa Senhora Aparecida. O relato evidencia a importância das tradições culturais e religiosas como um alicerce de apoio, representatividade e integração comunitária, destacando a acolhida que ele recebeu ao integrar o grupo e a satisfação em estar conectado com outros membros do terno, reafirmando sua identidade e seu compromisso com a preservação desta prática.

Ainda nas análises de Gomes (2015), “Minha fé não é cultura: a eficácia da magia e as amarras do Estado” e trazendo as narrativas de Felipe Macedo (2024) apontam para compreensão da fé como um elemento estruturante e indissociável das práticas religiosas e culturais das Congadas, ressaltando seu caráter ontológico e performativo dentro do campo das tradições populares. Gomes (2015) enfatiza a inquietação dos participantes diante da

persistência dessas cerimônias, sublinhando a interdependência entre a crença dos envolvidos e a continuidade do rito, o que evidencia uma dinâmica de transmissão cultural marcada por desafios intergeracionais e processos de ressignificação simbólica. Essa preocupação ressoa nas reflexões de Macedo (2024), que problematiza a fé como eixo constitutivo da identidade dos congadeiros, transcendendo a devoção a figuras hagiográficas²⁴ e manifestando-se na vinculação afetiva e espiritual ao terno e ao congo, entendidos como lócus de pertencimento e agência coletiva. Ambos os autores destacam a tensão epistemológica entre a institucionalização das Congadas como patrimônio imaterial e a inerente imaterialidade da fé, que resiste à objetificação e mercantilização inerentes às políticas patrimoniais.

Assim, enquanto Gomes (2015) discute o paradoxo entre promoção cultural e preservação da crença no contexto das congadas, Macedo reforça que a fé opera como princípio estruturante da experiência religiosa, configurando-se como elemento dinamizador da tradição e garantindo sua continuidade em meio às transformações socioculturais contemporâneas.

Marcos Guilherme do Terno do Prego, jovem dançador e membro Diretoria da Irmandade do Rosário de Catalão, ressaltou que ao buscarem a patrimonialização também objetivam a luta para que novas narrativas dos povos afro-brasileiros fossem contadas nas escolas, bem como as contribuições dos escravizados no país, que não é apenas uma história, mas várias histórias que foram silenciadas, forjadas e permaneceram desconhecidas dentro da história do Brasil.

Meu nome é Marcos Guilherme, sou do terno do prego e da diretoria da irmandade do Rosário. E esse ano de 2024 a Diretoria da Irmandade está fazendo a Festa do Rosário, como não tem festeiro. Então, a gente acaba que está organizando a festa aí, desempenhando essas 3 funções esse ano. Eu tenho 25 anos, minha história começa desde 5 meses de nascimento [...]eu acho que a Congada é extremamente importante para a cultura catalana. E eu acho que ela deveria ser mais trabalhada na sociedade, não só em Catalão, mas em todo o Goiás e outras cidades que têm essa cultura muito forte. A gente poderia também ensinar a história por meio das Congadas, porque ela vem da mesma rota que veio os Bandeirantes, da mesma rota do ouro, que ela vem pelos escravos, o povo banto, que vem do Congo. E a gente tem uma visão das Congadas muito memorialista, que foi um fazendeiro que trouxe as Congadas. E aí a gente tem uma tradição muito devocional desses fazendeiros nas

²⁴ Segundo Dirceu Rodrigues da Silva (2015) a hagiografia é a escrita e o estudo das vidas de santos, surgido na Igreja Cristã primitiva, com o objetivo de narrar exemplos edificantes de mártires e figuras santas. Na Idade Média, consolidou-se como instrumento para preservar a memória desses personagens, fortalecer a fé, incentivar a conversão e impulsionar peregrinações, apresentando relatos idealizados que reforçavam o modelo de vida defendido pela Igreja. Os textos hagiográficos, baseados em tradições comuns, não apenas exaltam o santo, mas também legitimam a própria instituição religiosa e reafirmam os valores do Novo Testamento, frequentemente espelhando aspectos da vida de Jesus. Além disso, essas narrativas são ricas em simbolismos como milagres, água, cruzes, sangue, animais e lugares sagrados que revelam manifestações do divino no mundo terreno.

Congadas. Mas não, ela está aqui desde a época dos escravos, ela está aqui há muito tempo. Então a gente deveria estudar isso mais nas escolas, ou então repassar esse saber ao longo do tempo. Porque a gente conta só uma história, assim: “Ah! Foi tal pessoa que trouxe a Congada para Catalão”. Mas por que que a gente é grata? Essas pessoas sabem que ela estava lá com os escravos? Ela estava e isso já existia. Ela só deu um apoio para que aquilo acontecesse pela Igreja Católica, mas ali aquilo já existia no meio dos escravos. Então, eu acho que a juventude precisa se apropriar do que é dela [...] (Marcos Guilherme Medeiros Pereira, 2024).

O participante ainda abordou sobre a importância do registro da história das Congadas de Catalão, numa atitude de reapropriação de sua própria história pela juventude, dando os devidos créditos aos escravizados que detinham os saberes e fazeres desta Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, por meio dos congadeiros:

Agora que está tendo uma retomada, né? Eu acho que a Juventude agora, não só de um, nesses anos 2000, os milênios para frente, está reapropriando daquilo que é dela, assim como o cabelo afro. A negritude está se apropriando daqueles movimentos que a gente tinha perdido. Então, a Congada tem o seu movimento que tem que ser reapropriado também. A gente tem que lutar para que isso continue, porque nossos pais, nossos ancestrais, eles vêm com isso, continuando e igual, vou dar um exemplo, Moçambique, como eles dançam no Balanço do mar, como se eles tivessem corrente nos pés. Esse saber precisa ser preservado. Esse saber precisa ser passado, porque a gente está em Catalão, Goiás, onde não tem mar, não tem nada. E por que que essa dança continua aqui, ela perpetua, sendo que tem pessoas que acabaram de nascer aqui em Catalão e não, nunca nem viram o mar, estão dançando daquele jeito? Eu acho que esse ensinamento das Congadas precisa ser melhor perpetuado, registrado, e levado para posteriores gerações, porque os nossos anciões que a gente tem no Congo já estão acabando. Então, a gente precisa perpetuar isso [...] (Marcos Guilherme Medeiros Pereira, 2024).

O relato de Marcos Guilherme Medeiros Pereira (2024) apresenta uma análise potente sobre a importância da reapropriação histórica e cultural das Congadas de Catalão como um ato de resistência, identidade e memória. Ao destacar os saberes dos escravizados como a base dessa tradição em louvor a Nossa Senhora do Rosário, ele recupera as raízes negras que sustentam a prática e critica os apagamentos históricos sofridos por essas manifestações culturais. Sua reflexão evidencia a relevância da juventude contemporânea na retomada desses elementos, alinhando-se a movimentos mais amplos de valorização da negritude, como o uso do cabelo afro e outras formas de ressignificação cultural. A metáfora do “balanço do mar”, que descreve a dança do Moçambique, mesmo em um contexto geograficamente distante do litoral, simboliza a força da memória coletiva, que transcende barreiras físicas e temporais. Nesse sentido, também clama pela preservação e registro desses saberes ancestrais como um

compromisso geracional, alertando para a urgência de perpetuar tais tradições em um momento em que os mais velhos, portadores diretos desse patrimônio, estão desaparecendo. Assim, as Congadas emergem não apenas como expressão de devoção religiosa, mas como um testemunho vivo da herança afro-brasileira e um espaço de luta por reconhecimento e continuidade cultural.

Machado (2020) aborda questões de memória e o registro da História:

A memória é um campo que não se ocupa em detalhes, se alimenta, inclusive de lembranças vagas, e emerge individualmente e em grupo, com natureza individualizada, mas também múltipla, coletiva, plural. Enquanto a história pertence a todos e a ninguém e se liga somente nas continuidades temporais, aos processos evolutivos e a relação entre tudo isto, construída pelos historiadores. Ousamos dizer que memória é o absoluto e história corresponde ao que é relativo. A memória, dita e a história, documenta, escreve (Machado, 2020, p. 29).

A relação entre memória e história, conforme discutido por Machado (2020), reflete-se claramente no depoimento de Marcos Guilherme (2024) sobre as Congadas em Catalão. Enquanto a memória se alimenta de lembranças vagas, individuais e coletivas, muitas vezes moldadas pelas vivências e afetos, a história se preocupa com registros documentais e processos evolutivos. No caso da Congada, percebe-se um predomínio de uma visão memorialista, na qual a tradição é frequentemente associada à figura de fazendeiros que a teriam introduzido na região. No entanto, como pontua Marcos Guilherme (2024), essa narrativa oculta outras dimensões históricas fundamentais, como a ancestralidade africana e a trajetória dos povos escravizados que trouxeram e preservaram essa manifestação cultural. Assim, a memória mantém viva as Congadas no imaginário e na prática da comunidade, mas a história, muitas vezes limitada a registros fragmentados, precisa ser ampliada para abarcar outras perspectivas. Dessa forma, integrar as Congadas ao ensino formal e fomentar sua valorização além de Catalão contribuiria para que tanto a memória quanto a história fossem ressignificadas e compartilhadas de maneira mais completa e plural.

Em momentos posteriores da entrevista, o participante Marcos Guilherme (2024) também expressa o que almejam com a possível oficialização como Patrimônio Cultural Imaterial:

[...] a gente da Irmandade foi atrás do reconhecimento da Festa como patrimônio [...] espera que esse patrimônio, que a Festa, não sofra tanta interferência igual ela vem sofrendo. Não através da mudança que ela tem todos os anos, como pode ocorrer como tradição, que a tradição é mutável,

mas na estrutura de Festa, porque a gente quer que a Festa continue sem interferências na sua estrutura na questão de barraquinhas e também na mudança de localidade, igual muita gente vem querendo. Ela pertence ao centro, que a igreja continue naquele local. A gente quer isso! A gente quer uma Festa definitiva, sem alterações no seu espaço físico e também a gente quer o reconhecimento Nacional das Congadas de Catalão, que é uma Festa centenária, que é registrada há mais de 148 anos que tem registro, mas antes ela já acontecia. É isso que a gente espera das Congadas!

[...]

A gente busca o reconhecimento das Congadas da SECULT a fim de que ela não sofra interferência [...] a Festa vem sofrendo muita interferência da prefeitura, do Estado e da população catalana, que critica o local, que ela está afetando a cidade. Mas é uma tradição centenária! Ela sofre algumas alterações, mas a gente não pode tirar ela daquele local porque ela pertence àquele meio da cidade. A cidade que foi crescendo e ela está aqui há mais de 100 anos, então, a gente tem que se adaptar a ela e não ao contrário. Não é jogar a festa para o canto, não fazer que a festa sofra pelas pessoas, é a sociedade que tem que se adaptar a ela (Marcos Guilherme Medeiros Pereira, 2024).

O relato de Marcos Guilherme (2024) apresenta uma análise profundamente enraizada na tensão entre a tradição e a Modernidade, uma questão central nos estudos de patrimônio, memória e cultura. Sua argumentação reflete um esforço coletivo para proteger as Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural Imaterial, enfatizando a importância da continuidade da Festa, especialmente no que diz respeito à preservação de seus aspectos estruturais, simbólicos e de localização geográfica.

Primeiramente, destaca-se o desejo da Irmandade de preservar a identidade da festa frente às pressões externas, como intervenções da prefeitura, mudanças de local e críticas da comunidade. Essa resistência evidencia o conflito comum em processos de patrimonialização: a luta por reconhecimento e salvaguarda, enquanto se enfrenta a modernização e as demandas urbanas que muitas vezes desconsideram o valor imaterial e simbólico de uma tradição centenária.

A afirmação de que "a tradição é mutável" reflete um entendimento moderno dos estudos culturais, nos quais se reconhece que as práticas culturais não são estáticas, mas dinâmicas. Contudo, Marcos argumenta que mudanças naturais e inerentes à tradição não devem ser confundidas com interferências externas que ameaçam desconfigurar sua subjetividade. A defesa da permanência da festa no centro da cidade se justifica pela centralidade histórica, simbólica e prática do espaço para a manifestação, enfatizando que a sociedade deveria adaptar-se a essa prática cultural, e não o contrário. Este ponto reforça a perspectiva de que o patrimônio é um direito coletivo e cultural, e não algo subordinado a interesses econômicos ou urbanísticos.

Para Xavier Arnauld de Sartre e Vincent Berdoulay (2005) o desenvolvimento local, antes de qualquer aspecto, depende do meio ambiente, que não deve ser visto apenas como algo a ser transformado, mas como a base que possibilita esse progresso. É pertinente reconhecer que esse ambiente não se limita aos recursos naturais, mas inclui também os elementos culturais e simbólicos que moldam a identidade e a subjetividade dos indivíduos.

Por fim, o desejo de um reconhecimento nacional revela não apenas o orgulho local, mas também uma estratégia de fortalecimento do patrimônio como bem imaterial, protegendo-o de possíveis ameaças futuras. Assim, o discurso de Marcos Guilherme (2024) ecoa os desafios enfrentados na construção de uma memória coletiva em um contexto de transformações sociais, sugerindo que a patrimonialização pode ser tanto um instrumento de proteção, quanto de legitimação cultural em uma sociedade em constante mudanças, necessitando de diálogos e negociações entre os congadeiros para que alcancem transformações nas políticas públicas culturais.

3. NOS CAMINHOS DO ROSÁRIO AO RITMO DOS TAMBORES: AS CONGADAS DE CATALÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

A elaboração de um produto é parte integrante do relatório técnico e pré-requisito para conclusão do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP. Visa a aplicação prática e direta do conhecimento científico, como forma de oferecer para a comunidade uma devolutiva de utilidade social. Sendo assim, nossa proposta centrou-se na elaboração de um documentário de 37 minutos e 36 segundos intitulado “*Nos caminhos do Rosário aos Ritmos dos Tambores: as Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural*”, objetivando ser um canal para os congadeiros e os envolvidos nesse processo de patrimonialização expressassem como atribuem o sentido de patrimônio a essa manifestação cultural e o que desejam alcançar a possível patrimonialização das Congadas de Catalão a nível estadual.

A escolha do documentário como produto da pesquisa foi pautada pela adequação do formato, que permite registrar e transmitir, de forma visual e sonora, a devoção dos congadeiros, suas histórias, conflitos, soluções e perspectivas. Além disso, o documentário funciona como um espaço de expressão para que os participantes do processo de patrimonialização conduzido pela SECULT possam compartilhar suas expectativas em relação ao reconhecimento das Congadas como Patrimônio Cultural Imaterial Estadual. Por meio da elaboração desse produto foi possível também compreender como a comunidade se organiza para realizar a Festa, além de identificar os pontos de encontro entre memória, tradição e identidade congadeira.

As obras “Lendo Imagens”, de Manguel (2001), e “Introdução à Análise da Imagem”, de Joly (2007), oferecem abordagens complementares para a compreensão e interpretação de imagens e foram pertinentes para a produção audiovisual desenvolvida. Manguel (2001) propõe uma leitura das imagens que vai além das análises formais tradicionais, incentivando o espectador comum a interpretar obras de arte a partir de seu repertório pessoal e experiências individuais. Ele explora como as imagens podem contar histórias e transmitir significados profundos sem a necessidade de um vocabulário técnico especializado.

Quando lemos imagens – de qualquer tipo, sejam pintadas, esculpidas, fotografadas, edificadas ou encenadas -, atribuímos a elas o caráter temporal da narrativa. Ampliamos o que é limitado por uma moldura para um antes e um depois e, por meio da arte de narrar história [...] conferimos à imagem imutável uma vida infinita e inesgotável [...] (Manguel, 2001, p, 27).

Nesse viés, Manguel (2001) contribui significativamente para construirmos um olhar diferenciado ao observarmos imagens, sejam elas pintadas, esculpidas, fotografadas, construídas ou representadas. No caso das Congadas de Catalão, registradas em audiovisual, consolidando as narrativas dos congadeiros e de outros participantes da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, naturalmente lhes atribuímos um caráter temporal, como se contassem uma história. Expandimos o que está delimitado pela moldura, imaginando um antes e um depois, e, através da arte de narrar histórias, conferimos a essas imagens, que por si só são estáticas, uma vida contínua, repleta de possibilidades infinitas e inesgotáveis.

Joly (2007), por sua vez, oferece uma abordagem semiótica para a análise de imagens, explorando como elas funcionam como sistemas de signos que comunicam mensagens complexas, discutindo a importância de compreender os elementos constitutivos das imagens como formas, cores, composição e textura e suas inter-relações para decifrar os significados transmitidos. Também aborda a interação entre imagem e texto, destacando como essa relação pode enriquecer a interpretação e a comunicação visual. “[...]Tudo depende uma vez mais da expectativa do espectador, o que leva também à questão do verossímil, de que falamos anteriormente [...] serão mais ou menos aceitas em função dos contextos da comunicação” (Joly, 2007, p. 136-137).

Com os conceitos de Joly (2007), foi possível estruturar o audiovisual de maneira que os elementos visuais como símbolos religiosos, trajes tradicionais e cenários festivos fossem cuidadosamente selecionados e compostos para transmitir as mensagens e significados culturais desejados.

A interação entre depoimentos orais dos congadeiros e as imagens capturadas foi planejada para criar uma narrativa rica e multifacetada, explorando a complementaridade entre o verbal e o visual, conforme discutido por Joly (2007).

Inspirados por Manguel (2001), adotamos uma abordagem que valoriza as interpretações pessoais e subjetivas dos congadeiros, permitindo que suas histórias e experiências individuais sejam o foco central da narrativa visual.

As obras de Manguel (2001) e Joly (2007) forneceram ferramentas teóricas e práticas para a criação de um produto audiovisual que respeite e amplifique as vozes dos congadeiros, ao mesmo tempo em que utiliza recursos visuais de forma eficaz para comunicar suas expectativas sobre a patrimonialização da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e, consequentemente, as Congadas de Catalão.

O documentário também evidenciou como a fé, a devoção e a espiritualidade que permeiam essa manifestação cultural conseguem superar as barreiras impostas pelo racismo e

pela intolerância religiosa, que, infelizmente, ainda persistem. Dessa forma, a realização deste documentário se configura como uma contribuição significativa para o processo de registro das Congadas de Catalão. Ele também serve como um convite à reflexão e um estímulo às ações participativas no contexto da patrimonialização de bens culturais.

3.1. Organização do documentário e metodologia de captura de informações

A obra “Introdução ao Documentário”, de Bill Nichols (2008), é uma referência considerável para o estudo do gênero documentário, pois oferece uma análise abrangente sobre suas práticas, técnicas e teorias. Como um dos principais teóricos da área, Nichols (2008) investiga as transformações do documentário ao longo do tempo, explorando suas múltiplas formas e os desafios enfrentados pelos cineastas na construção de narrativas documentais. Ele enfatiza a relação entre o documentário e o público, demonstrando como imagens e sons emergem do mundo histórico compartilhado. Nesse contexto, a subjetividade se revela constitutiva, influenciando a construção dos argumentos e das perspectivas adotadas pelos documentaristas, que frequentemente utilizam a retórica para reforçar suas interpretações da realidade. “[...] Os documentaristas muitas vezes assumem o papel de representantes do público. Eles falam em favor dos interesses de outros [...]” (Nichols, 2008, p. 28).

Além da abordagem técnica, Nichols (2008) destaca a função social e política do documentário, tratando-o como uma ferramenta poderosa de expressão e não apenas como um recurso cinematográfico. Ele questiona a ideia de “verdade” no documentário, argumentando que, embora esse gênero busque representar a realidade, ele está sempre mediado pela subjetividade do cineasta e pelas convenções narrativas adotadas. O autor também propõe uma classificação dos diferentes modos documentais, enfatizando que não há uma separação rígida entre eles. O modo poético, por exemplo, prioriza sensações e atmosferas, enquanto o modo expositivo se vale da retórica e de uma estrutura argumentativa mais direta. A montagem, nesse último caso, serve para reforçar a construção do discurso e guiar o espectador na interpretação dos fatos apresentados.

Nichols (2008) identifica ainda outros modos documentais, como o observativo, o participativo, o reflexivo e o performático. O modo observativo busca minimizar a interferência do cineasta, permitindo que o espectador tire suas próprias conclusões a partir de registros espontâneos da realidade. Já o modo participativo pressupõe a presença ativa do documentarista, que interage com os sujeitos filmados e deixa sua marca na obra. O modo reflexivo problematiza a própria linguagem documental, incentivando uma reflexão crítica sobre sua construção e impacto. Por fim, o modo performático enfatiza a subjetividade e as dimensões afetivas da experiência humana, sendo amplamente utilizado por grupos sociais marginalizados para expressar suas vivências e denunciar injustiças. Nichols (2008), assim, contribui significativamente para o entendimento do documentário como um campo dinâmico

e em constante evolução, onde diferentes estratégias narrativas se entrelaçam para construir discursos sobre a realidade.

No caso do documentário “Nos Caminhos do Rosário aos Ritmos dos Tambores: as Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural”, optamos pelos modos: participativo, reflexivo e performático, mas como dito em parágrafos anteriores, outros modos podem aparecer no documentário, mesmo porque após ser levado à comunidade, outras opiniões sobre a construção do documentário poderão gerar alterações. “O vínculo entre o documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social” (Nichols, 2008, p.27). Assim, a recepção do documentário pela própria comunidade pode gerar novas leituras e até mesmo influenciar ajustes na montagem, evidenciando o caráter fluido da memória coletiva e do patrimônio cultural, que se mantém em constante transformação.

A produção do documentário mostra as diferentes percepções do patrimônio cultural das Congadas de Catalão, a partir da perspectiva da comunidade local. Para isso, foram selecionados aproximadamente de 15 a 21 entrevistados, sendo eles: os que opinaram sobre a importância das Congadas na construção da identidade dos catalanos, os que organizam a Festa na alimentação, artesãos, moradora participante das Congadas, membros da Diretoria que estão mais diretamente ligados ao processo de patrimonialização, jovem que percebe o registro oficial como algo que acelerará a espetacularização, os que acreditam que os benefícios da patrimonialização serão maiores que os ônus desse processo administrativo junto a SECULT, a abordagem da Coordenadora da SUPHA sobre o processo que ainda está em espera para ser analisado e sua sugestão sobre outras formas das Congadas serem mais visibilizadas e financiada a partir de projetos de fomentos já existentes ou outros que estão em processo de implementação²⁵ (Anexo M).

As 51 entrevistas semiestruturadas foram realizadas com participantes selecionados por indicação dos agentes culturais, a escolha dos entrevistados durante a Festa se deu pela indicação prévia de alguns agentes culturais locais, seguindo uma estratégia de localização que facilitasse a locomoção e o encontro com esses participantes e também por escolhas aleatórias. As pessoas selecionadas são de ambos os gêneros, maiores de 18 anos, que obrigatoriamente fossem residentes ou já tivessem residido em algum período na cidade de Catalão GO, que

²⁵ Lei nº 22.786, de 17 de junho de 2024. Institui o Plano Estadual de Cultura de Goiás – PEC-GO para o decênio 2024-2033. Em entrevista, a Coordenadora da SUPHA, Luciana Coelho Barbosa, em novembro 2024, menciona sobre as articulações que serão implementadas no campo cultural em Goiás.

tivessem alguma participação nas Congadas catalanas e com responsáveis pelo processo de registro. Não participaram das entrevistas pessoas que não atenderam a tais critérios.

As entrevistas foram gravadas e filmadas, sendo devidamente e previamente autorizadas pelo (a) entrevistado (a) por meio da leitura e assinatura do Termo de Consentimento de Uso de Imagem e Voz – TCUIV, bem como do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, exposto de forma clara e objetiva. Assim, como garantida a confidencialidade e possibilidade de desistir da entrevista a qualquer momento. Todas apresentam a identificação dos entrevistados (de acordo com a sua autorização da divulgação); escolaridade; naturalidade, idade. Foram realizadas em diversos locais como: igreja, ruas durante o percurso da Festa, centros comunitários e religiosos, Largo do Rosário, residências, Universidade, na Secretaria de Cultura em Goiânia, além de dados obtidos por meio de conversas via *WhatsApp* e conversas informais, e acervos de fotografias pessoais dos partícipes.

As entrevistas semiestruturadas tiveram algumas perguntas norteadoras divididas entre moradores, partícipes da Festa, aos responsáveis pela solicitação do processo de patrimonialização junto à SECULT, pároco²⁶, presidente da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, membros da SECULT, conforme os roteiros abaixo:

**Instrumento de Coleta de Dados - Roteiro de entrevista semiestruturada
(Congadeiros, moradores e outros envolvidos com as Congadas de Catalão – GO)**

Pesquisadora responsável: Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro.

Título da pesquisa: “Congadas de Catalão (GO): Processo, Mobilizações e Diálogos da Patrimonialização em Curso”

Universidade Estadual de Goiás.

Identificação do participante:

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Grau de escolaridade: _____

*Responder de acordo com a autorização do (a) entrevistado (a).

4. Período que reside na cidade de Catalão – GO: _____.
5. Você participa ou participou das Congadas de Catalão – GO, qual foi sua participação?
E qual é a importância delas para sua vida e da comunidade catalana?

²⁶ A entrevista não pode ser utilizada nessa pesquisa, pois o padre relatou que para isso necessitaria de autorização da Igreja, e devido a questão de tempo para a finalização da pesquisa, não foi possível agregar essa contribuição do pároco responsável pela Festa do ano de 2024.

6. Quem eram os indivíduos envolvidos nas Congadas de Catalão – GO, no passado e quem são os que atualmente participam dessa tradição?
7. Podemos falar sobre a relação entre as congadas e a preservação da cultura e da identidade catalana? Como elas contribuem para manter viva essa herança cultural?
8. O que tem sustentado a tradição das congadas até os dias de hoje?
9. Você estava ciente de que as congadas podem ser reconhecidas como patrimônio cultural a nível estadual?
10. Você ou alguém que você conhece já participou de reuniões relacionadas ao projeto de solicitação de registro das Congadas?
11. Quais são as expectativas diante do processo de patrimonialização das Congadas de Catalão – GO?
12. O que você acha que acontecerá depois que as Congadas de Catalão forem patrimonializadas?
13. Compreende os benefícios do processo de patrimonialização das Congadas de Catalão - GO e possíveis impactos a comunidade catalana?
14. Quais mudanças você acredita que ocorrerão com a obtenção desse título de patrimônio cultural?
15. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre o projeto de solicitação de pedido de reconhecimento das Congadas de Catalão - GO como patrimônio cultural?

Instrumento de Coleta de Dados - Roteiro de entrevista semiestruturada

(Ao responsável pelo projeto de solicitação de registro das Congadas)

Pesquisadora responsável: Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro.

Título da pesquisa: “Congadas de Catalão (GO): Processo, Mobilizações e Diálogos da Patrimonialização em Curso”

Universidade Estadual de Goiás.

Identificação do participante:

*Responder de acordo com a autorização do (a) entrevistado (a)

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Grau de escolaridade: _____
4. Período que reside na cidade de Catalão – GO: _____.
5. Você participa ou participou das Congadas de Catalão – GO, qual foi sua participação? E qual é a importância delas para sua vida e da comunidade catalana?

6. Quem eram os indivíduos envolvidos nas Congadas de Catalão - GO no passado e quem são os que atualmente participam dessa tradição?
7. O que tem sustentado a tradição das congadas até os dias de hoje?
8. Quem foi o responsável pelo projeto de solicitação do registro das Congadas de Catalão – GO? Teve reuniões? Quais pessoas participaram?
9. Já teve outros projetos de solicitação do registro das Congadas de Catalão – GO, como Patrimônio Cultural Estadual?
10. Quais documentos além do projeto foram solicitados pelo órgão responsável?
11. Quais medidas estão sendo implementadas ou serão implementadas para garantir uma identificação clara dos indivíduos que detêm o patrimônio cultural durante o processo de sua preservação?
12. Como é possível preservar as Congadas de Catalão - GO como patrimônio cultural sem eliminar as experiências subjetivas dos detentores?
13. Quais consequências sociais e econômicas podem surgir como resultado desse reconhecimento oficial?
14. Quais recursos serão alocados para apoiar a realização das celebrações das Congadas?
15. Podemos falar sobre a relação entre as congadas e a preservação da cultura e da identidade catalana? Como elas contribuem para manter viva essa herança cultural?
16. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre o projeto de solicitação de pedido de reconhecimento das Congadas de Catalão - GO como patrimônio cultural?

Instrumento de Coleta de Dados - Roteiro de entrevista semiestruturada

Ao pároco

Pesquisadora responsável: Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro.

Título da pesquisa: “Congadas de Catalão (GO): Processo, Mobilizações e Diálogos da Patrimonialização em Curso”

Universidade Estadual de Goiás.

Identificação do participante:

*Responder de acordo com a autorização do (a) entrevistado (a)

1. Nome: _____
2. Grau de escolaridade _____
3. Como e quando o Srº se envolveu pela primeira vez com as congadas? Qual foi o seu papel inicial nessa tradição?
4. Qual é a importância das congadas na cultura e na religiosidade catalana? Como elas se relacionam com a fé católica?

5. Pode nos contar um pouco sobre a história das congadas em sua região? Como essa tradição se desenvolveu ao longo do tempo?
6. Como a sua fé e o seu papel como padre influenciam a sua participação nas congadas? De que forma a religião se conecta com essa tradição?
7. O Srº estava ciente de que as congadas podem ser reconhecidas como patrimônio cultural a nível estadual?
8. O Srº ou alguém que conhece já participou de reuniões relacionadas ao projeto de solicitação de registro das Congadas?
9. Quais são os desafios enfrentados pelas congadas atualmente, e como o Srº acredita que eles podem ser superados?
10. Podemos falar sobre a relação entre as congadas e a preservação da cultura e da identidade catalana? Como elas contribuem para manter viva essa herança cultural?
11. Como as congadas podem ser vistas como uma expressão de fé e cultura que promove a inclusão e a diversidade na sociedade atual?
12. Compreende os benefícios do processo de patrimonialização das Congadas de Catalão - GO e possíveis impactos a comunidade catalana?
13. Quais mudanças o Srº acredita que ocorrerão com a obtenção desse título de patrimônio cultural?
14. As congadas têm potencial para alcançar um público mais amplo, nacional ou internacional? De que maneira?
15. Gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre o projeto de solicitação de pedido de reconhecimento das Congadas de Catalão - GO como patrimônio cultural?

Instrumento de Coleta de Dados - Roteiro de entrevista semiestruturada

(Secretária da SECULT)

Pesquisadora responsável: Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro.

Título da pesquisa: “Congadas de Catalão (GO): Processo, Mobilizações e Diálogos da Patrimonialização em Curso”

Universidade Estadual de Goiás.

Identificação do participante:

*Responder de acordo com a autorização do (a) entrevistado (a)

1. Nome: _____
2. Grau de escolaridade: _____
3. Quais são/ ou foram os critérios observados para que o projeto de solicitação de registro das Congadas de Catalão seja/ ou fosse aprovado?

4. Já teve outros projetos de solicitação do registro das Congadas de Catalão – GO, como Patrimônio Cultural Estadual?
5. Quais documentos além do projeto foram solicitados pelo órgão responsável?
6. Quais medidas estão sendo ou serão implementadas para garantir uma identificação clara dos indivíduos que detêm o patrimônio cultural durante o processo de sua preservação?
7. Como é possível preservar as Congadas de Catalão, GO como patrimônio cultural sem eliminar as experiências subjetivas dos detentores?
8. Quais consequências sociais e econômicas podem surgir como resultado desse reconhecimento oficial? Em quais instâncias esse projeto ainda percorrerá para obtenção do registro?
9. Quais recursos serão alocados para apoiar a realização das celebrações das Congadas?
10. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre o projeto de solicitação de pedido de reconhecimento das Congadas de Catalão - GO como patrimônio cultural?

O tema central do documentário é a apresentação da Festa do Rosário e das Congadas de Catalão pelos caminhos do rosário aos ritmos dos tambores, percorrendo os caminhos da fé, devoção e do sincretismo religioso, numa visão decolonial em que os saberes e fazeres das Congadas de Catalão buscam consolidar suas vozes no processo de patrimonialização de forma participativa, abordando o que entendem e o que almejam com a oficialização das Congadas como Patrimônio Cultural Imaterial a nível Estadual.

Ademais, nessa construção do documentário apoiamos no roteiro de filmagem para guiarmos as coletas de audiovisuais, registrando a Festa e as entrevistas que estruturaram o documentário. A pesquisa e a produção do documentário foram realizadas com recursos financeiros próprios e com ajuda voluntária do empréstimo da câmera Cânon Eos 8i e tripé, acervo de fotos e gravações cedidas por Lucas Machado e filmagem de Welder Borges (Drone Catalão). Houve contratação de outros profissionais nas filmagens e fotografias, como Mateus Mota (Drones em Catalão), o fotógrafo Wilmo Carvalho de Andrade nas filmagens de entrevistas em Goiânia, bem como a editora Júlia Gabriella Carvalho de Andrade.

Roteiro de Filmagem - “*Nos caminhos do Rosário aos Ritmos dos Tambores: as Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural*”

1. Título da Pesquisa:

Congadas de Catalão (GO): processo, mobilizações e diálogos da patrimonialização em curso

2. Objetivo do Documentário: Viabilizar as narrativas dos congadeiros, destacando a relevância cultural das Congadas de Catalão, explorando as expectativas em relação ao processo de patrimonialização, as concepções de patrimônio dentro da comunidade e os impactos

decorrentes da obtenção do título de Patrimônio Cultural Imaterial no âmbito estadual, junto à SECULT.

3. Estrutura Geral:

- **Duração:** 40 minutos (tempo médio)
- **Formato:** Documentário
- **Estilo Visual:** Misto entre entrevistas e cenas da tradição das Congadas em diferentes locais da cidade de Catalão e SECULT de Goiânia.

4. Cenários Principais:

- Praças, ruas, linha do trem de ferro e Largo do Rosário.
- Casa de moradores envolvidos na tradição.
- Espaços religiosos e culturais locais.
- Arquivos históricos e museus locais.
- Vista aérea da cidade.

5. Estrutura do Roteiro:

Ato 1 - Introdução (5 minutos)

Cena 1: Imagens panorâmicas de Catalão

- **Local:** Vista aérea da cidade e de locais onde ocorrem as Congadas.
- **Narração:** Introduzir a cidade e o contexto da tradição das Congadas.

Texto para a Narração: Produzir um texto da História de Catalão e das Congadas.

Apoiar nas narrativas do general das Congadas: Laudimir e do capitão: João Victor, o contexto das Congadas em Catalão - GO consolidando narrativas.

Cena 2: Entrevistas com os organizadores das Congadas (artesãos, cozinheira, capitães)

- **Local:** Sala de estar, dentro de uma casa típica, no quintal da casa, no Centro do Folclore
- **Entrevistados:** Cleusa, Raquel, Denise, Cíntia e capitão Wesley e capitão Diogo (narração sobre ensaios).
- **Pergunta-chave:** "Qual é a importância das Congadas para Catalão - GO e sua comunidade?" Quando começam a organização da Festa?
- **Intercalar imagens dos Ensaios e apresentação ao general (imagens de Lucas Machado, 2024)**

Ato 2 - História das Congadas (10 minutos)

Cena 3: Depoimentos de moradores antigos / intercalando imagens, sons das Congadas

Intercalar Imagens da Alvorada; lanches, cantos...

- **Local:** Nas casas de moradores e na Fundação Cultural Maria das Dores.

- **Entrevistados:** Capitão do Terno do Prego Elzon Arruda, moradora Nilza, Nilmar professora, moradora e partícipe da Festa e capitães Denise e Aldanice

- **Pergunta-chave:** "Quem eram os envolvidos nas Congadas no passado? E quem são os que participam atualmente?" Quais mudanças vem ocorrendo nas Congadas de Catalão?

Cena 4: Arquivos históricos e imagens antigas

- **Local:** Museu Histórico Municipal Cornélio Ramos e fotos antigas, na porta da Paróquia São Francisco

- **Narração / entrevista: Reinado: General Eduardo** – as reelaborações na formação/composição das Congadas ao longo dos anos (sincretismo religioso, racismo, os pilares da Festa...).

- **Narração:** as Congadas não podiam adentrar à Igreja (Diogo Gonçalves de Resende).

Ato 3 - A Patrimonialização (10 minutos)

Cena 5: Entrevista com a Secretaria da SECULT e a coordenadora da SUPHA

- **Local:** Secretaria de Cultura de Goiânia.

- **Entrevistada: Secretária da SECULT - Yara Nunes dos Santos e coordenadora da SUPHA Luciana Coelho Barbosa**

- **Pergunta-chave:** "Quais são os principais desafios e benefícios da patrimonialização das Congadas?"

Cena 6: Entrevista com os congadeiros membros da Diretoria

- **Local:** casa dos capitães, na Igreja do Rosário, no Centro do Folclore

Entrevista: com os membros da Diretoria da Irmandade do Rosário de Catalão – **Marcos Guilherme; Vinicius Luis e João Victor; capitão Diogo e capitão Elzon Arruda.**

Pergunta-chave: O que motivaram a busca pela oficialização das Congadas de Catalão – GO como Patrimônio Cultural Imaterial?

O que vocês entendem por patrimônio? O que esperam com a patrimonialização das Congadas a nível Estadual?

Ato 4 - A Comunidade e o Futuro das Congadas (10 minutos)

Cena 7: Entrevista com jovens participantes

- **Local:** No local das celebrações, nas casas dos capitães

- **Entrevistados:** Jovens da comunidade (**João Victor, Ana Beatriz e Felipe Macedo**)

- **Pergunta-chave:** "O que a tradição das Congadas significa para a juventude de Catalão?" Quais são os bônus e os ônus se as Congadas forem patrimonializadas oficialmente à nível Estadual? Já pensaram sobre o assunto? Houve reuniões a respeito desse processo?

Cena 8: A celebração das Congadas (filmagem ao vivo)

- **Local:** Praças e ruas de Catalão.
- **Narração:** Descrição dos rituais e como a tradição se mantém viva.

Ato 5 - Conclusão (5 minutos)

Cena 9: Reflexão final

- **Local:** Local icônico de Catalão, com vista panorâmica.
- **Narração/legenda:** Encerrar o documentário com uma reflexão sobre a importância de preservar a cultura local e as expectativas da patrimonialização.

Cena 10: Créditos

- **Imagens:** Momentos importantes das entrevistas e celebrações.
- **Texto:** Créditos da equipe e agradecimentos.

6. Equipamentos Necessários:

- Câmera HD
- Microfones lapela e boom
- Drone para filmagens aéreas
- Luzes portáteis para entrevistas internas
- Equipamentos de gravação de áudio externo

7. Equipe Técnica:

- Diretora: Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro
- Produtora: Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro
- Diretora de Fotografia: Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro
- Editora: Júlia Gabriella Carvalho de Andrade
- Assistente de Produção: Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Lucas Machado, Wilmo Carvalho de Andrade, Mateus Mota Drones Catalão e Welder Borges - Drone Catalão.

Plano do documentário: “*Nos caminhos do Rosário aos Ritmos dos Tambores: as Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural*”

1. Informações do Roteiro

- **Título:** “*Nos caminhos do Rosário aos Ritmos dos Tambores: as Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural*”
- **Duração:** 37 minutos e 36 segundos
- **Gênero:** Documentário
- **Localidades:** Catalão – GO, espaços culturais, casas de moradores, ruas e praças onde ocorrem as Congadas e SECULT - Goiânia
- **Equipe Técnica:** Diretor, Produtor, Diretor de Fotografia (DOP), Operador de Som, Assistente de Produção, Editor

2. Cronograma Geral

- **Dia 1: Entrevistas com os organizadores e moradores**
- **Dia 2: Filmagem de arquivos e locais históricos**
- **Dia 3: Filmagem da celebração das Congadas**
- **Dia 4: Entrevistas com jovens e cenas de apoio (*B-roll*)**
- **Dia 5: Revisão e regravações**

3. Equipamentos

- Câmera principal: Cânon EOS REBEL F8i e HD 8.9 *megapixels*
- Câmera de apoio câmera: ZV-E10 e Cânon t 100; Lentes: 18-55 mm e 55 – 250 mm
- Drone: DJI Mini 3
- Microfones de lapela e boom
- Luzes portáteis (para entrevistas internas)
- Equipamento de gravação de áudio externo
- Tripés e *gimbals* para estabilidade nas filmagens
- *Power banks* e carregadores

4. Detalhes do Plano de Filmagem

Dia 1 - Entrevistas com os Organizadores e Moradores

- **Cenário 1: Casa do organizador da Congada**
 - **Horário:** 8h às 11h
 - **Descrição:** Entrevista com os organizadores das Congadas, explorando o papel dele na manutenção da tradição.
 - **Objetivos:** Capturar depoimentos sobre a história das Congadas, a importância para a comunidade e as mudanças nas tradições.
 - **Equipamentos:** 3 câmeras, 3 microfones lapela, iluminação portátil.
 - **Tempo de gravação:** 2 horas + 1 hora para *setup*.
- **Cenário 2: Praça histórica de Catalão - GO**
 - **Horário:** 13h às 16h
 - **Descrição:** Entrevista com moradores antigos que participaram das Congadas ao longo dos anos.
 - **Objetivos:** Recolher histórias pessoais e impressões sobre a patrimonialização.
 - **Equipamento:** 1 câmera, 1 drone (para tomadas aéreas), microfone boom.
 - **Tempo de gravação:** 2 horas + 1 hora para ajustes.

Dia 2 - Arquivos e Locais Históricos

- **Cenário 3: Arquivo Público de Catalão - GO**

- **Horário:** 9h às 12h
- **Descrição:** Filmagem de documentos e fotos antigas sobre as Congadas e a cidade.
- **Objetivos:** Coletar imagens de materiais históricos para contextualizar a tradição.
- **Equipamento:** 1 câmera, tripé, luz portátil.
- **Tempo de gravação:** 3 horas.

- **Cenário 4: Museu local**

- **Horário:** 13h às 16h
- **Descrição:** Capturar imagens de artefatos e peças ligadas à cultura e às Congadas.
- **Objetivos:** Filmagens para complementar o enredo do documentário.
- **Equipamento:** 1 câmera, iluminação portátil, tripé.
- **Tempo de gravação:** 2 horas + 1 hora para deslocamento e ajustes.

Dia 3 - Celebração das Congadas (Eventos ao Vivo)

- **Cenário 5: Ruas de Catalão - GO – Celebração da Congada**

- **Horário:** 8h às 17h
- **Descrição:** Cobertura da celebração ao vivo, com foco nos rituais, trajes e a participação da comunidade.
- **Objetivos:** Capturar a identidade das Congadas com suas cores, sons e espiritualidade.
- **Equipamento:** 2 câmeras, drone, *gimbal*, microfones boom para sons ambientes.
- **Tempo de gravação:** 6 horas (a gravação será feita durante todo o evento).

Dia 4 - Entrevistas com Jovens e Filmagens de Apoio

- **Cenário 6: Casa de um jovem participante**

- **Horário:** 9h às 12h
- **Descrição:** Entrevista com jovens envolvidos na tradição das Congadas.
- **Objetivos:** Explorar o papel da juventude na manutenção e evolução da tradição.
- **Equipamento:** 1 câmera, microfone lapela, luz portátil.
- **Tempo de gravação:** 2 horas + 1 hora para ajustes.

- **Cenário 7: Ruas e praças – B-roll**

- **Horário:** 13h às 16h
- **Descrição:** Captura de imagens adicionais da cidade, pessoas e elementos culturais (detalhes de trajes, expressões faciais).
- **Objetivos:** Coletar material extra para uso como cenas de transição no documentário.
- **Equipamento:** 1 câmera, *gimbal*, drone para tomadas aéreas.
- **Tempo de gravação:** 2 horas + 1 hora para ajustes.

Dia 5 - Revisão e Regravações

- **Horário:** 9h às 17h
- **Descrição:** Dia reservado para revisar o material gravado e realizar quaisquer regravações necessárias para complementar o documentário.
- **Objetivos:** Garantir que todos os ângulos e depoimentos importantes estejam capturados corretamente.
- **Equipamento:** Dependendo da necessidade das regravações.

5. Logística

- **Hospedagem:** Reservar hotel próxima às localidades de gravação.
- **Transporte:** Veículo e equipamentos.
- **Alimentação:** Prever intervalos para almoço e lanches rápidos nos dias de gravação.
- **Permissões:** Verificar autorizações para uso de drone e filmagem em áreas públicas.

6. Considerações Finais

- **Revisar roteiro:** Verificar se todos os aspectos culturais e tradicionais das Congadas estão representados.
- **Backup do material:** Após cada dia de gravação, fazer backup imediato de todos os arquivos de vídeo e áudio.
- **Comunicação:** Manter constante contato com a comunidade local e participantes para garantir que todos estejam confortáveis durante as filmagens.

3.2. Configuração e características técnicas do documentário

A elaboração desde produto passou, ainda, por etapas como: pré-produção, produção (escolha das músicas, edição das imagens), som e pós-produção. Para a produção do documentário, foi necessário a colaboração de uma profissional que atua no campo do jornalismo, Júlia Gabriella Carvalho de Andrade,²⁷ e edição de vídeo, a fim de utilizar da sua prática para editar, associando filmagens dos entrevistados, da Festa e imagens da cidade, com o apoio da autora dessa pesquisa, que estruturou o conteúdo e a sequência de apresentação, bem como os registros audiovisuais dos entrevistados.

Também foram utilizadas: fotografias de arquivos pessoais do fotógrafo Lucas Machado, do ano de 2024; filmagens aéreas das Congadas de Catalão - GO, feitas por um profissional catalano, que utilizou de drone (DJI Mini 3; câmera: ZV-E10 e *Cânon* t 100; Lentes: 18-55 mm e 55 – 250 mm), conforme figura 27 a figura 30; filmagens e fotografia realizadas pela autora, que utilizou de câmera *cânon* EOS – *Rebel* F8i e tripé, conforme figura 31 e figura 32.

Figura 27 – Drone / Figura 28 - Câmera *Canon*



Fotos: Produzidas por Mota fotógrafo.

Figura 29- Lente / Figura 30 – Lente

²⁷ Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), 2020.



Fotos: Produzidas por Mota fotógrafo.

Figura 31 - Câmera Canon / Figura 32- Tripé



Fotos: Produzidas pela autora.

As entrevistas foram filmadas e gravadas de diferentes aparelhos de registro: por meio de câmera profissional e gravador externo (Aparelho de celular Galaxy A32, modelo SM-A325M/DS *Samsung*). Para capturar áudio foi usado microfone externo e luz de led para melhorar a iluminação em ambientes escuros e à noite. Na entrevista realizada na SECULT foram utilizados os seguintes equipamentos: câmera HD 8.9 *mega pixels* (*figura - 33*) e tripé *Sakar* (*figura – 34*).

Figura 33- Câmera / Figura 34 - Tripé



Fotos: Produzidas por Wilmo fotógrafo.

3.3. Público-alvo e estratégias de alcance

O intuito desse material audiovisual é alcançar um público diverso, desde a comunidade local da Cidade de Catalão - GO, como residências, espaços de concentração dos congadeiros, o centro religioso, centros comunitários, ruas, igrejas, escolas, Universidade, Secretaria da Cultura em Goiânia.

O objetivo no documentário *“Nos caminhos do Rosário aos Ritmos dos Tambores: as Congadas de Catalão como Patrimônio Cultural”* é expor de forma clara os resultados obtidos e descritos no relatório técnico com uma linguagem de fácil compreensão, para atrair o interesse das pessoas. Espera-se que o documentário possa ser usado como documento audiovisual a ser agregado junto ao processo de patrimonialização, sendo este um dos quesitos de instrução junto ao processo de registro, por oportunizar que as vozes dos congadeiros, bem como seus anseios a respeito do registro fossem ouvidas, criando uma rede participativa junto ao processo.

O documentário estará disponível para ser acessado por qualquer pessoa que tenha em mãos um aparelho de reprodução de mídia e poderá ter ampla circulação, visto que poderá ser compartilhado através da internet, sendo postado no canal *Youtube* após a aprovação dos partícipes.

3.4. Organização do documentário: avaliação e contribuições

O documentário será apresentado para os participantes da pesquisa e outros moradores da cidade, como vizinhos, familiares e amigos que serão convidados a o assistirem, bem como a uma palestra, apresentando os resultados da pesquisa. Para isso, será informado com antecedência o local e o horário da apresentação, ainda a serem definidos. A ideia é promover um momento de reflexão sobre o processo de registro junto a SECULT sobre o que almejam com tal processo de patrimonialização. Além disso, há a intenção de ouvir o que eles têm a dizer sobre o resultado da pesquisa e sobre o material construído, promovendo um ambiente de troca e diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Congadas são manifestações culturais que mesclam elementos africanos, indígenas e europeus, e foram capazes de servir como uma forma de expressão cultural para os africanos escravizados e seus descendentes. Essas festividades não apenas incorporavam elementos de suas tradições ancestrais, mas também proporcionavam um ambiente onde a comunidade podia se reunir, celebrar e reafirmar sua identidade cultural. A resistência cultural foi fundamental para manter viva a rica “diversidade” cultural dos africanos na diáspora, mesmo quando suas práticas foram proibidas e reprimidas. Através das Congadas, as comunidades afrodescendentes eram capazes de preservar suas línguas, danças, músicas, rituais e crenças espirituais, contribuindo assim para a construção de uma narrativa própria em meio à dominação colonial.

Infelizmente, as Congadas de Catalão ainda não é reconhecida como patrimônio cultural e pouco conhecida por muitos goianos e brasileiros. Segundo relatos de congadeiros, muitos turistas estrangeiros participam da Festa, mas em contrapartida, alguns catalanos não reconhecem a Festa como um bem cultural, devido a preconceitos e ao racismo estrutural.

Para conhecer um pouco mais sobre as Congadas de Catalão - GO, objeto dessa pesquisa, foi necessário adentrarmos ao mundo devocional festivo e cultural dessa complexa e envolvente manifestação que acontece em Catalão (Goiás). Nos últimos tópicos deste trabalho foram apresentadas imagens da cidade de Catalão em momentos da preparação das Congadas, incluindo os ensaios que precedem a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário. Também foram descritos o início da celebração com a alvorada, relatos de congadeiros e participantes sobre a importância da Festa na formação de sua identidade catalana e as influências das Congadas, além de atividades como terços, missas, relatos de votos e pagamentos de promessas, organização da alimentação, preparo de vestimentas e instrumentos, visitas e expressões de fé e devoção e o depoimento de mulheres capitães e suas outras atribuições dentro da Festa.

A autora procurou registrar tanto o explícito quanto o implícito, adotando uma perspectiva de observadora participante. Nesse processo, esteve presente nas batidas dos tambores, nas rezas compartilhou sorrisos, lágrimas de gratidão e fé, “festou” nas barraquinhas, vivenciou dias ensolarados nas procissões, participou de cortejos de andores com bebês e crianças vestidas de anjinhos, pagadores de promessas, compartilhando de expressões de gratidão e de noites estreladas.

A realização dos trabalhos de campo em 2023 e em 2024 permite afirmar que participar da Festa em 3 dias ou em 14 dias traz experiências diferentes. Acompanhar a alvorada, o cortejo e o hasteamento das bandeiras, as missas, as visitas, a organização das Congadas na

fabricação dos chapéus, a ornamentação dos quintais (ou terreiros) com suas mangueiras (que se falassem, revelariam histórias não ditas vivenciadas pelos antepassados e pelos herdeiros do rosário). Presenciar a união, os encontros e desencontros que os mais experientes realizam, intervenções após os mais novos liderarem, e a sabedoria dos mestres que vão ensinando com seus exemplos pedagógicos valiosos.

Foram muitos desafios para registrar áudios, fotografar, coletar entrevistas, se deslocar de um bairro ao outro, porque a cidade cresceu, mas tudo corroborou para a construção do conhecimento e para a compreensão de um pouco do que para os de fora é sofrimento, mas para os congadeiros é gratidão, resistência, fé, alegria em protagonizar na cidade, habitar lares e fazer novas conexões com os que chegam, ficam ou partem para as vidas cotidianas.

As Congadas de Catalão - GO, celebradas há mais de 148 anos, representam uma manifestação cultural e devocional de enorme importância, que mantém a cidade em movimento ao longo de todo o ano. As análises realizadas nesta pesquisa foram enriquecidas pelas diversas vozes ouvidas durante entrevistas com os moradores locais.

A partir da coleta de dados realizada entre 2023 e 2024, constatou-se que a comunidade catalana não esteve diretamente envolvida no início do processo de registro das Congadas como patrimônio cultural. Não ocorreram reuniões prévias que incluíssem os moradores antes da formalização do pedido de registro. Dessa forma, muitos deles não tiveram a oportunidade de compartilhar suas opiniões sobre os impactos desse processo na Festa. Durante as entrevistas conduzidas em 2024, os congadeiros²⁸ puderam refletir sobre os desafios relacionados ao reconhecimento oficial das Congadas pela Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) e possíveis impactos sobre a Festa, porque até o momento ainda não tinham se reunido para tal.

De modo geral, até o período abordado pela pesquisa, prevalece a visão de que os benefícios do reconhecimento superam possíveis adversidades. O registro oficial, segundo os entrevistados, reforça algo que para eles já é inquestionável: as Congadas são, de fato, um patrimônio cultural. Esse reconhecimento é percebido como uma oportunidade de fortalecer a valorização das contribuições de seus antepassados, que, ao longo dos séculos, garantiram a preservação de suas identidades e memórias por meio dessa rica tradição.

²⁸ No início do ano de 2025, um dos membros da Diretoria da Irmandade havia se comprometido em reunir com a comunidade congadeira para estudarem e buscarem se informar dos ônus de um bem oficialmente reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial a nível estadual (2025 - ano de reeleição dos membros da Diretoria da Irmandade, incluído a presidência).

A capitã do Terno Zé do Gordo, Denise do Rosário Alves (2024), reforça essa importância em preservar as identidades e memórias através do registro das ações daqueles que os antecederam:

Eu acho que esses registros dessas memórias é uma coisa muito importante para nós na cidade que a gente já está. A gente vai indo e a gente tem que deixar. Deixar as coisas boas que a gente aprendeu, porque as coisas boas que a gente aprendeu, a gente não leva com a gente. A gente deixa aqui para que o bom siga, não é verdade? E é isso aí, já estou passando para minha neta, o meu já estou deixando para ela e aí a gente vai seguindo [...] (Denise do Rosário Alves, 2024).

Na narrativa da Capitã Denise, registrada em sua entrevista de 2024, transparece um profundo senso de responsabilidade intergeracional, sustentado por memórias e aprendizados acumulados ao longo de sua trajetória. Em suas reflexões, ela ressalta a importância de preservar e compartilhar lições positivas como parte de um legado que considera fundamental para o crescimento coletivo e pessoal. Com um discurso que privilegia a generosidade, Denise enxerga o conhecimento e as experiências como bens comuns, destinados a enriquecer as próximas gerações, em vez de serem apropriados de forma individual. Ao mencionar a transmissão desses aprendizados, especialmente para sua neta, ela utiliza uma metáfora poderosa que revela sua visão do saber e da memória como riquezas que transcendem o tempo, criando alicerces para uma sociedade mais consciente e evoluída. Assim, sua fala reflete não apenas uma leitura sensível do presente, mas também um compromisso ético com o futuro, carregado de afeto, sabedoria e uma visão prática sobre a continuidade daquilo que é valioso.

Para Halbwachs (1990) a ideia de que a memória é sempre uma releitura feita a partir de novas vivências, novos conhecimentos adquiridos e novas representações, sendo assim um evento concomitantemente sincrônico e diacrônico. Desta forma, não se pode compreender a memória como resgate de informações do passado, mas uma resignificação de histórias já vividas a partir de uma vivência do presente. Para Halbwachs (1990) a memória está impregnada não só de representações presentes, mas também de representações passadas, anteriores e posteriores ao fato memorizado.

Experienciar as Congadas na teoria e na prática nos permitiu identificar muitas lacunas que muitos afro-brasileiros vivenciam, resistindo à opressão, ao silenciamento e à desvalorização dos corpos negros. As músicas cantadas e as batidas dos tambores são sons de (re) existência e resiliências. O Reinado é mais que uma representação, é a afirmação de que a história é temporal, que os afros construíram e ainda constroem histórias.

O processo de patrimonialização das Congadas de Catalão - GO podem fornecer meios de reelaboração da História Oficial, elaborada pelo colonizador e perpetuada pelos órgãos que arquitetaram a identidade nacional, dando um rumo diferente se esta reelaboração ocorrer de forma participativa, envolvendo a comunidade congadeira e catalana.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Daniel. Expressões obrigatórias e ocultamentos seletivos: As religiões afro-brasileiras e a Festa do Nossa Senhora do Rosário em Catalão (GO). **Anuário Antropológico** [s, l.], v. 49, n. 1, p. 272-284, fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11895>. Acesso em: 21 de jun. 2024.
- AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. 2015, 166 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_AMARAL_Joao_Paulo_Pereira.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.
- AMARAL, Rita de Cassia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira**: Sentidos do festejar no país que ‘não é sério’. 2004, 387 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, fev. 1998 DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.1998.tde-21102004-134208>. Acesso em: 7 set. 2024.
- ANDRADE, Solange Ramos de. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 3, n. 7, 131-145 p., 2010, ISSN 1983-2850. Doi: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v3i7.30331>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- ARAÚJO, Juliana Pereira; CARRIJO, Valéria Landa Alfaiate; MANOEL, Daiane Moreira. A congada como conteúdo de ensino: narrativas de professores congadeiros. **Revista Cocar**, Belém, Pará, v. 14, n. 30, p. 1-20, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2918/1625>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- ARCANJO, Flávio. **O rufar das caixas**: sincretismo e identidade negra em Catalão através das congadas. 2003. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/960>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 255.
- BERDOULAY, Vicent; ENTRIKIN; J. Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 93-116.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução: Myriam Avila, Eliane Livia Reis, Glaucê Gonçalves. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. p. 395.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A festa do Santo de Preto**. Goiânia: Fundação Nacional da Arte, 1985. p. 121.
- _____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, GO, v. 10, n. 1, p.11-27, jan. /jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70310103.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023.

_____.; CORREA Maristela Borges. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n.1, p.51-62, jan./fev.2008. DOI: 10.14393/REP-2007-19988. Acesso em: 7 set. 2024.

_____. De um lado e do outro do mar: festas populares que uma origem comum aproxima e que um oceano e um cerrado separam. In: OLIVEIRA, Maria de Fatima *et al.* (org.). **Festas, Religiosidade e Saberes do Cerrado**. Anápolis: UEG, 2015. p. 25-72.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília DF: Senado Federal, 2016, p. 496. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 09 de maio 2024.

_____. Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 4 de ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 28 jan. 2024.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2003, p. 1, 09 de jan. 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso em: 30 set. 2024.

_____. Lei 14.532, de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. **Presidência da República**: Secretária-geral, Brasília, DF, 11 de jan. 2023. p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14532.htm. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASILEIRO. Jeremias da Silva. Congo, Congado, Congadas: tradição cultural afro-brasileira de resistência ao racismo e discriminação e os tempos de diásporas e escravidão. **Revista do Corpo Discente**, Brasília, [S.v.], n. 36, p. 47-65 jan./jun. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/RELATÓRIO%20TÉCNICO%20TRABALHO%20FINAL%20DO%20MESTRADO/artur_costa,+3_Dossiê_Jeremias.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

CAMPOS, Y. Daibert Salomão de. **Percepção do Intagível**: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial. 1.ed. Belo Horizonte: Arraes, 2013, p. 83.

_____. A imprudência da patrimonialização, ou da conveniência do Patrimônio Cultural. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, [S.v.], n. 65, dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/56229>. Acesso em: 06 jun. 2024.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**- antologia para um combate. 1984 Tradução: por. João Gabriel Alves Domingos. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. A arquitetura da memória nacional. In: CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 331- 389.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, [S.v.], n. 34, p. 147-065, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2%20-%20CHUVA.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

_____. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (org.), **Seminários em Investigação e Ensino de Filosofia**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras / DCTP, 2020, p. 16-35. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>. Acesso em: 18 jun. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. SIRMA, Bilge. **Interseccionalidade**. 2. ed. 2020. Traduzido por Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

COSTA, Carmem Lúcia. **Cultura, religiosidade, comércio na cidade: a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão-Goiás**. 2010. 230 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2010.tde-06122010-151424>. Acesso em: 20 de dez. 2023.

_____. Festa e cidade: Contribuições para o entendimento de espacialidades contemporâneas. **Espaço em Revista**, Goiânia, vol. 14 nº 2, p. 59-80, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/21759>. Acesso em: 6 set. 2024.

COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 31 n. 1. jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de ago. 2023.

COSTA, Odete Araújo. **Entre a cozinha e a mesa, entre altares e rosários: alimentação e relações de gênero nas festas de reinado e congadas de Goiânia**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6840> . Acesso em 20 dez. 2023.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. p. 398.

DAMASCENA, Adriane Álvaro. **Os jovens, a congada, e a cidade: percursos e identidades de jovens congadeiros em Goiânia, Goiás**. 2012. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/d2fa1ccc-92cf-4f75-80b7-21249ddc4823>. Acesso em: 18 de abr. 2023.

DA MATTA, Roberto. **A Fábula das Três Raças, ou o problema do Racismo à Brasileira**. In: **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p. 58-85.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 137.

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Revista Eco-Pós**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 35–57, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.22528>. Acesso em: 16 jan. 2025.

DUSSEL, Enrique. **Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión**. 1. ed. Madrid: Trotta, 1998. p. 661. ISBN 84-8164 -209. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/50.Etica_de_la_liberacion.pdf. Acesso em: 10 maio. 2024.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p.280.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: Editora Federal da Bahia, 2008. p. 193. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

FERREIRA, Idelvone Mendes; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do séc. XVIII ao XX). In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, [s.n.], v. 19, p. 1-27, 2009. **Anais [...]**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 1-27. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=8136108874843200226&hl=pt-BR&as_sdt=2005. Acesso em: 23 de abr. 2024.

FERREIRA, Marcos Manoel. Congada de Catalão (GO): o sincretismo da festa popular na perspectiva dos devotos. **Revista Mosaico de História**, Goiânia, Brasil, v. 13, n. 1, p. 6–17, nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18224/mos.v13i1.8078>. Acesso em: 25 abr. 2024.

_____. **Congada de Catalão (GO): o sincretismo da festa popular na perspectiva dos devotos (2019-2020)**. 2021. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Câmpus Sul - Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos-GO, 2021. Disponível em: <https://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/1091#preview-link0>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FERREIRA, Talita Ariane da Silva. Sincretismo, Cultura e Tradição: Diálogos. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Juiz de Fora, n. 24, p.1-309. dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/17482-Texto%20do%20artigo-73746-1-10-20171129.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio**. In: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: MINC/IPHAN, 2006, p. 111-120. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775>. Acesso em: 10 jan. 2024.

_____. Registro. In: GRIECO, Bettina; REZENDE, Maria Beatriz; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro/ Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ARTIGO%20REGISTRO%20pdf.pdf>. Acesso: 10 jun. 2024.

GILROY, Paul. The end of antiracism. In: DONALD, J.; RATTANSI, A. (orgs). **Race, culture and difference**. London: Open University Press, 1992. 49-61 p.

_____. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. 1. ed. [São Paulo]: 34. 2001. 219 p. Disponível em: https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/b58_ad30.pdf. Acesso em 16 de out. 2023.

GOIÁS. Assembleia Legislativa [do] Estado de Goiás. Lei nº 12. 926/1996. **Secretaria da Cultura de Goiás**. Planilha de bens tombados pelo Estado de Goiás – 2012. Disponível em: <https://goias.gov.br/cultura/wp-content/uploads/sites/25/2012/10/planilha-bens-tombados-pelo-estado-de-goias-2012-05d.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

_____. Lei nº 13.613 de 11 de maio de 2000. **Decreto nº 5 362 de 21 de fevereiro de 2001**. Institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura – GOYAZES e dá outras providências. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/17860>. Acesso em: 20 ago. 2024.

_____. Lei nº 8.408, de 08 de julho de 2015. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural do Estado de Goiás, cria o Programa do Patrimônio Cultural Imaterial e dá outras providências por meio de Instrução Normativa de nº 003 de 2019, aprov.; atual. em 2022. **Diário Oficial [do] Estado de Goiás**, ano 186, v. 13, nº 23.947, p. 303, 27 dez. 2022. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/67486/pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

_____. **Projeto de Lei Ordinária 562/2024**. Processo n. 11443/2024. Dispõe sobre o reconhecimento a Festa da Nossa Senhora do Rosário, como patrimônio cultural e imaterial goiano e inclui no calendário cívico, cultural e turístico do estado de Goiás, realizada no município de Catalão – GO, 27 maio. 2024. Disponível em: <https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/processo.aspx?id=2197064&processo=11443>. Acesso em: 13 jun. 2024.

_____. Lei nº 22.786, de 17 de junho de 2024. Institui o Plano Estadual de Cultura de Goiás – PECGO para o decênio 2024-2033. **Diário Oficial [do] Estado de Goiás**, ano 187, n. 24.307, p. 3, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/cultura/wp-content/uploads/sites/25/2024/06/DOE-Plano-Estadual-deCultura-GO.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024.

_____. Lei nº 23.175, de 27 de dezembro de 2024. Dispõe sobre o reconhecimento do bem que especifica como patrimônio cultural imaterial goiano e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Goiás**, ano 188, n. 24.440, 27 dez. 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/diario_oficial_2024-12-27_suplemento_completo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/diario_oficial_2024-12-27_suplemento_completo%20(1).pdf). Acesso em: 30 dez. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2024.

GOMES, Rafael Barros. **Minha fé não é cultura - a eficácia da magia e as amarras do estado**. 2015. 180 f. (Dissertação de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto Histórico do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DissertacaoPEP_RafaelBarrosGomes_m.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro _ FRJ, 1996. p.156.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/FqbLtvWWzbkQGZQsb5jkrjr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 de ago. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. [São Paulo]: Filhos de África, 2018. p. 34-53.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, Rio de Janeiro, 2006. p.102.

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo, **Vértice Revista dos Tribunais**, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Fortaleza. Brasília, DF. p. 4, 14 nov. 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/catalogo.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

_____. O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Fundação Nacional de Arte, Brasília, dez. 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

_____. Salvaguarda de bens registros: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [coord. / org.] ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. (Série Patrimônio Cultural para saber mais – 2). Brasil: IPHAN, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha2salvaguarda_bensculturaisregistrados_web.pdf. Acesso em: 15 de nov. 2024.

Instituto Mauro Borges. Sobre Goiás: visão geral/Produto Interno Bruto (PIB), 2019. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=145. Acesso em: 04 jan. 2023.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. Paris: Éditions Nathan, 1994. In: Introdução à Análise da Imagem. **Arte da Comunicação**. Tradução: José Eduardo Rodil. ISBN: 978-972-44-1389-1 ISBN da 1ª edição: 972-44-0989-9 1. ed. Rio de Janeiro: Edições 70 – LDA, 2007. p. 1-176. Disponível em: Introdução à Análise da Imagem - Martine Joly (1).pdf. Acesso em: 14 de nov. 2024.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. **Nos mistérios do rosário**: as múltiplas vivências da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário – Catalão – GO (1936-2003). 2004. 226 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp075103.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2024.

LIMA, Luana Nunes Martins de. **Lugar e memória**: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência. 2017. 394 f., il. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/2017.08.T.24935>. Acesso em: 10 de set. 2024.

_____. **Lugar e memória**: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência, Anápolis: UEG, 2024. p. 396.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar Afro-Brasileiro**. 2ª edição, São Paulo: Selo Negro, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xD3WBgAAQBAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 set. 2024.

MACEDO, Robson Antônio. **Congada de Catalão**. 1. ed. Catalão, GO, 2007. p. 144

MACHADO, José Henrique Rodrigues. **Devoção e fé nas folias em Morrinhos/GO**: resistência na tradição do catolicismo popular. 2020, 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Campus Sudeste – Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos – GO, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa – Revista da Humanidade**, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia. [S.v], n. 9, p. 61-72, il. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600905>. Acesso em: 07 jun. 2024.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**: uma história de amor e ódio; Tradução: Rubens Figueiredo, Rossura Eichember, Cláudia Strauch, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MANOEL, Cássio Ribeiro. **Relações linguístico-históricas no mito do achamento da Santa do Rosário nas Congadas de Catalão-Goiás**. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/570/o/DISSERTA%C3%87%C3%83O_-_C%C3%81SSIO_RIBEIRO_MANOEL-_defesa_2017.pdf. Acesso em: 18 de set. 2023.

MARQUES, Luana Moreira; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escolar. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 7-26, dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MENEZES, Margareth. MinC avança em políticas públicas para valorização e respeito à diversidade cultural. **Ministério da Cultura**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-avanca-em-politicas-publicas-para-valorizacao-e-respeito-a-diversidade>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje. Tradução: Marcos de Jesus Oliveira. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, v.1, n.1, p. 12-32, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/moliveira,+772-2645-1-CE.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Histórico da Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/informacoes-ambientais/historico-ods>. Acesso em: 04 set. 2024.

MONTERO, Paula. O problema do sincretismo. **Teoria & Sociedade**. Universidade Federal de Minas Gerais, Número Especial, p. 109-121, ISSN 1518-4471, maio 2003.

MORAIS, Mariana Ramos de. Festas do Rosário como patrimônio: entre o vivido e a prática estatal. **Caderno CRH**, [S.l.], v. 32, n. 86, p. 435–448, 2019. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.27564>. Acesso em: 7 set. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional negra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

NICHOLS, Bill (2005). **Introdução ao documentário**. Tradução: Martins Saddy Manis. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

OLIVEIRA, André Luiz de; VENÂNCIO, Marcelo; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; PEDROSA, Laurindo Elias. A degradação ambiental decorrente da expansão urbana: um estudo de caso – Catalão/GO. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005 **Anais** [...], mar. 2005 – Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Impactoambiental/13.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. CANDAU, Vera. Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, nº 01, p. 15-40, abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>. Acesso em: 06 jun. 2024.

OLIVEIRA, Otair. Fernandes de. A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares. Salvador: In: XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, [s.n], v, 1, 2019, Salvador, **Anais** [...]. Salvador. ISSN 2318-4035. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111688.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PIEVE, Stella Mares Nunes. ORO, Ari Pedro; ANJOS, José Carlos Gomes dos. Festa de Nossa Senhora dos Navegantes em Porto Alegre: sincretismo entre Maria e Iemanjá. Porto Alegre: SMC, 2009. 140 p. **Debates do NER**, p. 261-265, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.40983>. Acesso em: 28 de mar. 2024.

PARÉS, Luis N. **A formação do Candomblé**: História e ritual da nação Jeje na Bahia. 3ª ed. rev. e amp. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo, 2018.

PAULA, Marise Vicente de; RATTTS, Alex. Relações de Gênero na Congada de Catalão – GO. **Espaço em Revista**, [S.L.], vol. 11, n. 1, 116-140 p. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/13674/9096>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PAULA, Marise Vicente de. **Sob o manto azul de Nossa Senhora do Rosário**: mulheres e identidade de gênero na congada de Catalão (GO). 2010. 245 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2734>. Acesso em: 22 de out. 2023.

PEREIRA, Northon Chapadense. **A congada**: o Reino do Kôngo, religiões e africanidades. 2021. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4639/2/Northon%20Chapadense%20Pereira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, ISSN -1808-1967, v. 2, n. 2, p. 54-77, 2006.

PESSOA, Jadir de Moraes. Saberes em Festa: nas festas populares e goianas. In: **A cultura popular, gestos de ensinar e aprender**: na cultura popular. Goiânia: Editora Vozes, 2005. p. 31-49.

PEFFER, Renato Somberg. A contribuição do sincretismo brasileiro para a construção de uma ética global. **Conjectura: filosofia e educação**, [S. l.], v.18, n. 2, p 107-121, 2013. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1510>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**, n. 18, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300015>. Acesso em 18 de set. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO. Lei nº 1.370 e pelo Decreto nº 376 de 01/08/2001. Estabelece Estação Ferroviária de Catalão Patrimônio Histórico Municipal. Disponível em: <https://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/catalao#:~:text=A%20Esta%C3%A7%C3%A3o%20Ferrovi%C3%A1ria%20de%20Catal%C3%A3o,de%2001%2F08%2F2001>. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. **Cidade, História**: etimologia. Disponível em: <https://www.catalao.go.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 116-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 7–33 p., 1996. Disponível em: <https://catero.org.br/wp-content/uploads/2010/10/PDF1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

REIS FILHO, Pedro Ricardo; MESQUITA, Helena Angélica de; SILVA, Jaqueline Vaz da. A questão cidade/campo em Catalão - GO: uma leitura a partir da experiência dos atingidos pela barragem serra do facão – Rio São Marcos. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada. **Anais** [...]. Ariovaldo Umbelino de Oliveira Presidente Prudente, São Paulo. 2005. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Pedro%20Ricardo%20Reis%20Filho.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

RIBEIRO, Adélia Maria Miglievch. Intelectuais, Diáspora e Cultura: por uma crítica antimoderna e pós-colonial. In: Dossiê Narrativas:[...] **Mouseion**, [Canoas], n. 12, p. 44-55, 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/402/408>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RODRIGUES, Ana Paula Costa. **Corporeidade, cultura e territorialidades negras: a Congada em Catalão – Goiás**, 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1852>. Acesso em: 22 de out. 2022.

ROTONDANO, Ricardo Oliveira. **Apartheid à brasileira: racismo e segregação urbana em Salvador/BA**. 2020. 198 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10427081. Acesso em: 20 de nov. 2023.

_____, Ricardo Oliveira. É preciso falar sobre etnia e raça: afirmando a diferença para construir a igualdade. **Revista Culturas Jurídicas**. v. 9, p. 173-148, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/rcj.v9i22.45441>. Acesso em: 19 de set. 2023.

SANTOS, Kamilah Carriço. Entre Feiticeiros e Curandeiros: A ancestralidade africana e a criminalização das práticas religiosas e de cura na Grande Florianópolis, **Revista Santa Catarina em História**, v. 14, n.2, p.11, 2020, Florianópolis, Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/3282-Texto%20do%20artigo-19644-1-10-20220921%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/3282-Texto%20do%20artigo-19644-1-10-20220921%20(1).pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, Milton. **Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro**: Ser negro no Brasil hoje. Folha de São Paulo, 07 maio 2000, +Brasil 501 d.c. Disponível em: Folha de São Paulo – Milton Santos: Ser negro no Brasil hoje – 07/05/2000 (uol.com.br). Acesso em: 24 ago. 2024.

SARTRE, Xavier Arnault de. BERDOULAY, Vicent. Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. **Novos Cadernos NAEA**. Universidade Federal do Pará. v. 8, n. 2, p. 109-124, dez. 2005, ISSN 1516-6481. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/54/52>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, Dirceu Rodrigues da. As Hagiografias como Fontes Históricas: uma leitura de Michel De Certeau. In: Simpósio Nacional da Associação Brasileira da História das Religiões, 14., 2015, Juiz de Fora, **Anais**: As Hagiografias como [...], Minas Gerais, v. 14, 2015, p. 368-339. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+Dirceu+Rodrigues+da+Silva.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2025.

SILVA, Sandra Inácio. **A Congada em Pires do Rio e Catalão: uma manifestação cultural**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2016, Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3360/1/SANDRA%20INACIO%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. 1999, **Afro-Ásia** n. 23, 2000, p. 87-144, 1999, Bahia: Universidade Federal da Bahia. DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i23.20980>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SOARES, Afonso Maria Ligório. Sincretismo afro-católico no Brasil: lições de um povo em exílio. **Revista de Estudos da Religião**, n. 3, p. 45-75, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv3_2002/p_soares.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

SOARES, Inês Virginia Prado. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora: Fórum, 2009.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis negros no Brasil escravista: História da Festa de coroação de rei congo**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

SOUZA, Tatiane Pereira. de. A DIDÁTICA E A ANCESTRALIDADE: a congada como uma prática social. **Cenas Educacionais**, [S. l.], v. 4, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/10656>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SOUZA, Pedro Bastos de. Identidade e diversidade cultural como direitos fundamentais: relação de instrumentalidade e perspectivas no contexto internacional. **Revista Videre**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 141–161, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/4672>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SPIVAK. Gayatri Chakravoty. **Pode um Subalterno falar?** 1942. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida. Marcos Pereira Feitosa. André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. p. 68. Disponível em: <https://joaocamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

TAMASO, Izabela Maria. **Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás**. 2007, 787.p. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Brasília, 2007.

VELOSO, Marisa. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, v. 4, n.1. p. 437-454. Goiânia, 2006. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v4.1.2006.437-454>. Acesso em: 23 dez. 2023.

VIEIRA, Rodrigo. O fetiche legislativo com o patrimônio cultural imaterial. In: VIEIRA, Rodrigo **Blog Opinião**. [S.l.], 5 de jul. 2023. Disponível em: <https://www.ibdcult.org/post/o-fetiche-legislativo-com-o-patrim%C3%B4nio-cultural-imaterial>. Acesso em: 06 dez. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspecivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/3412-Texto%20do%20artigo-11043-11051-10-20130724.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2024.

FONTES ORAIS:

A. Entrevistada, [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 8 out. 2023.

AGUIAR, Thadeu Botero, [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 8 out. 2023.

ALVES, Denise do Rosário, [out. 2024]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 08 out. 2024.

ALVES, Wesley, [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 7 out. 2023.

ARRUDA, Elson, [ou. 2024]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 11 out. 2024.

ARRUDA, Lucas Gomes, [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 8 out. 2023.

BARBOSA, Luciana Coelho, [nov.2024]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Goiânia, GO, 28 nov. 2024.

CAMILO, Eduardo, [out. 2024]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 08 out. 2024.

COSTA. Edson Arruda Júnior da, [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 8 out. 2023.

EMIDIO. Cintia, [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 8 out. 2023.

FARIA. Ana Beatriz de, [out, 2024]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 05 out. 2024.

NASCIMENTO. Antônio Machado, [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 8 out. 2023.

PEREIRA. Marcos Guilherme Medeiros, [out, 2024]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 11 e 14 out. 2024.

REIS. Aldanice Moreira, [out, 2024]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 07 e 26 out. 2024.

RESENDE, DIOGO Gonçalves de. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 8 out. 2023.

RIBEIRO. Vinicius Luis Assunção, [out, 2024]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 14 out. 2024.

SANTO, Cleiber R. [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 8 out. 2023.

SANTOS, Yara Nunes dos, [nov. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 7 nov. 2023.

SILVA, Laudimir da, [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 8 out. 2023.

SILVA, João Victor A., [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 05 out. 2024.

SILVA, Felipe Macedo da, [out. 2023]. Entrevistadora Irenilde dos Passos de Castro Ribeiro, Catalão, GO, 13 out. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela 1 - Coleta de dados com participantes das entrevistas semiestruturadas (2023).

Data	Entrevistado (a)	Idade	Função/Órgão que representa na escolha para entrevista	Localização
27/11/2023	Ana Cristina Pires		Presidente da Irmandade Nossa Senhora do Rosário	Via <i>WhatsApp</i>
08/10/2023 15/02/2023	Antônio Machado do Nascimento	77 anos	Morador de Catalão – GO e participante da Festa	Catalão/GO Via <i>WhatsApp</i>
08/10/2023	Cintia Emídio		Equipe de Organização da Festa (alimentação) e foi festeira em 2019	Catalão/GO
08/10/2023	Cleiber R. Santo		Dançador do Terno de Congo Prego	Catalão/GO
07/10/2023 19/10/2023	Diogo Gonçalves de Resende	36 anos	1º capitão do Terno Moçambique Mamãe do Rosário	Catalão/GO Via <i>WhatsApp</i>
08/10/2023	Edson Arruda da Costa Júnior	52 anos	Dançador do Terno de Congo Prego	Catalão/GO
08/10/2023	Hannayama Nogueira Pereira Aguiar	36 anos	Festeira – 2023	Catalão/GO
08/10/2023	Jaci Serafim		2º capitão do Terno de Congo Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Guia	Catalão/GO
08/10/2023	Laudimir da Silva (Dimiro)		1º General das Congadas de Catalão – GO	Catalão/GO
08/10/2023	Lucas Gomes Arruda		1º capitão do Terno Congo Prego	Catalão/GO
07/11/2023	Luciana Coelho Barbosa		Coordenadora Técnica do Núcleo do Patrimônio Histórico – SECULT – Goiânia – GO	Goiânia/GO

08/10/2023	Mara Rúbia da Silva		Participante da Festa, moradora de Goianira – GO	Catalão/GO
08/10/2023	Maria Aparecida de Melo Botelho	53 anos	Moradora da cidade de Catalão – GO	Catalão/GO
08/10/2023	Thadeu Botêgo Aguiar	40 anos	Festeiro da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário – Catalão - GO	Catalão/GO
09/10/2023	Terezinha Gonçalves dos Santos Duarte		Mordomo do Mastro das Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito – Catalão – GO	Catalão/GO
07/10/2023	Wesley Alves		1º capitão do Terno de Congo Santa Terezinha	Catalão/GO
08/10/2023	Wesley Calisto do Nascimento		Dançador do Terno de Congo Prego, reside em Goianira – GO	Catalão/GO
07/11/2023	Yara Nunes dos Santos		Secretária de Cultura do Estado de Goiás - Goiânia	Goiânia/GO

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

APÊNDICE B

Tabela 2 - Coleta de dados com participantes das entrevistas semiestruturadas (2024).

Data	Entrevistado (a)	Idade	Função/Órgão que representa na entrevista	Localização
07/10/2024 26/11/2024	Aldanice Moreira Reis	75 anos	1ª Capitã do Terno Congo Mariarte	Catalão/GO Via <i>WhatsApp</i>
05/10/2024	Ana Beatriz de Faria	20 anos	Bandeirinha do Terno Congo Santa Terezinha	Catalão/GO
08/10/2024	Carlos do Rosário Alves		1º Capitão do Terno Congo do Gordo	Catalão/GO
13/10/2024	Cintia Emídeo		Equipe de Organização da Festa (alimentação) e já foi festeira em 2019	Catalão/GO
08/10/2024	Denise do Rosário Alves		2ª Capitão do Terno Congo Zé do Gordo	Catalão/GO
11/03/2024 13/10/2024	Diogo Gonçalves de Resende		1º capitão do Terno Moçambique Mamãe do Rosário	Via <i>WhatsApp</i> Catalão/GO
07/10/2024	Durval S. Nascimento		Capitão do Terno de Congo Marujeiro	Catalão/GO
08/10/2024 24/10/2024 09/12/2024	Eduardo Camilo		General das Congadas de Catalão – GO	Catalão/GO Via <i>WhatsApp</i> Catalão/GO
14/10/2024	Eloá Ribeiro Rita		Rainha das Congadas de Catalão – GO	Catalão/GO
11/10/2024	Elzon Arruda		1º Capitão do Terno de Congo Prego	Catalão/GO
13/10/2024	Felipe Macedo da Silva	22 anos	Dançador do Moçambique Nossa Senhora do Rosário	Catalão/GO
05/10/2024	Hilda Alves		Moradora, artesã e tia do Capitão Wesley do Terno Congo Santa Terezinha	Catalão/GO
05/10/2024	Isadora Gonçalves de Oliveira	32 anos	Moradora e artesã	Catalão/GO
05/10/2024	Janaina Neves		Artesã e esposa do Capitão Wesley do Terno Congo Santa Terezinha	Catalão/GO
05/10/2024	João Victor Adão Silva	26	Capitão do Terno Congo Santa Terezinha e membro da Diretoria da Irmandade	Catalão/GO

05/10/2024	José Carlos de Faria		Terno de Congo Santa Terezinha	Catalão/GO
14/11/2024	Laudimir da Silva		General das Congadas de Catalão – GO	Catalão/GO
28/11/2024	Luciana Coelho Barbosa		Coordenadora técnica do Núcleo do Patrimônio Material e Imaterial da SECULT de Goiânia	Goiânia/GO
09/11/2024	Luzia Márcia Resende Silva		Docente da UFCAT – Universidade Federal de Catalão – GO	Catalão/GO
11/10/2024 e 14/10/2024	Marcos Guilherme Medeiros Pereira	25 anos	Dançador do Terno de Congo Prego; e fez parte da Comissão organizadora da Festa e tesoureiro da Diretoria da Irmandade de Catalão – GO	Catalão/GO
11/10/2024	Maria Cleusa Leandro Arruda		Artesã catalana da família Terno de Congo Prego	Catalão/GO
10/10/2024	Nilmar dos Reis Pinto		Moradora catalana, parente do capitão Wesley do Terno de Congo Santa Terezinha	Catalão/GO
05/10/2024	Nilza Alves de Oliveira	81 anos	Moradora catalana – parente do Capitão Wesley Terno de Congo Santa Terezinha	Catalão/GO
11/10/2024	Raquel Leandro Canudo		Auxiliar de bandeirinha do Terno de Congo Prego	Catalão/GO
13/10/2024 06/12/2024	Vinicius Luis Assunção Ribeiro	36 anos	1º Secretário da Irmandade Nossa senhora do Rosário de Catalão e 2º Capitão do Terno Moçambique Coração de Maria	Catalão/GO Via WhatsApp
05/10/2024	Wesley Alves		1º Capitão do Terno Congo Santa Terezinha	Catalão – GO

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

ANEXOS

ANEXO A: RECORTES DO PROCESSO 20221764500127/SEI

Ao,

SECULT/ Superintendência de Patrimônio Histórico.

PEDIDO DE REGISTRO DE BEM IMATERIAL

Interessado (a): Ana Cristina de Oliveira Pires, nascida em 11/06/1986, inscrita sob CPF nº 017.643.831-92, RG nº 5037236, residente à Rua Projetada B, Nº 71, Bairro Nossa Senhora de Fátima, cidade de Catalão – Goiás, representando a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, inscrita sob CNPJ Nº 00.146.241/0001-43, localizada na Praça Irineu Reis Nicoletti, s/n, cidade de Catalão – Goiás.

Eixo temático: Festas e celebrações.

Designação: Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário, realizada no município de Catalão.

Caracterização: A Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário é uma parte da identidade de moradores do interior de Goiás, na cidade de Catalão. Há ¹⁹⁶127 anos é comemorada na primeira quinzena do mês de outubro e, embora também seja realizada em outras cidades vizinhas é esta a de maior porte e tradição. A Festa é composta por uma parte folclórica – as congadas; a parte religiosa e uma parte comercial – as feiras das barraquinhas.

É uma festa com dimensões sagradas e profanas onde observa-se o embate entre o global e o local, bem como as estratégias que aqueles que fazem a Festa têm que adotar para continuar existindo.

A alvorada marca o início da Festa e acontece na madrugada do primeiro dia onde todos os ternos apresentam-se para o general na porta da Igreja. Após um terço rezado pelo padre da paróquia São Francisco de Assis, o general dá o sinal – com o apito – e todos os ternos dançam, tocam suas caixas e cantam em louvor a Santa. Apesar de ainda não estarem usando os tradicionais uniformes coloridos, os ternos fazem uma bela apresentação onde o som das caixas toma conta do largo, com todos dançando e cantando ao mesmo tempo, sem uma organização, abrindo caminho no meio da multidão que

Recbi em 27/04/22 às 15:57
Wanderson S. M. Silva

assiste à alvorada. Depois, os ternos saem pelas principais ruas da cidade anunciando para todos o início da Festa. Os ternos de congo só voltarão a se apresentar nos três últimos dias da Festa. Entre procissões, missas e novenas os ternos dançam no Largo do Rosário em frente à Igreja do Rosário. No sábado e no domingo fazem visitas em casas de pessoas que os convidam e em membros da família real e assim invadem as ruas das cidades com suas cores e sons, tomando conta da cidade, fazendo com que os carros parem e esperem pela sua passagem.

As cantigas são entoadas em voz alta e firme e fazem referência à Santa, mas, também ao modo de vida sofrido dos negros desde a sua chegada ao Brasil. O sanfoneiro dá o tom do início da fila onde estão os dançadores mais velhos ao final onde vão os meninos, alguns muito pequenos e acompanhados pelas mães, que também fazem questão de tocar as pequenas caixas com bastante vigor. Muitos dançam para "pagar promessa" para a Santa e alguns vão nos braços dos pais ou na barriga da mãe e seguem durante toda uma vida, garantindo a continuidade da Festa.

Na segunda-feira é o dia mais importante da Festa quando os ternos buscam a coroa da santa na casa do festeiro do ano e levam-na para a casa do festeiro que será responsável pela Festa do ano seguinte. É o momento mais importante da Festa, marcada pela emoção, mas principalmente por uma prática que os acompanha – a apropriação do espaço, a cidade em festa, a rua para a festa.

A outra parte da Festa é composta por uma programação bem mais profana. São realizados ceias e leilões em um grande rancho, construído com madeira e folhas de babaçu, com música ao vivo, onde as pessoas da cidade fazem a sua festa. Existe também o Centro do Folclore que pertence a Irmandade, que fica ao lado da igreja, onde são realizados eventos para arrecadar fundos para a Irmandade e onde são servidas as refeições para os dançadores.

Outra tradição na época da Festa são as "barraquinhas" que são montadas nas ruas próximas ao largo do Rosário onde se pode encontrar quase tudo: roupas, sapatos, brinquedos, utensílios domésticos, de decoração, cd's, vídeos e todo tipo de produtos. As "barraquinhas" ocupam cerca de seis a sete ruas que são fechadas ao trânsito, movimentando o fluxo nas proximidades e a vida dos moradores da região, impedindo de o tráfego de veículos, com as ruas tomadas por barracas e barraqueiros.

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

A Irmandade Nossa Senhora do Rosário, representada por Ana Cristina de Oliveira Pires;

Situada à Praça Irineu Reis Nicoletti, s/n, Catalão – GO, CNPJ 00.146.241/0001-43, declara para fins de Registro do Bem de natureza imaterial, que em comum acordo com a Diretoria da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, anui ao Registro da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Catalão - GO.

Sendo assim, não nos opomos ao referido Registro.

Nada mais a declarar,

Catalão, 27 de Abril de 2022.

Ana Cristina de O. Pires (Presidente Irmandade)
(Nome e função/cargo)

Pinício Luis A. Ribeiro - 1º Secretário
(Nome e função/cargo)

Leonardo Costa Bueno Capitão Mezanique
(Nome e função/cargo)

Moisés Henrique da Mota Capitão Mezanique
(Nome e função/cargo)

marcos guilherme m. pereira (1º Tesoureiro)
(Nome e função/cargo)

Robson Junior (Ricompada)
(Nome e função/cargo)

[Assinatura] Irmao de Honra.
(Nome e função/cargo)

Secretaria de
Estado da
Cultura



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

PROTOCOLO

1. Foi protocolado nesta unidade, na data de 27 de abril de 2022, às 16h16, o documento acostado aos autos (000029550964).
2. Encaminhem-se à **Gerência da Secretaria-Geral** para providências a seu mister.



Documento assinado eletronicamente por **WANDERLENE DA SILVA MOURAO**, Responsável pelas Informações, em 27/04/2022, às 16:21, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000029551114** e o código CRC **642121F1**.

PROTOCOLO
PRACA DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA 2, CENTRO CULTURAL
MARIETA TELLES MACHADO - Bairro SETOR CENTRAL - GOIANIA
- GO - CEP 74003-010 - (62)3201-4660.



Referência: Processo
nº 202217645001127



SEI 000029551114



Ofício Nº 1918/2022/SECULT

GOIANIA, 17 de outubro de 2022.

À Senhora

Ana Cristina de Oliveira Pires

Representante da Irmandade Nossa Senhora do Rosário

Assunto: Solicitação de registro de Patrimônio Imaterial.

Praça Irineu Reis Nicoletti, S/N

Catalão - GO,

CNPJ 00.146.241/0001-43

Assunto: Solicitação de registro de Patrimônio Imaterial.

Prezada Representante,

1. Com os nossos cumprimentos, sugerimos o agendamento de reunião online, com data a ser definida, para alinhamento das questões referentes à solicitação de registro.
2. Em atenção ao Ofício enviado pela Irmandade Nossa Senhora do Rosário, informamos que em análise preliminar da documentação enviada, constatamos a importância da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário para identidade dos moradores da cidade de Catalão.
3. Identificamos também algumas fontes de pesquisa utilizadas como a tese de doutorado de Carmem Lúcia

Costa: *Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário em Catalão - Goiás* (2010) e a dissertação de mestrado de Cléber Carvalho: *Tradições em movimento no Terno de Congo Verde e Preto* (2016), trabalhos de referência para a análise do pedido.

4. Esclarecemos que para o registro do bem como Patrimônio Imaterial do Estado de Goiás, além da documentação enviada por Vossa Senhoria é necessário que se cumpram as etapas previstas no Decreto 8.408/2015 e na Instrução Normativa/2019, legislações referentes ao Patrimônio Imaterial do Estado de Goiás (cópias anexas).
5. Assim, os bens culturais deverão ser submetidos: a) análise da Comissão Consultiva do Patrimônio Imaterial da Secult Goiás, b) instrução técnica da Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, c) deliberação favorável do Conselho Estadual de Cultura pelo Registro do Bem Imaterial, d) publicação da decisão do Conselho no Diário Oficial do Estado de Goiás e, finalmente, d) inscrição do bem em um (ou mais de um) dos quatro Livros de Registro, a saber: Livro de Registro dos Sabres; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro de Lugares.
6. Parabenizamos pela iniciativa de preservação da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário a partir de solicitação de registro como patrimônio imaterial do Estado de Goiás e nos colocamos à disposição para adequarmos a data da reunião, de forma que favoreça a participação do maior número de detentores da festa.

Atenciosamente,

TÂNIA MARA QUINTA AGUIAR DE MENDONÇA
Superintendente de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico



Documento assinado eletronicamente por **TÂNIA MARA QUINTA AGUIAR DE MENDONÇA**, Superintendente, em 18/10/2022, às 16:57, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000034629099** e o código CRC **1B1864BC**.

SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E
ARTÍSTICO

PRACA DOUTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA 02, S/C - Bairro
CENTRO - GOIÂNIA - GO - CEP 74003-010 - (62)3201-4628.



Referência: Processo nº
202217645001127



SEI 000034629099

E-mail - 000034739165**Data de Envio:**

19/10/2022 16:39:18

De:

SECULT/SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO,
CULTURAL E ARTÍSTICO <spha.secult@goias.gov.br>

Para:

anacristinaoliveirapires09@gmail.com

Assunto:

Ofício N° 1918/2022/SECULT

Mensagem:

Prezada Representante,

Segue em anexo o Ofício N° 1918/2022/SECULT referente à solicitação de Registro.

Entraremos em contato para o agendamento da reunião.

Estamos à disposição.

Attt.,

SUPHA.

Anexos:

Oficio_000034629099.html

ANEXO B: PROCESSO 01450.016348/2008/49SEI

MINISTÉRIO DA CULTURA			
 IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Memoranda nº <u>322</u> CG	Data: <u>16/12/08</u>



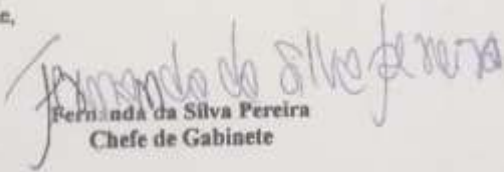
01450.016348/2008-49

Para: Sra. Márcia Sant'Anna
Diretora do DPI

Assunto: Solicitação para oficialização das Congadas de Minas como Patrimônio Cultural do Brasil.

1. Encaminho a Vossa Senhoria para conhecimento e providências cabíveis, ofício n° 626/GP- de 28 de novembro de 2008 da Prefeitura de Uberlândia a respeito da solicitação da oficialização das Congadas de Minas como Patrimônio Cultural do Brasil.
2. Solicito informar diretamente ao interessado com cópia para este Gabinete.

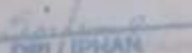
Atenciosamente,


Fernanda da Silva Pereira
 Chefe de Gabinete

Recebi em
17/12/08
ABP

X Genêr use de
Refusito,
para exame e
providências.
Em: 16/12/08

Márcia Sant'Anna
 Diretora

RECEBIDO
 Em: 16/12/08
 Por: 16/12/08

 DPI / IPHAN



Ofício nº 011/10 – GAB/DPI/Iphan

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2010.

A Sua Senhoria a Senhora
MÔNICA DEBS DINIZ
 Secretária Municipal de Cultura
 Avenida Anselmo Alves dos Santos, 600.
 Bairro Santa Mônica – Uberlândia - MG
 CEP: 38408-150



C/c: Superintendência do Iphan em Minas Gerais

Assunto: Registro das Congadas de Minas

Senhora Secretária,

Vimos por meio deste informar-lhe da abertura do Processo nº 01450.016348/2008-49, referente ao pedido de Registro das Congadas de Minas. O material encaminhado foi submetido a uma análise técnica e ficou comprovada a adequação do mesmo quanto aos requisitos exigidos pela Resolução 001/2006.

Com base nas informações contidas na documentação recebida, elaborou-se uma Nota Técnica, em anexo, que foi submetida à apreciação da Câmara do Patrimônio Imaterial para deliberação quanto à pertinência do pedido.

A Câmara considerou o pedido pertinente, ressaltando, contudo, que o estudo para o Registro deve ser ampliado às demais regiões do Sudeste e do Centro-Oeste, áreas onde a prática da congada também se encontra presente no cotidiano de algumas comunidades.

Devido a isso, acreditamos ser necessário o agendamento de uma reunião com todos os interessados para discutir sobre a instrução do processo. Oportunamente, entraremos em contato para tal marcação.

SDN Qd. 02 Ed. Câmara Brasília 1º andar Brasília - DF Cep: 70040-904
 Fone: 33 (61) 2024-6134/137
 Fax: 33 (61) 2024-6134



MINISTÉRIO DA CULTURA
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento do Patrimônio Imaterial

Ofício nº 001/11 – GAB/DPI/Iphan

Brasília-DF, 04 de janeiro de 2011.

A Sua Senhoria a Senhora
MÔNICA DEBS DINIZ
Secretária Municipal de Cultura
Avenida Anselmo Alves dos Santos, 600.
Bairro Santa Mônica – Uberlândia - MG
38408-150

C/c Superintendência do Iphan em Minas Gerais

Assunto: Pedido de Registro das Congadas de Minas.

Senhora Secretária,

1. Vimos por meio deste retomar as discussões sobre o início da instrução do processo de Registro das Congadas de Minas. Conforme informado no Ofício nº 011/10 GAB/DPI, a Câmara do Patrimônio Imaterial julgou o pedido pertinente, o que caracterizou a abertura da fase de instrução do processo.
2. Acreditamos ser importante iniciarmos as pesquisas no estado de Minas Gerais, dado o encaminhamento do pedido. Primeiramente, é necessária a indicação de instituição que possa se encarregar da pesquisa. Em segundo lugar, precisamos saber da possibilidade de investimento de recurso pelos proponentes.
3. Após estas definições, procederemos ao agendamento de uma reunião para elaborar o plano de trabalho dessa pesquisa. Aproveitando para cumprimentá-la, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

ana gita de oliveira
ANA GITA DE OLIVEIRA

Diretora Substituta do Departamento do Patrimônio Imaterial
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan

EBM Q6 62 EA Central Brasília 1ª andar Brasília - DF Cep: 50045-904
Fone: 55 (61) 3034-6130/6137
Fax: 55 (61) 3034-6134

ANEXO C: DECRETO ESTADUAL Nº 8481/15

DECRETO NUMERADO Nº 8.408 http://www.gabinetcivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=13569

Voltar



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Casa Civil

DECRETO Nº 8.408, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural do Estado de Goiás, cria o Programa do Patrimônio Cultural Imaterial e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos arts. 23, incisos III a V, 24, inciso VII, 215 e 216 da Constituição Federal, nos arts. 6º, inciso III, e 154 da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 201111867000111, 201100026000791, 201300013000032 e 201300013001870,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural do Estado de Goiás.

§ 1º Esse registro se fará em 04 (quatro) livros, a saber:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer arraigados na memória e no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços em que se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos Livros de Registro terá como princípio fundamental a documentação dos bens culturais de natureza imaterial, visando à sua continuidade histórica, promoção e salvaguarda, de forma a garantir aos goianos e aos brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura imaterial próprias do Estado de Goiás.

§ 3º A critério e por determinação do Conselho Estadual da Cultura, outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural do Estado de Goiás e não se enquadrem nos livros definidos no § 1º, incisos I a IV.

Art. 2º A abertura do processo relativo ao registro de bens culturais de natureza imaterial poderá ser de ofício ou a pedido de órgãos e entidades públicos da área da cultura, bem como de qualquer cidadão, sociedade ou associação civil.

Art. 3º Em qualquer caso, a instauração do processo de registro de bens culturais imateriais a que se refere este Decreto cabe à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.

1 de 3 27/11/2017 08:27

Art. 4º A proposta de registro, instruída com a documentação pertinente, será dirigida à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.

§ 1º A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, por intermédio da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico, sempre que necessário, orientará os proponentes quanto à adequação processual, bem como à metodologia de estudos técnico-científicos a serem empregados nos registros.

§ 2º A instrução processual conterá a descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º Os estudos técnico-científicos deverão ocorrer em constante comunhão com as comunidades relacionadas e, sempre que possível, com a efetiva participação dos respectivos setores públicos municipal e federal, bem como de interessados em geral, sempre sob supervisão técnica da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico.

§ 4º Ultrapassada a instrução, caberá à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte emitir parecer técnico, por intermédio da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico, quanto à proposta de registro.

§ 5º No caso de a abertura do processo ocorrer de ofício pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, a Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais e municipais, bem como de instituições que tenham, entre os objetivos específicos, o estudo, o conhecimento técnico-científico e a defesa do Patrimônio Cultural Imaterial.

§ 6º O extrato do parecer técnico será publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

§ 7º Decorridos 30 (trinta) dias da publicação do extrato do parecer técnico, o processo será encaminhado ao Conselho Estadual da Cultura para deliberação final. No caso de ocorrerem manifestações sobre o registro, conforme previsto no § 6º, elas serão alvo de exame pela Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico, previamente ao envio do processo ao referido Conselho.

Art. 5º Caberá ao Conselho Estadual da Cultura, através de sua Câmara Técnica de Memória e Patrimônio, a deliberação final quanto à inscrição em um dos Livros de Registro.

Art. 6º Em caso de decisão favorável do Conselho Estadual da Cultura, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás".

Art. 7º A decisão do Conselho será publicada no Diário Oficial.

Art. 8º Os processos de registros ficarão sob a guarda da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, permanecendo disponíveis para consulta pública mediante prévia solicitação.

Art. 9º À Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte cabe assegurar ao bem registrado:

I – documentação por todos os meios técnicos admitidos, mantendo banco de dados sobre instrução do processo e garantindo o acesso público, em conformidade com o art. 8º;

II – ampla divulgação, promoção e salvaguarda, em constante interação social;

Art. 10. A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, tendo o registro como referência histórica do bem e sua

relevância para a memória local e regional, a identidade e formação cultural das comunidades goianas, e a encaminhará ao Conselho Estadual da Cultura, para decidir sobre a manutenção do título de "Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás".

Art. 11. A qualquer tempo a comunidade poderá solicitar a reavaliação dos bens culturais registrados, encaminhando à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte proposição sobre eventuais elementos que possam alterar o efeito do registro, desde que devidamente fundamentada com estudos técnico-científicos.

§ 1º Mantido o Registro, far-se-á, junto à comunidade, a averiguação dos fundamentos técnicos de formalização de seu processo.

§ 2º Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, vinculado à Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico, o "Programa do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás", visando à implementação de política específica de inventário, registro, valorização e sua salvaguarda.

Art. 13. Caberá à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte estabelecer as bases para o desenvolvimento e a implantação do "Programa do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás", bem como determinar os parâmetros e fundamentos para o cumprimento dos §§ 1º e 2º do art. 4º.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 08 de julho de 2015, 127º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

(D.O. de 10-07-2015)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 10-07-2015.

 imprimir

ANEXO D: NORMATIVA N° 003/2022 – 2022

GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO DE 2022 ANO 186 - DIÁRIO OFICIAL/GO Nº 23.947	 Diário Oficial	303
Dia 17 - 130ª Reunião Ordinária do CEAS		
SETEMBRO		
Dia 14 - 131ª Reunião Ordinária do CEAS		
OCTUBRO		
Dia 19- 132ª Reunião Ordinária do CEAS		
NOVEMBRO		
Dia 16 - 133ª Reunião Ordinária do		
DEZEMBRO		
Dia 14 - 134ª Reunião Ordinária do CEAS		
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 02 de janeiro de 2023.		
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , em Goiânia		
aos oito dias de dezembro de 2022.		
Heloiza Alves Ribeiro - Presidente		
	Protocolo 349181	



CONSIDERANDO o disposto no art. 164 da Constituição do Estado de Goiás, de 5 de outubro de 1989, que versa sobre a promoção, garantia e proteção dos bens culturais; resolve:

Art. 1º - O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL, que constituem o patrimônio cultural do Estado de Goiás, será inscrito em um ou mais dos seguintes livros:

I - **Livro de Registro dos Saberes:** onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer arraigados na memória e no cotidiano das comunidades;

II - **Livro de Registro das Celebrações:** onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - **Livro de Registro das Formas de Expressão:** onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - **Livro de Registro dos Lugares:** onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços em que se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas;

Parágrafo Único - Os instrumentos, objetos, artefatos, lugares, elementos da natureza e demais suportes materiais que são associados às manifestações culturais imateriais da comunidade goiana, poderão ser objeto de registro desde que, obrigatoriamente, feitos em conjunto com a prática cultural.

Art. 2º - O requerimento para instauração do processo administrativo de Registro deverá ser dirigido à Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, unidade da Secretaria de Estado da Cultura, e receberá número de protocolo, garantindo seu processamento em ordem cronológica.

Art. 3º - Qualquer cidadão, sociedade ou associação civil, bem como entidades e órgãos públicos da área de cultura, poderão solicitar a instauração do processo de Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial do Estado de Goiás, assim como a própria Secretaria de Estado da Cultura, de ofício, nos termos dos artigos 2º e 4º, §5º do Decreto estadual nº 8.408/2015.

Art. 4º - O pedido para a instauração do Processo Administrativo de Registro será apresentado em documento original, datado e assinado, acompanhado das seguintes informações e documentos:

I - identificação do proponente (nome, endereço, telefone, e-mail, CPF, RG etc);

II - justificativa do pedido: descrição pormenorizada que possibilite a apreensão da complexidade e a identificação de atores e significados atribuídos ao bem; processos de produção, circulação e consumo; contexto cultural específico e demais informações pertinentes;

III - indicação da participação e/ou atuação dos grupos sociais envolvidos, de onde acontece ou se situa, do período e da forma em que ocorre;

IV - informações históricas sobre o bem, tais como o surgimento, a iniciativa de criação, os agentes sociais envolvidos, suas eventuais transformações ao longo do tempo, além de outras informações relevantes;

V - documentação disponível, adequada à natureza do bem, tais como registros audiovisuais existentes, materiais informativos em diferentes mídias e outros produtos que complementem a instrução e ampliem o conhecimento sobre o bem;

VI - referências documentais e bibliográficas pertinentes;

VII - declaração formal de representante da comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de Registro;

VIII - avaliação das condições em que o bem se encontra, com descrição e análise de riscos de perdas potenciais e efetivas à sua continuidade;

IX - proposição de ações para a salvaguarda do bem, com o objetivo de apoiar sua continuidade de modo sustentável, no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitem sua existência.

§ 1º - A documentação apresentada pelos proponentes irá compor parte dos estudos técnico-científicos supervisionados pela Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico (SUPHA/SECULT), e em comunhão com as comunidades relacionadas e, sempre que possível com os respectivos setores públicos municipal e federal, e os interessados em geral.

§ 2º - Sempre que necessário a SUPHA orientará os proponentes quanto à adequação processual à metodologia dos estudos técnico-científicos a serem empregados nos registros.

§ 3º - Caso a documentação apresentada não atenda aos critérios previstos neste artigo, a Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico oficializará ao proponente para que a complemente no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável pelo mesmo período, mediante solicitação justificada, sob pena de arquivamento do pedido.

Art. 5º - O pedido de registro será encaminhado à Comissão Consultiva de Patrimônio Imaterial da Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, que fará um relatório de avaliação do referido pedido para o Estado de Goiás.

Parágrafo Único - A Comissão Consultiva de Patrimônio Imaterial da SUPHA é composta por membros da sociedade civil, nomeados através de portaria do titular da Pasta, para mandato de dois anos, sem percepção de qualquer remuneração pelas atividades correspondentes à referida Comissão.

Art. 6º - Da reunião da Comissão Consultiva de Patrimônio Imaterial será lavrada uma ata, na qual constará a avaliação realizada pelos membros da referida comissão.

Art. 7º - A Comissão Consultiva do Patrimônio Imaterial tem como finalidade colaborar com a Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico no exame preliminar da pertinência dos pedidos de registro e na formulação de políticas de salvaguarda da dimensão imaterial do patrimônio cultural.

Art. 8º - Após a avaliação da Comissão Consultiva, a Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico emitirá relatório técnico e encaminhará ao Conselho Estadual de Cultura para autorização de abertura do processo de registro.

§ 1º - No caso de autorização a abertura do processo de registro, o Conselho Estadual de Cultura dará conhecimento à Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, que informará e notificará o proponente para que proceda à instrução do processo.

§ 2º - No caso de não autorização da abertura do processo de registro, o Conselho Estadual de Cultura encaminhará a sua deliberação à Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico para informação e notificação do proponente e arquivamento do processo.

Art. 9º - A Instrução técnica do processo de Registro será realizada pela Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, de forma compartilhada, com a participação do proponente, da comunidade produtora do bem ou de seus membros designados como representantes e, quando for o caso, de instituições de pesquisa públicas ou privadas afins.

§ 1º A partir da autorização da abertura do processo pelo Conselho Estadual de Cultura, a Instrução técnica será realizada em período de até 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogada a depender da complexidade do bem objeto de pesquisa.

§ 2º A Instrução técnica constitui-se em fase essencial para as ações de conhecimento do bem e será realizada pela equipe técnica do Núcleo de Patrimônio Material e Imaterial da Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico através do desenvolvimento de atividades externas, como entrevistas, visitas técnicas, pesquisa em bancos de dados, acervos de instituições de pesquisas (tais como arquivos públicos e privados, órgãos de preservação federal, estaduais e municipais, bibliotecas, cartórios, museus, associações e irmandades, entre outros), fontes bibliográficas, fotográficas e cartográficas, anuários, jornais, revistas, e afins, além de fontes orais/depoimentos de detentores, moradores, etc.

§ 3º A atividade de trabalho externo realizada pela equipe técnica é condição imprescindível para a instrução técnica do processo de registro e conhecimento das especificidades do bem.

Art. 10º - Toda a documentação encaminhada será devidamente salvaguardada no âmbito do Núcleo de Patrimônio Material e Imaterial da Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico/SECULT. Após a decisão proferida sobre o pedido de Registro, independente de aprovado ou não, a documentação será arquivada na referida Superintendência, estando aberto à consulta pública.

Art. 11º - Finalizada a fase de pesquisa e documentação, o material produzido na instrução do processo administrativo será



sistemático na elaboração do Dossiê Técnico.

§ 1º - O Dossiê será produzido por equipe técnica interdisciplinar especialmente formada em função da categoria do bem cultural e que deverá atuar em todas as etapas de pesquisa e redação dos textos de acordo com a metodologia adotada pelo Núcleo de Patrimônio Material e Imaterial da Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico.

§ 2º A estrutura do Dossiê Técnico poderá variar conforme a categoria do bem cultural, observando o disposto no art. 4º da presente Instrução Normativa.

§ 3º Na normalização dos textos do Dossiê Técnico deverão ser observadas as regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 12 - Com base na análise do Dossiê Técnico, a Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico emitirá parecer técnico que será encaminhado ao Conselho Estadual de Cultura para deliberação final sobre o registro ou não do bem como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás. **Parágrafo Único** - O extrato do parecer técnico será publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas à Secretaria de Estado da Cultura no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 13 - Decorridos os 30 (trinta) dias da publicação do extrato do parecer técnico, o processo administrativo será encaminhado à Câmara Técnica de Memória e Patrimônio do Conselho Estadual de Cultura de Goiás, que profere a decisão final sobre a proposta de Registro.

§ 1º - A decisão do Conselho Estadual de Cultura será expressa, no ato, em documento declaratório próprio, firmado por todos os conselheiros presentes à reunião, e juntado ao processo administrativo de Registro.

§ 2º - Se a decisão do Conselho Estadual de Cultura for favorável ao Registro, a Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico procederá à publicação de extrato da decisão final no Diário Oficial do Estado de Goiás, bem como à inscrição do bem no Livro de Registro correspondente, conforme estabelecido no art. 6º do Decreto nº 6.406/2015.

§ 3º - Em decorrência da inscrição em um ou mais dos Livros de Registro, o Conselho Estadual de Cultura conferirá ao bem, em documento próprio, o título de "Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás".

§ 4º - Se a decisão do Conselho Estadual de Cultura for contrária ao Registro, a Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico arquivará o processo e comunicará o ato formalmente ao proponente.

§ 5º - Seja qual for a decisão do Conselho Estadual de Cultura, esta será publicada, mediante Aviso, no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Art. 14 - A Secretaria de Estado da Cultura fará a reavaliação dos bens culturais registrados pelo menos a cada dez anos, tendo o registro como referência histórica do bem e sua relevância para a memória local e regional, a identidade e formação cultural das comunidades goianas, e a encaminhará ao Conselho Estadual de Cultura, para decidir sobre a manutenção do título de "Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás".

§ 1º - Em caso de reprovação da manutenção do título de "Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás", o proponente terá o prazo de 30 (trinta) dias para se manifestar quanto à reavaliação.

§ 2º - O parecer previsto no caput deste artigo será analisado pela Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, em conjunto com a Comissão Consultiva de Patrimônio Imaterial. Em seguida, a justificativa do proponente e o parecer desta SUPHA serão encaminhados ao Conselho Estadual de Cultura, que emitirá uma nova decisão, devidamente comunicada ao proponente.

§ 3º - A decisão do Conselho Estadual de Cultura de revalidar, ou não, o título será averbada pela Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico à margem da inscrição do bem no Livro de Registro correspondente.

§ 4º - A decisão do Conselho Estadual de Cultura deverá ser publicada, mediante Aviso, no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Art. 15 - Embora a reavaliação do Registro seja decenal, a qualquer tempo, a comunidade poderá solicitar à Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico a reavaliação do título, com base em eventuais fatos que venham a comprometer o bem registrado, como sua descaracterização ou sua descontinuidade temporal. A ocorrência desses agravantes deve estar devidamente fundamentada em estudos técnico-científicos, nos moldes da instauração do Processo Administrativo de Registro.

Art. 16 - A decisão negativa de revalidação do título de "Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás" implica na retirada do título, permanecendo o registro como referência cultural de seu tempo.

Parágrafo Único - Mantido o Registro, far-se-á, junto à comunidade, a averiguação dos fundamentos técnicos de formalização de seu processo.

Art. 17 - Além do inventário, registro e salvaguarda da Lista de Bens Imateriais do Estado de Goiás, caberá à Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico a comunicação e a divulgação dos bens imateriais registrados, através da elaboração de materiais gráficos, como catálogos, folders, materiais educativos, entre outros produtos físicos e digitais julgados pertinentes, conforme artigo 10, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 7.955/2013.

Art. 18 - Deverá ser providenciada, durante a Instrução Técnica do processo de Registro, autorização de uso de imagens e depoimentos, bem como a cessão gratuita de direitos autorais em relação aos documentos técnicos produzidos, em favor da SECULT/GO, com a finalidade de possibilitar a divulgação e promoção do bem cultural objeto do Registro.

Art. 19 - Cabe à Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, mapear, identificar e documentar o patrimônio cultural imaterial do Estado de Goiás, além de desenvolver e promover programas de educação patrimonial que visem à conscientização acerca da necessidade de sua preservação e registro, em parceria com instituições públicas e privadas, comunidades e demais interessados.

Art. 20 - Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Instrução do processo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no Estado de Goiás, de 19 de setembro de 2019 e demais disposições em contrário.

MARCELO EUGÊNIO CARNEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, em Goiânia, 26 de dezembro de 2022.

Protocolo 349204

Secretaria de Estado de Comunicação

PORTARIA Nº 062/2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 3º, inciso IV, da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e demais normas aplicáveis, e considerando o art. 41 da Lei Federal n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora LEIDINA ROSA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o n. 669.***-49, como encarregada pelo tratamento de dados pessoais da Secretaria de Estado de Comunicação, com as seguintes atribuições:

Artigo 41, §2º, LGPD:

- aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

ANEXO E: PROJETO ALEGO Nº 592/24



PROJETO DE LEI Nº , DE DE DE 2024.

Dispõe sobre o reconhecimento a Festa da Nossa Senhora do Rosário , como Patrimônio Cultural e Imaterial Goiano e Inclui no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de Goiás, realizada no município de Catalão-GO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Festa da Nossa Senhora do Rosário, realizada anualmente no mês de outubro no município de Catalão Goiás, fica reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Goiás.

Art. 2º A Festa da Nossa Senhora do Rosário, fica incluída no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de Goiás.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO IRIS REZENDE MACHADO, DE DE 2024.

JAMIL CALIFE
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo incluir no calendário cívico, cultural e turístico do Estado de Goiás a Festa da Nossa Senhora do Rosário, realizada anualmente no mês de outubro no município de Catalão. Além disso, visa declarar a Festa Nossa Senhora do Rosário, como patrimônio cultural e imaterial goiano.

A Festa da Nossa Senhora do Rosário, é uma tradição desde 1876 em Catalão, há mais de 130 anos acontece no município de Catalão (GO) a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, que a cada ano reúne um número maior de devotos, dançadores e turistas. A realização da Festa envolve celebrações e atores distintos, cada um com um papel específico.

A Festa do Rosário centraliza o sagrado e o profano, o uso e a troca, a cultura e o comércio e atrai milhares de moradores de toda a Região Sudeste de Goiás para “fazer a festa”, louvar Nossa Senhora através de missas, procissões e novenas ou ainda dançando e cantando em um dos vinte e um Ternos das Congadas, que, embora tenha como principais representantes os negros, permite a participação de brancos que ocupam cada vez mais espaço na festa dos negros.

Entre eles existem os ternos ou guardas, conjuntos de dançadores que saem pelas ruas da cidade louvando Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e outros Santos a quem são devotos. Para isso utilizam em suas performances alguns objetos, como as caixas, os adufes ou adufos (espécie de pandeiro artesanal), os bastões e as manguaras.¹

A fabricação destes objetos envolve saberes tradicionais, parte do patrimônio que estrutura e mantém a manifestação cultural viva. Eles possuem importância primordial nos ternos, pois é através do ritmo das caixas e dos adufes ou adufos que os cânticos de louvor são entoados.

Já os bastões e manguaras são os objetos que proporcionam movimento às coreografias dançadas por centenas de pessoas em sinal de fé e devoção. Este louvor dos ternos acontece nas ruas da cidade, assim como a parte religiosa e comercial da Festa.

O comércio é composto pelas barraquinhas, estruturas de aço ou madeira cobertas por lona, e pelos ambulantes que ficam localizados nas proximidades do Largo do Rosário, área nobre da cidade. Neste mesmo local acontece a maioria das celebrações religiosas: missas, terços e novenas. O Largo é transformado em palco da Festa, são montadas estruturas cobertas para acomodar os participantes e, assim, a manifestação cultural transforma a cidade, ocupando ruas e estabelecendo relações entre os lugares e a população.

¹ Patrimônio disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/catalogo-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario/#/map=38329>. Acesso em 27/05/2024.



Aos moldes do que foi feito pela Lei Estadual nº 16.850, de 28 de dezembro de 2009², com Festa de Nossa Senhora do Rosário realizada, anualmente, na cidade de Monte Alegre de Goiás, a presente proposta pretende reconhecer e elevar essa tradição catalana no Estado de Goiás.

A inclusão deste ato de devoção no calendário cívico, cultural e turístico do Estado de Goiás e sua declaração como patrimônio cultural e imaterial garantirão o reconhecimento e valorização da importância cultural, histórica e religiosa que representa para Catalão e para o nosso Estado.

SALAS DAS SESSÕES,

DE

DE 2024.



JAMIL CALIFE
Deputado Estadual

² LEI Nº 16.850, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/88573/lei-16850. Acesso: 22/05/2024.

ANEXO F: RELATÓRIO DO PROCESSO Nº 11443/2024

PROCESSO N.º : 11443/2024
INTERESSADO : DEPUTADO JAMIL CALIFE
ASSUNTO : Dispõe sobre o reconhecimento a Festa da Nossa Senhora do Rosário, como Patrimônio Cultural e Imaterial Goiano e Inclui no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de Goiás, realizada no município de Catalão-GO.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do Deputado Jamil Calife, que dispõe sobre o reconhecimento da Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada no Município de Catalão – GO, como patrimônio cultural imaterial goiano e dá outras providências.

A justificativa da proposição destaca que a Festa de Nossa Senhora do Rosário, desde 1876, se tornou uma tradição no município, que a cada ano, atrai um número crescente de devotos, dançadores e turistas.

A festa é caracterizada pela interação entre elementos do sagrado e do profano, da cultura e do comércio, atraindo milhares de moradores de toda Região Sudeste do Estado de Goiás. Os participantes louvam Nossa Senhora do Rosário através de missas, procissões e novenas, além de participarem dançando e cantando em um dos vintes e um Ternos da Congada. Os ternos ou guardas são conjuntos de dançadores que percorrem as ruas da cidade em louvor à Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e outros santos de quem são devotos, utilizando objetos como caixas, adufes (um tipo de pandeiro artesanal), bastões e manguaras em suas performances.

Consta também que a festa movimenta o comércio local por meio de barraquinhas e ambulantes que ficam localizados nas proximidades do Largo do Rosário, onde também ocorre a maioria das celebrações religiosas. Este local é transformado em palco da Festa, tendo estruturas cobertas para acomodar os participantes, além de ocupar as ruas e estabelecer relação entre os lugares e a população.

Os autos vieram a esta **Comissão de Constituição, Justiça e Redação**, para análise, nos termos regimentais.

Essa é a síntese da proposição em análise.



Autenticar documento em <https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade>
com o identificador 3100370039003300380031003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ANEXO H: LEI N. 4269/2024



República Federativa do Brasil
Estado de Goiás
Município de Catalão

**LEI Nº 4269, de 29 de agosto de 2024.**

"Autoriza o Município de Catalão a conceder auxílio financeiro a cada um dos representantes dos ternos da congada e reinado de Catalão que participarão das festividades de Nossa Senhora do Rosário de 2024, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Constituição Federal, FAZ SABER, que a CÂMARA MUNICIPAL, aprova, e Eu, Prefeito Municipal, Sanção a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, em nome do Município de Catalão, visando dar melhores condições aos ternos da congada e reinado que participarão da Festa de Nossa Senhora do Rosário de 2024, a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), que serão distribuídos em partes iguais aos representantes legais do Reinado e Ternos abaixo relacionados:

TERNO/REINADO		REPRESENTANTE
01	Reinado	Rei – Cleiber Francisco Inês
02	Terno de Congo Pio Gomes	Capitão – Hugo Nunes
03	Terno de Congo Congregação do Rosário	Capitão – Roberto Ribeiro
04	Terno de Congo Zé do Gordo	Capitão – Carlos do Rosário Alves
05	Terno de Congo Santa Terezinha	Capitão – Wesley Alves
06	Terno de Congo São Benedito de Goiânia	Capitão – André Lúcio de Araújo
07	Terno de Congo Mariarte	Capitã – Aldanice Moreira Reis



08	Terno de Congo Marinheiro	Capitão – Roberto de Santana
09	Terno de Congo Sagrada Família	Capitão – Matheus Moreti Serafim Oliveira
10	Terno de Congo Marujeiro	Capitão – Durval Salviano do Nascimento
11	Terno de Congo São Francisco	Capitão – Renato do Nascimento Reis
12	Terno de Congo Nsa. Sra. Do Rosário, Nsa. Sra. Da Guia	Capitão – Edson Correia de Matos
13	Terno Moçambique Coração de Maria	Capitão – Antônio Carlos Ribeiro
14	Terno Moçambique Mamãe do Rosário	Capitão – Diogo Gonçalves de Resende
15	Terno Moçambique Nossa Senhora do Rosário	Capitão – Leonardo Costa Bueno
16	Terno Catupé Santa Efigênia	Capitão – Saulo Souza da Costa Júnior
17	Terno Catupé Cacunda Nossa Senhora das Mercês	Capitão – Antônio Alucimário da Silva
18	Terno Catupé Cacunda Nossa Senhora do Rosário	Capitão – Carlos Francisco Rosa da Silva
19	Terno Catupé Filhos do Rosário	Capitão – Elísio do Rosário Neto
20	Terno Catupé São Benedito	Capitão – Valdivino Rosa
21	Terno Catupé Nossa Senhora Aparecida	Capitão – Marcos Antônio de Jesus
22	Terno Vilão Santa Efigênia	Capitão – Lázaro Joaquim José da Silva
23	Terno Vilão II – Nossa Senhora de Fátima	Capitão – Eurípedes Luiz Severino
24	Terno Vilão São Jorge Guerreiro	Capitão – Ney Edvaldo Franco
25	Terno Penacho	Capitão – José Gercino Vitor
26	Terno de Congo Prego	Capitão – Elzon Arruda

Parágrafo único – Para o recebimento do recurso autorizado cada um dos representantes deverá assinar termo de compromisso com o Município, se comprometendo a empregar os recursos recebidos somente em prol da melhoria das condições de apresentação dos seus respectivos ternos, devendo prestar contas em no máximo 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 2º As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária vigente no exercício de 2024.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I: PROGRAMA GOYAZES DE INCENTIVO À CULTURA – SECULT/2022

GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 01 DE JULHO DE 2022 ANO 185 - DIÁRIO OFICIAL/GO Nº 23.827		 Diário Oficial	224
9754568000100 97547093000100	KASHMIR AMBIENTES PLANEJADOS LTDA FUTURA COMUNICAÇÃO EIRELI	DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA	
FALTA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL CADASTRO IRREGULAR DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA	Art. 17, inciso XVI da Lei Complementar nº 123/2006 Art. 17, inciso XVI da Lei Complementar nº 123/2006 Art. 17, inciso V da Lei Complementar nº 123/2006		
Antônio Rêgo Lima Júnior Coordenação do Simples Nacional Gerência de Arrecadação e Fiscalização			
<#ABC#313966#224#368064>			

Protocolo 313966

Secretaria de Estado de Cultura

PORTARIA Nº 223, de 30 de junho de 2022

APROVAR pelo mérito, relevância e oportunidade, os seguintes projetos apresentados com vista aos benefícios do Programa Goyazes de Incentivo à Cultura:

A Secretária de Estado de Cultura - SECULT GO no uso das atribuições que lhe conferem o art.11, I da Lei nº 13.613 de 11/05/2000, e tendo em vista o que dispõe o art. 2º, IV do Decreto nº 5.362 de 21/02/2001, e com base na Instrução Normativa 01/2022, que disciplina a entrada, tramitação e avaliação de projetos culturais excepcionais ou não no âmbito da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, estando, os aprovados, após a captação de recursos a executarem seus projetos a partir da data desta publicação, resolve:

ART. 1º - APROVAR pelo mérito, relevância e oportunidade, os seguintes projetos apresentados com vista aos benefícios do Programa Goyazes de Incentivo à Cultura:

Nome do projeto - ESTRELAS DO ARAGUAIA - 19 ANOS

Número da inscrição do projeto - GO365288598

Nome do proponente - J.A.S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.

CNPJ: 07.382.216/0001-08

Valor total aprovado do projeto: R\$ 232.929,73

Nome do projeto - CONGADAS DE CATALÃO 2022

Número da inscrição do projeto - GO1691786920

Nome do proponente - IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CATALÃO

CNPJ: 00.146.241/0001-43

Valor total aprovado do projeto: R\$ 249.900,00

Nome do projeto - FESTA DA PADROEIRA DE MÓRRINHOS, NOSSA SENHORA DO CARMO

Número da inscrição do projeto - GO619374896

Nome do proponente - ROGER EVANGELISTA RODRIGUES

CNPJ: 02.547.907/0001-09

Valor total aprovado do projeto: R\$ 75.966,66

MARCELO EUGÊNIO CARNEIRO

Protocolo 313646

PORTARIA Nº 213, de 24 de junho de 2022

Concede evolução funcional aos servidores que especifica.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 202217645000687, o disposto no art. 2º da LEI Nº 15.876, de 02 de junho de 2006, art. 1º da LEI Nº 17.094, de 02 de julho de 2010, art. 1º da LEI Nº 17.098, de 02 de julho de 2010 e art. 5, II, "a", da LEI Nº 19.740, de 17 de julho de 2017, que dispõem sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores efetivos da Secretaria de Estado de Cultura, as manifestações favoráveis da Secretarias de Estado da Economia e da Administração, constantes dos Despachos nº 1769/2022 - GAB (000030956194) e 5247/2022 - GAB (000031011747), respectivamente, resolve:

Art. 1º Conceder evolução funcional aos servidores abaixo relacionados, nos termos a seguir:

CARGO: ASSISTENTE CULTURAL

NOME	CPF	REFERÊNCIA ANTERIOR	REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE IMPLIMENTO DOS REQUISITOS
Antunis de Araújo Arantes	348.642.291-04	Ref. 10	Ref. 11	01.06.2022
Alexandre Luiz Pompeo de Pina	290.290.231-04	Ref. 10	Ref. 11	01.06.2022
Beatriz Carneiro Pavan	548.047.521-53	Ref. 09	Ref. 10	01.06.2022
Celia Fagundes da Silva	324.136.451-87	Ref. 08	Ref. 09	29.06.2022

ANEXO J: Nota à imprensa



irmandadecat

Seguindo

NOTA À IMPRENSA

A Paróquia São Francisco de Assis de Catalão, por intermédio de seu pároco Padre Joel Gomes Martins de Souza, juntamente com a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Catalão, por sua presidente a senhora Ana Cristina Pires, **TORNA PÚBLICO** o pedido de renúncia do Casal de Festeiros da 148ª Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário de Catalão, Goiás, Thadeu Botêga Aguiar e Hannayama Nogueira Pereira Aguiar, por motivos pessoais.

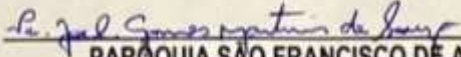
O pedido fora recebido na sede da Paróquia no dia 28/12/2023 sendo acatado pelo Pároco diante das justificativas do casal de se dedicarem à família, às atividades e responsabilidades que já possuem e eventualmente a outros projetos. Posteriormente foi comunicada a Diretoria da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, que confirmou e aceitou o pedido de renúncia entabulado. Todos estando serenos e cordiais.

O casal Thadeu e Hannayama registraram seus profundos agradecimentos a Paróquia, ao Pároco, a Irmandade, ao Reinado, aos Gerais, aos Capitães, aos dançadores, aos devotos, aos apoiadores e a toda comunidade pela oportunidade de realizar a 147ª Festa do Rosário de Catalão no ano de 2.023, pela receptividade de toda sociedade e pela honra de serem convidados a estarem a frente da Organização da Festa no ano de 2.024. Na oportunidade o casal repassou ainda a Igreja e a Irmandade 01(uma) Motocicleta Honda Bis 0km no valor de R\$ 17.000,00 a ser sorteada para arrecadação de fundos destinados a manutenção da tradição.

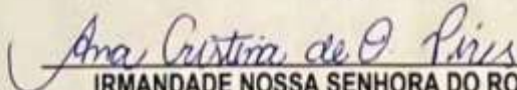
A Paróquia e a Diretoria da Irmandade enalteceram o trabalho do Casal no ano de 2.023 pela gestão equilibrada e pacífica que elevou a confiabilidade da Festa do Rosário junto à comunidade catalana ao promover a convergência de ideias entre Igreja, Irmandade, Congadas e Comissão de Festa, bem como ainda pela entrega da reforma e revitalização do Centro do Folclore, da Igreja e da Gruta do Rosário, restauração de todas as imagens sacras, aquisição de novos equipamentos e pelo comprometimento no resultado financeiro da Festa promovendo uma prestação de contas transparente, dentro do mês de encerramento do evento, com os prontos repasses dos valores financeiros arrecadados a Diocese, a Paróquia e a Irmandade.

Por decisão da Igreja e da Irmandade a 148ª Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário de Catalão, Goiás, que acontecerá entre os dias 04 a 14 de outubro de 2.024 será organizada a parte social pela Diretoria da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Catalão, em parceria com o Reinado e Capitães, e a parte religiosa pela Paróquia São Francisco de Assis de Catalão.

Catalão/Goiás, 04(quatro) de janeiro de 2.024.



PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS
Pe. Joel Gomes Martins de Souza
Pároco



IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
Ana Cristina Pires
Presidente

ANEXO K: MÍDIA KIT DE 2023 - 147ª FESTA EM LOUVOR À NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CATALÃO – GO.



147ª Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário

Fé, festa, tradição e devoção reúnem catalanos e visitantes durante os dias de festa, que ocorrem do dia 29 de setembro até 09 de outubro de 2023. As ruas de Catalão, tomadas de visitantes, giram a economia local, visto que a população quase duplica e atinge cerca de 200 mil habitantes, seguindo os 25 termos de congo no último final de semana devocional, pelas ruas periféricas até a frente da Igreja do Rosário, no centro da cidade.

Desde o primeiro dia de alvorada festiva, o encontro de devotos, familiares, simpatizantes e visitantes inundam as manhãs, tardes e noites com missas, novenas, jantares beneficentes e leilões. Os estudantes aproveitam os seus contraturnos para passear no meio do comércio instaurado, enquanto famílias inteiras se reúnem com amigos após as partes religiosas das noites de festa. Os clubes de serviço também desempenham um papel importante ao unir a sociedade civil organizada durante os momentos de lazer e diversão. A segurança é garantida através do apoio efetivo da Polícia Militar, que resguarda a todos durante o evento, tudo em honra à Nossa Senhora do Rosário.

A Festa do Rosário é um ritual que se repete periodicamente sem cair na mesmice, graças à renovação proporcionada pela fé. O evento é marcado pela inovação constante. As aglomerações coloridas de cada termo revelam cerca de 5 mil dançarinos presentes. Cada grupo apresenta uma identificação sonora espetacular, com cânticos da alma e batiques orquestrados.

A grandiosidade da festa é reconhecida nacionalmente, com repercussão mundial. Em 2023, será lançado um livro impresso e digital sobre as Congadas, ratificando ainda mais essa dimensão. O conteúdo será distribuído gratuitamente em todo o Estado de Goiás, além de uma forte divulgação nas redes sociais.



Congadas de Catalão - GO

A Congada de Catalão é uma festa brasileira de grande significado histórico, celebrada desde 1876 em Goiás, e representa uma tradição cultural profundamente enraizada na região. Essa festividade está integrada à tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário, tornando-se um momento único e especial no município de Catalão.

A Congada é uma manifestação cultural que reflete a rica diversidade religiosa do Brasil. Ela une aspectos do cristianismo católico com elementos das religiões da matriz africana. Durante as comemorações, os participantes expressam sua fé e devoção através de danças, músicas e rituais que remetem às raízes do Congo, mas também evocam a cultura de Angola, Moçambique e outras regiões do continente africano.

O folclore é uma parte essencial da Congada de Catalão. As histórias e lendas transmitidas ao longo das gerações enriqueceram a festa, conferindo-lhe um caráter autêntico e cheio de significado. Os trajes coloridos e as coreografias elaboradas encantam os espectadores, proporcionando uma experiência visual e emocionalmente impactante.

A Festa é uma celebração com atores distintos, como os ternos ou guardas, grupos de dançarinos que percorrem as ruas entoando cânticos de louvor a Nossa Senhora e outros Santos. Eles usam objetos tradicionais, como caixas, adufes, bastões e mangueiras, para enriquecer suas performances. As ruas também abrigam o comércio local, com barrquinhas e ambulantes, e são palco das celebrações religiosas, como missas e novenas.

Essa celebração vai além da religiosidade e do entretenimento. Ela representa um momento de conexão entre as pessoas, promovendo a valorização da diversidade cultural e o respeito às diferentes crenças. A Congada de Catalão é um exemplo vivo da capacidade do povo brasileiro de se unir em torno de suas tradições e de celebrar uma identidade cultural única que define o país.

Ao longo dos anos, a Congada de Catalão se tornou uma das festas mais emblemáticas do estado de Goiás, atraindo visitantes de todo o Brasil e além das fronteiras. É um evento que preserva a memória histórica, fortalece os laços comunitários e enche os corações de alegria e devoção, fazendo jus à rica herança cultural do Brasil.



Festeiros 2023

Thadeu Botêga Aguiar e Hannayama Nogueira Pereira Aguiar



Thadeu Botêga Aguiar

40 anos, Advogado, natural de Colônia, Goiás, filho de Nivaldo da Silva Aguiar e Lúcia Maria Botêga Aguiar. Católico, batizado pela Igreja Sagrado Coração de Jesus do ColôniaGO, devoto de Nossa Senhora do Rosário, já foi festeiro por duas ocasiões: da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Três Ranchos - Goiás, fundador do JUPES - Juventude Unida pelo Espírito Santo, membro da CEN 3 Renovação Carismática da Igreja São Francisco de Assis de Catalão, e pertence ao Ministério de Música da Capela Santo Antônio de Três Ranchos, bem como da Igreja Nossa Senhora Mãe de Deus. Atuou na Comissão da Festa do Rosário de Catalão no ano de 2019. Promoveu a 1ª Ceia da OAB na Festa do Rosário de Catalão, destinando todos os recursos arrecadados a Irmã Nôze Nossa Senhora do Rosário para manutenção da igreja. Atualmente integra uma das bancas de advocacia de maior renome da cidade de Catalão, com filial em Colônia e Brasília, com grandes clientes no ramo público e privado, figurando como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Catalão desde 2019, e membro do Departamento Jurídico do Clube Recreativo e Atlético Catalano (CRAC).

Hannayama Nogueira Pereira Aguiar

36 anos, Enfermeira, natural de Catalão, filha de Júlio Nogueira de Souza e Suranila Maria Pereira. Católica, devota de Nossa Senhora do Rosário, atuou juntamente com sua mãe na Comissão da Festa do Rosário de Catalão por diversas oportunidades, tendo sido festeira da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Três Ranchos - Goiás. Promoveu pela Comissão de Ação Social e Cidadania a 1ª Ceia da OAB na Festa do Rosário de Catalão, destinando todo os recursos arrecadados a Irmã Nôze Nossa Senhora do Rosário para manutenção da igreja. Atualmente é Delegada do Conselho Regional de Enfermagem de Goiás tendo encabeçado a Marcha de Pão Nacional da Enfermagem e Coordenadora de Serviços de Média Complexidade da Rede Municipal de Saúde.



Objetivo

Promover a manutenção da cultural e da fé a Virgem do Rosário, juntamente com a nossa comissão de festeiros.

Meta

Tornar a Festa de Nossa Senhora do Rosário patrimônio cultural imaterial de Catalão junto a UNESCO, garantindo a preservação e a promoção do evento como bem cultural imaterial da cidade, do estado, do país e do mundo, com a finalidade de buscar investidores permanentes garantindo a viabilidade financeira do evento e a manutenção da tradição.



Congadas de Catalão - GO



A Congada de Catalão é uma festa brasileira de grande significado histórico, celebrada desde 1876 em Goiás, e representa uma tradição cultural profundamente enraizada na região. Essa festividade está integrada à tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário, tornando-se um momento único e especial no município de Catalão.

A Congada é uma manifestação cultural que reflete a rica diversidade religiosa do Brasil. Ela une aspectos do cristianismo católico com elementos das religiões da matriz africana. Durante as comemorações, os participantes expressam sua fé e devoção através de danças, músicas e rituais que remetem às raízes do Congo, mas também evocam a cultura de Angola, Moçambique e outras regiões do continente africano.

O folclore é uma parte essencial da Congada de Catalão. As histórias e lendas transmitidas ao longo das gerações enriqueceram a festa, conferindo-lhe um caráter autêntico e cheio de significado. Os trajes coloridos e as coreografias elaboradas encantam os espectadores, proporcionando uma experiência visual e emocionalmente impactante.

A Festa é uma celebração com atores distintos, como os ternos ou guardas, grupos de dançarinos que percorrem as ruas entoando cânticos de louvor a Nossa Senhora e outros Santos. Eles usam objetos tradicionais, como caixas, adufes, bastões e mangueiras, para enriquecer suas performances. As ruas também abrigam o comércio local, com barrquinhas e ambulantes, e são palco das celebrações religiosas, como missas e novenas.

Essa celebração vai além da religiosidade e do entretenimento. Ela representa um momento de conexão entre as pessoas, promovendo a valorização da diversidade cultural e o respeito às diferentes crenças. A Congada de Catalão é um exemplo vivo da capacidade do povo brasileiro de se unir em torno de suas tradições e de celebrar uma identidade cultural única que define o país.

Ao longo dos anos, a Congada de Catalão se tornou uma das festas mais emblemáticas do estado de Goiás, atraindo visitantes de todo o Brasil e além das fronteiras. É um evento que preserva a memória histórica, fortalece os laços comunitários e enche os corações de alegria e devoção, fazendo jus à rica herança cultural do Brasil.



Alcance de Mídia



Conteúdo especializado de alto valor agregado e presença nos mais diversos formatos de mídia como: TV aberta e paga, rádio, outdoor, painéis digitais, plotagens, vestimentas, banners, internet, redes sociais, circuito itinerante e material gráfico;



Mais de 1.000.000 de pessoas diretamente e indiretamente atingidos e participantes;



Mais de 400 escolas do ensino público participantes;



Investimento em cultura, turismo e sustentabilidade;



Completa estratégia de divulgação e maximização das marcas patrocinadoras em toda comunicação do projeto;



Mídia espontânea local, regional, estadual e nacional;



Amplas possibilidades de divulgação e ações promocionais;



Documentário e clipping ao final do projeto.

Investimento



O apoio do Governo de Goiás pode se dar de diversas formas com por exemplo por meio de convênio com o próprio Município de Catalão via Fundação ou diretamente com o Irmandade Nossa Senhora do Rosário etc.

Pode se dar por exemplo com a cessão de estrutura e shows artísticos já licitados pelo Governo de Goiás para que o evento pudesse ganhar um novo rompanete de lazer e entretenimento da população. Também com o apoio de imprensa por exemplo com um link dedicado da TBC e/ou TV Anhanguera em Catalão nos dias do evento que certamente fariam com que o alcance e projeção a Festa do Rosário fossem bem maiores.

Em contrapartida a organização do evento se compromete com a inserção da logomarca do Governo do Estado nas peças publicitárias e veículos em que forem interessantes estar presentes.

Proposta Estimada do Investimento

a definir

(64) 99627-0737



(64) 3442-7211

contato@thadeuaguiar.com.br

ANEXO L: OFÍCIO Nº 124/2023 – CONVITE FESTA DO ROSÁRIO AO GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS



GABINETE

Ofício nº 124 /2.023

Catalão/GO, 31 de julho de 2.023.

Ao Excelentíssimo Senhor
RONALDO RAMOS CAIADO
Governador do Estado de Goiás
Goiânia-GO

Assunto: Convite Festa do Rosário 2023

Excelentíssimo Sr. Governador,

Com grande satisfação, vimos cumprimentá-lo(a), oportunizando nosso agradecimento à gentileza de acolher esta mensagem.

Nosso propósito é solicitar um espaço na agenda de V.Exa. para a data do dia 08(oito) de Outubro de 2023 a fim de termos a honra de contar com a presença na Missa de Encerramento da 147ª Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário da cidade de Catalão – Goiás, ou, não sendo possível noutra dada dentro do calendário previsto do evento programado para ocorrer do dia 29 de Setembro ao dia 09 de Outubro de 2.023.

Um evento que, em 2023, acontecerá entre os dias 29 de setembro até 09 de outubro, congregando mais de 1.000.000 de pessoas envolvidas em dias de festejo popular e comercial, mesclados à tradição de fervor e devoção dos ternos de congos nas ruas, missas, novenas e eventos no Centro do Folclore, com jantares, leilões de obra de arte etc.

Serão 25 ternos de congo com cerca de 5 mil dançadores que congregam idosos, adultos, jovens, crianças - homens e mulheres -, familiares e visitantes nos festejos e na parte religiosa, congregando uma das maiores manifestações de congadas do Brasil que celebra a fé e devoção a padroeira de Catalão Nossa Senhora do Rosário.

Nossa busca e preparo atuais são para tornar a Festa do Rosário de Catalão e as Congadas englobadas ao evento patrimônio da UNESCO, incluindo a premissa da

Lei nº 10.639/03, impactando positivamente sobre a importância da cultura afro-brasileira na educação que é intimamente ligada a diversos outros setores, em especial o turismo.

Sua participação, enquanto modelo de competência e conhecimento, reconhecido por qualquer goiano como representante e militante defeso da cultura e educação para todos, comprometido com as causas de diversidade e inclusão dos negros em todos os lugares da sociedade, pois lugar de fala é democrático, sem dúvida fará a diferença para nós, catalanos.

Teremos toda a alegria em congraçar com (pronome) em razão da visita e participação de sua Excelência ao nosso evento, fazendo votos ainda que aprecie o projeto de mídia do evento que encaminhamos para eventual possibilidade de participação do Governo do Estado de Goiás, via Secretaria de Cultura, Turismo ou outro órgão em apoio as festividades que certamente promoveram dividendos turísticos ao Estado de Goiás e ao Brasil, elevando o nome de Goiás como também de sua profícua gestão administrativa, modelo para o Brasil.

Estamos totalmente ao dispor para dar maiores detalhes bem como para acolher seu retorno confirmando a presença, e se possível também a sinalização de apoio.

Respeitosamente,



ADIB ELIAS JÚNIOR
Prefeito de Catalão



THADEU BOTÊGA AGUIAR
Festeiro

ANEXO M: Decreto Lei nº 22.786 de 7 de jun. 2024 – PLANO ESTADUAL DE CULTURA DE GOIÁS – PECGO PARA O DECÊNIO 2024-2033.

GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2024
ANO 187 - DIÁRIO OFICIAL/GO Nº 24.307
SUPLEMENTO

 **Diário Oficial**

3

LEI Nº 22.786, DE 17 DE JUNHO DE 2024

Institui o Plano Estadual de Cultura de Goiás - PECGO para o decênio 2024-2033.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS,
nos termos do art. 10 da Constituição do Estado de Goiás, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO, DOS OBJETIVOS, DA COORDENAÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 1º Fica aprovado o Plano Estadual de Cultura de Goiás - PECGO, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º O PECGO é um conjunto de diretrizes, estratégias, ações e metas para programas, projetos e atividades que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a identidade do Estado de Goiás, além de assegurar sistema de gestão, proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, com acesso à produção e à fruição da cultura, e a inserção dela em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.

Parágrafo único. Para a elaboração do PECGO, além dos aspectos institucionais que regem a aplicação das políticas culturais, foram considerados estudos realizados pelo Governo de Goiás, inclusive pelo Conselho Estadual de Cultura, e os anseios e os desejos da sociedade e dos agentes culturais não governamentais, a partir de informações obtidas nos processos participativos, alinhadas à atual caracterização da cultura e adotadas como objetivos para a aplicação da política cultural.

Art. 3º São objetivos do PECGO, além daqueles discriminados no Anexo Único desta Lei:

I - planejar, criar e implementar programas e ações voltados à valorização, ao fortalecimento e à promoção da cultura no Estado;

II - reconhecer a diversidade cultural e os direitos de seus detentores, com a valorização das vertentes tanto tradicionais quanto dos imigrantes relacionadas à história do Estado;

III - proteger e promover o patrimônio cultural, material e imaterial, com a valorização dos lugares de memória;

IV - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais; e

V - universalizar o acesso à arte e à cultura.

Art. 4º O PECGO será coordenado pela Secretaria de Estado da Cultura - SECULT.

Parágrafo único. A SECULT exercerá a coordenação executiva do PECGO, como dispõe esta Lei, e será responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pelo estabelecimento de metas, pelos regimentos e pelas demais especificações necessárias à sua implantação.

Art. 5º A implementação do PECGO será feita em regime de cooperação entre o Governo e os municípios do Estado de Goiás, em parceria com a União e em consonância com o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. A implementação dos programas, dos projetos, das ações e das metas instituídos pelo PECGO poderá ser realizada com a participação de instituições públicas ou privadas, mediante a celebração de instrumentos previstos em lei.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

Art. 6º Compete ao Poder Público, nos termos desta Lei:

I - formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, dos eixos estratégicos, das diretrizes, das metas e das ações do PECGO;

II - garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do PECGO e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;

III - fomentar a cultura de forma ampla, com a promoção e a difusão dela, a realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, a concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, a adoção de subsídios econômicos, a implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;

IV - proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações, as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, com o reconhecimento da abrangência da noção de cultura em todo o território goiano e a garantia da multiplicidade de seus valores e suas formações;

V - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural, a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais, também o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;

VI - garantir a preservação do patrimônio cultural estadual, com a proteção dos bens de natureza material e imaterial, dos documentos históricos, dos acervos e das coleções, das formações urbanas e rurais, das línguas e das cosmologias indígenas, dos sítios arqueológicos pré-históricos e das obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, referentes aos valores, às identidades, às ações e às memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade goiana;

VII - articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, entre outras;

VIII - dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura goiana no exterior, com a promoção dos bens culturais e das criações artísticas goianas no ambiente internacional, e dar suporte à presença desses produtos nos mercados de interesse econômico e geopolítico do país;

IX - organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação das políticas públicas de cultura e debater estratégias para a execução delas;

X - regular o mercado interno, com estímulo aos produtos culturais goianos para reduzir as desigualdades sociais e regionais, profissionalizar os agentes culturais, formalizar o mercado e qualificar as relações de trabalho na cultura, consolidar e ampliar os níveis de emprego e renda, fortalecer redes de colaboração e valorizar empreendimentos de economia solidária;

XI - coordenar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes áreas artísticas, com respeito à seus desdobramentos e suas segmentações, também para os demais campos de manifestação simbólica identificados entre as diversas expressões culturais e que reivindiquem a sua estruturação regional; e

XII - incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e de entidades da sociedade civil às diretrizes e às metas do PECGO por meio de ações próprias, parcerias e participação em programas.

ANEXO N: FOLDER DA FESTA EM LOUVOR A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – CATALÃO – GO / 2024.

A Irmandade Nossa Senhora do Rosário, a Prefeitura Municipal de Catalão e a Paróquia São Francisco de Assis juntamente com o paróco Pe. Joel convidam a todos a participarem da

148º Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário

CATALÃO-GO



148ª Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário de Catalão - GO



PROGRAMAÇÃO

Setembro

VISITA AOS GERAIS
Horário: 15h
Local: Largo do Rosário

Outubro

04 Alvorada: 06h
TERÇOS
Horário: 06h, 15h e 18h
Local: Largo do Rosário
Missa: 19h
Celebrante: Pe. Joel

05 TERÇOS
Horário: 06h, 15h e 18h
Local: Largo do Rosário
Missa: 19h
Celebrante: Pe. Orosino

06 TERÇOS
Horário: 06h, 15h e 18h
Local: Largo do Rosário
Missa: 19h
Celebrante: Pe. Joel

07 TERÇOS
Horário: 06h, 15h e 18h
Local: Largo do Rosário
Missa: 19h
Celebrante: Pe. Joel
Concepção de Nossa Senhora do Rosário

08 TERÇOS
Horário: 06h, 15h e 18h
Local: Largo do Rosário
Missa: 19h
Celebrante: Frei Lucas

09 TERÇOS
Horário: 06h, 15h e 18h
Local: Largo do Rosário
Missa: 19h
Celebrante: Frei Marcos Aurelio

10 TERÇOS
Horário: 06h, 15h e 18h
Local: Largo do Rosário
Missa: 19h
Celebrante: Pe. João Batista

11 TERÇOS
Horário: 06h, 15h e 18h
Local: Largo do Rosário
Missa: 19h
Celebrante: Pe. Joel

12 TERÇOS
Horário: 06h, 15h e 18h
Local: Largo do Rosário

CORTEJO DAS BANDEIRAS: 17h
Trajetos: Saída do Mordomo do Mastro Dorivan Duarte "In memoriam" até o Largo do Rosário para Manuseio dos Mestres
Missa: 19h
Celebrante: Pe. Joel

13 CORTEJO DOS ANDORES
Horário: 09h
Trajetos: Saída do Salão São Francisco de Assis a Av. José Mariano até o Largo do Rosário para a Missa das Congaças

MISSA CONGACAS: 10h30
Local: Largo do Rosário
Celebrante: Pe. Joel

PROCESSÃO
Horário: 18h
Saída: Largo do Rosário

MISSA ENCERRAMENTO
Horário: 19h
Local: Largo do Rosário
Celebrante: Dom Francisco

14 ENTREGA DA COROA
Horário: 19h
Local: Largo do Rosário
Trajetos: Saída da Matriz São Francisco passando pela Rua Portugal Porto Guimarães até a praça do Rosário.

Tema:
Com Maria ao encontro de Jesus

Lema:
"Doravante todas as gerações me chamarão de bem-aventurada"
(Lucas 1:48)

TERNOS

TERNOS Reinado Rei Celso Francisco Inês Rainha Elis Regina Rita Generais Laudemir e Eduardo Auxiliar Ronaldo Ribeiro Guardas Coroadas Douglas, Emerson e Leopoldo Príncipes Rubens, Kaua e Samuel Princesas Djulia, Maria Eduarda, Carolina e Annaysa Mordomo do Mastro Dorivan Duarte "In memoriam" Terezinha Duarte, Daniel e Família Prego Capitães: Elson, Lucas, Edson Junior, Matheus e José Aparecido	MOÇAMBIQUE Mamãe do Rosário Capitães: Diogo, Matheus, Patrício e Clayton Nossa Senhora do Rosário Capitães: Leonardo e Frederica Moçambique Coração de Maria Antônio Carlos, Vinícius, Wilkerson, Leandro, Reginaldo, Edison e Pedro TERNOS DE CONGO Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Guia Capitães: Edson, Jaci, Edmar, Júlio e Davi Marinheiro Capitães: Roberto e Gustavo Nossa Senhora de Fátima "Zé do Gordão" Capitães: Carlos do Rosário, Denise e João Neto Congregação do Rosário "Caixa Preta" Capitães: Roberto, Jhon Kennedy	Mariarte Capitães: Aldenice, Wanda e Marlene Sagrada Família Capitães: Matheus, Samara, Marco Antônio e João Paulo Marujão Patrons: Durval Salviano Capitães: Sérgio, José, Mazique e Júlio Pio Gomes Capitães: Hugo e Isabella Filhos do Rosário Capitães: Elton, Wellington e Jandiel São Francisco Capitães: Renato, Reginaldo, Wellington, Wellington e José Augusto Santa Terezinha Patrons: Antônio Alves de Lima "In memoriam" Capitães: Wesley, João Victor e Maurício São Benedito (Goiania) Capitães: André Lucas, José Maria e Cidinho CATUPÉ Santa Efigênia Capitães: Saulo, Samuel, Ricardo e André
--	---	--

TERNOS

Nossa Senhora Aparecida e Virgem do Rosário
Capitães: Marcos Antônio, Paulo Cesar e Luiz Claudio

Nossa Senhora das Mercês
Capitães: Rigo, Lila e Cristóvão

Nossa Senhora do Rosário
Capitães: Carlos Francisco, Altair, Leonardo, Paulo, Celso, Thaysane Rosa

Catupé São Benedito
Capitães: Dede, Edmilson e Danilo

PENACHO
Capitães: José Geremito, João Neto, Marcos Antônio e Carlos Henrique

VILÃO

Nossa Senhora de Fátima
Patrons: Eutimides Luiz Severino
Capitães: Alessandro, José Carlos, Paulo Alex, Thiago e Guilherme

São Jorge Guerreiro
Capitães: Ney e Francisco

Vilão Santa Efigênia
Patrons: Lázaro Coelho
Capitães: Fábio e Cláudio



ANEXO O: ATA DE REUNIÃO 16/09/2024

IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

FESTA OUTUBRO DE 2024

PAUTA REUNIÃO 16/09/2024

REFLEXÃO: É PRECISO QUE CADA CAPITÃO TENHA CONSCIÊNCIA DE QUE SEMPRE TERÃO MUITOS TERNOS ATRÁS OU NA SUA FRENTE, PORTANTO RESPEITO, BOM SENSO E O CUMPRIMENTO DOS HORÁRIOS ESTABELECIDOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA O BOM ANDAMENTO DA NOSSA FESTA.

- **ENSAIO GERAL / GERAIS DIA 29/09/2024 15:00 HORAS**
CHEGADA NO LARGO DO ROSÁRIO PELA MADEREIRA CATALANA, SEGUINDO O MESMO ITINERÁRIO DOS ULTIMOS ANOS, UM TERNO DE CIMA, OUTRO DEBAIXO E ASSIM SUCESSIVAMENTE; LEMBRANDO QUE SÃO MUITOS TERNOS, PORTANTO FAZER A SAUDAÇÃO AOS GERAIS COM UMA BREVE APRESENTAÇÃO E SEGUIR O FLUXO;
- **ALVORADA DIA 04/10/2024 (QUINTA PARA SEXTA) 00:00 HORAS.**
CHEGADA PELA RUA LATERAL DA IGREJA DO ROSÁRIO, FORMANDO A FILA PARA O CAFÉ NO CENTRO FOLCLORE, LEMBRANDO A TODOS DA IMPORTÂNCIA DE FAZER A ALVORADA PELAS RUAS DA CIDADE;
- **APRESENTAÇÃO PARA MINISTRA DA CULTURA 10/10/2024 (QUINTA FEIRA)**
PEDIMOS AOS CAPITÃES QUE SE ORGANIZEM PARA TRAZER SEUS TERNOS COM A CAMISETA PARA ESSE MOMENTO, LEMBRANDO QUE TEMOS A NOVENA AS 18:00 SEGUIDO DA MISSA DAS 19:00, PORTANTO QUANDO CHEGAREM DESCER EM SILÊNCIO PARA NÃO ATRAPALHAR E LOGO APÓS A MISSA AS APRESENTAÇÕES. QUE SEJA BREVE PARA NÃO ESTENDER MUITO TEMPO;
- **CORTEJO DAS BANDEIRAS DIA 12/10/2024 (SÁBADO) 17:00 HORAS.**
CHEGADA PELA RUA DO JOPA, LEMBRANDO DO BOM SENSO EM INTERCALAR A ENTRADA DOS TERNOS QUE VEM DO LADO DA AV LAMARTINE OU REPRESA; SAUDAÇÃO BREVE AS BANDEIRAS E SEGUIR O FLUXO FORMANDO O CORTEJO EM DIREÇÃO A

CAPELA DO ROSÁRIO. LEMBRANDO QUE AO CHEGAR NO LARGO DO ROSÁRIO, SUBIR E IR ENCOSTANDO NA RUA LATERAL DA IGREJA PARA FACILITAR O FLUXO, PODENDO VOLTAR APÓS AS BANDEIRAS LEVANTADAS PARA SAUDAÇÃO DE MASTRO CONFORME A VONTADE DE CADA UM;

- **CORTEJO DAS IMAGENS E COROA PARA A MISSA DA CONGADA DIA 13/10/2024 AS 09:00 HORAS DA MANHÃ SAINDO DO SALÃO DE FESTAS DO SÃO FRANCISCO. OS TERNOS QUE NÃO VÃO TOMAR CAFÉ NO SALÃO NÃO PRECISAM ADENTRAR AO MESMO, APENAS IR SEGUINDO PARA FORMAÇÃO DO CORTEJO. LEMBRANDO QUE NÃO PODEMOS TER ATRASO, POIS PRECISAMOS CHEGAR NO LARGO DO ROSÁRIO PARA A MISSA AS 10:30. CONFORME O HORÁRIO ABRIREMOS O CORTEJO PARA OS MOÇAMBIQUES PASSAREM E CHEGAREM ATÉ O ALTAR COM AS IMAGENS E A COROA E REINADO COM TEMPO HÁBIL PARA MISSA COMEÇAR. PEDIMOS ENCARECIDAMENTE A AJUDA DE TODOS CAPITÃES, PARA QUE QUANDO A MISSA COMEÇAR PARAREM DE BATER, POIS A MISSA É PARA NÓS, PORTANTO JÁ TEM O TÍTULO DE MISSA DA CONGADA E QUANTO MAIS PARTICIPARMOS MELHOR SERÁ PARA TODOS NÓS;**
- **PROCISSÃO DE ENCERRAMENTO DIA 13/10/2024 AS 18:00 HORAS. PEDIMOS A TODOS QUE VÃO CHEGANDO PARA CONCENTRAÇÃO DA PROCISSÃO E VÃO ABRINDO ESPAÇO PARA OS DEMAIS TERNOS IR DESCENDO. SE QUISEREM APRESENTAR CHEGUEM MAIS CEDO PARA EVITAR FADIGAS;**
- **ENTREGA DA COROA DIA 14/10/2024 (SEGUNDA FEIRA) CORTEJO SAIRÁ DA MATRIZ SÃO FRANCISCO ÀS 15:00 HORAS, PORTANTO ANTES DISSO JÁ PRECISAM ESTAR TODOS TERNOS POSICIONADOS PARA NÃO TER ATRASOS. PEDIMOS QUE CHEGUEM PELOS FUNDOS DA MATRIZ PASSANDO NA LATERAL E FORMANDO O CORTEJO NA AV JOSÉ MARCELINO. APRESENTAÇÃO DE 10 MINUTOS PARA CADA TERNO SEM ATRASO.**

PEDIMOS A COLABORAÇÃO E AGRADECEMOS A TODOS.

ANEXO P: TERMO DE LIBERAÇÃO DOS ENSAIOS / 2024 - DO REINADO DAS CONGADAS DE CATALÃO.

LIBERAÇÃO DOS ENSAIOS

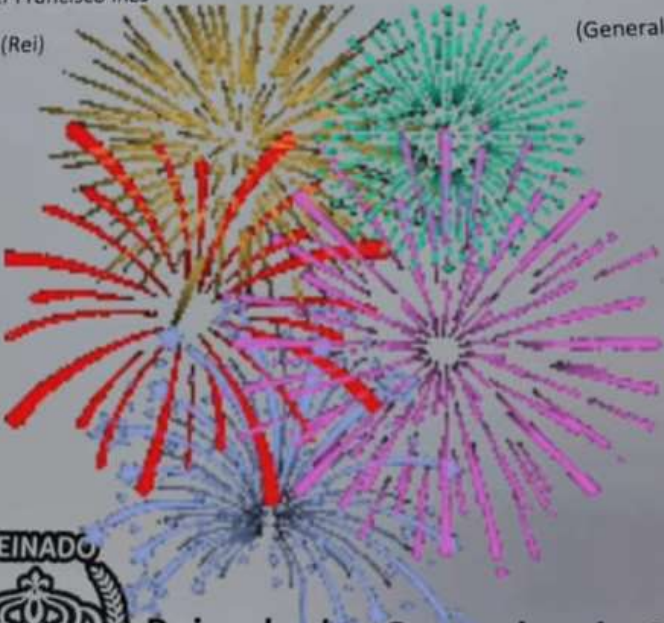
Catalão, 29 de julho de 2024.

Aos Senhores Capitães,

O Reinado das Congadas de Catalão, vem através deste dar o aval aos 25 ternos de congos para realizarem seus ensaios entre os dias 01/08/2024 à 29/09/2024, onde nessa data será o ultimo ensaio geral dos generais, seguindo rigorosamente o horário: 15:00HRS, o primeiro terno que estiver presente já inicia sua apresentação e logo em seguida os demais, por ordem de chegada, respeitando os tempos limites de cada terno.

Cleiber Francisco Inês
Rei das Congadas

Eduardo Camilo
(General)



 **Reinado das Congadas de Catalão -**

ANEXO Q: MAPAS DOS TRAJETOS DA CONGADAS DE CATALÃO / 2024 APROVADO PELO REINADO.

REINADO DA FESTA DO ROSÁRIO DE CATALÃO - GO

Catalão, 16 de Setembro de 2024.

Aos Senhores Capitães

Respeitosamente,
Ao cumprimentá-los cordialmente, o Reinado da Festa do Rosário de Catalão, vem através deste informar os trajetos e cronograma para a realização dos cortejos que irão acontecer na 148ª Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, neste ano de 2024.

Segue abaixo o trajeto das mesmas:

ULTIMO ENSAIO (VISITA GENERAL) - 29/09/2024 – Iniclará a partir das 15:00 horas

Concentração Rua Jose de Souza, Rua Americano do Brasil (Frente Madeira Catalana), Rua Joao Rabelo de Mesquita (Lateral a Madeireira Catalana)



ALVORADA – 04/10/2024 – 00:00 Horas (Meia Noite)

Concentração Rua Portugal Porto Guimarães (Lateral Igreja do Rosário)



HASTEAMENTO DO MASTRO – 12/10/2024 – A partir das 16:00 horas

Concentração Rua Carvalho Ramos, B. São João (Casa Mordomos das Bandeiras), Av. Jucelino Kubitschek e R. Augusto Net. Cortejo na Av. São João em direção ao largo do Rosário.



CORTEJO ANDORES e COROA – 13/10/2024 – A partir das 09:00 horas

Saindo do Salão São Francisco, em direção a Av. Jose Marcelino, vira para a rua Nossa Senhora de Fatima (Lateral a Farmácia Drogasil), segue até a Rua Portugal Porto Guimarães, vira a esquerda até o Largo do Rosário.



PROCISSÃO COM AS BANDEIRAS E FIÉIS - 13/10/2024 – A partir das 18:00 horas

Saindo do Largo do Rosário, em direção a Av.20 de Agosto vira para R. Egerineu Teixeira, seguindo para R. Moisés Salomão, segue até a Av. São João retornando pela mesma até o Largo do Rosário.



ENTREGA DA COROA 14/10/2024 – 15:00 Horas

Saindo da Matriz São Francisco, desce a Av. Jose Marcelino, vira para a Rua Major Paulino (Em Frente ao Mara Turismo), segue até a Rua Portugal Porto Guimarães, vira a esquerda até o Largo do Rosário.



Certos de podermos contar com a vossa atenção, reiteramos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Cleiber Francisco Ines - Rei

Eloá Ribeiro Rita – Rainha

Laudemir (Dimiro) – General

Eduardo Camilo - General